

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**RODRIGO SEIXAS PEREIRA BARBOSA**

**NEGOCIANDO DISTÂNCIAS:  
uma análise retórico-discursiva de dois pronunciamentos políticos**

Belo Horizonte  
2015

**RODRIGO SEIXAS PEREIRA BARBOSA**

**NEGOCIANDO DISTÂNCIAS:  
uma análise retórico-discursiva de dois pronunciamentos políticos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística do Texto e do Discurso.

**Área de Concentração:** Linguística do Texto e do Discurso

**Linha de Pesquisa:** Análise do Discurso

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helcira Maria Rodrigues de Lima

**Co-orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Janice Helena S. de Resende C. Marinho

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2015

B238a      Barbosa, Rodrigo Seixas Pereira.  
              Uma análise retórica-discursiva de dois pronunciamentos  
              políticos [manuscrito] / Rodrigo Seixas Pereira Barbosa. – 2015.  
              249 f., enc. : il., grafs., p&b.

Orientadora: Helcira Maria Rodrigues de Lima.

Coorientadora: Janice Helena S. de Resende C. Marinho

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de  
Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 230-237.

Apêndice: f. 238-245.

Anexo: f. 246-249.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Oratória – Teses. 3.  
Retórica – Teses. 4. Estratégia discursiva – Teses. 5. Discurso  
político – Teses. 6. Rousseff, Dilma, 1947- 7. Silva, Luis Inácio  
Lula da, 1945- I. Lima, Helcira Maria Rodrigues de. II. Marinho,  
Janice Helena Chaves. III. Universidade Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Negociando distâncias: análise retórico-discursiva de dois pronunciamentos políticos.**

### **RODRIGO SEIXAS PEREIRA BARBOSA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 10 de dezembro de 2015, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima - Orientador  
UFMG

Prof(a). Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho  
UFMG

Prof(a). Mellianдро Mendes Galinari  
UFOP

Prof(a). Wander Emediato de Souza  
UFMG

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2015.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado até aqui.

À minha mãe, Ângela Maria e ao meu pai Adenilson, pelo incentivo, pelo suporte, pelo amor e pela paciência. À minha grande família, pelo apoio incondicional e ao meu avô Waldomiro (*in memoriam*).

A Evellyn, minha amada, por ter comemorado comigo nos tempos alegres, por ter chorado comigo nos tempos amargos, mas, sobretudo, por ter abdicado de alguns sonhos para também sonhar os meus. Aos seus pais e à sua família, pelo constante apoio.

À professora Dra. Helcira Maria de Rodrigues Lima, por ter aceitado o desafio de me orientar; por ter sido exigente para com esta produção; pelas horas em que me freou a empolgação e pelas horas em que a deixou fluir; pelo tempo dispendido em meio a um turbilhão de afazeres. À professora Dra. Janice Helena S. de Resende C. Marinho pela disponibilidade de ajuda e co-orientação e pela simpatia de sempre.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFMG, pelo grande conhecimento passado, essencial para a conclusão deste trabalho, em especial ao Dr. Wander Emediato, pelas dicas e pela disposição em ser o meu parecerista.

Ao meu amigo Lucas Nascimento, por toda disposição em ajudar, pelos encontros para tomar açaí e debater sobre política. Ao meu amigo Thiago Paim, pelo apoio e pela bonita e engraçada amizade (irmandade) de sempre. A Breno e sua família, pela amizade e pelo suporte logístico em vários momentos.

Aos amigos e colegas do PosLin, e em especial a Bárbara Amaral, pela ajuda mútua e pelas risadas.

À UFMG e ao PosLin, pelo apoio institucional para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

“[...] Nem o riso, nem as lágrimas, nem a indignação, mas apenas o entendimento”. (*Spinoza*)

“Há um pensamento que bloqueia o pensamento. Esse é o único pensamento que deveria ser bloqueado.” (*G.K Chesterton*)

## RESUMO

A argumentação política assume, frequentemente, a função de criar pontes para reaproximar as razões e os afetos intersubjetivos. Nesse sentido, a argumentação vale-se de caráter retórico, apresentando-se como negociação de distâncias entre os sujeitos acerca de uma determinada questão, uma vez que tais distâncias podem ser negociadas através do discurso. Isto se dá pelo fato de tanto a retórica quanto a política apenas existirem pela pressuposição de existência de um problema subjacente que precisa ser resolvido sem o uso da violência. Mediante isso, este trabalho visa a investigar o processo de negociação de distâncias em dois pronunciamentos políticos — um da presidente Dilma Rousseff e um do ex-presidente Lula — almejando descobrir em que imaginários e em que disposição retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) as argumentações se construíram. Ademais, esta pesquisa visa igualmente a investigar a importância e participação da *doxa* para a efetivação dos sentidos argumentativos. Destarte, dentre as estratégias verificadas, foi possível perceber, em ambos os discursos, o aparecimento de duas *memórias discursivas* — a da democracia e a da ditadura — inscritas na *doxa* do auditório, contingenciando as demais estratégias em torno deste eixo. Em termos metodológicos, esta pesquisa faz uso de método qualitativo, de tipo documental. Em termos analíticos, o exame se deu — à luz da *análise argumentativa do discurso* de Ruth Amossy, de contribuições de algumas teorias do discurso e da análise do discurso, bem como, sobretudo, da retórica de Michel Meyer — através de um eixo mais amplo, em que foram analisadas as implicações discursivas mais gerais; e um eixo mais estrito, em que a análise de aspectos linguísticos foi privilegiada. Este trabalho buscou entender, dessa forma, como se deu o processo retórico-discursivo dos oradores em vista de negociar as distâncias interpostas entre eles e o auditório.

Palavras-chave: argumentação; discurso; retórica; negociação de distâncias; política.

## RÉSUMÉ

L'argumentation politique assume souvent la fonction de créer des ponts pour reconnecter les raisons et les affects intersubjectives. En ce sens, l'argumentation fait usage de la rhétorique, en se présentant comme une négociation de distances entre les sujets à propos d'une question donnée, une fois que les distances peuvent être négociées à travers le discours. Ceci est en partie possible parce que tantôt la rhétorique tantôt la politique seulement existent en face de l'existence d'un problème sous-jacent et qui a besoin d'être résolu sans l'usage de la violence. Par tout cela, cette recherche vise à enquêter le processus de négociation des distances en deux énonciations politiques — une de la présidente Dilma Rousseff et une de l'ex-président Lula — visant à savoir en quels imaginaires et en quelle disposition rhétorique (*ethos*, *pathos* et *logos*) les argumentations ont été construites. Outre cela, cette recherche vise également à enquêter l'importance et la participation de la *doxa* pour l'efficacité des sens argumentatifs. Ainsi, il a été possible de percevoir dans les deux discours, parmi les stratégies vérifiées, l'occurrence de deux *mémoires discursives* — celle de la démocratie et celle de la dictature — inscrites dans la *doxa* de l'auditoire présent, tout en mettant les autres stratégies autour de cet axe. En termes méthodologiques, cette recherche fait usage d'une méthode qualitative, de type documentaire. En ce qui concerne à l'analyse, elle-même, l'examen a été fait — à la lumière de *l'analyse argumentative du discours* de Ruth Amossy, de contributions de quelques théories du discours, de l'analyse du discours et, surtout, de la rhétorique de Michel Meyer— à travers un axe plus large, dans lequel les implications discursives plus générales ont été analysées ; et un axe plus strict, dans lequel l'analyse des aspects linguistiques ont été privilégiées. En bref, cette étude a essayé à comprendre, donc, comment le processus rhétorique-discursive des orateurs a vu le jour, afin de négocier les distances interposées entre l'auditoire et eux.

Mots-clés: argumentation; discours; rhétorique; négociation des distances; politique.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1- A POLÍTICA E O DISCURSO POLÍTICO .....	16
1.1 Da política: ferramenta de consenso ou busca pelo poder? .....	16
1.2 Política, argument(ação) e discurso.....	25
1.3 Do discurso político: percurso analítico .....	27
1.3.1 Desenvolvimento dos estudos sobre o discurso político no campo da análise do discurso .....	28
1.3.2 O discurso político na ótica de Patrick Charaudeau .....	36
1.3.3 O discurso político na ótica retórica.....	42
2- DO GÊNERO DISCURSIVO E DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO .....	49
2.1 Apresentação do <i>corpus</i> .....	49
2.2 Condições de produção do discurso .....	51
2.3 Sobre o gênero discursivo .....	54
2.3.1 A esfera de produção do discurso.....	59
2.3.2 A esfera de interpretação do discurso.....	67
2.3.3 O quadro institucional: o Fórum Mundial de Direitos Humanos .....	69
2.4 Um novo gênero discursivo? Os pronunciamentos .....	72
3. RETÓRICA, DISCURSO E NEGOCIAÇÃO .....	78
3.1 O lugar da retórica na análise do discurso.....	86
3.2 A <i>análise argumentativa do discurso</i> .....	89
3.3 A teoria da <i>Problematologia</i> e a interrogatividade retórica .....	94
3.4 A unidade tridimensional retórica: <i>ethos/pathos/logos</i> .....	102

3.5 As dimensões em xeque: releitura <i>Problematológica</i> das dimensões retóricas .....	107
3.5.1 Releitura <i>Problematológica</i> sobre o papel do <i>ethos</i> na unidade retórica .....	107
3.5.2 Releitura <i>Problematológica</i> sobre o papel do <i>pathos</i> na unidade retórica .....	110
3.5.3 Releitura <i>Problematológica</i> sobre o papel do <i>logos</i> na unidade retórica .....	115
3.6 A negociação das distâncias retóricas .....	117
3.6.1 As distâncias sociais e psicológicas .....	122
4. O FUNDAMENTO DA ARGUMENTAÇÃO: Elementos de memória discursiva para uma análise dóxica .....	128
4.1 O terreno da memória: uma gama de distinções.....	139
4.2 Memória discursiva e <i>doxa</i> : aproximações possíveis.....	149
4.3 A negociação das distâncias retóricas no terreno da <i>doxa</i> e da memória discursiva.....	154
5. O JOGO DE NEGOCIAÇÃO: Análise retórico-discursiva dos pronunciamentos.....	158
5.1 As memórias discursivas em análise .....	162
5.2 A <i>tópica da resistência</i> .....	168
5.3 A estratégia carismática: elementos religiosos no discurso de Lula .....	213
5.4 A negociação das distâncias: o saldo.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	224
Referências Bibliográficas .....	230
APÊNDICES E ANEXOS .....	238
Apêndice A .....	238
Anexo A .....	246

## INTRODUÇÃO

A política tem o poder de construir pontes, laços. Se perguntarmos para algum político profissional o valor da política, possivelmente ouviremos que nada de ordeiro existiria se ela não existisse. O mundo seria um caos. Não haveria amizade entre as nações, nem tampouco entre os próprios cidadãos de um país. Diz a teologia cristã que todo homem, após sua primeira “queda” (pecado original), nasce já corrompido. Tais questões moveram também a filosofia contratualista. Se por um lado o iluminista francês Jean-Jacques Rousseau defendia, contrariando a teologia cristã, que o homem nasce bom, mas o meio social o corrompe; por outro, Thomas Hobbes, filósofo inglês, afirma que o “homem é o lobo do homem”, sendo as relações inter-humanas, pelo próprio “estado de natureza”, já malfadadas devido ao senso de autopreservação a todos inerente.

Para Arendt (2013), apenas pela política podemos alcançar a ordem e a paz. Segundo a filósofa judia-alemã, somente há solução de conflitos por meio da política, e somente há política onde há liberdade. Apenas a política teria, nesse sentido, a função de garantir os direitos dos cidadãos frente ao Estado e de uns para com os outros, sob a prerrogativa de ser ela, através do discurso, a única capaz de assegurar que a tirania e a coerção (seja física ou simbólica) não vejam a luz do dia. A política poderia ser vista, destarte, como o lugar discursivo onde as distâncias intersubjetivas são negociadas.

O campo político é, com efeito, um lugar onde as distâncias, sejam elas sociais ou psicológicas, são negociadas<sup>1</sup>. A política, em sua face mais ampla, configura-se justamente como uma arte de tecer acordos, de administrar os conflitos intersubjetivos em prol de um bem-estar social ou mesmo particular, através do discurso. No entanto, o discurso e a linguagem não são apenas instrumentos de persuasão, tal como se pode

---

<sup>1</sup> Gostaríamos desde já salientar, assim como o fez MEYER (2008), que as distâncias não são apenas negociadas para o acordo, mas podem também ser negociadas para o descordo ou para um maior distanciamento proposadamente, tal como vemos em casos de manifestações políticas. Em relação ao nosso *corpus* de análise específico, consideramos que as distâncias são negociadas sobretudo para o acordo, mas entendemos que o processo acontece também de maneira dialética, visto que um orador político geralmente busca dirimir as distâncias entre si mesmo e o auditório ao mesmo tempo em que cria maiores distâncias entre os seus opositores e o mesmo auditório.

parecer quando falamos da política como um processo de negociação discursiva. Pelo contrário, a linguagem não apenas é um instrumento de comunicação, mas também, e sobretudo, um lugar de ação/interação (KOCH, 2008). Por entendermos a linguagem como um lugar de ação, para além do caráter apenas instrumental, consideramos também que, a partir da sua relação com a sociedade, com o tempo e com a história, a linguagem revelar-se-á como um processo de negociação muito mais complexo que não se limitará ao acordo.

Nessa perspectiva, consideramos que a análise do discurso (AD) ganhou espaço inquestionável nas tramas da análise política desde os anos finais da década de 1960, ao objetivar ir além da cognição persuasiva do discurso político e adentrar no desvelamento das marcas ideológicas presentes no texto. A cena contemporânea, no entanto, é bastante instável e movimentada. A análise do discurso se depara com uma realidade outra, em que falas breves, técnicas de *marketing* político, debates eleitorais, e propagandas eleitorais na TV apresentam-se como fatores formadores de uma nova composição de gênero.

Ademais, o discurso político está cada vez mais plural. Ideologias marcadas (capitalismo, comunismo etc.) já não respondem com precisão às inquietações sociais. Por essa razão, enxergamos que a retórica, pelo próprio princípio de *pluralismo* que a atravessa, apresenta-se e revigora-se como uma abordagem eficaz para as análises do discurso político. Todavia, entendemos que a retórica encontra maior abrangência quando leva em conta também as implicações discursivas que se impõem no cenário social e, portanto, a apropriação que a *Análise Argumentativa do Discurso* (AMOSSY, 2010) faz dela apresenta-se como fundamental.

Destarte, análise do discurso e retórica, juntas, conseguem dar conta de uma análise mais profunda do complexo processo de negociação das distâncias intersubjetivas, estando aqui inclusas tanto as implicações sociais (ideológicas, dóxicas, inconscientes, polifônicas, culturais) quanto as de caráter psicológico e subjetivo (cognitivo, deliberado, volitivo). Entender o ato argumentativo em consonância com o ato discursivo permite, a nosso ver, uma análise mais abrangente do processo comunicacional, uma vez que abarca tanto as implicações ideológicas e sociais (frequentemente inconscientes) que legitimam

e constroem os sentidos, como as implicações cognitivas, desvelando um sujeito de vontade (apenas parcialmente consciente), que possui um projeto de persuasão.

Charaudeau (2004) preconiza que o *corpus* direciona a análise, na medida em que ele apresenta uma problemática e que, esta, por sua vez, demanda certo arcabouço analítico particular. Não entendemos aqui a política como apaziguamento das diferenças e negociação das distâncias por uma escolha aleatória. Diante de um *corpus* de análise (dois pronunciamentos políticos)<sup>2</sup> decorrente de um evento discursivo ocorrido no Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) — ocorrido em Brasília, em dezembro de 2013 — em que os presidentes Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff produziram pronunciamentos acerca do tema motivador do fórum (direitos humanos), certas demandas nos apareceram como cruciais para as escolhas e as preterições metodológicas que optamos por fazer.

Nessa perspectiva, o FMDH recebeu inúmeros estudantes de graduação, pós-graduação, pesquisadores, professores, militantes dos direitos humanos, representantes de grupos sociais e políticos. O evento teve a presença majoritária de um público jovem, na faixa dos 18 aos 28 anos, o que configuraria, como veremos neste trabalho, elemento importante para a determinação dos sentidos produzidos. Em se tratando de um fórum sobre os direitos humanos, não seria novidade que diversas reivindicações fossem levantadas. De fato, o evento contou com manifestações contra a Polícia Militar (em prol da desmilitarização da Polícia), contra os crimes de homofobia (em prol da criação de leis mais assertivas acerca da questão) e, sobretudo, acerca da PEC 200/2002, que visa a modificar as atribuições de delimitação das terras de propriedade indígena (estando atualmente atribuída à União, parte do congresso pretende modificar a legitimidade de delimitação para o Legislativo).

Posto isso, entendendo a argumentação como negociação de distâncias, as insatisfações do auditório precisariam ser abordadas, dirimidas ou polemizadas, como parte de qualquer processo que vise ao acordo. Se assumimos existirem distâncias sociais e psicológicas que precisam ser abolidas ou, ao menos, dirimidas, assumimos como pressuposto que um problema aí se insere. A perspectiva retórica enquanto negociação pressupõe, automaticamente, que o fenômeno argumentativo precisa ser entendido a

---

<sup>2</sup> O *corpus* de análise deste trabalho se encontra em arquivo anexo ao final desta dissertação.

partir do problema e não do acordo. O acordo é, obviamente, o objetivo maior de qualquer argumentação (embora se possa, por razões estratégicas, argumentar para que as distâncias sejam ainda mais aumentadas), no entanto, todo acordo parte de um problema a ele subjacente, que o move, que o concede fundamento, necessidade e razão de existir.

Faz mister entender que a retórica, para dirimir as distâncias entre os sujeitos, opera na (re)construção estratégica do discurso através das dimensões retóricas do *ethos*, do *pathos*, do *logos* e da *doxa*. Por assim dizer, um “bom discurso”, que vise a não permitir que distâncias sejam geradas, demanda ao orador que depreenda corretamente o *pathos* (auditório) em questão, para que ele use adequadamente o *logos* (o discurso, os argumentos) a fim de efetivar o seu *ethos* (a sua imagem). Consideramos que essas questões admitiram estatuto interessante em nossa problemática, visto que o *corpus* revelou dois oradores com características distintas no trato de tais dimensões.

Procuraremos, por um lado, ver justamente como os oradores construíram seus discursos através da disposição destas dimensões (*ethos*, *pathos* e *logos*). Por outro lado, buscaremos entender as implicações da *doxa*, uma vez que ela se coloca como fundamento de qualquer argumentação. Dessa forma, não haveria sentido em analisar as três dimensões retóricas se não levássemos em conta a disposição da *doxa*, que legitima os sentidos possíveis de serem depreendidos e construídos. Em suma, veremos como a *doxa* se apresenta, através de inúmeras faces e, sobretudo, através de *memórias discursivas* que, quando acionadas, dispõem o auditório em uma posição de maior tendência ao acordo, uma vez que tal empreendimento tende a operar na identificação dos sujeitos acerca de uma questão.

Ademais, para a compreensão mais profunda do contexto enunciativo, das condições de produção que determinam os sentidos possíveis dos enunciados, é preciso que nos atentemos à própria característica problemática do gênero que estará aqui em questão. Os pronunciamentos tomam características particulares que explicam, em grande parte, os tipos de argumentos escolhidos e preteridos e os efeitos de sentido causados por cada um dos oradores. *A priori*, podemos com segurança afirmar que os pronunciamentos são do gênero político, uma vez que admitem todas as características necessárias para considerá-los como tal (temas abordados nos pronunciamentos, papel social e institucional dos interactantes, lugar da enunciação etc.). Todavia, percebemos que o

pronunciamento da presidente Dilma Rousseff não se apresenta como um pronunciamento político de palanque ordinário, ou eleitoreiro, mas, sobretudo, como uma propaganda institucional de seu governo, tratando de elencar, de maneira bastante relatada e objetiva, os feitos e as projeções de sua gestão. O pronunciamento do ex-presidente Lula nos interessou sobremaneira por trazer elementos distintos do gênero político em sua originalidade, pois percebemos nele características de discurso epidítico, tanto quando o ex-presidente se coloca, em certos momentos, no papel de educador da massa ali presente, como por evocar elementos religiosos (um tipo de discurso epidítico), ainda que implícitos, no seu discurso.

Dessa forma, percebemos certa hibridização do gênero discursivo em questão, o que é parte da problemática que rodeia o *corpus* e que nos exigiu a escolha de determinada metodologia e não outra. A propósito, este trabalho fará uso da teoria do filósofo Michel Meyer (2008), tanto no que se refere à *problematologia* como também a respeito da retórica enquanto negociação de distâncias. Trabalharemos também, em certos momentos, com os desenvolvimentos retóricos da teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Ademais, poremos em diálogo a retórica e a análise do discurso, visto que entendemos que as disciplinas, quando juntas e ajustadas, mostram-se mais eficazes na análise de um discurso argumentativo. Nesse ponto, trabalharemos com a abordagem que a linguista Ruth Amossy (2010) faz da retórica na AD e também com alguns conceitos de outros teóricos da AD como Charaudeau (2004, 2005, 2012, 2013), Maingueneau (2008, 2015), Paveau (2005), Moirand (2005), entre outros.

A análise de *corpus* obedecerá a uma perspectiva ao mesmo tempo semântico-discursiva e argumentativa. Quanto à primeira perspectiva, trata-se de desvelar os possíveis sentidos que aparecem a partir das condições de produção e interpretação do discurso (contexto sócio-histórico e cultural, quadro institucional, papel dos interactantes etc.). A segunda perspectiva, entretanto, fixar-se-á mais no texto, visando a identificar estratégias argumentativas, sejam em forma de modalidades argumentativas, operadores discursivos, lugares argumentativos, figuras retóricas, sejam através de análises lexicais e semânticas mais complexas (como os efeitos de sentido causados pelas evocações de *memórias discursivas*).

A principal pergunta que move a nossa problemática é: *Em que se sustentam os pronunciamentos e por que o pronunciamento do ex-presidente Lula mostrou-se potencialmente mais eficaz do que o da presidente Dilma Rousseff em vista da negociação das distâncias interpostas entre os oradores e o auditório?* Em nosso caso, ao questionarmos o *porquê* da disposição retórica, queremos, na verdade, entender em quais imaginários (disposição *dóxica*) ele se fundamenta para que a sua argumentação seja mais eficaz (entendendo que a questão da eficácia não se limitaria ao orador e à sua argumentação (*ethos* e *logos*), mas sim, e sobretudo, a todo um complexo processo retórico que leve em conta também a *doxa* e o *pathos*. Ademais, poderíamos ainda desmembrar tal problemática (de tom mais geral, por certo) em alguns pontos menores, na medida em que busca: analisar como a relação *ethos*, *pathos* e *logos* se dá de forma *problematológica*, conforme veremos; investigar a problemática da *doxa*, uma vez que tal dimensão foi explorada estrategicamente (consciente ou inconscientemente) com finalidade persuasiva. Ainda em relação à *doxa*, por termos visto que ela se dispõe, sobretudo, sob a forma e funcionamento de *memórias discursivas*, torna-se preciso estudar quais *memórias discursivas* são evocadas e as razões dessa evocação; por último, a maneira como isso ocorre na língua é um ponto fulcral de nossa problemática.

Ora, uma vez dispostos todos os pontos de nossa problemática, entendemos que responderemos a tal questionamento a partir do momento em que respondermos, satisfatoriamente, a certos objetivos que traçamos em nossa investigação e que correspondem, praticamente, aos capítulos desta dissertação. **O primeiro** deles concerne em tentar compreender o funcionamento do discurso político a partir dos pressupostos da AD e da retórica. Esse será o nosso *primeiro capítulo*. **O segundo** diz respeito à identificação da situação de comunicação, das condições de produção e interpretação do discurso, uma vez que, ao elucidarmos a situação de comunicação, os papéis dos oradores e do auditório, o quadro institucional, poderemos depreender os sentidos possíveis nos pronunciamentos com maior propriedade. Separamos para esse objetivo o *segundo capítulo* deste trabalho. **O terceiro** consiste em examinar como acontece o processo de negociação das distâncias entre o orador<sup>3</sup> e o auditório, perpassando pela

---

<sup>3</sup> Faremos uso dos termos retóricos *orador* e *auditório* ao nos referirmos às duas instâncias da enunciação (locutor e alocutário) pela própria filiação teórica à qual nos inscrevemos. Vale ressaltar que, nem sempre, estes termos se adequam à realidade linguageira mais complexa e individual. Entretanto, por uma questão de padronização metodológica, preferiremos manter tais notações.

tridimensionalidade retórica indissociável (*ethos, pathos, logos*), explicitando as noções de questionamento e *problematologia* do filósofo belga Michel Meyer. Trabalharemos esse ponto no nosso *terceiro capítulo*. **O quarto** objetivo visa a elucidar as próprias estratégias utilizadas pelos oradores. Dessa forma, pretendemos analisar a construção dos argumentos no *corpus* selecionado, buscando evidenciar como se materializam as estratégias discursivas utilizadas pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff nos pronunciamentos proferidos. Esse objetivo se desmembra em dois capítulos distintos: o *quarto capítulo* diz respeito à *doxa*, porquanto é o fundamento de qualquer argumentação e às *memórias discursivas*, uma vez que compreendemos a evocação destas como o eixo principal das argumentações que aqui analisamos. Por fim, o *quinto capítulo*, concernente à análise propriamente dita, tanto semântico-discursiva como argumentativa de forma mais estrita e textual, sendo justamente na união dessas duas abordagens analíticas que o sentido final dos pronunciamentos pode ser apreendido com maior propriedade e acurácia.

## 1. A POLÍTICA E O DISCURSO POLÍTICO

### 1.1 Da política: ferramenta de consenso ou busca pelo poder?

A política sempre foi tema presente em diversos debates e isto se deve, sobretudo, ao fato de ela se impor como necessária, por um lado, pela diferença existente entre os cidadãos e, por outro lado, pela necessidade da ordem social. Por certo, se todas as pessoas pensassem de maneira semelhante, ou tivessem os mesmos direitos reais, os mesmos deveres reais, a mesma realidade, as mesmas condições de vida, provavelmente a política teria que rever a sua funcionalidade. De fato, é através do encurtamento das diferenças que a convivência entre os diferentes se faz possível.

Desde o início das civilizações, a política (os princípios que a regem) esteve presente, permitindo que os povos se organizassem internamente para a manutenção da ordem pública. Pode-se verificar a existência da política mesmo em sociedades mais anárquicas, que pautam suas atitudes em princípios de *laissez-faire*, visto que não deixam de formalizar, de igual maneira, uma política reguladora dos atos de cada participante da comunidade. A política está intensamente presente também no próprio ato de sua negação, pois quem se diz “a-político”, tem na “a-politicidade” a sua filosofia política (ARENDETT, 2009).

O conceito de “política” é bastante amplo e controverso. Com efeito, ainda que possamos entender a política como sempre existente desde o início da sociedade enquanto instituição e como, de certa maneira, constitutiva do indivíduo social, as concepções mais usuais nascem, evidentemente, no seio da democracia grega, onde os debates em favor do bem comum eram práticas da cidadania local.

Nessa perspectiva, torna-se indispensável recorrermos à Grécia Antiga e aos processos embrionários desse campo emergente que posteriormente seria chamado de *política*. A *Ágora*, assembleia grega onde se reuniam os cidadãos para discutir assuntos da cidade, é considerada como pilar fundamental para o surgimento dos primeiros estados gregos. A *Ágora* era o espaço público, por excelência, da cultura e da política, da vida social dos gregos. Espaço de convivência entre os gregos, ela também era espaço de troca, espécie de feira, mas era, sobretudo, local onde ocorriam as discussões políticas e os tribunais populares. Por essa razão, a *Ágora* é considerada o símbolo da democracia direta

e foi nesse berço democrático que as primeiras noções formais de política ganharam corpo.

O termo “política” deriva, originalmente, do grego *polis*, que significa “cidade”. “Política” era qualquer assunto que tratava de coisas do interesse da cidade para a boa gerência dos assuntos civis e administrativos de qualquer ordem. “Político” era aquele cidadão que participava das discussões, e como ficou marcado na famosa definição de Aristóteles: “Fica evidente pois que a Cidade [a *polis* ] é uma criação da natureza, e que o homem, por natureza, é um *animal político* [...]” (ARISTÓTELES, 2001, p. 56, grifo nosso).

Tal afirmação aristotélica de que o homem era **constitutivamente** e **naturalmente** político, *zoon politikon*, declarava-o como possuidor, em sua natureza, de capacidade social, como aquele que nasce para servir aos assuntos da cidade. Tal definição do homem parecia constituir a junção dos princípios da *ação* e da *vida em comum*, duas condições essenciais para a vida humana, para a *vita activa*, ou seja, “a vida humana, na medida em que se empenha **ativamente** em fazer algo” (ARENDRT, 2007, p. 31. Grifo nosso). Podemos notar que a filósofa Hannah Arendt utiliza o advérbio de modo “ativamente” para designar a qualidade positiva, eficaz e assertiva, da ação humana naquela sociedade. A ideia do homem como constitutivamente político e social, apesar de, em certa medida, ser demasiadamente simplória frente à complexidade da natureza humana, é uma ideia cara aos estudos das ciências sociais e políticas, pois é, a partir desse pensamento aristotélico, que tantos outros pensadores retornarão para dar engate a seus compêndios e tratados sobre o campo.

A noção de *zoon politikon*, por exemplo, foi ainda bastante explorada pelos latinos, gerando até implicações curiosas, como indica Arendt (2005). Segundo a filósofa, a significação do *zoon politikon* aristotélico entendida em Sêneca e Tomás de Aquino como “*animal socialis* [...] foi aceita como tradução consagrada do próprio termo: *homo est naturaliter politicus, id est, socialis*”. O que acontece é que o termo *socialis* é genuinamente proveniente do latim, não havendo uma perfeita equivalência do termo no grego antigo. Além disso, não há propriamente uma equivalência semântica entre os termos “social” e “política” em Aristóteles. Para o filósofo grego, a condição social do homem não é exclusiva deste, pois ela existe também nos animais, o que impossibilita de

taxar este homem como o “animal social” propriamente dito. O homem é, na verdade, “animal político”, pois a política pressupõe a vontade de bem conviver em comunidade e a ação engajada e ativa, também racional, para o alcance de tal finalidade.

É nesse viés, portanto, que o homem começa a entender a sua constituição política, a *bios politikos*, vida voltada para os assuntos políticos, fora da realidade familiar (*oikos*), e que pressupunha duas atividades: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*), que regiam toda a esfera dos negócios humanos (ARENDETT, 2007). Voltaremos a essas duas atividades posteriormente, tendo em vista que constituem o fundamento e a importância do discurso para os assuntos políticos (assunto que será abordado pouco mais adiante). O que nos é possível considerar, sumariamente, é que política em Aristóteles nasce no fortalecimento da *polis* grega, das cidades democráticas, que viam nos debates e nas discussões políticas os meios legítimos para a solução dos conflitos e para o desenvolvimento dos negócios humanos.

Por conseguinte, o desenvolvimento da política ganha ainda mais força no decorrer da história dos povos e nações, não apenas como espaço de discussão de assuntos referentes à cidade, mas como lugar das resoluções de conflitos humanos, nem sempre harmônicas, das disputas pelo poder. O que falar das expedições imperialistas, das grandes navegações, da invasão de povos por outros povos, da exploração de colônias, das guerras mundiais, regionais, locais e civis? Visto isso, não podemos deixar de problematizar a concepção de política unicamente no sentido da busca pelo entendimento pacífico e, logo, torna-se importante buscar compreender a face (ou faces) desse fenômeno social.

A política seria, pois, não apenas o fenômeno encarregado de resolver conflitos entre os diferentes, mas se apresenta também como uma das formas de manifestação do poder. Ora, podemos mesmo dizer que o poder atravessa a política em distintas faces, na medida em que ela visa sempre, pacificamente ou coercitivamente, à conquista ou à manutenção do poder. Obviamente, o conceito de poder, em si, também é bastante largo e complexo e não nos interessa versar sobre ele especificamente nesta dissertação. Bastanos, por ora, tão somente entender o poder como a vontade que o homem tem de sobrepor a sua vontade a outros, seja através do poder que um cargo (mesmo privado) lhe empossa, seja pelo poder comunicacional de influência e persuasão que possui cada ser humano,

como veremos com mais afinco posteriormente. Trataremos, pois, neste trabalho, a noção de poder como estando sempre vinculado ao próprio fenômeno da política, visto que faz parte da própria natureza humana e, portanto, de sua natureza política e de suas implicações. Nesse sentido, entendendo política e poder como fenômenos imbricados e indissolúveis, parece-nos importante destacar a posição de alguns autores a respeito dessas noções, a fim de melhor discernir as suas implicações no processo político<sup>4</sup>.

Ao conceituar Estado e ao desenvolver sua teoria a respeito deste, Weber<sup>5</sup> (2011), afirma que o poder é sempre o fim político por excelência e, nesse sentido, o Estado lança mão de seus aparelhos coercitivos para ganhar e manter o poder e a ordem, enquanto administrador legítimo das coisas públicas. O termo “legítimo” tem importância mais que substantiva na teoria política de Max Weber. O autor crê que os processos de interação entre as partes políticas (governantes e governados) se dão em relação de dominação (dominadores e dominados), sendo importante para a parte dominadora evocar a legitimidade da ação política que efetua. Com efeito, em toda a história política desse mundo, o governante precisa delimitar sua legitimidade, pois é a condição para que os dominados se submetam à autoridade dos dominadores (WEBER, 2011). Nos períodos absolutistas, por exemplo, nos quais o monarca detinha poder absoluto sobre tudo e todos, a sua legitimidade para governar era originária de linhagem sanguínea, ou decorrente de vitória em guerra, e seu poder, absoluto, não poderia e nem deveria ser questionado. Além disso, as desobediências à autoridade sempre geravam sanções físicas ou morais.

Analisando, agora, o período democrático, republicano, ainda nos é possível enxergar a importância da legitimidade para a ação política dos governantes. Entretanto, tal legitimidade não mais é fruto de um absolutismo totalitário, mas da própria população que, através de processos eleitorais diretos ou indiretos, elegem seus representantes legítimos para o executivo e para o parlamento/legislativo. O processo de aquisição da legitimidade, nesse caso, não parece ser totalmente coercitivo, afinal, não há nenhuma obrigação estabelecida em votar neste ou naquele candidato. Entretanto, tal processo não deixa de se apresentar como uma forma de dominação, não mais física, mas de ordem

---

<sup>4</sup> Entendemos que existem outras posições sobre o assunto, como a do filósofo Foucault, por exemplo, mas, nesse momento, privilegiaremos as posições em destaque.

<sup>5</sup> Consideramos que as contribuições de Weber para o entendimento do conceito de “política” são extremamente importantes e nos será válido de trazê-las ao nosso trabalho. Contudo, apontaremos a nossa escolha para o uso do conceito de política em Hannah Arendt e em Habermas, explicando, em momento oportuno, as razões desta decisão.

simbólica. Com efeito, para Weber (2011, p. 56), a “política é o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado”. Para o autor,

todo homem, que se entrega à política, aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere (WEBER, 2011, p. 57) .

As preocupações weberianas acerca da dominação dos homens pelos homens deram origem a uma teoria bastante importante para a ciência política que trata dos tipos de dominação. É importante elucidar essa questão, pois visamos, com esse trabalho, a entender o processo de discursivização política e, para tanto, é fundamental explorar a natureza do processo político objetivando entender, por consequência, suas implicações no território do discurso. Weber (2011, p. 57) considera existir, primeiramente, a autoridade do “passado eterno”, isto é, “dos costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizados nos homens, de respeitá-los”. Consoante esse autor, este é o “poder tradicional”, o mesmo que concede a legitimidade ao patriarca de governar um Estado, ou mesmo de governar sua família.

Em outro prisma, podemos perceber o poder que se impõe através da “legalidade”, “em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma ‘competência positiva’, fundada em regras racionalmente estabelecidas” ou, em outros termos, “a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conforme ao estatuto estabelecido” (WEBER, 2011, p. 57-58). É o caso da legitimidade dos servidores públicos ou dos cargos públicos de carreira (como diplomatas), que representam e servem à sociedade, mas o fazem por cumprimento de um estatuto formal (como um concurso público) criado e editado por órgãos do governo.

Por último, e mais interessante para a nossa análise, há um terceiro tipo de autoridade sobre a qual Max Weber (2011) teoriza e que nos remete à realidade cada vez mais presente nos governos mundiais: a “dominação carismática”. Tal dominação é exercida pelo “profeta” ou, no caso da política, pelo líder, pelo dirigente eleito, pelo soberano escolhido através de plebiscito, do voto, ou mesmo por golpe, pelo grande demagogo, pelo presidente de um partido político etc.. Segundo o sociólogo, essa

autoridade “se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo, ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe” (WEBER, 2011, p. 57). Tal tipo de dominação encontra-se bastante presente na política contemporânea, pois os líderes, necessitados da legitimação popular, lançam estratégias performativas e carismáticas, quiçá populistas, para consecução ou perpetuação no poder<sup>6</sup>.

Opondo-se claramente aos pensamentos weberianos, Arendt (2009) considera que não se pode medir a política apenas pelo desejo dos sujeitos pelo poder ou como meio de dominação. A política, para a autora, encontra sentido na liberdade e não pode e nem deve ser confundida com os objetivos aos quais visa. “Não se pode confundir a política com seus fins” (Arendt, 2009, p. 25). Ela entende que as concepções que consideram a política como dominação ajudam a construir o preconceito contra a política na sociedade. Consoante a filósofa,

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é ‘realmente’, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem sobre ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados (ARENDR, 2009, p. 60).

Nesse sentido, Arendt põe a política e o discurso como condição *sine qua non* para o conhecimento das coisas do mundo. A política, em seu pensamento, é a origem do questionamento sobre o mundo e também o próprio questionamento. É o porquê das perguntas, as perguntas em si, e as respectivas e possíveis respostas, mas não deve ser entendida como a consequência hostil e violenta que pode surgir desse processo, tendo em vista que a política não se coloca em posição de dar conta dos desejos e vontades

---

<sup>6</sup> Desenvolveremos em outro momento deste trabalho considerações mais pontuais sobre esse tipo de líder. Entendemos que a noção de dominação carismática é importante para este trabalho, o que explica o desenvolvimento, aqui, da teoria weberiana. Não se trata, entretanto, de teorizar especificamente acerca do *carisma* (trabalho este que produziremos em momento ulterior com maior profundidade), mas veremos que essa ideia nos será útil e, portanto, é-nos válido manter tal diálogo.

individuais, frequentemente sombrios, do homem. A política estaria, assim, na condição do “viver em conjunto” e consistiria em discutir, pacificamente, o futuro da sociedade<sup>7</sup>.

Hannah Arendt (2009) contesta a necessidade de violência, afirmando que o poder político está nos cidadãos, princípio de determinação da comunidade que acha aí sua própria justificação, seu próprio fim: vive-se em comunidade por ser ou para ser comum (ARENDDT, 2009). Destarte, a violência não pode ser considerada como parte da política, pois esta última, como esfera da discussão pública acerca do bem comum da sociedade, não pode admitir recorrer-se à violência como apaziguadora dos conflitos sociais ou, como se defende comumente, como medida necessária para o desenvolvimento econômico e social. Em toda a história do mundo, pode-se constatar que

a pressão e violência sempre foram, na verdade, meios para proteger o espaço político, ou para fundá-lo e ampliá-lo – mas sem serem políticos em si como tal. São fenômenos marginais que pertencem ao fenômeno da coisa política, e, por causa disso, não são ela. (ARENDDT, 2009, p. 61)

É deveras importante marcar a distinção em Hannah Arendt (2009) entre o que é constitutivo da coisa política e o que pode vir a fazer parte dela por razões externas. A dominação e a violência estão, de fato, presentes no fenômeno político, entretanto, Arendt (2009) não as considera como intrínsecas à política. Podemos assegurar, a partir de uma leitura mais objetiva de seus pensamentos e buscando aplicá-los a este trabalho, que a política seria, então, a perpetuação da liberdade e o desenvolvimento da capacidade de cada indivíduo em conviver com o outro. É a transformação de um indivíduo em um ser político, socializado, que não deve cair no equívoco de encarar a violência como meio de legitimar a ação social, mas deve entender o diálogo e o debate como pilares fundamentais para o estabelecimento da ordem social. “A política só começa – (sic) onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física” (ARENDDT, 2009, p. 50).

Foi-nos possível perceber até aqui que a política possui, no mínimo, duas concepções praticamente antagônicas. É essa, talvez, uma das principais razões da dificuldade em se analisar fenômenos políticos e tudo do que dele deriva. A própria

---

<sup>7</sup> Nisso, enxergamos vínculos profundos entre a teoria política arendtiana e a retórica, sobretudo, a teoria retórica de Meyer (2008), visto que o autor igualmente não vê qualidade retórica naquilo que é proposicional, mas apenas no que é fruto de questionamento e o próprio questionamento, que vão gerar consenso, deliberação, discussão, pautados no binômio questão-resposta, como veremos posteriormente.

complexidade em se delimitar o conceito de política, bem como o alcance desse fenômeno, torna o labor da pesquisa científica nesse campo muito interessante, mas não menos desafiador.

Precisamos, *a priori*, delimitar qual concepção do fenômeno adotaremos para este trabalho. Para tanto, é necessário compreender a política cindida, ou seja, dividida em pelo menos dois sentidos: o *stricto sensu* e o *lato sensu*. A política no *stricto sensu* seria a definição mais próxima às abordagens weberianas ou pautadas nas ideias do autor, no sentido de que a política necessita da ordem social e do aparelhamento dos processos para que haja um maior controle administrativo. Nesse sentido, a busca pelo poder e a dominação do homem pelo homem devem ser vistas como fenômenos pertencentes à esfera política [ainda que, para Arendt (2009), não seja efetivamente ela], pois são os motores de todo o processo político.

Por outro lado, pode-se conceber a política também no *lato sensu*, como o fenômeno proveniente do caráter *pluralista* dos homens e que, portanto, demanda certo engajamento de todos os indivíduos em se entenderem, dirimirem suas diferenças, através do livre diálogo, seja em forma de discussão, seja em forma de debate acerca da coisa pública. Seria, assim, o caráter deliberativo da política, a discussão que precede a ação, sendo que, a ação, nesse caso, deve ser vista sempre da ótica social e com a finalidade do bem comum. Evidentemente, como todo fenômeno em que se admitem duas visões, é necessário buscar integrá-las e ver até que ponto elas se relacionam, ou se, ao menos, há uma via que aponte para o equilíbrio dos conceitos.

Com efeito, pode-se dizer que existe uma terceira via, e ela estaria contemplada, entre outras tantas teorias que também abordam tal perspectiva, na visão de política do filósofo Jürgen Habermas. Ele afirma que o poder se baseia em uma espécie de contrato concluído “[...] entre sujeitos livres e iguais”, no qual as partes se obrigam mutuamente (HABERMAS, 1990, p. 118). Tal noção contratualista da política em Habermas pressupõe justamente essa dupla face do fenômeno, entendendo-o como construído através da *ação comunicativa*, como também pela *ação estratégica*. No seu principal trabalho, o livro *Teoria do Agir Comunicativo* (2012), o autor define a política a partir da relação de poder, dividindo-o em *poder comunicacional* (ação comunicativa, ou *agir comunicativo*) e um *poder administrativo* (ação estratégica, ou *agir estratégico*).

O primeiro tipo de poder afirma-se na necessidade de, através da comunicação e do diálogo, os cidadãos se relacionarem e resolverem aquilo que se coloca como impedimento para o entendimento mútuo. No segundo tipo, entretanto, o poder exerce-se pela necessidade administrativa do Estado de governar, o que implica em relações de dominação, regulação da ação social e individual, coerção e violência legítima contra aqueles que perturbarem a paz e a ordem coletiva. Ou seja, é o poder de governabilidade que o Estado precisa exercer para manter a ordem pública.

Nesse sentido, a política seria tanto discurso, processo comunicativo, como também ferramenta que legitima a dominação ou a coerção do Estado e de seus representantes. Patrick Charaudeau (2005a), parafraseando Habermas, afirma ser necessário que entendamos a política nas suas duas modalidades, nos seus dois processos contrários: tanto na produção comunicativa (discussão e debate), como na questão da dominação por processos de legitimação. É deveras possível verificar que não se pode falar em política apenas como o que permite aos cidadãos, aos meios de imprensa e aos atores políticos a possibilidade da discussão justa. Estão também bastante presentes os meios, na maioria das vezes mascarados, de dominação através do poder coercitivo do Estado.

Quanto a isso, Charaudeau (2005a, p. 14) também aponta para a necessidade de admitir as duas concepções da política, afirmando existir, ao lado do espaço da “dominação legítima, tradicional e carismática”, o *espaço de persuasão* no qual as diversas instâncias (*política-midiática-cidadã-adversária*<sup>8</sup>) participam de processos de regulação de poder, frequentemente, através do poder da palavra. A palavra existe neste espaço para que o ator político, participante da instância política, possa persuadir o seu interlocutor, o seu público, ou o povo a concordar com suas propostas e projetos. Além disso, há o *espaço de discussão*, onde são debatidos os fins e os meios da ação política (CHARAUDEAU, 2005a), sobretudo pelos atores políticos profissionais e governantes. Charaudeau (2005a) filia, assim, o seu entendimento de “política” ao viés defendido pelo filósofo e sociólogo Jürgen Habermas, acreditando existir tanto um poder comunicacional como um poder administrativo dentro do poder político. Esse poder resultaria, dialeticamente, de dois componentes da atividade humana: o *debate de ideias* e o *fazer*

---

<sup>8</sup> Cf. CHARAUDEAU, 2005a. Veremos tais conceitos posteriormente.

*político*, consistindo o primeiro na contínua troca de opiniões referentes ao campo público, e o segundo se tratando das decisões e dos atos que partem desses debates como fruto comum de um processo deliberativo.

Por isso, preferimos aqui conceber como um equívoco a redução da política a um desses conceitos. Entretanto, apesar de entender que a coerção simbólica pode estar presente mesmo nos processos de diálogo mais inocentes e que se pode argumentar, por certo, contra a coerção simbólica, consideramos que não cabe ao domínio deliberativo lidar com os processos de coerção e violência física. Por assim dizer, quando não há a possibilidade do livre diálogo e da argumentação, não podemos afirmar que se trata de um processo deliberativo. A liberdade é, pois, condição inegável para a deliberação, no sentido em que ela pressupõe certa igualdade de direitos na tomada da palavra e no exercício da argumentação, ainda que saibamos que isso está longe de acontecer com a naturalidade que se deveria, em se tratando de um espaço democrático. Portanto, optamos, neste trabalho, por analisar o discurso político através do conceito *lato* da política, como possível *locus* do livre-diálogo e da persuasão, ainda que não neguemos, de maneira alguma, a frequente ocorrência de traços de coerção simbólica no meio social.

Em suma, não nos parece possível perceber a política como pertencente apenas a um desses enquadramentos. Ela é tanto poder de diálogo e persuasão como também poder simbólico e coerção e, frequentemente, ambos os poderes se interligam. Nesse pressuposto, poderíamos dialogar com todas estas teorias a fim de generalizar o entendimento de política em nosso trabalho, visto que o processo de discursivização da política segue a mesma lógica de funcionamento e de fabricação do pensamento político. Onde há ação coercitiva pode também haver palavra coercitiva, e onde há a liberdade de ação há também possivelmente o livre diálogo.

Faz mister destacar que preferiremos dar ênfase ao entendimento de política em Hannah Arendt (2007, 2009, 2013), por entender que a palavra persuasiva, o livre-diálogo, a possibilidade de resolução dos conflitos através da comunicação são questões genuinamente políticas e precisam ser percebidas como a condição chave para o entendimento social. Ademais, tal entendimento dialoga diretamente com a nossa problemática, de modo que precisamos delimitar as possibilidades teóricas de desenvolvimento. Não obstante, utilizaremos em alguns momentos as percepções do

fenômeno político também em Weber (2011), principalmente no que concerne ao poder carismático; em Habermas (2012), pelo grande contributo na interligação dos conceitos; e ao linguista Patrick Charaudeau (2005a), que parte do pensamento arendtiano e habermasiano, valendo-se de tais conceitos para a definição do que viria a ser o discurso político<sup>9</sup>.

Não podemos nos esquecer, sobretudo, que caminharemos sempre em direção ao pensamento retórico, que percebe o mundo através do discurso persuasivo e, nesse sentido, o pensamento de Habermas, Charaudeau e Arendt (sobretudo desta) parece-nos mais adequado. Se buscamos uma ideia de política partindo de bases retórico-argumentativas, possivelmente as contribuições desses filósofos nos serão de maior valia.

## 1.2 Política, argument(ação) e discurso

Voltando à Grécia Clássica e retornando a alguns conceitos, o surgimento da *polis* significou que o homem recebia, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. A partir desse momento, cada cidadão passava a pertencer a duas ordens de existência e precisaria, doravante, diferenciar aquilo que lhe era próprio (*idion*) e o que era comum a todos (*koinon*). Essa nova realidade (o *bios politikos*) compreendia duas atividades que lhe estruturavam: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). Essas duas atividades são indissociáveis uma da outra, e assim já eram consideradas desde o pensamento pré-socrático, desde as referências homéricas a Aquiles, no discurso de Fênix, na *Ilíada*, como “o autor de grandes feitos e o pronunciador de grandes palavras” (ARENDDT, 2009, p. 34).

O discurso e a ação eram tidos como coexistentes e fundamentais para o estabelecimento da ordem política. Nesse sentido, podemos aferir que toda ação política, na medida em que permaneça fora da esfera da violência, é realmente realizada por meio de palavras, porém, mais fundamentalmente, que “o ato de encontrar as palavras adequadas no momento certo, independente da comunicação ou da informação que transmitem, constitui uma ação” (ARENDDT, 2009, p. 35). É nesse ambiente de disposição

---

<sup>9</sup> Utilizaremos as vozes desses autores, de modo a destacar alguns aspectos de cada voz. Não podemos aqui, contudo, desenvolver com maior profundidade tais pontos, visto que tais reflexões ficarão para uma tese de doutorado.

filosófica e política que surge a retórica, enquanto técnica do discurso que emerge como tópico da educação ateniense, unindo-se ao tópico da guerra, tradicionalmente ensinados na educação da antiguidade. O que vimos em decorrência dessa dicotomia *guerra x discurso (retórica)* é que, quanto mais se direciona para a guerra menos se recorre ao discurso. Faz-se necessário enxergar, portanto, o discurso deliberativo como eminentemente argumentativo (como veremos ainda neste trabalho), ou melhor, retórico e, dessa forma, não se pode conceber esse discurso como sendo pertencente à mesma ordem da guerra, tendo em vista que são, categoricamente, opostos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958], p. 61), no *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, afirmam que “o recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência<sup>10</sup>”. O discurso, na sua modalidade argumentativa, era encarado como a forma especificamente humana de responder, replicar e enfrentar o que acontece ou o que é feito no seio social. Segundo Arendt (2009, p. 35), “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência”. O *zoon politikon* aristotélico alia-se, nesse sentido, com o *zoon logon ekhon*<sup>11</sup> (um ser vivo dotado de fala). Pautando-nos nestas considerações, fica impossível não aproximar o caráter político do ser humano ao seu caráter retórico, e fica evidente, igualmente, a necessidade do discurso no desenvolvimento do pensamento político. O *logos* político e o debate acerca de tudo o que desencadeia dele é o que vem a ser, definitivamente, política na ótica grega. De certa maneira, Hannah Arendt (2007) concorda com o pensamento aristotélico, encarando a política como processo necessário para a convivência dos indivíduos, e vendo em todo o mal e tirania que hoje se encontra na ordem social não o fruto esperado dessa política e sua consequência natural, mas o mau uso desta.

Nesse sentido, por razões metodológicas, optaremos por conceber a política como espaço de discussão e persuasão que, conseqüentemente, gera o espaço da ação política. A política se conceituaria a partir do próprio conceito de retórica, que veremos mais adiante, como o fenômeno social que pressupõe a interação dos cidadãos através da livre discussão e do *pluralismo* de opiniões, a fim de resolverem suas próprias diferenças

---

<sup>10</sup> Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) referem-se, nesse momento, apenas à violência física, da mesma maneira como enxerga a filósofa Hannah Arendt (2005).

<sup>11</sup> Cf. ARENDT, 2009.

acerca do que vem a ser melhor para a sociedade<sup>12</sup>, isto é, ela pode ser entendida como o princípio regulador dos processos deliberativos acerca de assuntos sociais em geral. Dentro deste espaço, os diversos participantes do cenário político se relacionam movidos pelos princípios de alteridade, influência e regulação<sup>13</sup>, e se permitem ao jogo retórico da argumentação de teses, opiniões, propostas, valores etc.. O discurso proveniente dessa ideia de política seria, pois, a materialização das diferenças e das semelhanças entre o “eu” e o “outro” e é, através desse discurso que se é permitido que tais diferenças se resolvam, em razão do poder da argumentação retórica, além de permitir aos homens, sobretudo, viver em harmonia, ou, ao menos, viver na tentativa de se aproximar dela.

Vejamos, a partir de agora, o que se entende por discurso político, como concebê-lo em um mundo de discursos outros, e como o mesmo funciona, passando por alguns diferentes momentos da teorização acerca desse tipo de discurso até chegar ao resgate do olhar retórico aplicado ao nosso objeto discursivo.

### **1.3 Do discurso político: percurso analítico**

A política é objeto de estudo de vários domínios diferentes, o que deflagra a própria multiplicidade de olhares que podem convergir para esse mesmo objeto. Podemos entender a política, por exemplo, pelo prisma da filosofia política, que se interroga pelo pensamento político e as categorias que o compõem, como também idealiza as ideais formas de governo para as sociedades. Para Charaudeau (2005a, p. 25), a “filosofia política” é o lugar da reflexão, da interrogação permanente sobre os modos de organização do pensamento político e de sua aplicação na sociedade. Em outras palavras, pode-se dizer que a filosofia política “pensa o pensamento político”.

A “ciência política”, por sua vez, interroga-se não só em relação ao pensamento político, como também em relação aos efeitos causados pela ação política. São estudados “les comportements des acteurs politiques en fonction de leur identité et de leurs engagements<sup>14</sup> (CHARAUDEAU, 2005, p. 25)”, isto é, a ciência política procura analisar

---

<sup>12</sup> Cf. MEYER (2007a); Cf. HABERMAS (2012).

<sup>13</sup> Cf. CHARAUDEAU (2005a).

<sup>14</sup> “Os comportamentos dos atores políticos em função de suas identidades e de seus engajamentos” [Tradução nossa].

a realidade política não como ela deveria ser, idealizada, mas como ela é, de fato. Em outra perspectiva, a “História”, enquanto disciplina, pretende analisar os fatos políticos, bem como reconstruir os acontecimentos, buscando explicar, ou ao menos problematizar, as causas e as consequências de cada acontecimento político.

Dessa forma, o que se pode aproveitar desses três campos que recortam o objeto “política”, cada um de acordo com seu interesse de pesquisa, é que todas essas problematizações estão presentes no domínio do discurso político, pois é próprio dos estudos do discurso abranger o escopo da análise para tudo o que possa modificar ou produzir determinados sentidos dentro de um discurso. Não obstante, a análise do discurso (doravante, AD), que se interessa em grande escala pelo discurso político, diferentemente dos campos precedentes, não se interroga especificamente sobre o fundamento do pensamento político, nem sobre as causas e efeitos da ação política, nem tão somente questiona os acontecimentos históricos, mas engloba todos estes, analisando os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política, quanto a regulação dos fatos políticos (CHARAUDEAU, 2005).

### **1.3.1 Desenvolvimento dos estudos sobre o discurso político no campo da Análise do Discurso**

O discurso político foi o primeiro objeto da AD encabeçada por Michel Pêcheux, na década de 1960, na França. A relação entre a revolução estudantil de Maio de 1968 com os ideais marxistas e o seu consequente impacto nas discussões teóricas e políticas da época colocaram tal objeto em pauta desde então. Segundo Courtine (2003, p. 61), a conjuntura dos eventos de Maio de 1968 produziu “um agravamento do fluxo dos discursos políticos tanto nas paredes quanto nas ruas. Mas também no trabalho acadêmico, quando a filosofia se definiu como ‘conflito de classe na teoria’”. Tais discussões fizeram Louis Althusser (1970) propor uma análise de textos marxistas, atitude que influenciou o pensamento de M. Pêcheux sobre o discurso político enquanto materialização das lutas de classe na própria estrutura linguística. Segundo Charaudeau (2005a, p. 28), a análise do discurso político, em seu início, fundamentava-se no “materialismo histórico e em uma teoria das ideologias”.

As noções desenvolvidas por Althusser (1970), como a de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE's), são capitais para o desenvolvimento da análise do discurso na França, que via no discurso, e não apenas na repressão, a possibilidade de agir ideologicamente e influenciar as “razões”. É importante entender a ideologia política presente nesses pensamentos de maneira macro e micro, entendendo que, para eles, qualquer ação discursiva partia de intenções movidas por uma ideologia. De outro modo, dentre tantos AIE's (religioso, familiar, escolar, entre outros) que surgiam como originários de um processo ideológico macro, existia também a ideologia política propriamente dita, em sentido micro, aquela que compreendia os partidos políticos, a militância, e as implicações políticas mais diretas, como a expansão, por exemplo, dos ideais socialistas e marxistas de idealização da sociedade e do mundo. Nesse sentido, pode-se dizer que, ainda no início da década de 1970, com o surgimento das ideias althusserianas, a AD tentava se colocar como dispositivo marxista de interpretação de textos.

Ademais, M. Pêcheux desenvolveu conceitos como “interdiscurso” e “formas-sujeito”<sup>15</sup>, apesar de ter também dissertado sobre outros conceitos originários de outros teóricos a ele contemporâneos (Formação Discursiva, de Foucault; e Memória Discursiva, de J.J. Courtine). O primeiro conceito e estes dois últimos apresentam os sujeitos inscritos na história, enquanto seres “assujeitados” à estrutura, condicionados aos diversos aspectos histórico-sociais que regulamentam o dizer, o que pode e o que não pode ser dito e que percebe o discurso como pertencente a uma rede múltipla de discursos outros, que frequentemente transpassavam-se, condensavam-se em um todo de sentido. O conceito de “formas-sujeito”, por sua vez, implica na condição múltipla do sujeito, por ser capaz de assumir diversas funções distintas a depender das “condições de produção”<sup>16</sup> do seu discurso, por exemplo, podendo um sujeito, em determinada situação, apresentar-se como “pai”, e os sentidos de seus enunciados assim serem interpretados, e em outra situação o mesmo sujeito assumir a forma de “amigo”, o que diferenciaria a formação discursiva que regeria o que poderia ou não ser dito, bem como gerenciaria as possibilidades do sentido e do dizer.

Outrossim, Pêcheux parte da importante noção de “assujeitamento do sujeito” para conceber o sujeito como (re)produtor de ditos já anteriormente ditos, negando, assim,

---

<sup>15</sup> Cf. PÊCHEUX, 2009.

<sup>16</sup> Conceito que veremos com maior atenção mais adiante.

*grandes*<sup>17</sup> possibilidades de o sujeito assumir-se como a origem do dizer. Em suma, podemos entender o sujeito político nessa fase da AD como fruto de atravessamentos ideológicos que evidenciam, na sua própria fala, o furor da luta de classes e que revelam e explicam, no seu dito, o pertencimento a uma determinada classe socioeconômica que o constitui como sujeito falante e pensante no mundo.

Duas décadas mais tarde, surgia outra escola da análise do discurso conhecida como análise crítica do discurso (ACD), ou análise do discurso de vertente inglesa, definida e desenvolvida, sobretudo, por Norman Fairclough e Teun A. van Dijk, este último que também fazia do discurso político o seu principal objeto de análise. Ainda pautado em desvelar os processos da ideologia na constituição dos sujeitos e dos dizeres, Van Dijk (2008) acredita ser preciso certa dose de engajamento e militância nas análises dos diversos textos verbais, sejam eles escritos ou orais, distribuídos na sociedade. Inconformado com as implicações da alienação ideológica que atravessa os sujeitos, o autor procura, com um amplo espectro metodológico, elucidar as implicaturas ideológicas nos enunciados. A ACD apresenta, assim, interesse por modalidades políticas de maior engajamento militante em prol de minorias, trazendo discussões mais contundentes, por exemplo, sobre o discurso racista, em suas diversas formas. Para essa escola, não é necessário apenas uma teoria do discurso que desvele as ocorrências das opressões ideológicas nos diversos textos, mas, sobretudo, uma teoria que aja definitivamente na concepção de mundo das pessoas e que modifique a realidade social. Seria, desse modo, além de uma teoria social, também uma prática que busca revolucionar o pensamento acerca do que corresponde aos discursos dominantes e opressores. Segundo Charaudeau (2005a, p. 29), parafraseando o próprio Van Dijk, a ACD procura “d’élucider les stratégies de légitimation et de construction de la domination qui [...] s’inscrivent dans l’abus de pouvoir<sup>18</sup>”. Maingueneau (2015, p. 54), semelhantemente, afirma que a ACD contemporânea “incide sobre as disfunções sociais, muito frequentemente expressas em termos de ‘poder’ ou de ‘desigualdade social’”.

---

<sup>17</sup> É importante dizer que não pretendemos fazer uma “vulgata” do pensamento pêcheutiano, no que se refere ao seu entendimento de sujeito e (in)consciência. Por essa razão, apenas apontamos que o autor não entendia o sujeito como origem do dizer. Quanto à questão da volição, parece-nos que Michel Pêcheux reformula o pensamento, ainda que de maneira cautelosa, em seu último trabalho “Discurso: Estrutura ou acontecimento”.

<sup>18</sup> “elucidar as estratégias de legitimação e de construção da dominação que [...] se inscrevem no abuso de poder” [tradução nossa].

Ademais, uma das mais importantes contribuições dessa abordagem, por certo, foi reinsserir uma participação mais ativa do sujeito, enxergando-o não apenas como constituído, mas também como importante na constituição dos discursos, tendo em vista que a objetividade absoluta mecaniza os processos de subjetivação e cognição existentes nas mentes humanas. Para tanto, cria os seus *modelos* cognitivos de percepção discursiva, espécies de lentes com as quais olhamos o mundo, condicionando como o recebemos e como o interpretamos. Seria, nesse ponto, uma pequena participação mais ativa do sujeito na constituição do sentido de seu próprio discurso e na interpretação de outros.

Contudo, a partir da década de 1990, a realidade do cenário político mudou e, sobretudo, as ferramentas de poder político já não eram forçadamente as mesmas. A política tem tomado outras formas e, com isso, o discurso político vem exigindo outros aparatos interpretativos que deem conta das novas problemáticas que emergem. Não se pode dizer que a problemática da ideologia deixou de existir, isto é, o pensamento político é, e sempre será, movido por razões ideológicas, na condição de que entendemos ideologia aqui como cosmovisão, como tudo aquilo que faz parte da maneira como vemos o mundo e não apenas a ideologia em sentido micro, que corresponderia aos modelos ideológicos, como ideologia de esquerda e ideologia de direita, que insistem em ser compreendidas como ideologias no sentido mais largo<sup>19</sup>.

A década de 1990 permite florescer outros meios de questionamento. O fim da Guerra Fria, por exemplo, iniciou um enfraquecimento paulatino do estudo das ideologias dentro do cenário acadêmico, e as lutas de classes ficaram cada vez mais opacas frente à nova estrutura política (como veremos com maior afinco na seção 1.2.1). Nesse sentido, a nova realidade do cenário político fortalece novas teorias acerca do discurso e do sujeito e, em grande medida, permite o retorno de algumas teorias clássicas que voltavam a se apresentar, desde a década de 1950, como dispositivos analíticos interessantes no que

---

<sup>19</sup> Perceberemos, no último capítulo desse trabalho, que a ideologia nesse sentido mais amplo está inscrita na própria fundação do discurso. É constituída no processo de troca social, no *continuum* da história, nas implicações das variadas ideias que passeiam nessa linha temporal e que constituem os sentidos, e não apenas decorrente das implicações socioeconômicas que determinam certos tipos de ações e pensamentos. A retórica, desde a sua origem, já percebia a existência desse tipo de ideologia mais ampla, chamada *doxa*, que abrange em si mesma uma ampla variedade de possibilidades de apresentação dessas ideias, sejam em forma de ideologias (micro), sejam em forma de saberes partilhados, estereótipos e clichês (AMOSSY, 2010).

tange aos estudos do discurso<sup>20</sup>. Falamos aqui, notadamente, da retórica, com o seu refortalecimento mais significativo na década 1950.

Em parte, a natureza do pensamento político contemporâneo impõe limites e barreiras à total adequação da análise do discurso pècheutiana em responder aos questionamentos que emergem do cenário político atual. Por certo, a teoria ideológica do discurso que alimentou a AD francesa cede espaço, nesse momento, a teorias que passam a enxergar o sujeito novamente de forma mais ativa: parcialmente consciente, engajado com a estrutura de seu próprio dizer e com vontade de persuadir o seu interlocutor. Na verdade, precisamos destacar que o sujeito não deixa de ser interpelado ideologicamente, tampouco deixa de ser movido por esquecimentos, porém não se pode compreender o sujeito, ao menos para essas teorias novas e “ressurgentes”, como desprovido de vontade própria. Ademais, não se pode conceber que não há certa consciência por parte do sujeito em falar “isso”, ao invés “daquilo”, em querer – ainda que movido pelas falhas de sentido, pelos processos do inconsciente, ou mesmo pelos interdiscursos que atravessam o seu próprio discurso – dizer algo movido por sua própria natureza volitiva. É importante salientar que tal natureza volitiva é crucial para a reforma do pensamento acerca do sujeito na AD, visto que nada impede de um sujeito agir e falar por vontade, ainda que essa vontade não seja (ao menos não totalmente) consciente. Essa nova concepção do sujeito não deixa de compreender a sua natureza social e ainda faz emergir a sua natureza polifônica, visto que o mesmo se constitui, mesmo que inconscientemente, por diversas outras vozes que lhe atravessam e que dizem também no seu próprio dizer. Quanto a isso, Possenti (2009) argumenta que, por mais que não sejamos a origem do jogo de linguagem, por mais que não inventemos tal jogo, não significa que não joguemos. “Além disso, não o fazem todos ou sempre da mesma maneira: há craques e pernas-de-pau” (POSSENTI, 2009, p. 83). Com efeito, é impossível não notar a vontade que o sujeito falante tem de influenciar o seu interlocutor, em fazer com que o outro concorde com o que ele concorda, ou fazer com que o seu parceiro compartilhe do que ele compartilha.

---

<sup>20</sup> Consideramos Estudos do Discurso, tal como Maingueneau (2015) preconiza, como um campo mais abrangente do que a Análise do Discurso. No entanto consideramos que a AD possui maior sistematização e categorias de análise. Entendemos que é necessário separá-los (os campos teóricos) em certos momentos, pelo fato de terem existido, mesmo antes do surgimento da AD, escolas distintas que se preocuparam acerca do objeto do discurso em suas mais diferentes perspectivas.

Nesse sentido, em meio a um novo paradigma emergente, a política e a análise do discurso político ganham formas distintas *vis-à-vis* àquelas da década de 1968. De fato, a mudança de visão acerca do sujeito foi fator importante, entre outros, para a mudança de paradigma no território do discurso político. O desenvolvimento dos meios de comunicação e também a mudança do paradigma midiático acompanham essa nova abordagem da realidade político-discursiva.

Entretanto, há um fator ainda mais importante, para não dizer mesmo preponderante, na mudança das práticas sociais que foi iniciada pelo crescimento das mídias. É bem verdade que Charaudeau (2005a), ao prever a existência da *instância midiática* como participante ativa do processo político, corrobora com a visão de que a mídia possui papel crucial na determinação dos sentidos da palavra política e da persuasão. Não que consideremos desimportante esse tipo de leitura, entretanto, por razões de opção teórica, não trataremos da mídia especificamente como motivo principal da mudança do paradigma discursivo no campo político, mas, antes, vincular-nos-emos às razões e às explicações dadas por Courtine (2003) e Piovezani (2003), como veremos mais adiante.

Nesse sentido, podemos dizer que a percepção da importância da mídia para o entendimento do processo político não é algo novo dentro das pesquisas da AD. Segundo Gregolin (2003, p. 10), “a percepção de que os meios de comunicação constroem discursivamente uma espetacularização dos acontecimentos está esboçada, por exemplo, em um trabalho de Michel Pêcheux produzido em 1983”. Ela está se referindo aqui ao livro *Discurso: Estrutura ou acontecimento*<sup>21</sup> em que M. Pêcheux analisa um enunciado político típico das torcidas esportivas: “on a gagné” (ganhamos), proferido por François Mitterrand, veiculado em toda França, na ocasião de seu discurso de posse.

Para Courtine (2003), o declínio dos enunciados políticos, na França, se deu a partir dos anos 1970, através da crítica antitotalitária às “línguas de madeira<sup>22</sup>” e às formas

---

<sup>21</sup> Cf. PÊCHEUX, 1990.

<sup>22</sup> Courtine (2003) refere-se à “língua de madeira” enquanto linguagem em que há o uso de formas longas, fixas e redundantes no discurso político. “Língua de madeira” porquanto rígida e sem vida. Contrapõe-se, nesse sentido, à linguagem política contemporânea, que prioriza o uso de formas breves, fórmulas, diálogos que conferem ao discurso político mais fluidez e imediatismo. O discurso político passa por um processo transformacional na enunciação, com um discurso curto, descontínuo e ininterrupto. Neste caso, o sujeito re-emerge de modo individual, em detrimento do apagamento da máquina política. Baronas (2003), entretanto, possui outra explicação para o termo. Segundo ele, M. Pêcheux toma esta palavra de empréstimo

de fala longas e monológicas. Isso se estendeu por toda a década de 1980, ocasionando o surgimento das falas breves, das fórmulas, das pequenas frases. Podemos perceber esse movimento, no Brasil, desde a redemocratização, em que candidatos passaram, pois, a aproveitar cada instante de tempo de suas enunciações políticas, produzindo curtos lances de fala, projetos fluidos e imediatos de composição dos argumentos.

Isso se dá, em grande parte, à crise que Courtine (2003) identifica nas sociedades ocidentais, à mudança na forma da tomada de palavra, na mídiatização e na teatralização da política. O pensamento pós-moderno, nesse sentido, é parte fundamental para a instauração de novas práticas sociais e políticas. O discurso político tende, logo, a uma economia de trocas languageiras, entendendo, tal como Bourdieu (2005), as trocas de linguagem semelhantes a trocas mercantis, em um verdadeiro campo econômico de capitais simbólicos. Não à toa, o sociólogo afirma que “o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento” (BOURDIEU, 2005, p. 188). O autor pressupõe a existência de um mercado linguístico, onde as trocas são regidas não só pelo *habitus*<sup>23</sup>, pela situação e pelas condições sócio-históricas que atravessam um sujeito social, mas também por uma vontade de persuasão, aproximando, destarte, o discurso de uma espécie de moeda de troca (BOURDIEU, 2005, p. 189). Em outros termos, o “mercado linguístico” seria tal como a noção de “contrato de comunicação” charaudiana, pois se trata de restrições situacionais que vão reger o que pode e deve ser dito para que a comunicação tenha o efeito desejado pelo orador, visando a persuadir o auditório ou a fazê-lo compartilhar de opiniões afins (CHARAUDEAU, 2005b).

Destarte, o novo formato da persuasão, por adequar-se ao mercado linguístico em ascensão, pressupõe textos bem construídos, falas breves e fórmulas de linguagem

---

de Régis Debray ao analisar o discurso dos senhores feudais. Na tentativa destes de alargar ainda mais o fosso entre eles, o clero e a multidão de laicos, restauraram o latim como instrumento de comunicação internacional e, portanto, a língua oficial da administração. Os reis, os príncipes e os clérigos são os únicos que podem aprendê-lo e, dessa forma, as línguas vernáculas tornam-se “vulgares”, abandonadas ao povo. “O latim seria, assim, a “língua de madeira” da ideologia feudal, realizando, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação” (BARONAS, 2003, p. 196, nota de rodapé).

<sup>23</sup> “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

eficazes, fatores determinantes para o retorno da retórica enquanto teoria e metodologia capazes de desvelar os meandros da comunicação política.

Nesse viés, podemos destacar a contribuição de PIOVEZANI FILHO (2003, p. 51) ao afirmar que “a política ‘espetacularizou-se’, o que indica que esse fenômeno “corresponde a certa ‘passagem do espaço público à condição de marketing *merchandising*’”.

No tocante a isso, Chauí afirma que

Na política, as imagens tornam-se muito sofisticadas e complexas porque precisam garantir, simultaneamente, estabilidade e permanência ao poder e sua adaptabilidade, flexibilidade e dinamismo para responder às conjunturas. A competição pública não se faz entre partidos, ideologias ou candidatos, mas entre imagens que disputam valores como ‘credibilidade’, ‘confiabilidade’, ‘respeitabilidade’, ‘inovação’, ‘prestígio’ (CHAUÍ, 1992, p. 386).

Por essa razão, o jogo de imagens, as formas breves de comunicação, a expansão midiática, tudo isso se configura como fator importante para o projeto retórico da comunicação política. Podemos dizer, assim, que o novo paradigma pós-moderno faz ressurgir, cada vez mais forte e sedimentada, tanto a velha retórica, como uma nova retórica que se alia, hoje, aos estudos da análise do discurso, em detrimento de uma análise apenas ideológica<sup>24</sup>. Antes que partamos para uma análise mais profunda acerca do dispositivo retórico, voltemos os olhos para a AD que, mediante as novas condições do pensamento, reformula também alguns pontos basais de si própria, trazendo o sujeito para um lugar um pouco mais central que outrora e colocando em destaque, mais uma vez, o discurso político como objeto de análise.

### 1.3.2 O discurso político na ótica de Patrick Charaudeau

No ano de 2005, o linguista Patrick Charaudeau publica um importante contributo aos estudos do discurso político chamado *Le Discours Politique: les masques du pouvoir*. Nesta obra, Charaudeau aplica um novo olhar sobre o objeto do discurso político,

---

<sup>24</sup> Vale ressaltar que estamos nos referindo a abordagens discursivas e políticas que se adequam ao nosso *corpus* de análise. Não podemos, contudo, afirmar que tal paradigma político e discursivo seja adequado a todas as formas de discurso político da contemporaneidade.

adotando uma perspectiva que revelava a realidade político-discursiva com maior adequabilidade às novas problemáticas da contemporaneidade. Charaudeau percebeu, por exemplo, certa vontade do sujeito político em fazer o seu interlocutor crer no que lhe era apresentado como proposta. Com isso, Charaudeau (2005a) não nega o estatuto do sujeito enquanto atravessado pela ideologia, apenas afirma haver, nesse mesmo sujeito, certa disposição a persuadir outrem, certo estatuto de vontade. Em outras palavras, Charaudeau (2005a) não nega que o sujeito está determinado por restrições referentes aos imaginários e às condições de troca (inclusive tais restrições fazem parte do arcabouço de sua teoria, como o conceito de “contrato de comunicação”, por exemplo), mas entende que há certa margem de manobra (às vezes mesmo uma grande margem) que possibilita ao sujeito, movido pelo princípio de influência, persuadir outrem a fazer o que quer que ele faça. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso político em Charaudeau (2005a) apresenta o saber do sujeito político como fruto de outros saberes, o dizer desse sujeito como influenciado por outros dizeres e, por outro lado, apresenta o sujeito político como parcialmente consciente e detentor de uma vontade de persuadir outrem.

É importante salientar que um olhar inteiramente objetivo para a relação sujeito-discurso pode resultar-se um tanto inadequado, ou seja, ainda que se mantendo certas estruturas que determinam o dizer — como as condições de produção, as restrições institucionais, o contexto sócio-histórico-cultural, o gênero discursivo, estáveis para dois sujeitos distintos, por exemplo — os sentidos do discurso de cada um podem resultar diferentes. Isso comprovaria, ao menos em parte, que a total objetividade da relação *sujeito-discurso-estrutura* em prejuízo de uma subjetividade e também de certa vontade e cognição<sup>25</sup> do sujeito não parece adequada para a realidade contemporânea dos estudos em AD e, sobretudo, dos estudos contemporâneos do discurso político, uma vez que os novos formatos da palavra política pressupõem a existência de estratégias (na maioria das vezes deliberadas) que coloquem os sujeitos políticos, também conscientemente, em uma grande rede persuasiva (de influência e regulação).

O discurso político, para Charaudeau (2005a), precisa levar em conta a *situação de comunicação* em que o discurso se insere. Nesse viés de pensamento, ele nos afirma:

---

<sup>25</sup> Entendemos “cognição” tanto na concepção aristotélica enquanto faculdade de conhecimento, como também na abordagem fenomenológica husserliana, enquanto fenômeno consciente de apreensão das coisas do mundo-da-vida.

“Ce n’est donc pas le discours qui est politique mais la situation de communication qui le rend politique<sup>26</sup>” (CHARAUDEAU, 2005a, p. 30). O que torna o discurso político é a *situação de comunicação* que se estabelece no processo dialógico, o que quebra a concepção de que é político apenas quem participa efetivamente do seu processo interno. Para o linguista, existem três lugares de fabricação do pensamento político que correspondem à natureza do processo interacional e linguageiro e sobre os quais iremos nos debruçar nas linhas seguintes.

Primeiramente, pode-se entender o discurso político como *sistema de pensamento*<sup>27</sup>, resultado de uma atividade discursiva que busca fundamentar uma idealidade política em função de certos princípios, os quais devem servir de referência para a construção de opiniões e posicionamentos. Isso nos permite evidenciar, tal como feito anteriormente, o papel da política como agente promotor do diálogo entre os indivíduos, em que cada sujeito, movido por suas ideologias e crenças, busca relacionar-se com o próximo e persuadi-lo a compartilhar de suas ideias.

Outro lugar de fabricação do pensamento político é o que vê o discurso como *ato de comunicação*, entendendo os participantes da comunicação política como sujeitos que visam à adesão, à rejeição ou ao consenso daqueles a quem tais sujeitos endereçam o ato comunicativo. Isso acontece em diversos gêneros da comunicação política, desde a conversa de bar acerca do tema, até as propagandas eleitorais. É neste quesito que encontramos a aproximação entre a análise do discurso semiolinguística do linguista Patrick Charaudeau e a retórica, pois o autor afirma que o discurso político consiste em construir imagens de atores e usar estratégias de persuasão e sedução, lançando mão, para tanto, de diversos procedimentos retóricos (CHARAUDEAU, 2005a).

O terceiro lugar de fabricação do pensamento político é o que define o discurso político como um *comentário*, não necessariamente voltado para uma finalidade política. A proposta porta algo do político ou o faz por meio dele, mas não possui essa clara finalidade. “C’est un discours à propos du politique, sans enjeu politique<sup>28</sup>” (CHARAUDEAU, 2005a, p. 30).

---

<sup>26</sup> “Não é, pois, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que o torna político” [tradução nossa].

<sup>27</sup> No original, *Système de pensée, acte de communication e commentaire*.

<sup>28</sup> “É um discurso sobre o político, sem um jogo de expectativas político formal” [tradução nossa].

A observação desses lugares de fabricação do pensamento político foi deveras importante para o entendimento da realidade da construção e interpretação desse tipo de discurso, pois contribui, inegavelmente, para um olhar mais holístico sobre todo o processo político-discursivo. Em maior medida, a teoria de Charaudeau nos possibilita reproblematicar o processo de *mise-en-scène* política, destrinchando os recursos utilizados pelos sujeitos para que se consiga a finalidade maior da comunicação política que é: a adesão do auditório a certa tese ou sua rejeição a outras; o compartilhamento de ideias e a sedimentação de valores; a deliberação para o bem-comum.

Pois bem, o discurso político é produzido e reproduzido tanto na esfera intra-governo como fora dela. Isso nos permite entender que o discurso é político em uma dimensão mais ampla, podendo ser voltado para fins políticos ou não. Nesse sentido, é possível dizer que “le discours est constitutif du politique<sup>29</sup>” (CHARAUDEAU, 2005a, p. 32), por assim dizer, ele está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governança e como discussão sobre qualquer coisa a ela referente. Isso nos remete, sem dúvidas, ao entendimento de política para Hannah Arendt, na medida em que ela entende que tudo o que se refere ao gerenciamento da relação social entre o “eu” e o “outro” deve ser feito apenas mediante palavras e persuasão, objetivando excluir qualquer manifestação coercitiva ou violenta. Por essa razão, precisamos ter cuidado ao falar que analisamos discurso político, pois admitimos uma gama bastante extensa de possibilidades e de modalidades na produção desse discurso.

A propósito, Charaudeau (2005a, p. 33-34) entende o discurso político como vindouro de dois lugares diferentes. Ele difere, assim, *o político* de *a política*. Segundo ele, *o político* se refere a tudo aquilo que organiza e problematiza a vida coletiva na sociedade em nome de princípios, de certos valores em comum, que servem como referência para um maior consenso de concepções. Por outro lado, *a política* funciona como o espaço da gestão da vida coletiva, onde estão presentes diferentes instâncias organizadoras que regulamentam as relações através de um jogo de poder e contra-poder (CHARAUDEAU, 2005a, p. 34). Aqui nos aproximamos, certamente, da concepção já vista nesta dissertação acerca das duas noções de poder em Habermas (2012).

---

<sup>29</sup> “O discurso é constitutivo do político” [tradução nossa].

O que nos é importante reter para esse trabalho é que a análise do discurso político abarca tanto o que parte *do político*, como também o que é fruto das relações *da política*. É um espaço de discussão, onde ideias são debatidas para legitimar a ação, como o lugar onde acontecem as relações de controle administrativo e regulação de poder. Assim, podemos afirmar que as trocas comunicativas no campo político em geral (*a política* e *o político*) deixam marcas discursivas que significam mais que apenas o que se pode interpretar do conteúdo do que é debatido ou pronunciado. Isso acontece porque, segundo Charaudeau (2005, p. 35), “la politique est un champ de bataille où se livre une guerre symbolique pour aboutir à des rapports de domination ou à des pactes d’entente<sup>30</sup>”.

Por tudo isso, vale a pena retomar novamente Pierre Bourdieu (1989), quando o sociólogo afirma ser a linguagem capital simbólico e as trocas comunicativas uma espécie de negociações simbólicas de poder. Seguindo Bourdieu, Charaudeau (2005a) afirma existirem duas orientações para o estudo do discurso político: uma voltada para o conteúdo, outra para os mecanismos de comunicação (CHARAUDEAU, 2005a, p. 35). Esses mecanismos nos concedem a possibilidade de dizer também aqui que a análise do discurso se aproxima da retórica, pois aquela diz respeito ao estudo dos mecanismos que nos permitem identificar o valor simbólico de cada palavra lançada, os dispositivos que são acionados, as representações imaginárias que são evocadas, o sistema de crenças ao qual o discurso remete. É, pois, a partir disso, que podemos atestar a coerência em afirmar a existência de caráter retórico na análise do discurso sob a ótica do linguista Patrick Charaudeau, pois veremos mais adiante que a retórica também se preocupa com tais dispositivos e com tais mecanismos de análise e construção do discurso<sup>31</sup>. Contudo, em se tratando da aproximação entre a AD e a retórica, utilizaremos, sobretudo, a abordagem da linguista Ruth Amossy (2010), por concebermos a mesma como mais abrangente, mais profunda e mais adequada aos nossos propósitos, abordagem esta que desenvolveremos mais adiante.

---

<sup>30</sup> “A política é um campo de batalha onde se desenrola uma guerra simbólica para conduzir a relações de dominação ou a pactos de acordo” [tradução nossa].

<sup>31</sup> É importante salientar que a linguista Ruth Amossy (2010) desenvolve um elo de ligação mais interessante e completo entre a AD e a Retórica, e, portanto, tal desenvolvimento será apresentado posteriormente no conteúdo de abordagem retórica deste trabalho. A importância em dimensionar o trabalho do teórico Patrick Charaudeau aqui nesse trabalho, apresentando-o como executando certa integração entre a AD e os estudos retóricos se dá, sobretudo, pela específica objetivação ao discurso político que tal obra apresenta, discurso esse que também se identifica como objeto desta dissertação.

Nesses termos, podemos dizer que a análise do discurso político permite levar em conta tanto o *logos*, como também permite depreender o *ethos* e seus efeitos, o *pathos* e as suas implicações. O que acontece no discurso, sob o prisma da retórica, é que todas essas três instâncias discursivas (*ethos*, *pathos* e *logos*) se misturam, imbricam-se e, conseqüentemente, significam juntas na formação de um todo discursivo. A *mise-en-scène* do discurso político oscila, pois, entre todas essas instâncias discursivas, buscando construir uma imagem mais adequada para o projeto de persuasão. Assim, Charaudeau nos afirma que

Pour l'homme politique, c'est une affaire de stratégie pour la construction de son image (ethos) à des fins de crédibilité et de séduction, la dramatisation de sa prise de parole (pathos) à des fins de persuasion, le choix et la présentation des valeurs à des fins de fondement du projet politique<sup>32</sup> (CHARAUDEAU, 2005a, p. 64/65).

Sem dúvida, o sujeito político é duplo, por assim dizer, ele, por um lado, refugia-se na legitimidade do ser social, e por outro, é construído pelo seu próprio discurso (CHARAUDEAU, 2005a) através de estratégias discursivas que aproximam, cada vez mais, a AD da retórica. Quanto a isso, cabe uma maior explicação: O principal contributo de Charaudeau não se deu especificamente em relação ao desenvolvimento de uma análise retórica dentro da AD, mas sim à apresentação do funcionamento do discurso político na contemporaneidade, atrelando à sua teoria elementos de retórica. No entanto, a aproximação da retórica na análise do discurso como um todo foi feita igualmente por outros autores, em maior ou menor grau, como Maingueneau (2005), Osakabe (1999) e, de maneira mais profunda, como veremos com mais afinco adiante, pela linguista Ruth Amossy (2010).

Como já de certa forma afirmado anteriormente, Charaudeau (2005a) entende que o discurso político é produzido por diversos sujeitos inseridos em *instâncias* distintas. Para ele, a *instância política* estaria a cargo da realização política propriamente dita (seriam os políticos profissionais ou as pessoas envolvidas nesse processo). Esta instância se contrapõe à *instância cidadã*, pelo fato óbvio de ser esta última o interlocutor da

---

<sup>32</sup> Para o homem político é uma questão de estratégia: para a construção de sua imagem (ethos) para fins de credibilidade e sedução, a dramatização da tomada da palavra (pathos) para fins de persuasão, a escolha e a apresentação de valores como fundamento do projeto político. [tradução nossa]

*instância política*. A *instância cidadã*, neste sentido, seria a origem da escolha de representantes do poder. Consoante Charaudeau (2005a), a *instância política*, enquanto instância de decisão, deve agir em função do *possível* enquanto que a *instância cidadã* a elegeu para realizar o *desejável*. Vale ressaltar, entretanto, que esse dispositivo tem o objetivo apenas de facilitar o entendimento do funcionamento político e não de contrapor diametralmente as instâncias. Isso nos permite entender que a *instância cidadã* também faz parte da *instância política*, uma vez que os papéis são intensamente cambiantes.

A *instância adversária*, por sua vez, encontra-se no mesmo lugar de governança da *instância política*, na medida em que ela é movida pelas mesmas motivações, deve promover igualmente projetos sociais, econômicos, para convencer a *instância cidadã* de que eles deveriam estar no lugar de governabilidade ocupado pela *instância política*. Em nosso caso específico de análise, a *instância adversária* não estará presente fisicamente, mas veremos que ela estará inserida enquanto um *outro* do discurso, evocado pela *instância política* quando se necessita criticá-los ou apagada por essa mesma instância, quando se precisar esquecê-la. A *instância midiática*, por fim, acha-se também fora da governança, mas participa ativamente de todo o processo político, dialogando com todas as demais *instâncias* mas, sobretudo, ligando a *instância política* à *instância cidadã* “através de diferentes meios de mediação” (CHARAUDEAU, 2005a, p. 47).

Veremos que o jogo político nem sempre obedece estritamente ao funcionamento dessas instâncias, sobretudo em nosso caso específico, em que um ex-presidente (não mais participando da *instância política* diretamente, mas não deixando de estar nela) identifica-se cada vez mais com a *instância cidadã*, buscando maior aproximação com tal *instância*, uma vez que se vê na necessidade, provavelmente, de se afastar dos estereótipos que se cristalizam na imagem que os jovens dessa geração fazem da política e dos políticos.

### **1.3.3. O discurso político na ótica retórica**

Falar de discurso político na ótica retórica é falar da própria retórica, haja vista a relação intrínseca existente entre os dois campos. Entretanto, segundo Reboul (1999), a retórica tem antes duas outras origens reconhecidas: uma jurídica e uma literária. Sabe-

se que a primeira origem se deu através do discípulo de Empédocles chamado Córax e com o aluno deste último, Tísias. Ambos desenvolveram um manual argumentativo, a *tekhne rhetorike*, para ensinar os camponeses, que tiveram suas terras arbitrariamente tomadas pelos tiranos, a conseguir, com o fim de tal tirania, provar a legitimidade de posse sobre as terras. Devido à inexistência de advogados na época, os litigantes recorriam a logógrafos, espécie de escrivães públicos, que redigiam as queixas para que os litigantes apenas as lessem diante do tribunal. Os retores apresentavam, assim, um instrumento de persuasão que afirmavam ser invencível, capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa. Produziam textos convincentes que seriam, posteriormente, lidos diante do tribunal popular. Nascia, nesses moldes, a técnica retórica propriamente dita, que argumentava não a partir do verdadeiro, mas do verossímil (*eikos*) (REBOUL, 1999, p. 2) e do conveniente.

A segunda origem foi literária, com Górgias, curiosamente também discípulo de Empédocles. Górgias desenvolveu estudos retóricos na ordem do estilo, da eloquência e das figuras. Interessou-lhe, sobretudo, a beleza do discurso, a estética. Não obstante, ainda que possamos enxergar duas origens da retórica que mais tarde seriam sistematizadas e organizadas como gêneros retóricos, podemos igualmente conceber a política como inerente dessa arte discursiva. Não há como conceber, em plena democracia ateniense, em que a *bios politikos* era cada vez mais cobrada a desenvolver-se, que os discursos das mais variadas ordens não fossem influenciados pelos princípios políticos. O que queremos aqui dizer é que não há como entender os gêneros retóricos em Aristóteles, a saber, o judiciário, o deliberativo (este já sendo obviamente de natureza política) e o epidítico, sem conceber a politização de todos os três.

A política enquanto a capacidade de dialogar sobre algo, problematizando esse algo, está tanto na esfera judiciária, quanto na esfera dos discursos elogiosos, educativos, epidíticos, pois, quando se busca a razoabilidade sobre o que é justo e injusto, almeja-se também o resultado útil, ao invés do inútil, tal como no deliberativo. De igual maneira, quando se faz pronunciamentos epidíticos, visando a falar do belo ou do feio, ou apenas a sedimentar valores e sentimentos, também os faz buscando algo útil estrategicamente para aquele que pronuncia. Por essa razão, podemos afirmar haver uma imbricação razoavelmente perceptível entre os gêneros retóricos, o que nos possibilita entender que, apesar da origem jurídica e literária da retórica, a política lhe é igualmente constitutiva.

Ainda sob esta perspectiva, Meyer (2008) afirma serem as instituições oratórias<sup>33</sup> definidas por critérios de distância entre as dimensões retóricas (*ethos*, *pathos*, *logos*), visto que tanto a instituição política, como a instituição jurídica, por exemplo, tomará de empréstimo, ocasionalmente, elementos de uma e de outra, a depender das intenções de negociação das distâncias entre os sujeitos, como veremos no capítulo referente à retórica.

Com efeito, a retórica e a política mantêm estreitos laços entre si, na medida em que ambas surgem na iminência do debate democrático. Haja vista a pluralidade de opiniões que se levantam em um regime democrático acerca de assuntos controversos, a retórica se impõe como útil para a edificação da política. Segundo Meyer (1999), a retórica domina a política como a publicidade, que serve a esta na medida em que busca desmascarar o que alguns, sem dúvida, gostariam de ocultar para melhor poder manipular. De outro modo, a retórica seria a linguagem dos espíritos que é atravessada por zonas de sombras, primitivas e metafóricas que reinam sobre o inconsciente, um espírito que sabe que o Outro a quem se endereça deve sempre ser convencido e não mais restrito (MEYER, 1999, p. 251).

Certamente, podemos dizer: o ser retórico é também um ser político, pois por política pretendemos enxergar a capacidade de o sujeito se inserir como capaz de influenciar ou agir na sociedade através da comunicação e do discurso. Ora, isso nos permite aferir que uma das características desse ser político é a disposição para a persuasão que, frequentemente, leva à ação. O homem é um animal político, porque possui a capacidade de, por meio da linguagem, influenciar o seu interlocutor. Por assim dizer, era com o objetivo do bem comum que, na Grécia Antiga, arrazoava-se em torno de certa controvérsia, entre teses e antíteses, tendo a *Ágora* como palco das discussões entre os cidadãos da *polis*. Não é aleatória a afirmação de Aristóteles, no seu livro *Política*, quando assegura ser o homem um animal político, o *zoon politikón*,

fica evidente, pois, que a Cidade é uma criação da natureza, e que o homem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade], e que o homem que, por sua natureza e não por mero acidente, não tivesse sua existência na cidade, seria um ser vil, superior ou inferior ao homem (ARISTÓTELES, 2001, p. 56).

---

<sup>33</sup> O filósofo chama os gêneros retóricos de “instituições oratórias”, tal como podemos conferir em Meyer, 2008, p. 280.

Aristóteles sistematizaria, assim, uma técnica que ensinaria o homem a se desenvolver em sociedade, que o iniciaria na arte de persuadir, a fazer valer as suas ideias e a debater posições geralmente em busca do bem comum. Isso nos leva a afirmar que a retórica e a política são constitutivas da vida do homem social. A retórica e a política dialogam na medida em que colocam os homens na condição de pares sociais, que precisam, através de meios pacíficos, debater os assuntos pertinentes à sociedade. A discussão política, em seu sentido original (tomando aqui como tudo o que é referente a *polis*), é fundamentalmente retórica, tal como nos assegura Hannah Arendt (2009, p. 35), “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência”. Isso nos possibilita afirmar que o uso da argumentação pressupõe o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos, que, enquanto vigorar, abstém-se de qualquer meio de coerção (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 61).

De acordo com Laufer (1986), a retórica, para muitos filósofos políticos, é considerada como um instrumento da ciência política, que se apresenta como uma alternativa a um instrumento de poder que é a força. Nesse viés, é possível dizer que os gêneros retóricos, da forma como os conceituou Aristóteles, funcionam a partir de lugares de fala da *Ágora* e se impõem, igualmente, como um conjunto coerente de pressupostos já amplamente desenvolvidos: a posição do orador, o tempo a que se refere a elocução (passado, presente, futuro), e as características que cada elocução admite (útil/inútil, no caso do deliberativo; belo/feio, no caso do epidítico; justo/injusto, no caso do jurídico). Entretanto, como acima defendido, muito se questiona se em tudo isso a política não está. Ainda segundo Laufer (1986), se seguirmos uma concepção sofística (no bom sentido) da retórica e da política, podemos dizer que há, nos dois demais gêneros retóricos, características políticas.

Não obstante, isso poderia significar que tudo é política, o que nos levaria a uma generalização indevida e irresponsável. O que podemos afirmar, em certa medida, é que a política, compreendida em seu conceito idealista arendtiano como a capacidade de resolver os conflitos através do diálogo, está presente nas diversas relações sociais humanas. No entanto, isso não é fundamento suficiente para assegurar que o todo da política seja retórico ou que o todo da retórica seja política. Seguramente, e assim nos parece mais coerente, afirmamos que a política enquanto deliberação está presente, em

certo aspecto, em todos os gêneros, e que a retórica funciona como uma forma de argumentação essencialmente política, no que se refere à liberdade do debate e do diálogo, contra a coerção.

Nesse sentido, a política e a retórica têm pontos de contato, pois se fundam no princípio da liberdade do indivíduo e na premissa da igualdade política na condição de cidadãos, dando-lhes a possibilidade do diálogo como ferramenta fundamental para a construção do bem-estar social. Portanto, é somente na democracia que o indivíduo tem a condição de participar direta ou indiretamente das questões deliberativas da sociedade, o que nos leva a considerar que a retórica e a política são pilares fundamentais para o desenvolvimento da democracia, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da liberdade do debate.

Em um regime democrático, sobretudo, as palavras deixam de ser reprimidas e passam a ser valorizadas, transformam-se em verdadeiras armas de persuasão, veículos argumentativos para levar o interlocutor ao acordo, e nisso reside a retórica. As palavras não se reduzem a meros signos representativos, mas significam de maneira situada em determinados momentos sócio-históricos, distintos em cada condição de produção do discurso, e que adquirem valores persuasivos, valores simbólicos que agem no espírito dos sujeitos na medida em que se faz uso dessas palavras. Bourdieu (2005) afirma serem as ideologias, os valores, a língua, capitais simbólicos que estruturam as classes sociais, as relações comunicativas e de poder. A língua é, pois, lugar de persuasão, e o seu utilizador, ao desenvolver argumentativamente a sua enunciação, visa a persuadir outrem, tenta estabelecer relações de dominação.

Entendendo que o campo político e os seus discursos se fazem majoritariamente por relações simbólicas, relações estas possivelmente negociáveis, a retórica se apresenta capaz de contribuir para desvelar os meandros do discurso político, como também de conceder a capacidade para os agentes de construí-lo para fins de persuasão. A retórica seria, pois, um processo de negociação das distâncias e das diferenças entre os sujeitos<sup>34</sup>. Por saberem existir tais distâncias, frequentemente tais sujeitos constroem suas enunciações preocupados em mantê-las ou dirimi-las<sup>35</sup>. Convém, contudo, antes de

---

<sup>34</sup> Cf. MEYER, 2008

<sup>35</sup> Aprofundaremos nesse conceito de retórica no capítulo 3.

desenvolver mais apropriadamente o conteúdo desta retórica, procurarmos apresentar (pincelar), bem sucintamente, o que já vem se fazendo em termos de estudos retóricos e da análise do discurso, bem como acerca do discurso político no Brasil.

O discurso político sempre foi um objeto de destaque dentro dos estudos da AD, desde o seu início até os dias de hoje. Entretanto, como vimos anteriormente, a forma de trabalhar com esse objeto tem sofrido intensa modificação e a pesquisa brasileira tem dado contributos importantes nesse movimento. Podemos citar, por exemplo, em relação aos enfoques interacionista, comunicacional e retórico do discurso político, as obras de diversos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobretudo do Núcleo de Análise do Discurso (NAD), liderado pelos pesquisadores Wander Emediato e Ida Lúcia Machado..<sup>36</sup>

As pesquisas em destaque pautam-se, em sua maioria, quer em perceber o funcionamento do discurso político em seu sentido mais estrito, através de estratégias linguageiras que são próprias ou mesmo exclusivas deste tipo de discurso, quer em descrever o funcionamento do discurso político através de enquadramentos de gênero, evidenciando a relação *sujeitos políticos* ↔ *gênero discursivo*. Apesar de todas as importantes contribuições aqui referidas, falta-nos um trabalho que pense a política a

---

<sup>36</sup> Nesse viés, um núcleo tem assumido importância fundamental. No chamado *Núcleo de Análise do Discurso* (NAD) da UFMG muito se tem feito no que se refere ao discurso político, sobretudo, seguindo um horizonte de análise vinculado à *Teoria Semiolinguística do Discurso*, do linguista francês Patrick Charaudeau e à retórica em geral. Podemos citar, ademais, os trabalhos desenvolvidos pelo pesquisador William Augusto Menezes (2004), que se debruçou sobre o caráter argumentativo do discurso político, desenvolvendo sua tese de doutorado sobre “Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil” sob a orientação dos pesquisadores Ida Lúcia Machado e Patrick Charaudeau, e também sua dissertação de mestrado sobre “Argumentação de discurso político eleitoral no Brasil” (2000). Podemos ainda citar as produções do pesquisador Cláudio Humberto Lessa (2009), cuja tese de doutorado foi “Afirmção e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens”. Ademais, não podemos nos esquecer das contribuições mais que pontuais do pesquisador Wander Emediato, responsável por diversas obras acerca do discurso político, retórica e argumentação, que tornariam esse texto demasiadamente longo, caso aqui fossem enumeradas. Além do NAD, a UFMG conta com o grupo “Retórica e Argumentação”, fruto de uma união entre os programas de filosofia e de linguística, encabeçado pelas pesquisadoras Maria Cecília Miranda, filósofa, e pela linguista Helcira Maria Rodrigues de Lima. Este grupo aborda estudos sobre a retórica clássica, moderna e contemporânea, buscando contemplar as diversas problemáticas comunicativas, independentemente do gênero. Ambas as pesquisadoras desenvolvem trabalhos no seio da retórica, sendo a primeira voltada, sobretudo, aos estudos clássicos, e a segunda voltada a desenvolver os parâmetros de uma aproximação entre a retórica e a AD, focando-se, especialmente, no discurso jurídico e no estudo das emoções no discurso. Não há, por certo, como negligenciar as obras já bastante consagradas sobre o tema do discurso político, tanto internacional como nacionalmente, por exemplo, a obra do linguista Patrick Charaudeau, *Le Discours Politique* (2005), e a do brasileiro Haquira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1999), ambas as obras responsáveis por lançar luzes às discussões sobre este campo, de maneira mais aprofundada.

partir de um ponto de vista mais amplo e neutro, tal como Charaudeau (2005a, p. 33) preconiza, “[...] que l’on a besoin d’un concept neutre de politique pour penser le phénomène comme une entité abstraite, comme une structure qui n’implique ni personnes, ni régimes particuliers<sup>37</sup>”. É possível perceber claramente a influência de Hannah Arendt sobre o pensamento charaudiano, visto que a autora pretendia colocar a política em um patamar mais elevado, alegando ser a política superior a quaisquer utilizações indevidas de si. Enxergava a política como ampla, como tudo o que permite o diálogo e a livre discussão, como a chave resolutória para o totalitarismo e, portanto, como algo maior e mais neutro do que qualquer outra coisa. Essa “neutralidade” de análise política, apesar de aparentemente surrealista, é menos uma tentativa de fuga dos eventuais particularismos ideológicos do que uma tentativa de estabelecer uma visão mais holística do discurso político, entendendo-o não a partir apenas de seus traços de ideologia, mas, sobretudo, através dos processos retórico-argumentativos que fazem emergir o sentido político. Este trabalho tentará, nesse sentido, abarcar algumas contribuições acima mencionadas a fim de contribuir, de algum modo, com um trabalho mais amplo sobre o sentido da política, apresentando um olhar retórico mais abrangente sobre o objeto analisado, respeitando a pluralidade do mundo e a complexidade das relações político-sociais.

Antes que partamos, contudo, para o desenvolvimento dos conceitos de retórica, é preciso compreender, como em qualquer análise de discurso que se preze, as condições de produção do discurso, condições de legitimação do dizer que servirão como regras contratuais das relações de comunicação entre os participantes do evento discursivo em questão.

---

<sup>37</sup> Precisamos de um conceito neutro da política para pensar o fenômeno como uma entidade abstrata, como uma estrutura que não implique nem pessoas, nem regimes particulares [Tradução nossa].

## 2- DO GÊNERO DISCURSIVO E DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

### 2.1 Apresentação do *corpus*

A primeira pergunta que os pesquisadores deveriam fazer a si mesmos é: porque pesquiso esse *corpus*? Charaudeau (2011), em seu artigo “*Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*”, aponta os problemas que a constituição do *corpus* implica:

1- o problema que concerne à coleta de dados, que depende da materialidade linguística [...]; 2- problema que concerne à importância do material coletado e de seu valor de representatividade [...]; 3- o problema que concerne, no interior do material linguístico, às categorias objeto da análise: gramaticais, lexicais, sintáticas, mas também as variáveis externas à produção dos atos de linguagem, como os tipos de locutores, os dispositivos de comunicação, tanto quanto as variáveis que dizem respeito ao tempo (a historicidade) e ao espaço (as culturas)[...]; 4- o problema, enfim, que concerne à ferramenta de tratamento dos dados: seleções manuais, tratamento informatizado, uso de softwares etc. (CHARAUDEAU, 2011, p. 1).

Nesse sentido, devem-se evidenciar as razões da escolha de tal *corpus* e não de outro qualquer. Contudo, antes que entremos nesta questão, faz-se necessário apresentar o *corpus* que será analisado neste trabalho. O *corpus* analisado é composto por dois pronunciamentos políticos, a saber, o da presidente Dilma Rousseff e o do ex-presidente Lula na ocasião do Fórum mundial de Direitos Humanos, ocorrido em Brasília, em novembro de 2013. Faz-se importante salientar que estive no evento supracitado, e presenciei os pronunciamentos dos dois oradores em questão, o que, de certa maneira, concede-me alguma possibilidade de tratar tais pronunciamentos com maior intimidade.

Todavia, essa razão ainda não é suficiente para explicar a escolha do *corpus*. É preciso, então, estreitar os critérios. Devido ao fato de os pronunciamentos terem sido feitos em sequência (Dilma e Lula, respectivamente), tal disposição favoreceu a análise pelo contraste entre os dois pronunciamentos. Outra razão é que, em se tratando de um fórum de direitos humanos, podia-se esperar do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff maior engajamento com as causas em discussão, tendo em vista que essa é uma das bandeiras mais fortes do governo petista. Contudo, isto não ocorreu, possibilitando

perceber a distância entre ela e o auditório, a qual se estabeleceu após o fim do seu pronunciamento. Percebendo, em momento ulterior, a posição construída discursivamente pelo ex-presidente Lula como apoiador da presidente Dilma Rousseff — tal como discorreu Peixoto<sup>38</sup> (2014) em sua dissertação sobre o discurso de apoio político — e, ao mesmo tempo, atenuador de possíveis equívocos cometidos por ela no momento do pronunciamento em destaque em nossa pesquisa, verificamos elementos que apontam para as noções de retórica como *problematológica* e como negociação das distâncias desenvolvidas pelo filósofo Michel Meyer (1999, 2007a, 2007b, 2008). Nesses termos, em virtude de meu interesse pelos pronunciamentos - de Lula e Dilma Rousseff – e pelas teorizações empreendidas por Meyer, acreditamos ter, nesses dados, elementos importantes para uma reflexão a respeito das noções de política e de retórica como negociação das distâncias. Contudo, veremos tais noções mais adiante, em capítulo específico (capítulo 3).

Em relação aos problemas concernentes aos dados: os pronunciamentos constam em dois DVD's enviados pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), solicitados para elaboração da pesquisa pelo próprio autor desta dissertação. O material foi enviado com algum tempo de demora, depois de alguma explicação acerca das razões e dos fins do pedido. O pronunciamento do ex-presidente Lula veio sem áudio nos cinco minutos iniciais, o que provocou certo desapontamento com o material. Entretanto, após buscar sites que publicaram trechos dos pronunciamentos, encontramos na rede de TV governamental NBR o início do pronunciamento do ex-presidente<sup>39</sup>, bastando-nos fazer a junção. Os textos foram transcritos, sendo o de Dilma Rousseff publicado oficialmente no site da Presidência da República (no portal Palácio do Planalto), e o do ex-presidente Lula sendo publicado no blog “Política em (dis)curso”, de minha própria autoria. Por isso, apesar de serem dois pronunciamentos (textos orais), a análise não pode prescindir da verificação dos textos já transcritos, cabendo anexar o áudio/vídeo, bem como as transcrições nesta dissertação.

É importante informar que não adotamos neste trabalho nenhum tratamento específico de transcrição dos textos orais para textos escritos. A transcrição foi feita de

---

<sup>38</sup> Cf. PEIXOTO, 2014.

<sup>39</sup> Início do pronunciamento do ex-presidente Lula disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rhN2nrzbdpw>>.

forma livre pelo próprio autor, respeitando a forma exata como os pronunciamentos foram proferidos. Como nosso objetivo não contempla, nesse momento, a análise de aspectos da fala dos sujeitos, não fizemos indicações de pausa, silêncio, ênfase, entonação, silabação, entre outros recursos de transcrição. É fato que, para a retórica, a oratória assume imensa importância na própria determinação dos efeitos de sentido e da consecução da persuasão, contudo, enxergamos que a nossa problemática não demanda uma análise nestes termos, cabendo-nos apenas transcrever os pronunciamentos de forma a ter os textos na materialidade escrita, em função de análise. Reconhecemos, entretanto, que seria interessante remarcar as respostas do auditório, os aplausos, os gritos de ordem decorrentes de algumas partes da enunciação do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. Entendemos, porém, que não nos cabe aqui apontar um direcionamento em relação à recepção do discurso, restringindo-nos apenas a marcar as estratégias argumentativas e as implicações discursivas de ambos os pronunciamentos para a negociação das distâncias entre os oradores e o auditório.

A partir desses esclarecimentos, partiremos, nesse momento, às implicações das condições de produção do discurso, condições estas que fundamentam e dão base a qualquer análise discursiva e, portanto, são indispensáveis para qualquer trabalho na senda da análise do discurso.

## **2.2 Condições de produção do discurso**

Não há como falar em discurso político sem, antes de tudo, definir as condições de produção do discurso, ou seja, as características que o fazem surgir, as restrições institucionais que regulam os sentidos dentro desse campo. De outra maneira, podemos dizer que as condições de produção de um discurso dizem tanto sobre sua natureza verdadeiramente produtiva, as condições de sua origem, como também as condições de sua manutenção, perpetuação dos sentidos para outrem. As condições de produção dizem respeito, igualmente, ao direcionamento que um discurso toma em determinado contexto sócio-histórico-cultural ou, ainda, ao assentamento do discurso em certas “trincheiras” que o conservam e garantem o seu sentido perante todo o arcabouço de luta simbólica em uma sociedade de discursos e palavras.

Em outros termos, cabe dizer que os discursos produzidos não significam por si mesmos, sendo, portanto, apenas interpretáveis a partir de uma relação com um “outro lugar”. Um lugar, segundo Charaudeau (2010), mais ou menos sobredeterminante, de condicionamento que deve ser partilhado pelos parceiros de troca. Sendo assim, “todo ato de linguagem é produzido e interpretado em função das condições que presidem sua produção e sua interpretação” (CHARAUDEAU, 2010, p. 1).

De fato, as restrições sócio-históricas e, conseqüentemente, linguageiras, visto que a linguagem se insere na história para significar e ser significada, demandam duas questões essenciais que aqui serão desenvolvidas e problematizadas. Em primeiro lugar, a noção de condição de produção de um discurso prevê, assim, duas instâncias fundamentais para a constituição do sentido de qualquer enunciado: os sujeitos da comunicação e a situação de comunicação em que se inserem. Isso se dá, dentre outros motivos, pela clara razão de que o espaço de produção é o lugar de uma prática social na qual se encontra o sujeito que produz o ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010). Entretanto, tal prática social é estabelecida em natureza comunicativa e é estruturada de acordo com as condições relativas à situação de comunicação, que funciona, por sua vez, guiada por certos *enjeux* comunicativos, isto é, por finalidades e expectativas do momento comunicativo.

Por essa razão, e em segundo lugar, todo dizer é condicionado a restrições. Dizer *A* só significa *A* em determinado contexto sócio-histórico-cultural, que regula o dizer e o institucionaliza. Dizer o mesmo *A* em outro momento histórico, outra realidade social, com outros interactantes, ou em outro lugar institucional, pode não significar o mesmo *A*. Os sentidos dependem da *situação de comunicação*, ou seja, da situação externa que caracteriza os interactantes e o lugar institucional. Entretanto, entendemos existir ainda, tal como Charaudeau (2008), certas restrições, rituais, que codificam as práticas sóciolinguageiras, constituindo, conseqüentemente, uma espécie de *contrato de comunicação*, que regulará a comunicação entre os interactantes. Segundo Charaudeau (2008, p. 60), “o *contrato de comunicação* fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos de linguagem”. Sendo assim, tanto o contexto sócio-histórico-cultural, a situação de comunicação, quanto a identidade dos sujeitos, são variantes e variáveis importantes para os possíveis sentidos do dizer. Portanto, para uma melhor compreensão da análise que faremos no capítulo 5, faz-se necessário desvelar os sujeitos, suas

identidades e seus papéis, bem como apresentar as implicações acerca do gênero, decorrentes da situação de comunicação da qual os pronunciamentos, que constituem o *corpus* da pesquisa, originaram.

Ademais, igualmente importante para a definição do gênero do discurso que estudaremos neste trabalho é desvelar as características institucionais e sócio-históricas que regulam os pronunciamentos, bem como as características e os papéis dos sujeitos interactantes no processo comunicativo. Segundo Charaudeau (2010), é a identidade social dos interactantes que deve ser considerada em relação de pertinência com o ato de comunicação, pois é ela que funda a legitimidade do sujeito falante. Cada indivíduo que se constitui sujeito no ato de tomada da palavra é revestido de funções que exerce na esfera social e que determina a legitimação da palavra e o sentido do seu dizer.

No que se refere aos gêneros que compõem os pronunciamentos políticos, por exemplo, é preciso, primeiramente, identificar a identidade social de todas as instâncias que participam do ato comunicativo. Tal identificação nos permite destacar tanto os participantes que compõem a *instância política*<sup>40</sup>, como aqueles que compõem a *instância adversária*, e também os que constituem as *instâncias midiáticas* e *cidadãs*. Não é trabalho fácil, contudo, marcar exatamente os papéis de cada sujeito participante do processo comunicativo, seja na esfera da produção ou da interpretação, na medida em que, no jogo político, há bastante movimentação e deslocamento de posições.

Grosso modo, podemos afirmar que tanto a esfera de produção do discurso político em questão, quanto a esfera de interpretação desse discurso são relativamente instáveis, devido à própria instabilidade do gênero em questão e, portanto, apenas uma análise mais aprofundada acerca dessas três condições de produção (gênero, a esfera de produção e a esfera de interpretação do discurso) tornará possível a execução e aplicabilidade da análise pretendida.

---

<sup>40</sup> Veremos tais noções mais adiante.

### 2.3 Sobre o gênero discursivo

Antes de avançarmos para a problematização das esferas de produção e interpretação do discurso e, posteriormente, para a definição do gênero em questão, faz-se necessário discutir sobre o próprio entendimento de gênero discursivo que aqui se quer estabelecer.

O estudo de gêneros certamente não é novidade na senda da análise do discurso, e é ainda menos novo nos estudos da linguística textual. Ainda que “gênero discursivo” e “gênero textual” não signifiquem a mesma coisa, é possível a todo estudioso da AD verificar as similaridades dos dois conceitos e, mais que isso, perceber que o conceito de gênero do discurso para essa escola é também influenciado pelos estudos acerca dos gêneros textuais.

Nessa perspectiva, segundo Marcuschi (2008, p. 147), “o estudo dos gêneros textuais não é novo e, no Ocidente, já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática iniciou-se em Platão”. É, entretanto, em Aristóteles, que surge uma teoria mais sistemática sobre os gêneros e sobre a natureza do discurso. Em Aristóteles (2012), o gênero se define, principalmente, através de sua finalidade, compreendendo, igualmente, informações acerca de três elementos: “o orador, o assunto de que fala, e o ouvinte” (ARISTÓTELES, 2012, p. 21/22, *1358a*). Sendo assim, para ele, temos três tipos de gêneros discursivos voltados para cada tipo de ouvinte: (i) para o espectador que olha o presente, (ii) para a assembleia que olha o futuro, (iii) para o juiz que julga sobre coisas passadas (MARSCUSCHI, 2008). Destarte, teremos, em Aristóteles, três tipos de discurso relacionados a cada tipo de ouvinte acima descrito: para o (i), o discurso epidítico; para o (ii), o discurso deliberativo; para o (iii), o discurso judiciário, ou jurídico.

Ora, sendo os gêneros de discursos em Aristóteles pautados em sua finalidade e no assunto de que se fala, resta-nos afirmar que (i) põe-se a falar sobre o par “belo/feio”, “louvável/censurável”, “nobre/vil”; já (ii), volta-se, sobretudo, para o “aconselhável/inconselhável”, “útil/inútil”; o (iii), por sua vez, busca “acusar/defender”, ou discernir sobre o “justo/injusto”.

Entretanto, a noção de gênero em Aristóteles era mais adequada para a demanda da época, em que os debates, os pronunciamentos na *Ágora*, ou seja, os gêneros orais eram predominantes. Dessa forma, para a realidade atual dos parâmetros discursivos, não há completa aplicabilidade da metodologia aristotélica, tendo em vista que a sociedade comporta mais gêneros do que apenas estes três gêneros clássicos e nem todos podem ser encarados apenas como em decorrência destes. É possível dizer, por exemplo, que tais gêneros retóricos aristotélicos são sobremaneira abrangentes e que poderíamos considerá-los como domínios, nos dias de hoje. O deliberativo seria, assim, o domínio político, mais englobante e presente em diversos outros gêneros em regime de intergenericidade. Seria necessário, pois, aos estudiosos da retórica, revisar os estudos sobre gênero a fim de expandirem os critérios metodológicos e obter maior aplicabilidade para com as demandas de formatos atuais. Outra alternativa é o que escolhemos fazer nesta pesquisa, utilizando os contributos de alguns consagrados teóricos da linguística do texto e do discurso, sobretudo de analistas do discurso, para melhor compreender a problemática do gênero aqui existente.

A propósito, o analista do discurso Dominique Maingueneau, entende que os gêneros do discurso são como átomos da atividade discursiva. Dessa forma, eles só adquirem sentido quando integrados a uma unidade maior, unidades de classe superior, as quais ele chama de *tipos de discurso* (MAINGUENEAU, 2015). Maingueneau (2015) cita o exemplo do panfleto político, “um gênero de discurso a ser integrado em uma unidade mais complexa, constituída pela rede dos gêneros decorrentes do mesmo tipo de discurso, no caso, o político” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66). Nesse sentido, gênero discursivo e tipo discursivo são tomados por uma relação de reciprocidade, pois “todo tipo é uma rede de gêneros de discurso e todo gênero se reporta a um tipo<sup>41</sup>”.

Bakhtin (1997), filósofo e considerado como grande teórico do discurso *avant-la-lettre*, por sua vez, ao contrário de Aristóteles, que via na finalidade a condição de determinação do gênero retórico, entende que os gêneros de discurso devem ser encarados, sobretudo, por sua forma composicional. Quanto a isso, ele afirma

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e a finalidade de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo

---

<sup>41</sup> MAINGUENEAU, *loc.cit.*

verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 279).

O contributo dessas ideias para a linguística do texto e do discurso foi mais que substantivo, na medida em que põe não apenas o conteúdo e o estilo, mas também a composição como determinantes de um gênero discursivo. Contudo, é mais fácil perceber estes “tipos **relativamente** estáveis de enunciados” no texto escrito, no qual os aspectos composicionais são, de certa maneira, melhor estabelecidos. Em outras palavras, os textos orais estão mais propícios a diferentes intervenções externas de caráter interacional, seja da parte de quem enuncia, seja da parte do ouvinte.

Sendo assim, é preciso problematizar o gênero oral a partir de sua fluidez, buscando, dessa forma, identificar quais são os fatores mais passíveis de instabilidade e de estabilidade nas situações diversas. Ademais, é igualmente importante entendermos que, por decorrência de tal fluidez da oralidade, os gêneros orais estabelecem, frequentemente, relações de intergenericidade, como uma conversa de bar em que os participantes da interação estão discutindo questões acerca do trabalho, ou debatendo assuntos de filosofia, finalidades não muito comuns para o formato de gênero oral “conversa de bar”.

Sob a ótica de Maingueneau (2015), para definir um gênero discursivo é preciso se atentar a algumas subpartes que constituem o todo do gênero, quais sejam: a *esfera de atividade*, entendida como um macroespaço estrutural em que diversos gêneros se afiliam, por exemplo, a esfera política, a esfera midiática etc.; o *posicionamento* ou *campo discursivo*, lógica estrutural em que se confrontam diversos posicionamentos; e os *lugares de atividade* da enunciação, em que as restrições de gênero se dão também a partir do lugar em que o discurso é produzido.

Do mesmo modo, Charaudeau (2001, p.1) pontua ser necessário para a definição do gênero pretendido, analisar, *a priori*, “tantôt l’ancrage social du discours, tantôt

sa *nature communicationnelle*, tantôt les *activités langagières* mises en œuvre, tantôt les *caractéristiques formelles* des textes produits<sup>42</sup>” (grifos do autor). Ora, o linguista francês retoma, em parte, o que Bakhtin já havia dito; contudo, põe a natureza comunicacional como elemento igualmente constituinte da noção de gênero discursivo.

Segundo o linguista, a ancoragem social é o que funda os gêneros, vinculando-os às “diferentes práticas sociais que se instauram na sociedade” (CHARAUDEAU, 2001, p. 1). Tal ancoragem serve como *pontos de orientação* para os atores languageiros sem os quais a troca verbal seria impossível. Ainda nessa ancoragem social, insere-se também a problemática dos campos<sup>43</sup>, no sentido de Bourdieu, os quais Charaudeau (2001) prefere chamar de “domínios de prática languageira”, e dentro dos quais se inserem as relações simbólicas entre os diversos atores da comunicação. Maingueneau (2008), como vimos anteriormente, também se apropria da definição de Bourdieu, redefinindo-a para o que veio a chamar de *campo discursivo*:

um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. Concorrência deve ser entendida de maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc. ... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

Dessa forma, segundo Charaudeau (2001), esses campos determinam, sobretudo, a identidade dos atores, os papéis que eles assumem (ou devem assumir) na sociedade e os que eles devem assumir naquele evento comunicativo, como espécie de restrições socioinstitucionais para que a apreensão do sentido dos enunciados seja garantida ou, ao menos, melhor executada. Esses papéis assumidos pelos atores languageiros frente à ancoragem social do discurso denotam certo *status* de “performatividade” ao ato comunicativo, na medida em que “ce n’est plus ce qui est dit qui compte, mais l’origine énonciative externe de ce qui est dit<sup>44</sup>” (CHARAUDEAU, 2001, p.1), o que, por certo,

---

<sup>42</sup> Tanto a *ancoragem social* do discurso, tanto sua *natureza comunicacional*, como também as *atividades languageiras* postas em prática, e as *características formais* dos textos produzidos.

<sup>43</sup> “O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos (sic) ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 179).

<sup>44</sup> Não é mais o que é dito que conta, mas a origem enunciativa externa daquilo que é dito”.

explica a noção de gênero discursivo como mais abrangente em relação à noção de gênero textual.

Não obstante, Marcuschi (2008), entendendo o gênero textual inscrito na história, como práticas e eventos sociocognitivos, aproxima a concepção de gênero textual à de gênero de discurso, ao afirmar serem os discursos materializados em textos e, por isso, todas as implicações discursivas são também marcadas textualmente e passíveis de se apreender a partir dos textos. Nesse sentido, ao tratar do gênero oral, Marcuschi (2008) afirma que atributos meramente composicionais não dão conta da especificidade do momento comunicativo, necessitando, assim, sobretudo para a oralidade, de classificações mais abrangentes, que componham, como adequação tipológica, elementos como: “1- natureza da informação; 2- nível da linguagem; 3- tipo de situação; 4- relação entre os participantes; 5- natureza dos objetivos” (MARCUSCHI, 2008, p. 189).

Por conseguinte, podemos ver que, nesse ponto, os linguistas do texto aproximam-se bastante dos linguistas do discurso, ao perceberem existir uma instância sociodiscursiva maior que o texto composicional. Os elementos supramencionados assemelham-se, em demasia, aos elementos sociocomunicacionais de Charaudeau (2001) já desenvolvidos aqui anteriormente. Poderíamos dizer, assim, que o gênero oral apenas pode ser melhor classificado se levarmos em conta todos esses cinco elementos descritos por Marcuschi (2008), que unidos à abordagem de Charaudeau (2001), apresentam-se como suficientes para uma determinação sobre a tipologia genérica de um dado evento comunicativo. O elemento da “ancoragem social”, por exemplo, ausente na divisão proposta por Marcuschi (2008), é fundamental para o adequado entendimento do gênero oral em questão neste trabalho. Vale ressaltar, ainda, que, assim que necessário, dialogaremos com as noções de Maingueneau (2015) aqui já apresentadas, visando a ter uma ideia mais densa e apropriada do gênero discursivo em questão.

Entendemos que a natureza da informação, o nível da linguagem, o tipo de situação, a relação entre os participantes, e a natureza dos objetivos são todos elementos que estão presentes na análise de Charaudeau (2001) acerca das esferas de produção e interpretação do discurso. Dessa forma, por entender que a abordagem do linguista francês abrange os elementos desenvolvidos por Marcuschi (2008) e por entendê-la como mais adequada para os propósitos discursivos deste trabalho, optaremos por segui-la em

maior profundidade, buscando, assim que possível, integrar as demais contribuições que podem ajudar a destrinchar a problemática do gênero oral em questão nesta dissertação.

### **2.3.1 A esfera de produção do discurso**

A esfera de produção do discurso é aquela onde se origina o dizer, a execução do ato de linguagem, a produção da empresa comunicativa. Nesse sentido, tendo dois atores políticos como sujeitos, Dilma Rousseff, atual presidente do Brasil, e o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), precisamos entender as suas características enquanto sujeitos produtores do discurso, seus papéis, suas identidades sociais e em quais ancoragens sociais os mesmos se inserem, visando, assim, a apresentar os fatores que os autorizam a proferir seus textos da forma como o fazem.

Primeiramente, faremos uma breve contextualização sobre a identidade social da presidente Dilma Rousseff para, posteriormente, passarmos para uma também breve apresentação do ex-presidente Lula, seguindo, portanto, a mesma ordem de execução dos respectivos pronunciamentos. Vale ressaltar que as informações biográficas que aqui serão apresentadas não se pretendem à validade de uma verdadeira biografia dos sujeitos, mas apenas traços que nos ajudem a compreender de quem falamos e que permitam uma melhor contextualização do evento discursivo.

#### **a) Presidente Dilma Rousseff:**

Dilma Rousseff é uma política brasileira. Presidente da República do Brasil, primeira mulher eleita do país a esse cargo, foi antes ministra da Casa Civil do governo de Lula, no período de 2005 a 2010. Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 de dezembro de 1947. É filha de Pedro Rousseff, imigrante húngaro, e Dilma Jane da Silva, nascida em Resende, Rio de Janeiro. Iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora do Sion, em Belo Horizonte, e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central de Minas Gerais.

Na sua adolescência, interessou-se por ideais socialistas. No período do regime militar, que durou entre os anos de 1964 a 1985, atuou na luta armada em movimentos revolucionários como o *Comando de Libertação Nacional (COLINA)* e a *Vanguarda*

*Armada Revolucionária Palmares* (VAR-Palmares). Foi presa pela *Operação Bandeirante* (Oban) e pelo *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS), tendo migrado, posteriormente, para o sul do país. Em 1977 graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dilma Rousseff entrou para a vida política no Estado do Rio Grande do Sul atuando pelo *Partido Trabalhista do Brasil* (PDT), partido pelo qual foi Secretária da Fazenda do Governo Municipal de Porto Alegre entre 1985 e 1988. No início dos anos 1990 atuou como presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Em 1993 tornou-se secretária de Energia, Minas e Comunicações do mesmo Estado, no governo de Alceu Colares. Já de 1999 a 2002, assumiu a secretaria de Minas e Energia. Em 2001, filiou-se ao partido que lhe traria as maiores oportunidades de sua vida, o *Partido dos Trabalhadores* (PT), quando esse ainda era presidido por Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

Depois da vitória de Lula nas urnas, Dilma Rousseff era uma das mentoras do plano de governo do PT na Presidência. Atuou como ministra de Minas e Energia até 2005, quando aconteceu o escândalo do mensalão que abalou sobremaneira o governo. O então ministro da Casa Civil, José Dirceu, envolvido no escândalo, teve que renunciar, possibilitando vacância ao cargo que Dilma Rousseff assumiria logo depois.

A partir de então, Dilma Rousseff começa a dar passos precisos para o desenvolvimento de sua imagem. Sob a tutoria de Lula, a então ministra da Casa Civil modificou seu discurso, sua imagem, em um trabalho de reconstrução de *ethos* encabeçado pelo então marqueteiro do PT, Duda Mendonça, e assumido posteriormente pelo marqueteiro João Santana. No período entre 2005 e 2010, Dilma Rousseff foi preparada por Lula e sua equipe para a candidatura à sua sucessão, o que acabou ocorrendo em 2010, sendo ela a primeira mulher eleita para presidente da história do Brasil.

Em todo esse período pré-eleição e o período durante o pleito, a imagem de Dilma Rousseff sofreu intensas mudanças, inclusive, em relação à sua aparência física, para modificar a recepção negativa de sua imagem, parte decorrente de sua história como militante de movimentos libertários de extrema-esquerda, parte decorrente da imagem de

“durona” que prevalecia como imagem de si. Tal como anteriormente mencionado, Dilma Rousseff foi participante do COLINA, organização que logo se fundiu com a Vanguarda Popular Revolucionária, originando, assim, a organização clandestina VAR-Palmares, grupo frequentemente associado a atividades de rebelião e desordem pública. Entretanto, isso não nos parece ter sido determinante para uma possível “imagem negativa” da presidente Dilma Rousseff frente ao povo brasileiro, tendo em vista que tais informações não eram de conhecimento popular e devido ao forte investimento do PT e do próprio ex-presidente Lula em reconstruir a sua imagem, o seu *ethos*. Sendo assim, a necessidade de reformulação de sua imagem se deu menos por estes aspectos do que pela falta de adequação da sua imagem ao imaginário do povo brasileiro.

Transformada em um emblema de “mulher de fibra”, forte e decidida, o PT tentou usar do *slogan* “a força da mulher”, o apelo popular necessário na tentativa de influenciar o público emotivamente, e, claro, de transformar tais emblemas em potenciais eleitorais.

Entretanto, Dilma Rousseff parecia não conseguir “descolar-se” (para usar um termo próprio do *marketing* político) totalmente da ideia de mulher sisuda, pouco sorridente e pouco carismática, algo não tanto condizente com um líder político que vislumbre o cargo de presidente da República Federativa do Brasil. Recebeu, por consequência, bastante apoio do presidente Lula, servindo este como uma espécie de *ethos* de apoio eleitoral, argumento *ad hominem* de autoridade encarnado na própria imagem do presidente Lula devido à sua popularidade. Tal recurso, frequentemente, transformava-se em um argumento propriamente dito quando o ex-presidente endossava seu apoio através de recomendações em propagandas eleitorais, em discursos de palanque e em encontros políticos<sup>45</sup>.

#### b) Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva

O ex-presidente do Brasil ficou no cargo entre 01 de janeiro de 2003 até 01 de janeiro de 2011. É mais conhecido como Lula, apelido incluído em seu nome para ser usado em sua campanha eleitoral. Lula foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e hoje é o Presidente de Honra. Depois de três derrotas (1889, 1994

---

<sup>45</sup> Cf. PEIXOTO, 2014.

e 1998) em eleições para presidente do Brasil, Lula foi eleito em 2002 e reeleito em 2006. Lula foi condecorado com mais de 300 prêmios e honrarias, dentro e fora do país.

Luís Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 na localidade de Caetés, na cidade de Garanhuns, Pernambuco. Segundo o site “e-biografias”, Lula é o sétimo dos oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. Em dezembro de 1952, com sete anos, junto com sua família, migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão "pau de arara". Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá.

Em 1956, a família de Lula mudou-se para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro do Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria, trabalhando também, posteriormente, como engraxate e *office-boy*. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a carteira de trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do SENAI - Serviço Nacional da Indústria. O curso durou 3 anos e Lula tornou-se metalúrgico. Trabalhando na Metalúrgica Independência, no turno da noite, perdeu o dedo mínimo da mão esquerda em uma máquina, o que acabou se tornando um de seus símbolos.

Casado com Marisa Letícia da Silva, Lula é pai de Fábio Luís (1975), Sandro Luís (1979) e Luís Claudio (1985). Sua filha Lurian foi fruto de relacionamento com Miriam Cardoso, sua namorada na época. Segundo o “e-biografias”, sua primeira esposa Maria de Lourdes da Silva faleceu de hepatite, quando era submetida a uma cesariana.

A crise após o golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego, passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, localizada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Trabalhando na Villares, Lula começou a ter contato com o movimento sindical, através de seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido por Frei Chico. Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito segundo suplente. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro secretário.

Em 1975, Lula foi eleito presidente do sindicato com 92 por cento dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores. Lula deu, então, uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fez com que Lula pensasse pela primeira vez em criar o Partido dos Trabalhadores (PT). O Brasil atravessava, então, um processo de abertura política lenta e gradual comandada pelos militares ainda no poder.

No dia 10 de fevereiro de 1980, Lula fundou o PT, juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como também lideranças rurais e religiosas. Em 1980, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Lula passou 31 dias recolhido às instalações do DOPS paulista.

Em 1982 o PT já estava implantado em quase todo o território nacional. Lula liderou a organização do partido e disputou naquele ano o Governo de São Paulo, mas não se elegeu. Em agosto de 1983 participou da fundação da CUT - Central Única dos Trabalhadores. Em 1984 participou, como uma das principais lideranças, da campanha das "diretas já" para a Presidência da República, feito este considerado como um trunfo pelo próprio ex-presidente, uma vez que o mesmo alega ser *símbolo da redemocratização* brasileira, como veremos em nossa análise. Em 1986 foi eleito o deputado federal por São Paulo mais votado do país.

Nesse caminho de ascendência, o PT lançou Lula para disputar a Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa, no segundo turno, por pequena diferença de votos para o candidato Fernando Collor de Mello. Dois anos depois, Lula liderou uma mobilização nacional contra a corrupção que acabou no "impeachment" do presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998, Lula voltou a se candidatar a presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Lula concorreu, em 2002, pela quarta vez ao cargo de presidente da República, tendo como vice-presidente o empresário e Senador, José de Alencar, do PMDB de Minas Gerais e, finalmente, em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil, derrotando José Serra, então ministro da Saúde do governo FHC. Lula concorreu novamente em 2006, para reeleição à presidência, sendo eleito ao derrotar Geraldo Alckmin do PSDB, seu partido rival.

Lula adotou, em seus governos, políticas econômicas conservadoras, a dívida interna cresceu, mas a dívida externa caiu em valores consideráveis. Os baixos índices inflacionários eram conseguidos com o uso de políticas monetárias restritas. Em contrapartida, Lula ampliou programas sociais já existentes e criou alguns outros programas que visassem à transferência de renda. Ficou conhecido assim como o “Pai dos pobres” e como “pai do povo”, por ter efetivamente aumentado e desenvolvido os programas assistencialistas e demais programas de cunho social. Recebeu prêmios e condecorações em vários países. Segundo o *site* “e-biografias”, no Brasil, Lula recebeu a medalha de ordem do Mérito Militar, Naval, Aeronáutica, a Ordem do Cruzeiro do Sul, do Rio Branco, a ordem do Mérito Judiciário e da Ordem Nacional do Mérito. Recebeu da UNESCO, em 2008, o Prêmio da Paz; em 2009 foi destacado como “O Homem do Ano” nos jornais *Le Monde* e *El País*. Em 2012 recebeu o prêmio de “Estadista Global” em Davos na Suíça. Em 2011, desde que deixou o cargo de presidente, Lula vem sendo convidado a ministrar palestras em empresas no Brasil e no exterior.

Em 29 de outubro de 2011, Lula vai ao Hospital Sírio Libanês, apresentando rouquidão e sentindo dor na garganta. É submetido a exames que diagnosticam um tumor maligno na laringe. Em declaração, o oncologista Artur Katz descartou a realização de cirurgia para retirada do tumor, porque os pacientes submetidos a esse tipo de cirurgia apresentam dificuldades na fala. Lula passou por sessões de quimioterapia, em combinação com a radioterapia. O tratamento terminou em fevereiro de 2012. O ex-presidente recebeu o diagnóstico de que o tumor havia desaparecido. Sessões de fonoaudiologia foram realizadas para recuperar a fala.

Mesmo após o fim do seu mandato, e muito devido à intensa presença no governo da presidente Dilma Rousseff, a quem ajudou a se eleger, o ex-presidente Lula ainda é

considerado por muitos como o líder popular do Brasil. Ele reveste-se, assim, de uma espécie de espírito ancião, como um oráculo capaz de responder com propriedade aos questionamentos do auditório, ou sobre o futuro do Brasil. Detentor de características extra-técnicas, munido de um carisma excepcional, Lula possui credibilidade suficiente para a tomada da palavra, ainda que, no momento do FMDH, o mesmo não mais esteja como representante legítimo e institucional do povo brasileiro em nenhum cargo político. Ao invés disso, Lula parece ter assumido um papel de conselheiro político, enquanto aquele que pode dedicar o resto de sua vida a dar conselhos sobre como governar o Brasil em benefício de todos, sobretudo daqueles que gritam por direitos, e essa aceitação popular, frente ao *ethos* construído pelo ex-presidente, assegura-lhe, de certo modo, a legitimidade do dizer e do ser credível nesta determinada situação comunicativa. A propósito, o ex-presidente Lula atualmente tem dado palestras e conferências em diversas empresas e eventos do Brasil e fora do Brasil. Nesse sentido, é possível identificar um carisma intenso e sólido na pessoa do ex-presidente Lula, carisma esse que será um dos fatores responsáveis pelo sucesso de seus empreendimentos persuasivos.

O carisma de Lula interessou mesmo a alguns pesquisadores estrangeiros como o linguista Patrick Charaudeau (2012), que o cita em seu artigo *Charisme, quando tu nous tiens*, disponível no site<sup>46</sup> do próprio autor, colocando-o como um líder dotado de carisma transbordante. Quanto ao carisma, o psicólogo social Alexandre Dorna afirma,

Le leader charismatique remplit une fonction « d'antidépresseur ». En effet, un de ses rôles est d'introduire de l'espoir dans un contexte sans espoir, car ne pas espérer est déjà la dépression. Si un tel leader est une figure à laquelle on s'identifie et un objet de culte, il s'agit, aussi, d'une figure combinée : autant père que mère « à jamais réconciliés dans la promesse d'un avenir radieux pour leurs enfants<sup>47</sup> » (DORNA, 1998, p. 28/29)

Esse tipo de liderança se coloca como a fonte de todo o bem, aquele que vai combater a fonte do mal e o retrocesso. De fato, o ex-presidente Lula carrega consigo uma áurea de carisma, em grande parte pela sua trajetória enquanto ator político,

---

<sup>46</sup> Ao fim do artigo, Patrick Charaudeau cita Lula e Dilma, em referência à presença extraordinária de carisma de um e à falta de carisma da outra. Acesso em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Charisme-quand-tu-nous-tiens-Les.html>>.

<sup>47</sup> O líder carismático preenche uma função de “antidepressor”. Na verdade, um de seus papéis é o de introduzir esperança em um contexto sem esperança, porque não ter esperança é já a depressão. Se um tal líder é uma figura à qual se se identifica e um objeto de culto, trata-se, também, de uma figura combinada: tanto de pai como de mãe para sempre reconciliados na promessa de um futuro radiante para os seus filhos [Tradução nossa].

sindicalista, e em parte pela assunção ao poder munindo-se de um discurso voltado essencialmente aos pobres. Quando se fala em ascensão social no Brasil, frequentemente se lembra do ex-presidente Lula, responsável, segundo alguns institutos de pesquisa, por ter conseguido, em seu governo, a retirada de grande parcela de brasileiros da linha da miséria. Todo esse percurso o ajudou a constituir tamanho *ethos* carismático que ainda muito lhe serve em termos de persuasão do auditório.

Com efeito, Max Weber (2011, p. 141), autor da teoria do carisma na sociologia política, afirma que “obedece-se ao líder carismático qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade, dentro do âmbito da crença nesse seu carisma”. Destarte, o *ethos* carismático que o ex-presidente porta, por certo, ajuda-o a aproximar o auditório de si mesmo, tendo em vista que a negociação das distâncias se dá muito pelos fatores da identificação e da empatia.

Lula, no momento de seu pronunciamento, já não possuía mais nenhum cargo político, nem função executiva de governo, tampouco se apresentava como liderança formal de seu partido. Sua liderança se dá, efetivamente, através do seu carisma, construído durante sua trajetória política e enquanto presidente do Brasil. O lugar ocupado pelo ex-presidente nesse momento enunciativo particular é muito mais de apoiador da presidente Dilma, em função de sua importância histórica para o Brasil e, sobretudo, para o PT, como que se se prestasse à função de legitimar o discurso da presidente. É por essa razão que nos é possível considerar o ex-presidente Lula como conselheiro, uma espécie de ancião que passa a ocupar certo papel de educador político das massas.

Nesse ponto nos deparamos com um detalhe importante. Segundo Charaudeau (2005), o *ethos* é uma questão de credibilidade e não de legitimidade, na medida em que essa última é decorrente dos lugares institucionais que conferem autoridade a alguém para exercer determinada atividade<sup>48</sup>. No entanto, nos casos em que o *ethos carismático* é a fonte de credibilidade de um governante, frequentemente se confunde o seu carisma com a própria condição de legitimidade em governar. Em outras palavras, apesar de Dilma Rousseff ter todas as prerrogativas legais e legítimas para governar, a política não pode prescindir do apoio popular à governança, fato que apenas acontece mediante a boa

---

<sup>48</sup> Charaudeau (2005a) afirma que, ao contrário da legitimidade que apresenta-se como uma qualidade vinculada à identidade social do sujeito, a credibilidade é resultado de uma construção operada pelo sujeito falante na sua construção discursiva, ou seja, é uma questão de *ethos*.

credibilidade do governante. Não havendo credibilidade, por mais que a legitimidade ainda subsista, ela tende a se deteriorar devido à própria natureza da política.

Não podemos negligenciar que o ex-presidente, ainda que longe de qualquer cargo político, mostra-se como capaz de contribuir para a reformulação da credibilidade da presidente Dilma Rousseff. Ora, isso torna ainda mais interessante a análise deste *corpus*, visto que pretendemos verificar, em momento de análise, como o ex-presidente Lula constrói o seu pronunciamento e como o seu discurso é constituído a fim de recuperar a aceitação do auditório ao pronunciamento da presidente Dilma Rousseff. Isso nos remete, automaticamente, à própria questão do gênero discursivo que procuramos examinar, porquanto se é preciso definir se o pronunciamento do ex-presidente trata-se mesmo de um discurso deliberativo, com o intuito de persuadir as pessoas a agirem em prol de algo ou contra algo; ou a mescla do deliberativo com o epidítico, tendo em vista que o papel do ex-presidente enquanto conselheiro e educador político tanto consiste em aquietar o auditório frente às manifestações contra o governo da presidente Dilma Rousseff, como em promovê-lo, fazendo amiúde uma espécie de propaganda partidária do seu governo.

Sendo assim, tendo conhecido brevemente parte das biografias dos presidentes Dilma Rousseff e Lula e suas respectivas identidades sociais, precisaremos, doravante, definir as condições de produção dos seus discursos, já que, isoladamente, longe de seus contextos e lugares de fabricação, os mesmos não podem ser definidos com propriedade. Portanto, faz-se necessário partir para uma melhor análise das implicações de tais identidades nas condições de produção do discurso no que se refere notadamente à esfera de interpretação, na medida em que tais conhecimentos serão necessários para a compreensão dos fatores que constituem sentido nessa esfera.

### **2.3.2 A esfera de interpretação do discurso**

A esfera de interpretação do discurso é tão importante quanto a esfera de produção, visto que é sempre para a compreensão do interlocutor que o locutor constrói a sua empresa comunicativa ou persuasiva. Por certo, na argumentação isso fica ainda mais claro. Semelhante afirmação foi-nos lançada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 21), ao dizerem, por exemplo, que “é sempre em função de um auditório que se

faz uma argumentação”. É preciso ao orador (locutor) sempre levar em conta o seu auditório (alocutário) caso ele pretenda que a argumentação seja eficaz, fato que efetivamente, ainda assim, não determina se o sucesso persuasivo ocorrerá ou não. Com efeito, não se consegue construir uma argumentação sem levar em conta as especificidades do auditório.

O discurso político é produzido tanto a partir da esfera da produção propriamente dita, como da interpretação. Contudo, no caso da interpretação, há uma maior dificuldade em se definir estratégias de análise, visto que o

sujeito interlocutor é um ator social que tem sua própria autonomia em sua ação de interpretação; ele se dedica a essa atividade em função de sua própria identidade social, da identidade social do locutor que ele percebe, das intenções que lhe atribui, de seu próprio conhecimento de mundo e de suas próprias crenças. Dessa perspectiva, podemos dizer que o locutor não tem total domínio sobre seu interlocutor; ele pode imaginar quem ele é, mas não pode ter certeza de que ele interpretará seu ato de linguagem do modo como ele pretende. É que o interlocutor, por sua vez, constrói ao seu modo o sentido; ele não é um simples receptor cuja atividade consistiria, como dizia o esquema de comunicação tradicional, em decodificar a mensagem emitida pelo locutor: ele é um interpretante construtor de sentido (CHARAUDEAU, 2010, p. 1).

Isso nos permite dizer que tanto para o produtor do discurso quanto para o analista que faz dele o seu objeto de análise, não há como assegurar que certos enunciados causaram (ou causarão) determinado efeito no auditório. Por parte do produtor do discurso (para a retórica, o orador), tal certeza não lhe é possível pelo simples fato de ele não ter acesso aos fatores subjetivos e psicossociais que vão definir a interpretação que determinado ouvinte possa ter do seu pronunciamento. Por parte do analista, cabe-lhe apenas analisar as relações discursivas entre os enunciados e a inscrição histórico-social que possuem, que significam e ressignificam o dizer.

Entretanto, não é possível ao analista assegurar que tal enunciado depreendeu tal e tal sentido, mas apenas indicar os *possíveis interpretativos*<sup>49</sup> que aquele enunciado pode ocasionar em determinada *situação de comunicação*. Ora, isso é genuinamente um trabalho retórico. Com efeito, para que fosse possível uma certeza da formulação de sentido dos enunciados em questão, seria necessário que se fizesse uma pesquisa de recepção, objetivando verificar a reação de cada alocutário (que compõem o auditório)

---

<sup>49</sup> Cf. CHARAUDEAU, 2008, p. 29.

em consonância aos objetivos determinados pelo auditório. Não obstante, até os objetivos do orador, por mais que passíveis de serem logicamente depreendidos, não passam igualmente, ao analista, de *possíveis interpretativos*. Visto que não se pode dar conta daquilo que não se tem acesso. É importante ratificar que, na análise do discurso, tratamos, sobretudo, de efeitos possíveis de produção, persuasão e sentido. É preciso ter em mente que nem sempre o efeito visado pelo produtor do discurso é o efeito real produzido. Segundo Charaudeau (2010), quanto maior for o auditório, menores são as chances de haver coincidências entre os efeitos visados e os produzidos. Essa é uma das questões centrais deste trabalho, pelo fato de que aqui tentaremos mostrar que, em um auditório tão heterogêneo, as estratégias retóricas do orador Lula parecem ter apresentado, apesar de tudo, poder de negociar as distâncias e as diferenças, causando, possivelmente, um efeito visado bem próximo ao efeito real — diferentemente, como veremos, dos efeitos causados pela presidente Dilma Rousseff.

Em suma, Charaudeau (2010, p. 1) afirma que o espaço das condições de interpretação se define como o “espaço em que se constituem os dados específicos do sujeito interpretante, revelados pelos efeitos produzidos, e que se integram às condições da situação de comunicação”. Para entendermos melhor as condições da situação de comunicação, vejamos o quadro institucional da produção e da interpretação dos discursos.

### **2.3.3 O quadro institucional: O Fórum Mundial de Direitos Humanos**

O Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) foi um evento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em aliança com a Universidade de Brasília (UNB) e outras instituições governamentais e não governamentais que contribuíram com a organização do evento. O FMDH aconteceu em Brasília, nos dias 10 a 13 de dezembro de 2013. Segundo aponta o site institucional do evento, o FMDH tem o objetivo de promover um espaço de debate público sobre direitos humanos, no qual “serão tratados seus principais avanços e desafios com foco no respeito

às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento a todas as violações de direitos humanos<sup>50</sup>”.

O evento, por certo, não poderia ter sido produzido em momento mais oportuno. Pouco após a morte do mártir Nelson Mandela, falecimento ocorrido no dia 05 de dezembro de 2013, o clima era de tributo ao grande líder da África negra, responsável pela unificação da África do Sul e considerado o pai da moderna nação sul-africana. A propósito, o mártir era chamado, além de “Madiba”, nome referente ao seu clã, por “Tata”, que significa “pai”. Pois bem, no ano da morte de um dos mais respeitados líderes que pregaram e lutaram acerca dos direitos humanos (DH), vencedor do prêmio Nobel da Paz em 1993, o evento serviria não só para apontar os avanços que o Brasil teve nessa seara, mas também para indicar projetos efetivos para que os direitos civis e sociais de cada cidadão brasileiro fossem respeitados e assegurados, quando não positivados em lei.

A pauta, sem dúvida, ganhava contornos políticos, visto que na metade desse mesmo ano de 2013 o Brasil viveu um dos maiores movimentos civis e estudantis de toda a sua história. O movimento que ficou conhecido como “as manifestações de junho” serviu, em muito, como palco de cobranças e reivindicações relacionadas também aos DH. Por essa razão, a presidente Dilma Rousseff precisava apresentar os avanços que o seu governo proporcionou no que se refere aos DH, bem como delinear e traçar as perspectivas de avanço e a resolução de intempéries que vinham se formando – as reivindicações pelos direitos civis LGBT, pelos direitos indígenas contra a remarcação das terras pelo legislativo (PEC 215/00), pelos direitos da comunidade negra e, também, algumas parcas reivindicações acerca da desmilitarização das Polícias Militares.

O auditório presente neste evento, e que assistiu aos pronunciamentos que serão aqui analisados, foi composto, em sua maioria, por estudantes, militantes da base de governo, indígenas e representantes indígenas, além de militantes específicos dos direitos humanos. Também marcaram presença professores, pesquisadores vinculados à área, políticos e membros de ONGs e, claro, a imprensa. Com tal composição do auditório, podemos dizer que o caráter do evento foi majoritariamente de teor político-militante, tendo sido preciso aos oradores abarcar em seus pronunciamentos, com certa

---

<sup>50</sup> “Sobre o Fórum”. Site da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2013. Disponível em: <<http://fmdh.sdh.gov.br/index.php/sobre-evento>>. Acesso em 16 de Jul. de 2015.

profundidade, todas as questões acerca dos DH que eram parte do projeto de governo da presidente Dilma Rousseff.

Nesse sentido, para uma análise mais adequada, precisamos levar em conta alguns desses aspectos. Recapitulando: 1- um evento voltado para os direitos humanos, em que, sobretudo, militantes de diversas partes do país fizeram presença, boa parte para reivindicar pautas que não foram devidamente contempladas pela presidente Dilma Rousseff em seus três anos de governo (na época). 2- A insatisfação do auditório perante questões sobre os DH, por exemplo, a manifestação dos indígenas contra o deferimento e aprovação da PEC 215/00, que previa a mudança de demarcação das terras indígenas, hoje competência do Executivo, para o Poder Legislativo. 3- O ano do evento foi marcado pela morte do mártir Nelson Mandela, ícone da defesa dos DH no mundo todo, o que trouxe um clima de certa consternação<sup>51</sup>. 4- O fim do ano de 2013 anunciava o início de um ano de eleições para presidente (em 2014), em que a presidente Dilma Rousseff tentaria reeleição, o que acabou por tornar o seu discurso uma espécie de propaganda de governo. 5- As “manifestações de Junho<sup>52</sup>”, quase todas acerca dos DH, colocaram esse evento como uma espécie de prestação de contas sobre o andamento das políticas civis, sociais e de direitos humanos no Brasil. 6- Por último, a presença do ex-presidente Lula, motivo de euforia para o auditório presente, cabendo, ao próprio, engendrar o pronunciamento que procuraria aproximar as distâncias entre si, Dilma Rousseff e o auditório, bem como diminuir o clima de tensão provocado pelas manifestações e reivindicações.

Esses seis aspectos nos ajudarão a compreender melhor as estratégias retóricas utilizadas pelo ex-presidente Lula, visando este, claramente, a negociar as distâncias que estavam ali interpostas em relação ao auditório. Para tanto, ele lança mão de estratégias que tentaremos aqui desvelar e evidenciar para lograr o acordo ou, ao menos, o fim ou a diminuição dos descontentamentos.

---

<sup>51</sup> Vale ressaltar que, no início do evento, foi-se respeitado um minuto de silêncio em memória de Nelson Mandela.

<sup>52</sup> Vale ressaltar que o conhecimento das Manifestações de Junho é fundamental para o maior entendimento das inquietações do auditório em questão. Entretanto, por razões de espaço e de objetivos, não apresentaremos o que foram tais manifestações. Para maior entendimento, conferir: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013).

## 2.4 Um novo gênero discursivo? Os pronunciamentos

Com todas as informações acerca das condições de produção do discurso acima fornecidas, torna-se mais possível tecer considerações sobre o gênero discursivo em questão com maior propriedade. Não obstante, todas essas categorias de condição de produção nos fornecem informações separadas, muitas vezes desconexas, sobre o evento comunicativo a que pertencem. O que falta, destarte, é o devido enquadramento formal dos pronunciamentos que trataremos nesta dissertação como gêneros fechados, herméticos. Uma das causas que possivelmente explicam esse fato é que os gêneros orais apresentam-se mais fluídos do que os gêneros escritos.

Nesse sentido, buscando identificar as expectativas formais de enquadramento, podemos entender que, dentre o universo de *atividades de prática linguageiras* (CHARAUDEAU, 2001), domínios discursivos ou campos, organizam-se “formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão” (MARCUSCHI, 2008, p. 194). Segundo Marcuschi (2008, p. 194), “é justamente pelas distintas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que nosso comportamento discursivo num circo não pode ser o mesmo que numa igreja [...]”. De forma análoga, podemos compreender que são as regras determinadas pelas práticas sociais do domínio político que constroem aí o sentido do dizer, na sua produção e interpretação.

Ademais, são também as demais categorias, no papel de *restrições* formais, que legitimam a tipificação, o funcionamento e a validade do contrato comunicativo. Uma vez válido, tal contrato tem a capacidade de legitimar o ato de tomada da palavra. Charaudeau (2005b, p. 1), quanto a isso, afirma ser o ato de linguagem estruturado de maneira a comportar dois espaços: um *espaço de restrições*, que compreenderia “as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido”, e um *espaço de estratégias*, “que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* do ato de linguagem”.

Nesse sentido, apesar de entendermos que é o *espaço de restrições* que apresenta os limites formais de enquadramento de gênero, percebemos também, tal como Charaudeau (2005b), que as intenções dos oradores em um momento comunicativo são igualmente importantes para a sua definição. Por assim dizer, o *espaço de estratégias* também contribui para a definição das características de gênero. Uma carta aberta, por

exemplo, apesar de se constituir como carta, possui características distintas, parte pelo suporte jornalístico em que se apresenta e parte, especialmente, pelas intenções do autor da carta.

Por essa razão, propomos aqui aliar as características formais, o suporte, o *espaço de restrições*, fundamentais para o delineamento das condições de produção do discurso, às intenções, o *espaço de estratégia*, que permite ao sujeito mover os sentidos do seu dizer, de acordo a intenções e estratégias de seu interesse.

Paralelamente a isso, a posição de Marcuschi (2008) sobre o “*continuum* fala-escrita” parece-nos ser útil, quando o autor procura apresentar, dentro de certos domínios discursivos, as modalidades de uso da língua, tanto na fala quanto na escrita, por enxergar a existência de um *continuum* da relação fala-escrita em que os gêneros se interseccionariam frequentemente ao longo de tal contínuo. Entendendo texto como práticas sociais e não apenas como composições escritas, Marcuschi (2008) abrange o alcance de sua teoria aos textos orais, permitindo que aproveitemos aqui algumas de suas contribuições.

Ao perceber a língua como um *continuum* de fala e escrita, em que não apenas os dois formatos de texto se aproximariam em determinados momentos, mas também os gêneros que são daí decorrentes, podemos perceber a possibilidade de ocorrência de hibridização de gêneros, isto é, o fenômeno em que um gênero abarca características composicionais, formais e de intenção variadas, advindas de mais de um domínio discursivo, ou mesmo de variados gêneros discursivos distintos. Uma entrevista política, por exemplo, abarca tanto características do domínio (ou esfera) jornalístico, como do domínio político, justamente pela característica das intenções e da *mise-en-scène* dos interactantes.

Em relação à presidente Dilma Rousseff, podemos avaliar que o seu pronunciamento não possui maiores dificuldades em ser caracterizado como um *pronunciamento político* ordinário, fazendo parte do gênero discursivo *discurso propagandístico de governo*, uma vez que a presidente agrupa em si todas as características formais para tal apreensão, a saber, 1-possui cargo legítimo de presidente do Brasil; 2-trata sobre os programas de governo acerca dos direitos humanos; 3- as modalidades presentes em seu pronunciamento (como veremos na análise) apresentam

a presidente em um tom quase epistêmico em relação à sua própria enunciação, como que se bastasse informar o que se tem sido feito em seu governo. É claro, que não estamos afirmando que a presidente não objetivou a persuasão e não lançou mão de estratégias específicas para esse fim, apenas estamos salientando que a sua posição frente ao seu próprio dizer pareceu contribuir, em certos momentos, para um maior distanciamento entre o auditório e si.

Diferentemente, podemos afirmar que, no nosso caso, o ex-presidente Lula, ao pronunciar-se de maneira a abarcar diversas características distintas das formalidades do gênero *pronunciamento político* (em suas formas de *discurso de palanque*, ou *comício*), e admitindo características de outros gêneros (os quais apresentaremos em seguida), promove uma hibridização interessante, sendo essa, pois, a razão do percurso para a definição de gênero proposta neste trabalho. Conseguimos descrever tal hibridização ao adaptarmos o quadro de Marcuschi, intitulado “gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades” (MARCUSCHI, 2008, p. 194-196). Contudo, por esse trabalho propor uma análise de dois pronunciamentos, ou seja, textos orais, ressaltaremos apenas a modalidade oral inscrita nesse quadro.

Vejamos parte do quadro proposto por Marcuschi (2008), encurtado e adaptado para os fins específicos deste trabalho.

**Quadro 1:** “Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades”.

DOMÍNIOS DISCURSIVOS	MODALIDADES DE USO DA LÍNGUA	
	ESCRITA	ORALIDADE
<b>INSTRUCIONAL</b> (científico, acadêmico e educacional)	Artigos científicos; verbetes de enciclopédias; relatórios científicos; notas de aula; nota de rodapé; diários de campo; teses; dissertações; monografias; glossário; artigos de divulgação científica; tabelas; mapas; gráficos; resumos de conferência; resenhas; comentários; biografias; projetos; solicitação de bolsa; cronograma de trabalho; organograma de atividade; monografia de curso; monografia de disciplina; definição; autobiografias; manuais de ensino; bibliografia; ficha catalográfica; memorial; curriculum vitae; parecer técnico; verbete; parecer sobre tese; parecer sobre artigo; parecer sobre projeto; carta de apresentação; carta de recomendação; ata de reunião; sumário; índice remissivo; diploma; índice onomástico; dicionário; prova de língua; prova de vestibular; prova de especialização; certificado de proficiência; atestado de participação; epígrafe	Conferências; debates; discussões; exposições; comunicações; aulas participativas; aulas expositivas; entrevistas de campo; exames orais; exames finais; seminários de iniciantes; seminários avançados; seminários temáticos; colóquios; prova oral; arguição de tese; arguição de dissertação; entrevista de seleção de curso; aula de concurso; aulas em vídeo; aulas pelo rádio; aconselhamentos
<b>INTERPESSOAL</b>	Cartas pessoais; cartas comerciais; cartas abertas; cartas do leitor; cartas oficiais; carta-convite; cartão de visita; e-mail; bilhetes; atas; telegramas; memorandos; boletins; relatos; agradecimentos; convites; advertências; informes; diário pessoal; aviso fúnebre; volantes; lista de compras; endereço postal; endereço eletrônico; autobiografia; formulários; placa; mapa; catálogo; papel timbrado	Recados; conversações espontâneas; telefonemas; bate-papo virtual; convites; agradecimentos; advertências; avisos; ameaças; provérbios
<b>POLÍTICO</b> (categoria adicionada para a finalidade deste trabalho)	Ofícios; folhetos; panfletos; santinhos eleitorais; impressos em camisas e utensílios; outdoors político-eleitorais; escritos em muros e faixas; pronunciamento escrito, carta formal; decreto; lei; projeto de lei; emendas parlamentares, missivas oficiais.	Pronunciamento; comício; entrevista política na TV; entrevista política no Rádio; debates parlamentares; discussões; deliberações.

FONTE: MARCUSCHI, 2008, p. 194-196 com adaptações nossas.

Podemos perceber, no pronunciamento do ex-presidente que será analisado, características desses três domínios, sendo apenas dois deles apresentados por Marcuschi (2008) no quadro anterior: *o instrucional* e *o interpessoal*. É preciso salientar que o autor descreve outros tipos de campo discursivo, mas esquece-se do *político*, crucial para este trabalho. Por essa razão, permitimo-nos acrescentar tal domínio (campo) e omitir os demais. A falta de referência ao domínio político não invalida a funcionalidade de sua sistematização, entretanto, assumimos aqui a possibilidade de acrescentar o domínio político e seguir a lógica da sistematização, buscando aproveitar a metodologia do autor do quadro.

A hibridização do gênero proposto se dá na interseção de características entre os três domínios acima descritos (instrucional, interpessoal e político): *Instrucional*, pois o ex-presidente Lula assume postura de conselheiro, aplicando seu *ethos* em apoio à presidente Dilma Rousseff. Passa, assim, não só a defendê-la e também a seu governo, mas procura educar, de certa maneira, as paixões e os valores dos alocutários presentes (o auditório). Aproxima-se, nesse sentido, ao gênero conferência ou palestra, por admitir características educacionais e instrucionais claras; *Interpessoal*, pois as estratégias de diminuição das distâncias entre si e o auditório visam a percorrer um rumo mais íntimo, interpessoal, aproximando-se bastante do gênero conversacional, como veremos em algumas estratégias do próprio ex-presidente Lula; *Político*, no *stricto sensu*, pelo simples e óbvio fato de se tratar de um pronunciamento proferido em um encontro político, com fins políticos e enunciado por um orador político.

Ora, a proposta de um gênero híbrido *pronunciamento político*, fruto das interseções de características dos domínios *instrucional*, *interpessoal* e *político*, remete também à possibilidade de hibridização de dois dos gêneros retóricos, a saber, o gênero deliberativo e o epidítico, na medida em que há profundas características de uma deliberação, tendo em vista que o pronunciamento do ex-presidente Lula trata de assuntos políticos, mas também epidítico, por apresentar um viés educativo, de conselho, de sedimentação de valores ou de argumentação de valores para transformação de paixões. Assinalamos aqui a nossa filiação, percebendo que, apesar de os gêneros retóricos não mais darem conta das especificidades dos gêneros atuais, os seus princípios constituintes continuam firmes, presentes e passíveis de serem utilizados como ferramenta analítica.

Destarte, a proposta de um gênero híbrido, *pronunciamento político*, que abranja tais características sistematizadas por Marcuschi (2008), pode ser projetada, sendo guardadas as devidas proporções, em uma teoria da análise do discurso que dialogue com a retórica. Sendo uma questão eminentemente retórica, podemos afirmar que o gênero, tal como tipificado, constitui-se já em si uma estratégia de persuasão, sendo, portanto, passível de ser entendido a partir das implicações decorrentes de uma análise retórica propriamente dita. Uma vez entendidas as preocupações desta dissertação acerca do gênero discursivo em questão, podemos passar, doravante, ao desenvolvimento teórico da retórica e da argumentação, ferramentas de nossa escolha para a análise dos discursos aqui abordados e como bases conceituais para este trabalho.

### 3. RETÓRICA, DISCURSO E NEGOCIAÇÃO

A retórica sempre ressurgue em ambientes de discussões e contradições, pois esses são, inclusive, os pontos nos quais ela se baseia. A retórica está em tudo o que permite a discussão, o debate, o próprio questionamento. É por isso que Hansen (2013) afirma ser mais adequado falar de *retóricas*, ou *artes retóricas*, do que de *retórica*, no singular simplesmente, visto que a instituição retórica admite tamanha complexidade que não parece sensato conceituá-la a partir de apenas um paradigma. Tal fato isenta-nos, assim, da necessidade de escrever uma história linear dessa instituição, mesmo porque muitos pesquisadores já se detiveram nesse objetivo e basta-nos, aqui, recorrer a algum aprofundamento histórico se este parecer necessário à reflexão a ser empreendida.

A “retórica”, *tekhné rhetoriké*, apresenta-se como adjetivo, que qualifica o substantivo “arte”. Ainda segundo Hansen (2013, p.12), “o adjetivo ‘retórico(a)’ se aplica a todo e qualquer enunciado produzido intencionalmente em situação[...]”, por assim dizer, é antes mais fácil entender a retórica como uma arte discursiva em sua generalidade e complexidade, do que restringi-la a algumas das definições estabelecidas no decorrer de sua evolução, o que seria, por certo, reducionista em demasia. Ademais, o fato de a palavra “retórica” ser usada também como um adjetivo não parece algo aleatório, antes denota especial sentido que nos ajuda, por certo, a compreendê-la com maior profundidade.

De outra maneira, podemos afirmar que a retórica seria uma arte ou técnica, ou atualizando a sua capacidade, uma teoria, capaz de traduzir o mundo e as coisas a partir de suas diversidades de sentido e de forma. O mundo é demasiadamente vasto, plural, *habitat* de diversos tipos distintos de pessoas, com pensamentos frequentemente divergentes, gostos diferenciados, histórias de vida, culturas e valores diferentes, e que precisam se relacionar, na grande maioria das vezes, pela própria condição do ser humano como um ser social. Esse é um dos grandes motivos de a retórica ter se desenvolvido, primeiramente, em seio democrático, na Antiga Grécia, onde ela se erigia como um meio importante para a consecução do acordo, tanto na esfera político-jurídica, quanto no domínio do epidítico, já que é próprio tanto da democracia como da retórica a missão de dirimir as diferenças através do diálogo e do consenso.

Por certo, a história pode nos dizer: a retórica sempre floresceu, e se destacou, em tempos de ressurgimento da democracia, estabelecendo-se mesmo como ferramenta indispensável na mudança dos regimes totalitários para os regimes democráticos. De certa forma, isso nos possibilita aferir que a retórica tenha sido o motor do reerguer da democracia, e não o contrário, que ela tenha surgido como consequência de um novo estabelecimento de governo<sup>53</sup>. Péricles, estadista grego responsável pelos anos de ouro da democracia grega, era, por exemplo, considerado um excelente orador, de invejável retórica, político nato, que detinha um poder inquestionável de convencimento através de seus discursos. Dessa forma, a retórica e a democracia grega alimentavam-se mutuamente, estabelecendo a livre discussão de ideias, o livre-diálogo, como princípios de liberdade caros aos princípios-base da constituição da Cidade-Estado de Atenas.

A valorização do conhecimento e do debate no seio democrático apresenta-se, nesse sentido, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da instituição retórica. A liberdade de pensamento e de discussão mostra-se como motor do desenvolvimento, haja vista que, em uma sociedade com diversidade de valores e objetivos, é preciso saber dialogar e debater sobre as propostas e os questionamentos, a fim de se lograr um consenso. O princípio-base de todo esse pensamento é o *pluralismo* retórico, presente em diversas instâncias da sociedade: pluralismo político, pluralismo jurídico, pluralismo cultural etc. Conceito amplamente debatido por Chaim Perelman, proveniente de seu mentor, o filósofo e sociólogo Eugène Dupréel, em seu importante percurso intelectual, o *pluralismo* consiste em perceber a realidade social a partir da diversidade. Isto significa dizer, em outras palavras, que o dogmatismo radical, a percepção de existência de uma única verdade, uma tese absoluta, um único caminho a ser seguido é extremamente prejudicial para o desenvolvimento da sociedade. O melhor meio para o desenvolvimento seria, dessa forma, abrir o leque de possibilidades e expectativas ao diálogo, ao debate de ideias, configurando, assim, uma espécie de renascimento da antiga retórica dos tempos clássicos.

Esta “*Nova Retórica*”<sup>54</sup>, como assim foi nomeada por seu autor, previu a impossibilidade de as pessoas se relacionarem no mundo através da argumentação

---

<sup>53</sup> Não podemos nos esquecer, contudo, que apesar de a retórica ser originariamente democrática, ela também serviu, e ainda serve, a ditadores.

<sup>54</sup> Cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005.

demonstrativa, baseada na lógica formal, tampouco na argumentação falaciosa, por vezes demasiadamente relativista. A partir dessa concepção de mundo pluralista, em que não se é possível estabelecer um único meio capaz de levar à verdade absoluta, a *Nova Retórica* problematiza o fato de a argumentação lógica não se fundamentar na simples e pura apresentação dos silogismos, não conseguindo, decorrente deles, o impacto definitivo na mente de todas as pessoas capazes de pensar. Se a argumentação lógica e dogmática bastasse não seria possível que duas pessoas se opusessem em determinado assunto sem que, obrigatoriamente, uma das duas estivesse errada. Ora, sabemos que nem sempre ambos os interlocutores estão errados e, às vezes, ambos podem estar equivocados. Essa incompletude da lógica demonstrativa, fruto do pensamento cartesiano e que influenciou todo o pensamento moderno e ainda o contemporâneo, concedeu subsídio suficiente para que a teoria da argumentação fosse revista por uma nova retórica ressurgente: retórica pluralista, do acordo, do consenso, da negociação, diferente da concepção de retórica como uma teoria das figuras e da eloquência, concepção esta que ainda vigorava na comunidade intelectual, fruto da desvalorização que a instituição sofreu no decorrer da sua história.

Segundo Maneli (2004, p. 26), “os problemas humanos, práticos, políticos e morais não podem ser reduzidos à antinomia, ao verdadeiro ou falso”. A lógica formal se torna inadequada quando se é usada como metodologia capaz de dar conta dos problemas argumentativos da atualidade, visto que a própria natureza dos problemas políticos e sociais remete a uma ampla gama de variáveis. O princípio mais razoável, por assim dizer, consiste em procurar o equilíbrio dos valores, das crenças, das paixões e das demais lógicas que fundamentam qualquer edifício argumentativo. Nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), em seu *Tratado da Argumentação*, debruçaram-se sobre as especificidades do auditório e dos valores que o movem, buscando assim propor uma hierarquização dos valores e uma percepção de uma teoria que levasse em conta tal impossibilidade de racionalização sobre o mundo através ou da lógica formal, dogmática, ou do relativismo radical, sofístico. Os autores chegaram à conclusão de que o que deve mover uma problemática argumentativa rumo à sua solução é uma *lógica do razoável* e não do racional. Ainda consoante Maneli (2004, p. 26, grifos do autor), “a redução do racional a um princípio único nos leva ao *pluralismo irracional* ou ao *monismo*”.

De fato, conceber o mundo através de um paradigma da racionalidade formal e lógica resulta em uma concepção deveras desumana da própria relação social. Esse pensamento foi mormente um dos princípios capazes de incitar uma das mais trágicas afrontas à dignidade da pessoa humana de todos os tempos: o nazismo. O movimento, ao pensar o povo alemão, a raça ariana, como superior a todas as outras e, por entender que a Alemanha precisava se unir em prol da sedimentação de uma identidade forte, agiu *logicamente* através de um raciocínio silogístico bem peculiar: *Se a minha raça é superior, logo posso dominar todos aqueles a quem considero inferiores*. O silogismo parece incompleto, mas nos fica fácil deduzi-lo a partir da inferência: *A raça ariana é superior, as raças inferiores devem ser dominadas, logo a raça ariana deve dominar todas as demais raças inferiores*. A lógica perelmaniana do *razoável* permite reconhecer que não há bom senso em considerar a raça ariana como superior — apesar de que, para o “povo ariano” da época, isso fosse uma verdade absoluta, um valor amplamente compartilhado — na medida em que outros valores são mais importantes do que o valor que preza pelo fortalecimento de uma identidade nacional. Por exemplo, o respeito à dignidade humana e aos direitos humanos pode ser entendido, ao menos em um regime democrático, onde as liberdades são permitidas, como um valor hierarquicamente superior a qualquer incitação xenofóbica de superioridade étnica. Ora, é justamente por isso que o pluralismo é o princípio-chave da democracia e, por essa razão, também da retórica. A falta de liberdade do discurso, do pensamento, da ação, reduz o pluralismo ao patamar de monismo, em que uma visão de mundo, ou ideologia, se coloca como superior em relação a outras.

Em suma, podemos dizer que tanto o pluralismo como a lógica do *razoável*, permitem que a retórica seja encarada como uma teoria discursiva capaz de condicionar o debate de ideias de tal forma que os resultados sejam frutos de um consenso ou, ao menos, de uma racionalização mais eficaz das necessidades de todos os participantes da argumentação. Isso significa dizer que o olhar pluralista e razoável do mundo estabelece uma ideia mais crítica da sociedade e das pessoas que a compõem. Essa retórica permite conceber as relações humanas como possíveis de serem negociadas, longe de serem dogmáticas. Devido à questão de que a lógica demonstrativa não consegue ser válida em um ambiente que foge ao cálculo, a argumentação retórica precisa ser reconduzida, reestabelecida pela característica capacidade de gerir o diálogo e o possível acordo. Nesse

sentido, a argumentação e, conseqüentemente, a retórica, seria o “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4).

Tal concepção perelmaniana da argumentação retórica se assemelha bastante com a do filósofo clássico Aristóteles, grande sistematizador da arte, que dizia que a retórica era “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir [...]” (ARISTÓTELES, 2012, p. 12). Apesar de divergentes em alguns pontos, ambas as definições colocam a argumentação retórica como capaz de levar um determinado auditório a crer em alguma tese que lhe é apresentada como verdadeira.

Uma das noções mais caras à teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) é a de “disposição dos espíritos” e de “disposição para a ação”. A disposição dos espíritos seria, para esse autor, a condição de maleabilidade e flexibilidade persuasiva a que cada interlocutor se submete. Isto é, se temos uma argumentação retórica no gênero político, por exemplo, em uma situação comunicativa de debate eleitoral, é possível imaginar que o orador em questão, um candidato a presidente, pode apenas dar conta das possíveis adesões, de acordo a uma projeção dos valores em comum, dos princípios que fundamentam o acordo, dos fatos, verdades e presunções disponíveis e possíveis de serem explorados. O auditório, por sua vez, se tocado pelos argumentos daquele orador, terá o seu espírito, ou seja, a sua racionalidade e suas emoções contingenciadas a agir ou a “pensar” de determinada forma operada e defendida pelo orador.

Por conseguinte, o auditório, quando persuadido de alguma tese em seu espírito, possui apenas a disposição para a ação, e não a obrigação para agir. Vale ressaltar que a argumentação apenas condiciona a mente para que esta determine uma ação. Por essa razão, podemos falar em “intensidade de adesão” (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2005), pressupondo que tanto a adesão quanto a ação posterior a essa adesão apenas podem ser tomadas como potencialidades.

Dessa forma, a retórica apenas pode revelar as potencialidades de adesão, assim como somente pode dar conta das possibilidades de sentido (aproximamos aqui dos *possíveis interpretativos* de Charaudeau). Quanto a isso, Maneli (2004, p. 36) defende que “a Retórica é um instrumento para estabelecer as verdadeiras conexões ocultas que se encontram sob a superfície. A retórica sempre nos lembra que o melhor emerge “entre

os diferentes”. Portanto, a retórica, ou *Nova Retórica* (a partir da concepção de Perelman) e o pluralismo democrático estão intensamente interligados, na medida em que ambos, retórica e pluralismo democrático, geram “considerações filosóficas e metodológicas gerais [que] têm impacto direto sobre a filosofia do direito, da política e da moral” (MANELI, 2004, p. 36).

A retórica encontraria, nos anos 1950, as melhores condições para um reestabelecimento, tendo em vista que tais anos surgiam como o reflorescer de um mundo devastado pela Segunda Guerra Mundial. Era necessário que se reestabelecesse a força da liberdade, frente a todo resquício de totalitarismo e de coerção. A retórica, dessa forma, pouco a pouco restauraria seus pilares mais preciosos, os quais tinham sido derrubados.

Apesar de haver bastante discussão acerca de quem reiniciou a retórica pós-esfacelamento de suas bases, acreditamos que foram os autores do *Tratado da Argumentação* que trouxeram a arte, de maneira mais contundente, para um lugar de evidência na academia, principalmente nos cursos de direito e filosofia. O filósofo Michel Meyer (1999) define tal momento de reerguimento da retórica com Perelman e também com Habermas, Eco e Gadamer como a *virada retórica*, claramente como uma analogia à virada linguística que marcaria o pensamento anglo-saxão no começo do século passado com Russel e Wittgenstein (MEYER, 1999), evidenciando, assim, a igual importância desse momento para a comunidade intelectual e para os estudos da argumentação.

Para Meyer (1999), é interessante notar que é no momento em que os velhos modelos intelectuais e culturais entram em colapso que a retórica renasce. É sempre quando as antigas certezas intelectuais já não respondem aos questionamentos que emergem que a retórica encontra espaço para florescer, apresentando a possibilidade da discussão e da pluralidade de opiniões. A própria *virada retórica* situou-se em um período que perpassa desde a Segunda Guerra Mundial até os *anos dourados*, épocas totalmente distintas e mesmo antagônicas que evidenciavam a mudança de pensamento, ideologia e política da época. Em pleno ano de 1958, ano da publicação do *Tratado da Argumentação*, podia-se perceber um mundo aberto a novas perspectivas, vivenciando crescimentos de ordens galopantes, frutos da expansão do Estado Norte-Americano e dos Aliados, na intensa disputa ideológica contra a União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS), contexto mais do que propício para se ter um debate de opiniões contrastantes e que explicaria o próprio ressurgimento de uma “arte de persuadir”.

Essa ideia é defendida desde Plutarco, que afirmou nunca ter sido a cidade de Roma tão florida, nem o império romano tão grande, do que quando as letras e as ciências gregas lá foram introduzidas (MATHIEU-CASTELLANI, 2000). Plutarco referia-se, notadamente, à arte retórica, que derramava o espírito da razoabilidade nas discussões romanas. De fato, é pela problematização do *logos*, debatido, relativizado, que podemos afirmar ser principalmente no sistema político atual, democrático, que preza pelo pluralismo político, ideológico, pela diversidade de crenças e valores, pela liberdade de expressão (ainda que saibamos que, em diversos momentos, ela ainda seja cerceada), que a retórica encontrará possibilidades de se fortalecer como uma abordagem discursiva importante.

Para Meyer (2007), nesse viés, a nossa época pode ser comparada ao advento da democracia ateniense e ao renascimento italiano, dois grandes períodos para a retórica. Para ele

no primeiro assistimos à derrocada das explicações míticas e da ordem social aristocráticas; no segundo à extinção do velho modelo escolástico e teológico que gradualmente cede lugar à ciência moderna, ao mesmo tempo que o renovamento comercial das cidades italianas anuncia a era burguesa. Nos momentos intermédios e privilegiados em que os esquemas antigos oscilam e os novos ainda mal se esboçam, a livre discussão restabelece os seus direitos e, de uma maneira geral, a liberdade (MEYER, 2007, p. 11).

Em todos esses momentos, seja no advento da democracia ateniense, seja no renascimento italiano, ou ainda em quaisquer outros momentos em que os paradigmas sofreram alteração, a diversidade intelectual, as diferenças sociopolíticas e demais outros tipos de distinções foram cruciais para o desenvolvimento dos movimentos.

Não obstante, a ruptura de um paradigma ou de uma ordem social, a renovação das crenças, dos valores ou das “verdades” nem sempre se mostraram como possíveis de serem alcançadas novamente em pleno século XXI, uma vez que a era pós-moderna admite tantas “verdades”, crenças, credos, valores, estilos que se torna um tanto desastroso promover a retórica como potencial estabelecadora de uma nova ordem. Nesse

caso, a retórica seria antes uma ferramenta capaz de gerar o consenso entre as ordens já existentes, buscando o equilíbrio em seus princípios e, eventualmente, auxiliando na criação de uma nova teoria e metodologia de análise para o trato das desordens sociais.

Ora, se temos uma arte que busca o consenso, um equilíbrio possível em meio a um ambiente onde impera a diversidade, podemos seguramente falar que tal processo se assemelha em muito a uma negociação. O pluralismo (sociológico, político, cultural, psíquico, intelectual etc.) é, inclusive, o princípio-chave para o aparecimento da necessidade de negociação. Apenas se negocia o que é problema, o que ainda não se configura como um acordo. Se nossas relações uns com os outros constituem problema, é inevitável que cada ser humano busque meios cabíveis para tornar possível o convívio entre os pares, para dirimir tais problemas. Isso se dá, ao menos idealmente, através de estratégias de persuasão que se aproximam bastante de atitudes de negociação, em menor e maior grau.

Sendo assim, veremos mais à frente que enxergar a retórica através do problema e não da solução, a partir do desacordo e não do acordo, concede a possibilidade de lograr tal acordo de maneira mais profunda, visto que serão identificadas as questões que impediriam o consenso e não apenas técnicas ou regras que inevitavelmente levem a ele. Em suma, o *pluralismo* retórico, a lógica do *razoável*, e a *problematologia* retórica são concepções importantes para o entendimento da teoria retórica que aqui objetivamos utilizar.

Todavia, o cenário dos estudos discursivos na contemporaneidade ainda não abriu o espaço devido aos estudos retóricos. Ainda que vários teóricos do discurso tenham se baseado nos pensadores clássicos para desenvolver suas teses, como por exemplo, o próprio Bakhtin, não há uma tributação clara a esses pensadores, nem um direcionamento específico da retórica enquanto uma teoria do discurso<sup>55</sup>.

No entanto, a retórica está presente em todas as ciências, e resumi-la à filosofia do direito, da política ou da moral, seria desmerecer o seu papel igualmente importante e fundador em tantas outras áreas, pois as problemáticas e suas respectivas discussões existem em qualquer domínio, e, sendo assim, pode-se fazer retórica para “qualquer

---

<sup>55</sup> Com exceção da linguista Ruth Amossy (2010) que traça convergências claras e precisas entre a retórica e a análise do discurso, como veremos no decorrer deste trabalho.

questão dada” (ARISTÓTELES, 2012). Segundo Meyer (2007a), todas as ciências humanas se viram marcadas pela condição retórica, desde a política e o direito, até a hermenêutica, a poética e a estética, a literatura, e mesmo a análise do discurso. Para ele, “quando nos apercebemos de que o sentido das nossas conversas foi sempre múltiplo em princípio, e que a nossa lógica não possuía um rigor natural, mas construído” (MEYER, 2007a, p. 14), percebemos que a retórica está também presente no domínio linguístico, e, sobretudo, no da AD.

Ademais, tal retórica assumiu papel importante nas ciências da linguagem de forma mais geral. Com o desenvolvimento linguístico vivido no século passado, a retórica passa a reproblematicar, por exemplo, questões como o literal e o figurado, o que é dito e o que se pretende dizer, o explícito e o implícito, aproximando tais estudos com a própria *pragmática*, pois ambas agem no domínio do *logos*, de maneiras distintas, mas que possuem certa aproximação enquanto possíveis abordagens discursivo-argumentativas. Porém, aqui, é preciso ter bastante cautela, tendo em vista que o próprio Ducrot (2009) chega a contestar a existência de estreitos vínculos entre a argumentação retórica fundada no *logos* e a argumentação linguística. A linguista francesa Ruth Amossy (2010), por sua vez, defende que a teoria da argumentação da *Nova Retórica* de Perelman e Olbrechts-Tyteca passa, necessariamente, pelo estudo dos funcionamentos discursivos e defende severamente que a *Nova Retórica* abriu “um caminho para análise linguística da argumentação, ainda que ela aí não se aventure muito em razão da insuficiência dos seus instrumentos” (AMOSSY, 2010b p. 16). Assim, torna-se mais fácil localizar o lugar da retórica nas teorias do discurso e, especificamente, na disciplina da AD, pois temos um direcionamento cada vez mais claro da importância da teoria retórica nessa disciplina, tal como defendida incisivamente pela linguista Ruth Amossy, como veremos adiante.

### **3.1 O lugar da retórica na Análise do Discurso**

Antes de tentarmos identificar o lugar da retórica na análise do discurso, precisamos primeiro entender as possíveis distinções entre retórica e argumentação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), como já apresentado, a retórica e argumentação são indissociáveis, a saber pela escolha dos autores em nomear a sua obra de *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, levando-nos a inferir que a *Nova Retórica*

é propriamente um tratado de argumentação. Fato é que os autores belgas priorizavam a análise argumentativa da dimensão do *logos*, ainda que pressupondo a argumentação como construída através de relações de *razoabilidade* e não de racionalidade. Michel Meyer (2009), apesar de discípulo do próprio jusfilósofo belga e seu sequenciador na cátedra de filosofia da Universidade Livre de Bruxelas, distingue-se de seu mestre na concepção acerca da relação entre a retórica e a argumentação, ao entender que a retórica é uma disciplina mais complexa que engloba a argumentação. No entanto, ele ainda afirma que o termo *retórica* pode mesmo ser um ramo do estudo que se opõe à argumentação, aqui entendendo a argumentação como de ordem mais lógica, e a retórica como uma grande técnica que visa a persuadir através de todas as provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*). É claro que as concepções de retórica e argumentação variam pela própria concepção que se tem de cada um desses termos. A concepção da argumentação como sendo da ordem do *logos*, portanto, mais racionalizada, é ainda influência das cisões entre razão e emoção, resquícios das implicações negativas originadas em Platão, que considerava o verdadeiro saber racional do *logos* incoerente às manipulações discursivas decorrentes do *ethos* e do *pathos*. Nesse sentido, a retórica, para ele, seria uma arte inferior que visava a manipular pelo discurso.

Quanto a isso, filiar-nos-emos à linguista Amossy (2010), considerando retórica e argumentação como próximas, mas partindo da premissa de que a argumentação não é apenas a discursivização racional pelo *logos* — visto que o *logos* não se reduz ao racional, mas compreende também a linguagem figurada, as nuances de sentido, as polissemias. Segundo a linguista, “[...] le discours cherche toujours à avoir un impact sur son public<sup>56</sup> [...]” (AMOSSY, 2010, p. 5) e, sendo assim, podemos diferenciar a *visée argumentative*, o projeto específico de argumentação, da *dimension argumentative*, a qualidade própria de qualquer gênero, qualquer texto e discurso de influenciar outrem (AMOSSY, 2010). Dessa forma, faz sentido considerar a retórica como argumentação em seus diferentes graus de argumentatividade e suas diferentes formas de apresentação. Ademais, é pela intersubjetividade que a própria retórica pressupõe, abrangendo as dimensões em sua

---

<sup>56</sup> O discurso procura sempre impactar o seu público [Tradução nossa].

constitutiva imbricação — *ethos, pathos e logos* — que uma argumentação pode ser analisada de maneira mais profunda<sup>57</sup>.

Destarte, segundo Amossy (2010), entende-se que a análise dita retórica ou argumentativa estuda as “modalidades múltiplas e complexas da ação e da interação languageiras” (AMOSSY, 2010b, p. 8), reivindicando, assim, o lugar da retórica/argumentação não só nas ciências da linguagem, como também no seio de uma linguística do discurso, a qual é preciso entender no sentido amplo, como um feixe de disciplinas que propõem analisar o uso que é feito da linguagem em situações concretas. Para Amossy (2010, p. 8), “l’analyse argumentative se présente comme une branche de l’analyse du discours (AD) dans la mesure où elle entend éclaircir des fonctionnements discursifs en explorant une parole située et au moins partiellement contrainte”<sup>58</sup>. Para a linguista francesa, a análise do discurso seria, logo, uma disciplina que liga a palavra a um lugar social e dentro de um quadro institucional. Ademais, a AD vai além da oposição texto/contexto, pois leva em conta as circunstâncias sócio-históricas, os papéis dos sujeitos na interação, as opiniões e as crenças que circulam em determinada época, fatores essenciais para a construção discursiva, os quais a análise interna deve ter em conta. Dessa forma, a AD recusa admitir a existência de uma fonte do discurso, tendo em vista que o locutor é sempre atravessado pela fala do outro, pelas ideias recebidas e pelas evidências de uma determinada época, bem como por estar condicionado às possibilidades de seu tempo (AMOSSY, 2010).

Sendo assim, pode-se conceber analisar o discurso a partir da *análise argumentativa do discurso*, entendendo que tal teoria aborda tanto as implicações teóricas da retórica (tal como a entendemos), como também as implicações da análise do discurso. Isso nos permite também afirmar que, apesar de a retórica conceber um sujeito consciente e detentor de vontade persuasiva, não podemos nos esquecer dos atravessamentos ideológicos que perpassam o sujeito, através do acionamento de elementos da ordem do imaginário (*doxa*) e que vão sempre fundamentar qualquer argumentação. Podemos ver, a partir disto, que a retórica possui também os quesitos metodológicos caros à AD, uma

---

<sup>57</sup> Ainda assim, escolhemos utilizar em alguns momentos o termo *retórico-argumentativo* para evitar algumas dissensões teóricas e buscando amplificar, no maior nível possível, a análise proposta.

<sup>58</sup> “A análise argumentativa se apresenta como um ramo da análise do discurso (AD) na medida em que ela procura esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e, ao menos, parcialmente restrita” (Amossy, 2010, p. 8) [Tradução nossa].

vez que ela é uma das bases para a formação de tal disciplina. Dessa forma, sendo a AD bastante tributária à retórica, podemos encontrar diversos pontos de convergência que explicariam, por si sós, a união entre as duas disciplinas. Tais pontos vão desde os que se referem aos aspectos ideológicos que atravessam o indivíduo e o constituem como sujeito social, até aos que se referem aos projetos de persuasão, movidos por intenção de impactar a mente de seu interlocutor. Por isso, a linguista Ruth Amossy, ao enxergar a proximidade de ambas as disciplinas, promove uma teoria e desenha uma metodologia capaz de unir a AD, em suas várias faces, à retórica e a outras escolas da argumentação, como a pragmática e a pragma-dialética, compreendendo, assim, uma teoria abrangente e importante: a *Análise Argumentativa do Discurso* (AMOSSY, 2010).

### 3.2 A Análise Argumentativa do Discurso

A *Análise Argumentativa do Discurso* (AAD) se autoproclama uma teoria da análise do discurso em sua face argumentativa. Munida de contribuições de teorias retóricas, pragmáticas e lógicas, a AAD tenta promover o diálogo dentro da AD com diversas teorias argumentativas. Dentre todas essas convergências nas quais a AAD se insere, Amossy (2010) define algumas abordagens como fundamentos de sua teorização, a saber: 1- uma abordagem **linguageira**, entendendo que a linguagem não se reduz a uma série de operações lógicas e de processos de pensamento, mas se constrói, sobretudo, a partir do uso da *mise en oeuvre* dos meios que a linguagem oferece, ou seja, no uso da linguagem em níveis de escolha lexical, de modalidades de enunciação, de encadeamento de enunciados, marcas de implícito etc.; 2- Uma abordagem **comunicacional**, por entender que a argumentação se desenvolve em direção a um auditório e decorrente dele, sendo totalmente dependente de suas disposições, o que significa dizer que “não se pode dissociar a construção argumentativa da situação de comunicação dentro da qual ela deve produzir seu efeito” (AMOSSY, 2010 p. 31); 3- Uma abordagem **dialógica**, que enxerga a argumentação sempre em patamar de dialogismo, ou seja, sempre levando em conta o princípio de alteridade, o “eu” que sempre fala para um “tu”, movendo a argumentação em função desse “tu”, mesmo se tratando de uma interação virtual e não real; 4- Uma abordagem **genérica**, pressupondo à argumentação a necessidade constante de se inscrever em um tipo e em um gênero de discurso, para que os sentidos sejam

efetivamente alcançados. Tal gênero de discurso, como vimos no capítulo 2, “determine des buts, des cadres d’énonciation et une distribution des rôles préalables<sup>59</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 31); 5- uma abordagem **figural**, entendendo que a argumentação recorre frequentemente aos efeitos de estilo e às figuras que possuem impacto sobre o alocutário<sup>60</sup>, obtendo assim propriamente uma *visée* persuasiva; 5- por último, uma abordagem **textual**, considerando “texto”, aqui, como um “conjunto coerente de enunciados que formam um todo” (AMOSSY, 2010, p. 32). Nesse sentido, a argumentação deve ser analisada no nível da construção textual, a partir de procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento. Esta abordagem se aproximaria mais da abordagem lógico-pragmática, buscando trazer à luz os processos lógicos que são explorados em um quadro complexo de discurso em situação (AMOSSY, 2010).

Destarte, a AAD pode se ocupar de qualquer gênero, estendendo-se, ao máximo, sua capacidade analítica e a sua abrangência metodológica, desde as narrativas até os discursos acadêmicos, políticos, jurídicos etc.. O nível da intensidade argumentativa, para essa linguista, seria proveniente da modalidade de argumentação de cada discurso, variando-se em um *continuum* ascendente, verticalizado, que vai desde uma pequena intensidade argumentativa — em um discurso que tenha apenas uma dimensão argumentativa (como uma poesia) — até o nível mais alto que compreenda uma *visée* argumentativa, por exemplo, os gêneros de discurso político ou o gênero editorial e o de artigo de opinião do discurso jornalístico.

Segundo Amossy (2010, p. 36), “la notion de modalité argumentative permet de repérer les façons très diverses dont le discours oriente ou réoriente une vision des choses ou une opinion<sup>61</sup>”. Isso nos permite dizer que a modalidade argumentativa de um gênero “pronunciamento político híbrido (ou misto)”, como no nosso caso, possui restrições específicas que regimentam a eficácia da argumentação, exigindo, assim, tais recursos e não outros, tal intensidade argumentativa e não outra.

---

<sup>59</sup> Determina os objetivos, os quadros de enunciação e uma distribuição dos papéis prévios [Tradução Nossa].

<sup>60</sup> Amossy (2010) utiliza o termo “alocutário” para se referir ao auditório, àquele sujeito da enunciação que recebe o ato enunciativo. Utilizamos aqui tanto os termos clássicos “orador e auditório” quando estivermos nos referindo a uma abordagem mais retórica do processo comunicativo. Quando, no entanto, tratar-se de referência à teoria de Amossy (2010), deixaremos os termos locutor/alocutário tal como ela os usa.

<sup>61</sup> A noção de modalidade argumentativa permite reconhecer as mais variadas formas nas quais o discurso orienta ou reorienta uma visão das coisas ou uma opinião [Tradução nossa].

A AAD seria, logo, uma abordagem discursiva que permite enxergar o discurso em suas mais variadas formas, percebendo suas várias intensidades argumentativas. A autora propõe, a partir disso, acrescentar alguns elementos à definição de *retórica* em Chaim Perelman, afirmando que o objeto da argumentação seria definido como

les moyens verbaux qu'une instance de locution met en oeuvre pour agir sur ses allocutaires en tentant de les faire adhérer à une thèse, de modifier ou de renforcer les représentations et les opinions qu'elle leur prête, ou simplement d'orienter leurs façons de voir ou de susciter un questionnement sur un problème donné<sup>62</sup> (AMOSSY, 2010, p. 36).

Quanto a isso, podemos dizer, a argumentação não só se refere ao objetivo de levar o auditório a aderir a determinada tese, mas também a fortalecer ou sedimentar opiniões e valores, nos mais variados gêneros discursivos, através das mais variadas formas. O jogo de alteridade entre orador e auditório, e todas as implicações genéricas que couberem em determinada situação comunicativa, vão fornecer as características da argumentação. A “argumentatividade” seria, nesse sentido, “consequência do dialogismo inerente ao discurso” (AMOSSY, 2010, p. 33). Bakhtin-Volochinov já havia afirmado que

tout énonciation, même sous forme écrite figée, est une réponse à quelque chose et est construite comme telle. Elle n'est qu'un maillon de la chaîne des actes de parole. Toute inscription prolonge celles qui l'ont précédée, engage une polémique avec elles, s'attend à des réactions actives de compréhension, anticipe sur celles-ci, etc<sup>63</sup> (BAKHTIN-VOLOCHINOV apud AMOSSY, 2010, p. 33).

A percepção bakhtiniana de dialogismo e enunciação aponta justamente para uma percepção de que qualquer enunciação revela-se em decorrência da preocupação do locutor frente ao seu alocutário, das projeções que ele faz deste, para que se insira, em seu projeto enunciativo, suas preferências, seus valores, suas crenças e que, dessa forma, seja conquistada a sua compreensão. Além disso, a noção de dialogismo também se refere ao fato de que todo enunciado remete a outro, pois se constitui como um ato responsivo,

---

<sup>62</sup> Os meios verbais que uma instância de locução põe em prática para agir sobre seus alocutários, levando-os a aderir a uma tese, a modificar ou a reforçar as representações e as opiniões referentes a esta, ou simplesmente a orientar suas maneiras de ver ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema [tradução nossa].

<sup>63</sup> Toda enunciação, mesmo sob a forma escrita fixa, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Ela é apenas um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, engaja uma polêmica com elas, espera reações ativas de compreensão, antecipa-se sobre estas etc [Tradução nossa].

um reflexo estimulado por outros enunciados anteriores que o retiram da inexistência ou de um estado de inércia para, então, entrar em funcionamento no universo discursivo. Esse é o sentido bakhtiniano de polêmica (que muito nos interessa, mas não aprofundaremos nesse conceito para esse trabalho), que se relaciona ao caráter plural, polissêmico e dialógico da própria enunciação. Isso nos permite dizer que o dialogismo opera na condição de que todo enunciado tem um sentido a mais, implícito em grande parte das vezes e que sempre remete a diversos outros questionamentos. Isto é, as perguntas que movem os questionamentos e que são o estopim para um processo argumentativo irão mover respostas e projetos responsivos que frequentemente apontarão outros questionamentos, retomarão outros aspectos que não só aquele inicial e causador do projeto argumentativo. Isso se dá, sobretudo, pelo dialogismo inerente ao discurso que coloca a própria enunciação sempre aberta a diálogos internos, no plano do próprio enunciado, como nas construções lógico-argumentativas, mas também num quadro exterior, nos vínculos que puxam os aspectos sócio-histórico-culturais para a materialidade discursiva e que condicionam os sentidos a um *au-delà* discursivo, situações externas que contribuem a determinar o sentido do enunciado.

Destarte, entendemos que a AAD possui um amplo alcance metodológico, devido a uma construção mais completa e cuidadosa de seu escopo teórico. Isso confere à AAD uma maior capacidade de análise argumentativa, pois compreende a argumentação, como vimos anteriormente, em suas mais variadas facetas. Por se valer de contribuições de escolas como “AD, retórica, pragmática e semântica pragmática, pragma-dialética, semântica lexical, análise conversacional etc.”, a AAD aborda a argumentação em suas diversas modalidades, desde as mais linguísticas (pragmática e semântica pragmática, semântica lexical) até as mais sociointeracionais (retórica, AD, análise da conversação) e mesmo as lógico-rationais (pragma-dialética). A apropriação retórica feita por Amossy (2010) também não reduz a arte a uma teoria das figuras ou a uma análise do *logos* enquanto dispositivo lógico (silogístico), mas depreende a disciplina como compreendendo todos esses elementos e ainda outros provenientes da interação discursiva.

Tal abrangência coloca a AAD como um ramo da análise do discurso na medida em que, segundo Amossy (2007, p. 128), a argumentação inscreve-se “na materialidade linguageira em que ela participa do funcionamento global do discurso” e pela

“necessidade de examinar os funcionamentos argumentativos no entrecruzamento do linguístico e do social, apreendendo o discurso como intricação de um texto e de um lugar social<sup>64</sup>”.

Também nesse último ponto, a retórica mostra-se útil para a análise linguístico-discursiva, uma vez que leva em conta também dimensões outras que não apenas o *logos* e que permitem depreender os sentidos argumentativos apenas a partir de um lugar social, como é o caso do *ethos*, do *pathos*, da *doxa* e mesmo do *logos*, quando entendemos este último não como o discurso racional, mas como discurso em si, mais amplo e inscrito sempre na intricação entre um texto e um lugar social.

Dessa forma, a retórica, por não se reduzir às construções lógico-argumentativas, opera, ainda que no nível do *logos*, como uma metodologia capaz de deslindar os processos implícitos dos enunciados, frutos dos diversos problemas que uma enunciação pode ter. A propósito, baseado nesta ideia de *problema*, que surge como dispositivo injetor para a empreitada persuasiva, o filósofo Michel Meyer desenvolverá uma teoria denominada *Problematologia*, que levará em conta tal dialogismo inerente ao discurso.

Sabe-se que a teoria de Meyer (2008) ocupa um papel fundamental nos estudos atuais de retórica, tendo em vista que o autor dá continuidade, em grande parte, aos contributos teóricos de seu mestre, Chaim Perelman, e acrescenta um olhar mais holístico para a filosofia da linguagem e para a retórica, pois se propõe a elucidar os processos retóricos a partir de sua constituição principal: o pluralismo, a diversidade e o problema. Sendo assim, a *problematologia* retórica se constituirá como parte da metodologia de análise desse trabalho, uma vez que, no nosso objeto, temos claramente a imposição de um problema retórico que precisaria ser resolvido, questionamentos que precisariam ser dirimidos, e assim, tal teoria nos possibilitará verificar como se deu essa transformação (ou, ao menos, a tentativa de uma transformação) das questões em repostas, dos problemas em solução. Vejamos o que é a *problematologia* e como ela se apresenta diante da teoria retórica e diante de uma teoria discursiva como a Análise Argumentativa do Discurso.

---

<sup>64</sup> AMOSSY, *loc.cit.*

### 3.3. A teoria da *problematologia* e a interrogatividade retórica

A retórica estabeleceu seus alicerces a partir do questionamento. Meyer (2008, p. 25) nos lembra de que Aristóteles assim definiu a retórica em seu tempo, como “a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser próprio a persuadir”. Ora, se temos uma técnica que, ao ser estudada, concede-nos a capacidade de considerar, com eficácia, os argumentos próprios a persuadir outrem, isso só se faz possível por uma questão que alimenta a necessidade da persuasão. A tentativa aristotélica de criar meios eficazes de respostas às questões é ainda influência forte de seu mestre Platão, para quem o questionamento infinito socrático não servia para resolver as questões do mundo e, portanto, a filosofia deveria conceder respostas para os diversos problemas e questionamentos humanos.

Para Platão, apenas a dialética era capaz de levar os indivíduos ao conhecimento das coisas, às respostas verdadeiras, ao mundo das Ideias, justamente por entender que a dialética era o método argumentativo da filosofia, recusando, assim, qualquer contribuição da retórica a uma racionalização ou proveniente de qualquer decorrência do domínio da *doxa* (opiniões). Aristóteles, no entanto, enxerga de maneira distinta a disposição das ideias, das coisas, das definições, dos questionamentos e respostas, no seio filosófico. Para ele, o que é não deve ser forçadamente o que é, mas pode ser outro, distinto, múltiplo, variado, quiçá oposto. A partir disso, o filósofo estagirita afirma que o “ser é múltiplo”, afirmação que na sua própria elaboração poderia despertar uma contradição, pois se o ser é um enquanto *ser*, como poderia ele *ser* múltiplo? Para Meyer (2008, p. 28, grifos do autor) a solução é simples: “l’être est un comme *sujet* et multiple comme *prédicat*<sup>65</sup>”. A noção de proposição teria, nessa concepção, o seu começo, em que todo enunciado tomará a forma de “S é P”.

Partindo do pressuposto de que o sujeito é múltiplo, ou seja, o ser se diz e se expressa de diferentes maneiras, pode-se igualmente perceber, na outra extremidade da interação comunicativa, a mesma multiplicidade, o que pode gerar ambiguidades, dúvidas, desacordo. As diferentes visões de mundo e, muitas vezes, as diferentes concepções ou racionalizações acerca de um mesmo objeto, geram a confrontação de opiniões. Aristóteles considera tal confrontação como próprio da dialética, enquanto que,

---

<sup>65</sup> O ser é um como *sujeito* e múltiplo como *predicado* [Tradução nossa, grifos do autor]

no caso da persuasão, estaríamos no domínio da retórica. Percebendo, dessa forma, que a filosofia e sua dialética não conseguiriam persuadir outrem pelo mero fato de contrapor argumentos, o estagirita considerou que a retórica também serviria à filosofia como técnica persuasiva. Ao contrário de Platão, Aristóteles não considerava a dialética como própria da ciência, como constituidora de um saber novo, mas sim como uma interrogação que porta a contradição e que, ao fim de uma disputa dialética, não forçadamente se terá avançado em direção a um conhecimento específico e único da “verdade”.

Destarte, Aristóteles separa a dialética da ciência, colocando a primeira como a filosofia da contradição, frequentemente utilizada em disputas oratórias e de saberes acadêmicos consagrados. A segunda seria acessível apenas pela demonstração, a que ele chama de *analítica*, formatando-se em silogismos, espécies de estruturas argumentativas lógicas. Dialética, retórica e lógica seriam as três instâncias do pensamento argumentativo para o filósofo, sendo a última apropriadamente aplicada à ciência, e as duas primeiras ao provável e ao verossímil, respectivamente, aplicando-as, sobretudo, a todo o conhecimento que se obtém a partir da contradição ou simplesmente a partir da diferença. O princípio da não-contradição caberia, assim, apenas à demonstração lógica, em que *a* e *não-a* não podem ser colocadas em uma mesma sentença, e considerá-las como verdadeira.

Não obstante, é importante que se tenha em mente que também a ciência se forma através da dúvida, do questionamento e da contradição. Se em um ambiente científico um diz, *a terra é redonda*, e algum outro diz, *a terra é quadrada*, ambos irão se lançar em uma disputa demonstrativa para tentar comprovar que a terra é redonda ou quadrada. Utilizarão, para tanto, argumentos mais lógicos, por exemplo: *se a terra fosse quadrada, chegaríamos em um momento do oceano que cairíamos inequivocamente em um abismo. Isto não acontece, logo a terra não é quadrada*. Esse argumento parte de algo passível de ser demonstrado que é a impossibilidade de se cair em um abismo em algum ponto do oceano<sup>66</sup>. Por outro lado, a partir dessa inferência lógica deste argumentante, outra questão poderia se interpor: *a terra poderia então ser plana, e não redonda*. Quanto a isso, coube a Galileu Galilei demonstrar, por exemplo, que a terra não era plana a partir de análises do fenômeno de sombreamento em duas torres sob a projeção da luz solar.

---

<sup>66</sup> Por certo que, até as grandes navegações, muitos navegantes tinham certo medo do além-mar.

Percebeu, assim, que a terra não era plana, mas sim elíptica. A observação do que é e não poderia deixar de ser é próprio das ciências matemáticas e naturais e, portanto, utilizam a demonstração como ferramenta comprobatória das verdades.

Dessa forma, a dialética seria apenas a técnica de refutação formal, e não a ferramenta filosófica por natureza de acesso ao mundo das Ideias e da Verdade. A retórica, por sua vez, seria “o *logos* em que a força da persuasão é positiva, orientando o auditório em direção a uma nova resposta” (MEYER, 2008, p. 30). A retórica se apresentaria, pois, através de um raciocínio derivado do silogismo, mas diferente deste pela incompletude estrutural: o entimema. tal incompletude dá-se notadamente pelo fato de que, na vida cotidiana e nos grandes assuntos sociais sobre os quais a retórica se propõe a discutir, não se é possível dizer tudo, não se concebe explicitar todas as premissas. Quanto a isso, Meyer nos afirma que

Dans l’inférence « Socrate est malade, car il a chaud », on est en présence d’un enthymème, car la prémisses qui pourrait en faire un syllogisme scientifique, « les individus qui ont chaud sont malades », ne peut raisonnablement être affirmée. D’abord, parce que c’est faux, puisqu’on peut avoir chaud sans être malade. Ensuite, parce qu’il est peu élégant d’énoncer des vérités sentencieuses et générales à chaque affirmation qu’on soumet à l’approbation des autres dans la vie de tous les jours<sup>67</sup> (MEYER, 2008, p. 30).

Com efeito, podemos inferir, no entimema citado, que Sócrates está doente meramente pela *lógica do razoável*, por razões de probabilidade e verossimilhança. Presumindo que Sócrates tenha visitado indivíduos doentes e contagiosos, é possível supor que se o mesmo está quente e com a face rubra, por exemplo, ele provavelmente está doente, ou seja, são as circunstâncias que dão caráter de verossimilhança ao entimema (MEYER, 2008).

No tocante a isso, Aristóteles, ao afirmar ser a retórica “a outra face da dialética” (ARISTÓTELES, 2012, p. 5), aproxima as duas técnicas, afirmando que ambas se ocupam do conhecimento comum, apesar de distintas em suas metodologias. Para Meyer (2008), a dialética, apesar de próxima à retórica, opõe-se a esta pela formalidade estrutural

---

<sup>67</sup> Na inferência “Sócrates está doente, porque ele está quente”, estamos na presença de um entimema, porque a premissa que poderia tornar-se um silogismo científico, “os indivíduos que estão quentes estão doentes”, não pode razoavelmente ser afirmada. Primeiro, porque é falsa, já que se pode estar quente sem estar doente. Segundo, porque é pouco elegante enunciar verdades sentenciosas e gerais a cada afirmação que submetemos à aprovação dos outros, na vida cotidiana [Tradução nossa].

dos desacordos e das contradições que se apresentam através dela. A retórica, diferentemente, ocupa-se sobretudo de questões particulares, apoiada no que se sabe especificamente em um determinado contexto. Por essa razão, repetimos: a retórica se aproxima bastante das teorias do discurso por considerar as circunstâncias da fala, da interação, da situação comunicativa, do contrato de comunicação, para empreender o seu projeto persuasivo. Tais circunstâncias e restrições situacionais, as quais Cícero chamaria mais tarde de *decorum*, regem o andamento da argumentação e as possibilidades da construção persuasiva.

O *decorum* retórico, apesar de assim nomeado apenas em Cícero, esteve já, em ideia, presente também em Aristóteles, espalhado em diversas teorizações concernentes às causas da persuasão, aos tipos de auditório, à identidade dos oradores e ao tema do discurso, de maneira que cada tomada de palavra obedecia a determinadas formalidades exigidas em cada tipo de gênero. Seria essa a principal diferença entre dialética e retórica, uma vez que, apesar de serem ambas aplicadas ao conhecimento comum, a retórica estabelecia-se como a técnica argumentativa para as necessidades da vida social, enquanto a dialética limitava-se ao estatuto de técnica da disputa argumentativa ou da disputa oratória, em função de conhecimentos contraditórios, antinomias ou dissenções intelectuais.

É bem verdade que a dialética nem sempre é uma disputa, embora seja essa a sua forma mais comum. Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 41-42) procuram diferenciar, dentro do diálogo dialético, o *debate*, “em que convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários [...]” e a “[...] *discussão*, em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 41-42, grifos do autor). Para estes autores, a *nova retórica* se aproximaria justamente deste último tipo de diálogo dialético, a discussão, por entender que as pessoas podem ter suas opiniões, seus valores, suas idiossincrasias, mas estes podem ser mudados, negociados, a partir dos argumentos apresentados e a partir da eficiência retórica de determinado orador.

A pergunta que fica é se as contradições também não são objeto da retórica, visto que nos discursos deliberativos, judiciários e epidícticos elas também estão presentes em grande escala. Há que se convir que a contradição é um fenômeno presente na

argumentação retórica, e podemos, inclusive, trabalhar retoricamente para evitar tais contradições. No entanto, a grande diferença não estaria no quesito “haver contradição” necessariamente, já que em ambas as contradições existem, mas antes no modo de ver tais contradições. Enquanto uma (a dialética) vê as contradições a partir de uma lógica antinômica em que um ou outro deve ser o mais provável e, portanto, em um diálogo dialético uma opinião prevaleceria em detrimento de outra, a outra (a retórica) enxerga as contradições a partir da multiplicidade das coisas e do pluralismo do mundo, tendo em vista que qualquer uma das proposições poderia ser considerada verossimilhante, dependendo da sua força retórica e, portanto, da eficácia e adequação persuasivas da argumentação em relação ao auditório a quem se endereça.

Sendo assim, para a retórica, não há proposições verdadeiras ou que se estabelecem em detrimento de outra. O que existe são as proposições mais cabíveis em determinado momento e em determinada situação e, por assim dizer, deixam de ser *proposições* propriamente ditas, para serem *respostas*. Isso porque uma proposição nos remete à ideia de que se trata de uma sentença totalmente resolvida, quando na verdade, na retórica, o que se tem são possibilidades interpretativas e responsivas. Por essa razão, Meyer (2008) opta por usar sempre a distinção *questão-resposta* para designar a problemática da linguagem e da comunicação, afirmando que toda resposta é resposta a uma questão e que, frequentemente, a resposta pode tomar o lugar de questão. O labor retórico estaria justamente em identificar a distância entre os questionamentos e suas possíveis respostas para que tal resposta ganhe um aspecto de solução, de resolução dos questionamentos.

Isso significa dizer, ao menos, que não existem respostas absolutas na retórica pelo simples fato de nenhuma retórica ser absoluta, visto que, se é resposta, remete a uma questão, podendo assim ser múltipla. Para Meyer (2008), se temos, por exemplo, *A* e *não-A* possíveis, porquanto não se trata de uma demonstração lógica, não se trataria igualmente de uma resposta absoluta em que se retire dessa contradição a verdade, mas de questões, devido ao caráter próprio da interrogação, já que as questões se definem por alternativas. Dessa forma, quando não se concorda acerca de alguma questão, admitem-se, no mínimo, duas versões: a resposta *A* e a sua contraposição *não-A*. Entretanto, o mesmo não pode acontecer com uma resposta que se propõe a ser totalmente resolutória. É justamente nesse ponto que a interrogatividade retórica trabalhada por Michel Meyer

ganha sentido, na medida em que a resposta tende frequentemente a remeter a outras questões, tornando-se uma espécie de complexo, o qual Meyer (2008) chama de *homônimo apocrítico-problematológico*.

Sendo assim, quando temos alternativas possíveis de respostas, deixamos de estar no domínio da proposição e da verdade absoluta e passamos para o domínio retórico das possibilidades. Meyer afirma que

Quand on a A et non-A, on est dans le domaine de l'interrogation, non dans celui des solutions ; ce sont deux types différents de réponses, le *problématologique* et l'*apocritique*, mais la différence entre eux ne se marque pas nécessairement par la forme. C'est plutôt le contexte d'interlocution qui trace la ligne de démarcation entre l'apocritique et le problématologique<sup>68</sup> (MEYER, 2008, p. 33).

O apocrítico seria, assim, a resposta a uma questão que não se põe mais, pelo fato de os argumentos utilizados terem sido suficientes para a resolução de algum questionamento suscitado. Entretanto, frequentemente temos aquilo que não consegue responder ou, ao menos, não responde a todos, gerando novas questões, porque o acordo pode, a qualquer momento, deixar de ser acordo e passar a ser dúvida e desacordo. O problematológico, por sua vez, seria a expressão da questão. Consoante Meyer (2008), devido ao fato de não se poder facilmente marcar o que é resposta e o que é questão, porquanto — elas podem ser múltiplas a depender dos interlocutores que componham determinado auditório — as respostas apocríticas e as respostas problematológicas, no seio da reflexão pelo discurso, traduzem a diferença *questão-resposta*.

A abordagem problematológica da retórica permite enxergar, assim, todas as instâncias pelo viés da interrogatividade, visto que o *ethos* que responde é também ele mesmo questão, o *pathos*, igualmente, tanto pode aproximar e tornar-se resposta, como distanciar e ser ainda mais questão. O *logos*, por sua vez, traduz em si o próprio homônimo *apocrítico-problematológico*, exprimindo tanto as questões como as respostas, seja explicitamente ou de forma implícita.

---

<sup>68</sup> Quando se tem A e Não-A, logo se está no domínio da interrogação, não no das soluções; são dois tipos diferentes de respostas, o *problematológico* e o *apocrítico*, mas a diferença entre elas não se marca necessariamente pela forma. É, sobretudo, o contexto de interlocução que traça a linha de demarcação entre o apocrítico e o problematológico [Tradução nossa, grifos do autor].

Nesse sentido, podemos afirmar que a retórica enxerga a possibilidade de as respostas serem problemáticas e, ao mesmo tempo, não serem, o que causa certa confusão em sua função e método. Entretanto, essa confusão é característica própria da linguagem enquanto instituição opaca, longe de ser suficientemente clara para delimitar o que pode ser questão e o que deve ser resposta. A retórica, segundo Meyer (2008), encena a confusão ao mesmo tempo em que se propõe a eliminá-la; procura responder aos questionamentos em tempos em que as coisas e os sentidos estão cada vez mais problemáticos; busca na relação com o outro a indicação da resposta cabível, justamente pelo fato de as respostas e as questões serem múltiplas e não estarem completamente delimitadas no processo retórico.

Isso nos permite dizer que a problematicidade é constitutiva da linguagem, do discurso e, conseqüentemente, da retórica. Na verdade, podemos ainda dizer que a problematicidade é o motor de desenvolvimento de todo o progresso econômico, das mudanças sociais, das renovações de paradigmas. A História, por exemplo, sempre se construiu através dos embates, dos problemas, das interrogatividades e questionamentos acerca dos modelos, dos pensamentos e dos fatos. O questionamento acerca do *status quo*, a necessidade de estabelecimento de uma nova ordem, tudo isso perpassa por processos de interrogatividade e construção argumentativa que mobilizam todas as dimensões retóricas e que movimentam os discursos presentes no debate social.

Meyer (2008) nos lembra, igualmente, das questões da ontologia e da metafísica, a busca pelo ser e pelo além do ser, desde os tempos em que éramos constituídos e identificados (*ethos*) mediante a ideia de um deus, um ser supremo, que nos atravessava e que, através de seus mandamentos, todas as nossas ações, motivações e emoções (*pathos*) eram controladas, frequentemente desencorajadas. Um *logos*, que era também regido de acordo com a “vontade” desse deus, que estabelecia certa visão do mundo (um *cosmos*). Séculos depois, na época renascentista, percebemos a inversão dos paradigmas, a supremacia do homem em detrimento de Deus, concedendo-lhe novo patamar de identidade (*ethos*), possibilitando o aflorar das emoções como próprias ao homem, como característica de sua essência e que, portanto, dever-se-ia permitir o seu florescimento (*pathos*). O *logos* também muda, a forma de dizer o mundo com a forma de vê-lo, o novo *cosmos*, a nova visão da realidade, novos significados para os mesmos significantes. Tudo isso fruto de um questionamento, de uma interrogatividade: “Deus existe? Ainda que

exista, pode Deus reger a vida do homem?”. O deus metafísico saindo de cena, o surgimento de diversas outras religiões, o novo patamar da religião como desejo transcendental de desapego à realidade, mas não necessariamente apego a um deus; o *pathos* exacerbado da era moderna contra o *ethos* exacerbado da era medieval e frente a um *logos* que se disporia, desde a época moderna até a contemporânea, cada vez com maior espaço e atenção — são todas questões que foram respostas para alguns e logo se tornaram também questões para outros, porque é próprio da retórica ser discussão, ser polêmica.

Podemos afirmar, assim, que a interrogatividade retórica e a problematologia são conceitos-chave para o entendimento da *tekhné* em sua maior nudez, frente a tantos problemas morais, conceituais, de visões, de conflitos de valores, de diferenças e distinções sociais. Ademais, a condição pós-moderna do mundo, em que a liquidez das relações e dos fundamentos, dos valores e das paixões, torna ainda mais flexíveis e problemáticas as posições, mais uma vez cabe ao orador (*ethos*), através de um processo de identificação com o seu auditório (*pathos*), entender o que deve gerenciar o seu discurso (*logos*), o que deve reger a sua tomada de palavra e a sua razoabilidade.

Destarte, não há mais primazia de nenhuma das instâncias retóricas quando se enxerga a História, a retórica e a sociedade através do viés problematológico. A problematologia seria, assim, uma “nova” chave hermenêutica para o entendimento das relações discursivas e para o entendimento da racionalidade e razoabilidade humanas. Decorrente desse novo paradigma, Meyer afirma que “tudo se tornando mais problemático do que nunca, é hoje o próprio problemático que convém de pensar, mas, desta vez, a partir dele mesmo, como novo fundamento” (MEYER, 2008, p. 84). Sabendo da resistência de muitos em aceitar a eficácia de uma metodologia que seja ela mesma objeto, resta-nos lembrar que não há razão suprema que possa analisar o questionamento senão o próprio questionamento, princípio de tudo, que pode analisar tanto a razão como o que também a move. Dessa forma, é interessante estudarmos a retórica e suas dimensões através da *problematologia*, buscando entender como a unidade retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) pode ser encarada através dessa abordagem.

### 3.4 A unidade tridimensional retórica: *ethos/pathos/logos*

Falar de uma unidade tridimensional, para alguns, pode parecer contraditório. Falar da retórica como unidade pode mesmo soar um tanto esquisito, pois, como já dissemos aqui, a retórica é tão complexa que alguns preferem chamá-la de *instituição retórica* ou retóricas, no plural. Contudo, o que se quer dizer com unidade é tão somente o efeito coeso e coerente que a retórica proporciona, como um resultado de um jogo em que se tenha diversas variáveis, mas pelo qual se chega, ao final, a um resultado único. Para efeito de comparação, podemos enxergar a unidade retórica em analogia à unidade divina na trindade santa do cristianismo, porquanto apesar de três (Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo), a divindade é a mesma, o Deus é o mesmo, uno. Ora, a retórica também é assim, apesar de trina, em suas três provas persuasivas, podemos considerá-la uma unidade, visto que nenhuma das provas pode ser encarada como independente uma da outra e todas trabalham juntas para constituir um todo coeso de sentido. Mas nem sempre foi assim.

Segundo Aristóteles, sistematizador da *tekhné*, as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador (o *ethos*); outras, no modo como se dispõem os ouvintes (o *pathos*); e outras, no próprio discurso (o *logos*), pelo que este demonstra ou parece demonstrar (a verossimilhança) (ARISTÓTELES, 2012). Essas são as provas retóricas, pois servem como argumentos que levarão o auditório a aderir ou não a uma tese. Meyer (2007b) prefere chamar as provas de dimensões, entendendo que elas são maiores do que apenas provas distintas. São antes uma espécie de conjunto persuasivo, que vai compartimentar e condensar em respostas diversos argumentos ou processos argumentativos e questionamentos de várias ordens. Para ele, primeiramente, em um aspecto bem simplificado, o *ethos* seria a dimensão do orador, o *pathos*, a dimensão do auditório, e o *logos*, o próprio discurso, a linguagem<sup>69</sup> (MEYER, 2008).

Quanto à questão da unidade retórica, voltemos. A retórica aristotélica, apesar de conceber as três provas interligadas e com limites porosos entre si, deixa claro a priorização de uma delas, assumindo-a como a prova retórica por excelência: o *logos*. Alguns estudiosos defendem que o *logos* em Aristóteles deve ser entendido como o

---

<sup>69</sup> Essas disposições são bem mais complexas, como veremos posteriormente com maior profundidade.

discurso em si, a materialização do sentido, onde as outras provas estão imbricadas. Apesar de entendermos que há em Aristóteles uma maior abrangência do que lhe conferem, o fato é que o mestre grego sempre foi tido como “priorizador” do *logos* em detrimento das outras provas.

Tal prioridade é certamente compreendida quando analisamos o contexto em que Aristóteles escreveu a sua *Retórica*. Por necessidade de sistematizar o pensamento retórico, visto que a arte era vítima de inúmeros ataques à sua legitimidade, e diversas eram as más interpretações acerca da retórica na época grega clássica, o filósofo grego procurou afastar quaisquer evidências que apresentassem a retórica como a arte de manipular pelo discurso. Pode-se mesmo conferir que, nesse livro, Aristóteles põe as emoções, ou qualquer coisa que possa diminuir o caráter razoável do *logos*, como uma espécie de desvio, ainda que disponha espaço importante nessa obra para analisar as emoções que, segundo ele, moviam o espírito do auditório à adesão. Sabe-se que todo esse processo de tentativa de legitimação da retórica teve sua causa no próprio Platão, que por considerar a dialética a verdadeira arte da argumentação, tal como já tratamos, coloca a retórica como discurso manipulador, ou em outro momento, apenas como técnica subjacente à dialética. Fato é que, para ele, o discurso precisava visar claramente à verdade ideal dentre duas ou mais alternativas, o que o impossibilitava considerar a retórica como procedente, já que a mesma defendia a verossimilhança, o “parecer verdade”, o pluralismo, em que era possível uma ou outra tese estar certa de acordo aos argumentos que se utilizavam e aos acordos que se eram gerados a partir deles. Não há, pois, em Platão, espaço para uma teoria pluralista como a retórica, pois nesta arte as teses T’ e T’’ ou quantas forem as teses, não sendo T, não serão consideradas *a priori* falsas, mas passíveis de estarem corretas mediante a adequação dos argumentos ao auditório e suas crenças e valores.

Destarte, a noção de verossimilhança é capital para a retórica, pois não se pode afirmar a verdade irrefutável de tudo, nem tampouco se lhe pode conhecer em essência. Apenas é possível, discursivamente, conceder-lhe o estatuto de verossímil, por parecer verdade. A verossimilhança não consiste em aceitar algo pela semelhança com a coisa empírica, mas pela semelhança do discurso verossímil com o discurso tido como verdadeiro e que, por sermos nós demasiadamente diferentes, a verdade já se torna uma noção bastante relativa. Em razão de todos esses embates desde o início do surgimento

da arte retórica, Platão optou por lutar fervorosamente para o seu rebaixamento e, logo, ela se viu deslocada em seu propósito primordial.

Não obstante, Aristóteles, na *Retórica*, apesar de priorizar o *logos* como prova argumentativa por excelência, afirma serem as paixões<sup>70</sup> o fator capaz de mudar as disposições do auditório e os juízos (ARISTÓTELES, 2012, p. 85). Em razão disso, o filósofo escreve uma tipologia das paixões que considera mais presentes no espírito humano, categorizando cada uma delas segundo a idade do homem, denotando ser o homem, em cada momento distinto de sua vida, mais passível a algumas paixões em detrimento de outras. Sendo assim, o que interessou a Aristóteles foi a maneira de identificar em que e como essas paixões agem na racionalidade humana e como saber utilizá-las para efetuar uma argumentação sólida, pautada no *logos*.

O *ethos* em Aristóteles é da ordem do caráter e da virtude. Assim ele afirma: “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (ARISTÓTELES, 2012, p. 13, 1356a). Segundo ele, acreditamos mais depressa em pessoas honestas e, por isso mesmo, o caráter é o principal meio de persuasão. Todavia, o que torna a reflexão sobre o conceito de *ethos* aristotélico bastante interessante é que essa prova não pode se dissociar do *pathos*, pois precisa conceber a recepção, as características do auditório e sua disposição frente ao argumento e à tese pretendida. Nesse sentido nos afirma Aristóteles:

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova, e só desta que, dizíamos, se tentam ocupar os autores atuais de artes retóricas. E a ela daremos especial atenção quando falarmos de paixões (ARISTÓTELES, 2012, p. 13/14, 1356a).

Percebe-se, pois, que o *pathos* é extremamente importante para a persuasão, pois o orador, na instituição do seu *ethos*, precisa considerar o auditório e o modo como este irá recebê-lo. Ademais, as paixões são veículos persuasivos, que levam o auditório a certo juízo decorrente. Consoante o filósofo grego, “persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso

---

<sup>70</sup> Utilizaremos, nesse trabalho, a noção de paixão como semelhante à de emoção, ainda que saibamos que, para certos autores, as duas noções se constituem um tanto distintas.

particular” (ARISTÓTELES, 2012, p. 14, 1356a). Nesse sentido, o termo que parece ser ideal para o conceito de retórica e das suas provas é a *conveniência* da situação, tendo em vista que se persuade de acordo a certos fatores existentes no auditório, que vão reger o que o *ethos* precisa passar por meio do *logos*.

O orador, assim, preocupa-se com o que é conveniente em cada caso, administrando as paixões que vão interferir no processo argumentativo e, logo, direciona os seus argumentos em consideração a essa disposição. Entretanto, não se pode negar que tal constatação de Aristóteles carrega certo tom negativo, muito devido ao mau uso da arte empreendido por retoricistas de sua época. Talvez este tenha sido o fundamento para uma sistematização da retórica mais pautada no *logos*.

Destarte, o *logos*, em Aristóteles, seria a capacidade de racionalização posta no discurso, materializada no uso de entimemas e exemplos, esquemas argumentativos que encontram seus análogos no silogismo e na indução, nas artes dialética e lógica, respectivamente. Essa clara aproximação da retórica à dialética coloca Aristóteles em um plano mais “racionalizante” da técnica. Entretanto, o que nos cabe afirmar aqui neste trabalho não é concernente a um detalhamento histórico do pensamento retórico, mas apenas ao entendimento da condição de imbricação das dimensões (ou provas).

Além disso, em tempos contemporâneos, foi possível também perceber, ainda que de maneira incipiente, o caráter imbricativo das provas retóricas na tese dos autores do *Tratado da Argumentação*, quando encaram a retórica e a argumentação como “o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4). Assim posto, é possível entender que há nesses autores a preocupação em se estudar as técnicas discursivas (pautadas no *logos*) que vão ser utilizadas pelo orador (que constituirá a sua imagem, o seu *ethos*), visando claramente à adesão do auditório (instância estabelecida no domínio do *pathos*). Neste mesmo *Tratado*, os autores reestabelecem a relação de função entre o orador e o auditório ao afirmarem que toda argumentação se dá em função do auditório: “Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21). É nesse sentido que os autores belgas direcionam o seu tratado, priorizando o fator de

“razoabilidade” dos argumentos e buscando determinar como se pode chegar à adesão, através de certos tipos de argumentos e disposições. Não obstante, ainda não podemos falar de uma concepção tridimensional da retórica em Perelman e Olbrechts-Tyteca. Por mais que os filósofos belgas tenham abordado, de certa forma, tais questões, eles desenvolveram sua teoria ainda pautados no plano do *logos*.

O filósofo Michel Meyer (2007b), por seu turno, desenvolve sua teoria em que defende, claramente, a unidade da retórica e de seus componentes. Ao afirmar tais componentes como indissociáveis entre si, Meyer (2007a) os coloca como dimensões, pois são grandezas que se interseccionam a todo o momento, e que fundamentam a argumentação. Essa tese defendida pelo filósofo parte do fato de que a sociedade é pluralista e, por isso, é preciso considerar que os homens possuem entre si diferenças as quais a retórica busca administrar. Destarte, o acordo é proveniente do trabalho conjunto das três dimensões, igualmente necessárias para o fim da persuasão, embora possam ser uma delas naturalmente mais presente e mais importante em e para determinado gênero do discurso. Meyer (2007a) assim nos afirma que o orador (*ethos*) e o auditório (*pathos*), resolvem suas diferenças através da linguagem (*logos*). Para ele, o que constitui essa diferença, ou a distância entre os sujeitos

[...] é certamente múltiplo, e pode ser social, político, ético, ideológico, intelectual- e sabe-se o que mais-, mas uma coisa é certa: se não houvesse um problema, uma pergunta que os separasse, não haveria debate entre eles, nem mesmo discussão. A linguagem, o *logos*, tem por vocação traduzir o que constitui problema. Se nada fosse questionável, um nem sequer se dirigiria ao outro, e, se tudo fosse um problema, eles não poderiam fazê-lo (MEYER, 2007a, p. 25).

A retórica, segundo ele, é da ordem da negociação, e assim a define: “a retórica é a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada” (MEYER, 2007a, p. 25). Trataremos dessa distância, e da necessidade em negociá-la, mais profundamente, em uma seção separada exclusivamente para esse fim. O que nos interessa remarcar, por ora, é que todas as dimensões se configuram através de relações de função uma com as outras, e que tanto o *logos*, quanto o *ethos* e o *pathos* são indispensáveis para a eficácia da argumentação e da resolução dos problemas, visto que o *logos* traduz problemas não só do plano lógico-racional, mas também das dimensões ética, patética e também da

dimensão dóxica<sup>71</sup>, presentes no discurso de qualquer sujeito. No domínio político, por exemplo, todas as dimensões precisam ser igualmente consideradas, pois a argumentação política, apesar de majoritariamente incidida na dimensão do *pathos*, fundamenta-se a partir de problematizações referentes a cada uma das três dimensões, e que só serão resolvidas se trabalhadas a partir da unidade retórica. Vejamos agora como se dá a leitura de tais dimensões retóricas a partir da abordagem *problematológica* do filósofo Michel Meyer.

### 3.5 As dimensões em xeque: releitura *Problematológica* das dimensões retóricas

#### 3.5.1 Releitura *Problematológica* sobre o papel do *ethos* na unidade retórica

O discurso político é terreno rico para a análise de *ethos*. Para Charaudeau (2005a, p. 88), no seu *Le Discours Politique*, o *ethos* precisa ser encarado como cruzamento de olhares: “regard de l’autre sur celui qui parle, regard de celui qui parle sur la façon dont il pense que l’autre le voit<sup>72</sup>”, o que é frequentemente possível de se ver nos jogos de imagens que são feitos no processo eleitoral, por exemplo. Amossy (2008), por sua vez, considera que o *ethos* é a construção de uma imagem de si e do outro. Segundo ela, o *ethos* seria tanto uma imagem criada no processo enunciativo e, portanto, seria o *ethos discursivo*, e um *ethos prévio*, depreendido na tomada de palavra do enunciador, carregado de imagens pré-construídas, fora do presente momento enunciativo, decorrente de processos de estereotipagem (AMOSSY, 2008).

Regressando às origens, aparentemente mais simples, mas não deixando de ser complexo em sua profundidade, o conceito de *ethos* em Aristóteles remete ao “caráter moral” do orador (ARISTÓTELES, 2012, 1356a), os valores de si e a capacidade de ser encarado pelo auditório como digno de fé. Sendo assim, segundo os Gregos, para se construir um *ethos* precisa-se da capacidade do próprio orador em ser credível e dotado de virtude. Para Meyer (2008, p. 152), “l’ethos est alors la sagesse qui se cache en

<sup>71</sup> A *doxa* não se põe como uma prova retórica. Antes, ela dá substância a todas elas, fundamentando qualquer sentido argumentativo que se possa construir pela operação com tais provas. Desenvolveremos o que entendemos por *doxa* no próximo capítulo.

<sup>72</sup> O olhar do outro sobre aquele que fala, o olhar daquele que fala sobre a maneira que ele pensa que o outro o vê [Tradução nossa].

l’homme, dans tous les hommes, parce qu’ils sont des hommes, avec des sentiments, des passions, des craintes et des espoirs qu’ils partagent de par leur condition même<sup>73</sup>”. No desenvolvimento dessa noção de *ethos*, Cícero despendeu a maior parte do tempo de seu percurso intelectual, bem antes mesmo de o humanismo renascentista ter colocado tal noção como uma doutrina própria e independente como a *ética*.

Ora, o *ethos* se apresenta como a expressão “mais profunda de uma humanidade partilhada, graças à qual nos somos todos levados a responder às grandes questões próprias a cada um” (MEYER, 2008, p. 152). Isso significa dizer que o *ethos* apenas existe porque existe o *pathos*. A sua existência é totalmente vinculada a esta dimensão pela óbvia razão de serem tais dimensões as duas exatas posições de um processo dialógico, ainda que em uma deliberação íntima<sup>74</sup>. Destarte, o *ethos* precisa ser autoridade frente a um *pathos* que o desafia, que o espera ansiosamente como aquele que pode pôr termo a qualquer indagação iminente. O *ethos* assumiria, assim, a posição de *autor*, portador de *auctoritas*, alguém que se pode prezar como “respondedor” (MEYER, 2008, p. 152).

Por assim dizer, Meyer, em sua análise problematológica, afirma-nos: o *ethos* é o “ponto final do questionamento” (MEYER, 2007b, p. 35), a saber, é a capacidade de um orador de dar fim aos anseios e dúvidas do auditório, provocando, dessa forma, uma possível adesão à tese pretendida. Para ele, o orador precisa ser aquele que é capaz de responder às perguntas que suscitam debate e que são aquilo sobre o que negociamos (MEYER, 2007b). Por isso, o orador precisa construir um *ethos* enquanto solução, colocando-se, assim, como ponto final do questionamento. A propósito, para o autor, o *ethos* não pode ser entendido apenas como a dimensão do orador pura e simplesmente, mas o *ethos* é “aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas” (Meyer, 2007b, p. 35). Para o filósofo,

o *ethos* se refere sempre ao *pathos* e ao *logos*, atestando valor moral em uma relação com o outro, ou em sua gestão de coisas, mas também no modo de conduzir a própria vida, pela escolha dos meios (o aspecto social, os costumes,

---

<sup>73</sup> O *ethos* é, logo, a sabedoria que se esconde no homem, em todos os homens, porque eles são homens, com seus sentimentos, paixões, temores e esperanças que eles partilham devido a sua própria condição.

<sup>74</sup> Cf. PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 46.

a prudência, a coragem, etc....) e dos fins (a justiça, a felicidade, o prazer etc....)  
(MEYER, 2007b, p. 36).

Nesse viés, o próprio *ethos* se configura como um reservatório de argumentos e de respostas que o orador veicula implicitamente ou explicitamente, objetivando criar uma imagem de si, ou mesmo sendo esta imagem de si criada à sua revelia.

Ademais, assim como a proposta de uma retórica como negociação das distâncias, tal como veremos mais a fundo na próxima seção, as dimensões retóricas seguem obviamente a mesma lógica. Desse modo, o *ethos* poderia ser igualmente definido em função das distâncias estabelecidas dentro da própria dimensão e mesmo diante às outras dimensões. Isto é, podemos dizer que, por ser a argumentação oriunda de diferenças e conflitos, quanto mais se negocia a identidade e a diferença dentro da dimensão do *ethos* em relação ao *pathos*, mais chances existirão de a argumentação ser bem-sucedida e a negociação retórica ser efetiva. Por isso mesmo, quanto mais o *ethos* se projeta como *ad rem*, argumentação fechada no objeto da argumentação, mais a sua força se limitará a uma questão de pura apreciação da qualidade do orador, por sua inteligência ou oratória, por exemplo; por outro lado, quanto mais se direciona ao *ad hominem*, como a argumentação que preza pelo o que há de identidade entre os interactantes, orador e auditório, mais a argumentação é retórica e mais eficiente ela será em termos de adesão. Isso se dá pelo fato de o *ethos*, sobretudo no discurso político, ir muito além da capacidade do orador e de sua moral, mas atinge a confiança do auditório em si, cria-se uma credibilidade construída no discurso e pelo discurso, e apresenta-se como um mediador das diferenças entre si e o outro, entre a identidade e a distinção.

A problematologia do *ethos* estaria, assim, na sua própria condição de ser problema e resposta ao mesmo tempo; pelo fato de ser a partir dessa dimensão que a persuasão se projeta, apesar de sabermos que é no *pathos* e através dele que tal persuasão se concretiza. Podemos definir e salientar que, em última instância, o *ethos* é o fim dos questionamentos. Não obstante, sabemos que nem sempre ele responde.

No tocante a isso, a (im)possibilidade de resolução das diferenças pelo *ethos* se dá, sobretudo, em razão de admitir o próprio *ethos* uma diferença em si mesmo. Estamos falando do *ethos* como projeção da imagem de si, aquela que o orador quer dar de si aos

outros, por entender que é a construção adequada para os fins persuasivos específicos; e o *ethos* efetivamente instituído, aquele que é, de fato, recebido pelo auditório (pelo *pathos*). O *ethos* seria, dessa forma, *projetivo* e *efetivo*, cabendo ao auditório definir a aceitação daquela imagem do orador que se projeta, ou se procurará entendê-lo além da projeção, aprofundando-se em suas reais intenções.

Destarte, o *ethos* é tanto a competência como o caráter do orador, também a sua humanidade, mas é, sobretudo, a capacidade deste em se identificar com o auditório. Meyer afirma que toda essa variabilidade corresponde ao jogo sobre a distância entre os indivíduos e que, no total, a distância é a mesma, apenas os meios de encará-las é que diferem entre si (MEYER, 2008, p. 156).

### **3.5.2 Releitura *Problematológica* sobre o papel do *pathos* na unidade retórica**

O *pathos* é a dimensão do auditório. Costumeiramente compreendido como o conjunto de emoções e paixões sentidas pelo auditório sobre determinada questão, o *pathos* configura-se sobretudo como a dimensão das afecções, de tudo aquilo que afeta o auditório e que o move a tomar determinadas posições. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), lembramos: é sempre em função do auditório que se faz qualquer argumentação. Nesse sentido, importa saber tudo o que o atinge, pois é precisamente a partir do que o desestabiliza, ou do que o agrada, que o orador supostamente direciona seus argumentos.

Não obstante, apesar de a dimensão do *pathos* ser a dimensão onde se situam as paixões, isto não nos permite sentenciar que o todo do *pathos* seja relacionado às paixões. Quanto a isso, Meyer (2007, p. 36) esclarece que: “Se o *ethos* remete às respostas, o *pathos* é a fonte das questões e estas respondem a interesses múltiplos, dos quais dão prova as paixões, as emoções ou simplesmente as opiniões”. Em termos de pergunta e resposta, podemos inferir que as paixões transferem a problemática para o plano da resposta, pois entende que as paixões, quando se estabelecem, procuram determinar a questão como respondida. “E a própria paixão, como resposta, é um julgamento de valor sobre aquilo que está em questão” (MEYER, 2007, p. 37), e, portanto, pela paixão, a pergunta se torna resposta. Vemos, nesse contexto, que se referir ao *pathos* pode ir além

de uma referência às paixões do discurso pura e simplesmente, embora elas sejam predominantes, mas também acerca dos juízos e opiniões decorrentes dessas paixões que, através do *logos*, arrazoam-se e mostram-se como legítimas.

O caráter cauteloso de se falar em paixões ou ainda de se pesquisar o papel das emoções no discurso é ainda fruto da desvalorização que as paixões sofreram durante o desenvolvimento da arte retórica, tal como afirma Lima (2006). Durante muito tempo as paixões eram consideradas ainda como desvios de argumentação. Tal juízo tem início desde a era clássica grega com Platão, e, em certa medida, foi continuado por aqueles que defendem (alguns até hoje) a preponderância da razão em detrimento da emoção no discurso argumentativo. Nesse viés, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao entenderem as argumentações a partir do prisma da razoabilidade, são frequentemente associados como teóricos contemporâneos que mantiveram tal visão redutora das emoções. Ora, o razoável é perfeitamente compreensível quando se leva em conta os dois polos distintos de racionalidade. O positivismo de um lado, doutrina que compreendia a racionalidade absoluta e a aplicabilidade de leis a todas as situações humanas; e o relativismo dogmático de outro, a exacerbação de valores, paixões e ideologias às últimas consequências.

Ademais, visto o período pós-guerra em que Perelman se insere, parece-nos perfeitamente cabível uma teoria em que prevaleça a tentativa do acordo e do equilíbrio em detrimento do racionalismo irrestrito e do dogmatismo descontrolado. Fato é que, devido a isso, Perelman não se preocupa em entender o *pathos* puramente como conjunto de emoções e paixões, mas sim como o conjunto daqueles a quem queremos persuadir e convencer e que, sendo assim, devemos levar em conta tudo o que os torna passíveis à adesão, inclusive as paixões. O conceito de argumentação como “o estudo das técnicas discursivas que visam a provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005) refere-se, inclusive, a um “espírito” que é, segundo ele, a constituição do auditório em intelecto, valor e paixão.

Contudo, não queremos aqui partir em uma defesa aberta à teoria da *nova retórica*, apesar de simpáticos a ela, mas sobretudo queremos estabelecer os pontos problematológicos da dimensão do *pathos* nos estudos de retórica e do discurso político, especialmente. Ou seja, não pretendemos aqui nem acusar as paixões de serem “desvios

de argumentação”, visto que não a enxergamos desse modo, tampouco em afirmar que as paixões devam ser exploradas aleatoriamente, ou consideradas como as chaves de qualquer argumentação. As paixões são importantes para o discurso e os estudos discursivos não podem prescindir de uma análise do discurso emocionado<sup>75</sup>. Preferimos, destarte, entender como essas paixões podem ser argumentadas em um encadeamento lógico. Nesse sentido, Raphael Micheli (2010), profundamente influenciado pelas contribuições de Plantin (2011), procura apresentar as paixões em outro prisma, buscando as origens de suas constituições e concluindo, portanto, que as paixões não têm apenas efeito cognitivo, mas origens cognitivas, fundamentadas em conjuntos de crenças e julgamentos que as justificam aos olhos daqueles que as experimentam.

Também nesse prisma, Patrick Charaudeau (2005a), filiando-se a uma tradição retórica, considera as paixões como o que toca o auditório : “Les toucher, cela voulait dire les mettre dans une ‘disposition d’esprit’ telle que leur jugement puisse être plus facilement orienté dans telle ou telle direction<sup>76</sup>” (CHARAUDEAU, 2005a, p. 62). Para ele, as estratégias do discurso político precisam considerar o domínio das paixões, pois estas afetam o espírito do auditório, o que poderia levá-lo, através destas paixões gerenciadas e exploradas, à adesão, ou mesmo a reforçar a adesão (CHARAUDEAU, 2005a, p. 63).

Sendo assim,

a paixão é, portanto, um poderoso reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese. Isso reforça a identidade dos pontos de vista, ou a diferença em relação à tese que procuramos afastar. A função da paixão consiste em comunicar ao outro a diferença que é a sua[...] (MEYER, 2007, p. 38).

Nesse sentido, é possível observar que o *pathos* é a dimensão mais problematológica de todas, levando em conta que é precisamente nela que reside a maioria das diferenças estabelecidas no discurso. Isso se dá notadamente pelo caráter de alteridade de qualquer argumentação. Essa alteridade, a simples presença do outro, “interroga e interpela os indivíduos” (MEYER, 2008, p. 173). A problematologia do *pathos* começa, pois, a partir dessa condição, enquanto fruto de um jogo argumentativo

---

<sup>75</sup> Cf. PLANTIN, 2011.

<sup>76</sup> Tocá-los. Isso queria dizer coloca-los em uma ‘disposição de espírito’ tal que seu julgamento pudesse ser mais facilmente orientado em tal ou tal direção. [Tradução nossa].

entre identidade e diferença, entre valores distintos e iguais, entre paixões que buscam aniquilar tais diferenças ou, em oposição, aumentá-las.

Assim, Meyer nos afirma que “ dans ces conditions, on comprend que la passion ne soit pas seulement faite de plaisir ou de déplaisir, mais aussi de réaction de mise à distance ou de rapprochement à l’égard de ce(lui) qui s’identifie au problème <sup>77</sup> ” (MEYER, 2008, p. 173). Ou seja, a paixão não se trata de uma manifestação do espírito ou do corpo, que nos arrebatava e nos leva a agir, a fazer algo em prol ou contra algo, mas também faz parte do próprio jogo de interação retórica entre as relações dialógicas instituídas no processo argumentativo e que se constituem como a base para qualquer problematologia na argumentação: a existência do outro, a alteridade, com suas diferenças de credos, crenças, valores e também paixões. O papel da argumentação focada no *pathos* seria, nesse sentido, o de veicular paixões e emoções em direção ao acordo e gerenciá-las de maneira que elas passem a ser respostas e não mais perguntas, isto é, para que elas passem a ser identidade e não mais diferenças.

Para um melhor entendimento do que queremos chamar de “problematologia do *pathos*”, vejamos o conceito de *paixão* em Michel Meyer:

Une passion est donc un sentiment de plaisir ou de déplaisir qui s’exprime corporellement et intellectuellement. C’est une réponse subjective (plaisir-déplaisir) à un *problème* objectif provoqué par la présence de l’autre, mais qui peut s’identifier à l’autre lui-même, comme dans l’amour ou la haine. La passion transforme l’alterité en subjectivité. Cela se traduit, pour l’autre, par une distanciation, qui peut tendre vers zéro ou, au contraire, « être infinie », comme lorsqu’on ne peut pas voir quelqu’un « en peinture », ou retourner à certains endroits traumatisants<sup>78</sup> (MEYER, 2008, p. 174, grifos do autor).

Em outras palavras, podemos dizer que a paixão seria a maneira como a distância entre os seres e as coisas nos afeta (MEYER, 2008). Dessa forma, não seria propriamente um sentimento, mas sim as relações de distância entre os seres, evidenciando a grandeza

<sup>77</sup> Nestas condições, compreende-se que a paixão não seja apenas feita de prazer e desprazer, mas também de reação à tomada de distância ou aproximação ao olhar do que (ou de quem) se identifica ao problema. [Tradução nossa].

<sup>78</sup> Uma paixão é, logo, um sentimento de prazer ou desprazer que se exprime corporalmente ou intelectualmente. É uma resposta subjetiva (prazer-desprazer) a um *problema* objetivo provocado pela presença do outro, mas que pode se identificar no próprio outro, como no amor ou na raiva. A paixão transforma a alteridade em subjetividade. Isso se traduz, para o outro, por uma distanciação que pode tender a zero ou, ao contrário, ser “infinita”, como quando não queremos ver alguém “nem pintado de ouro”, ou retornar a certos lugares traumatizantes. [Tradução nossa, grifos do autor].

*paixão/distância* como atributo definidor da qualidade e das características da argumentação. Isso nos permite dizer que há uma grandeza lógica em que podemos aferir a força de uma paixão retórica observando as proximidades de crenças, valores, ideologias entre os seres, visto que a paixão nada mais é do que uma questão que se passa por resposta na medida em que os correligionários já a entendem como respondida e, quiçá, como intocável. Sendo assim, tal grandeza se estabelece proporcionalmente de forma indireta, isto é, *quanto mais uma distância é forte, mais a paixão é fraca* (MEYER, 2008). Meyer nos afirma que “a ficção, a narração, a evocação de situações que poderiam ser as nossas e poderiam nos afetar suscitam o sentimento de proximidade, de comunidade, até mesmo de fraternidade” (MEYER, 2008, p. 177, Tradução nossa).

Podemos considerar, pois, que o auditório responde às questões levantadas pelo locutor e isso pode ocasionar diferentes resultados: 1- a adesão; 2- a recusa; 3- o auditório pode completar as respostas; 4- ou modificá-las; 5- pode ainda permanecer em silêncio, o que pode ocasionar tanto o consentimento de aprovação, como o desprezo pela reprovação, ou ainda, pode significar desinteresse pela questão tratada (MEYER, 2007, p. 39). Contudo, a imagem criada do orador pelo auditório pode constituir a imagem desejada pelo orador ou não, o que o colocaria no desafio de transformar as paixões avessas do auditório em similares às suas próprias, refazendo, assim, a sua boa imagem de orador. Nesse prisma, veremos, na análise pretendida, que houve a preocupação do orador Lula, em seu pronunciamento, em reverter a disposição do auditório, trabalhando assim com as paixões deste. É crucial para qualquer acordo, por mais objetivo que ele seja, identificar as paixões presentes e saber argumentar a partir delas. Portanto, “encontrar as questões implicadas no *pathos* é tirar partido dos valores do auditório” (MEYER, 2007, p. 39). Importa, pois, saber tudo o que o afeta, o que ele detesta, o que aprecia, o que o indigna, o que deseja, ou que o deixa esperançoso, fato que coloca a análise discursiva de prisma retórico, nessas dimensões, como suficientemente complexa, profunda e adequada para depreender as possibilidades de significado dos atos enunciativos.

### 3.5.3 Releitura *Problematológica* sobre o papel do *logos* na unidade retórica

O *logos*, para Meyer (2008), é o lugar onde se negocia e se traduz a diferença *questão-resposta*. Ora, se alguém responde, é porque tem uma questão em mente ou porque alguma questão lhe foi demandada. Segundo o próprio autor, essa noção *problematológica* da linguagem é, efetivamente, influência da tradição anglo-saxã de Wittgenstein e de Searle. No entanto, consideramos ser, sobretudo, através do olhar *problematológico* da teoria retórica, que nos tornamos capazes de pensar a linguagem de maneira mais adequada e concreta, em suas reais situações de uso.

Para comprovar a diferença *questão-resposta* presente em toda enunciação, Meyer (2008) utiliza um exemplo de asserção bastante interessante: “Napoleão ganhou a batalha de Austerlitz”. Essa afirmação parece ser totalmente resolutória e conclusiva, visto que nada aí aparenta carecer de complemento ou, ainda, nenhuma questão atravessa a mente do leitor/ouvinte ao se deparar com tal enunciado. O interessante é que, apesar de parecer uma simples asserção, este enunciado é uma resposta. Com efeito, Napoleão é aquele *que* fez o 18 Brumário, data *que* remete a um golpe de Estado, *o qual* é... etc. Ora, cada termo remete a outros por meio de cláusulas interrogativas. Neste sentido, o nome “Napoleão” seria, na verdade, um condensado de implicações responsivas. Sem sombra de dúvidas, podemos nos remeter aqui à própria noção de dialogismo bakhtiniano, visto que a cadeia de relação responsiva dos enunciados se dá, justamente, pela condição polifônica do sujeito, que se constitui sempre em interação com a alteridade. Para Bakhtin (2002), por exemplo, o dialogismo inerente à linguagem preconiza que cada enunciado responde a um outro enunciado que lhe é anterior ou, ainda, a um enunciado futuro cuja resposta se antecipa virtualmente.

Retomando a teoria do filósofo Michel Meyer, poderíamos afirmar que o enunciado anteriormente citado condensa uma série de questões e de respostas. Podem suscitar na mente do leitor/ouvinte, por exemplo, perguntas como “quem é Napoleão?”, “o que é e onde é Austerlitz?”, “o que aconteceu lá?”. Esta constatação já esteve presente em Quintiliano, quando o mesmo afirmou que o *logos* se constitui por um numeroso limite de interrogações: “quem?, o quê?, onde?, por quais meios?, em que momento?, por qual razão? etc.”. Segundo Meyer (2008, p. 160), “d’une part, une réponse se situe par rapport

à la question qu'elle résout, et, d'autre part, elle soulève des questions différentes de celle qu'elle résout (sinon on tournerait en cercle, un cercle vicieux même)<sup>79</sup>”.

Ora, se não nos preocupássemos com a vontade de resolver uma questão, em lograr um consenso ou um acordo, em responder a determinados questionamentos, por certo nossas enunciações não seriam forçadamente herméticas e conclusivas. É justamente pelo fato de frequentemente procurarmos a persuasão, mesmo nos momentos mais inesperados, que nossas respostas se apresentam como proposições, a fim de que aparentem ser o ponto final de qualquer questionamento. É ainda por essa razão que oradores políticos tentam (frequentemente de modo falível) evitar os desconcertos frente ao auditório, as incongruências, as incompatibilidades argumentativas, as contradições<sup>80</sup>. Visando a evitar tais intempéries, é comum aos oradores políticos, como a quaisquer outros tipos de oradores, lançar mão de estratégias como as ideias gerais, as noções vagas, os conceitos mais ou menos indeterminados, pois manteria, dessa forma, menor responsabilidade com o que se enuncia e evitaria, ulteriormente, uma possível contradição.

Não queremos dizer aqui, contudo, que exista um auditório universal, tal como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) preconizaram. Apenas entende-se que, na medida em que não se pode dar conta das diversas implicações que o caráter plural das sociedades e dos sujeitos, bem como o caráter polifônico da linguagem acarretam na qualidade da credibilidade e da efetividade de uma argumentação, é preferível, ao orador, universalizar ao máximo a sua enunciação, respeitando as características que compõem o seu auditório. Veremos que foi exatamente o que o ex-presidente Lula procurou fazer, discernindo a qualidade do auditório, a sua constituição, e desenvolvendo argumentos que poderiam angariar o acordo através de estratégias as mais englobantes possíveis e efetivando a diminuição das distâncias.

Em suma, podemos afirmar, o *logos* é o lugar onde se exprime a diferença problematológica da linguagem, em suas múltiplas possibilidades. A mesma enunciação

---

<sup>79</sup> De uma parte, uma resposta se situa em relação à questão que ela resolve, e, de outra parte, ela suscita questões diferentes daquela que ela resolve (senão, andaríamos em círculo, um círculo vicioso mesmo) [Tradução nossa].

<sup>80</sup> BARBOSA, R.S.P. *A fuga da contradição e a estratégia do vago: análise de trechos de uma entrevista política*. *EIDEA*. Ilhéus, n. 7, p. 215-233, dez.2014.

pode ser apócrifca para uns e, logo, responder a eventuais questionamentos, e, ao mesmo tempo, ser problematológica para outros, suscitando ainda mais questões. Esta dualidade inscrita em toda resposta é própria, como dissemos, da natureza opaca e múltipla da linguagem e, conseqüentemente, da natureza igualmente problematológica do discurso, o que permite a existência do grandioso fenômeno da argumentação: “Argumenter est ainsi inhérent à la nature du discours, de son emploi et de sa contextualisation intersubjective<sup>81</sup>” (MEYER, 2008, p. 168).

### 3.6 A negociação das distâncias retóricas

A concepção problematológica da linguagem e do discurso pode parecer um tanto apocalíptica para alguns leitores deste trabalho e estudiosos do discurso argumentativo no que tange à possibilidade da consecução do acordo. Poderiam pensar que — na medida em que toda enunciação que vise a resolver uma questão seja, na verdade, apenas resposta e, por assim dizer, esteja passível a suscitar inúmeras outras questões — esta concepção contribuiria para o entendimento das relações argumentativas como inteiramente relativistas. Entretanto, o caráter plural, dialógico e polifônico das enunciações, por mais que contribuam para o dissenso em diversos sentidos, não significa que não possamos, através da linguagem, lograr o acordo. Pelo contrário, porquanto diversos e plurais, os sujeitos apenas podem dirimir suas diferenças e problemas através da linguagem. Se a linguagem é problematológica é porque somos igualmente problematológicos, desde a nossa constituição enquanto seres sociais. A linguagem e, igualmente, o discurso, são o espaço em que as diversas negociações pelo consenso acontecem.

*Negociação.* Essa palavra não foi escolhida em vão pelo filósofo Michel Meyer. Para ele, as relações discursivas são negociações de diferenças entre os sujeitos, diferenças essas das mais variadas ordens e tipos. Não se quer dizer com isso que todos os problemas intersubjetivos possam ser resolvidos através de uma negociação linguageira, de um acordo pós-argumentação. Procura-se, na verdade, afirmar que o acordo, se possível, apenas o é através do uso da linguagem de maneira semelhante a uma negociação, visto que se procura dirimir, dessa forma, os pontos que fazem problema,

---

<sup>81</sup> Argumentar é, assim, inerente à natureza do discurso, de seu emprego e de sua contextualização intersubjetiva. [Tradução nossa].

além de buscar os pontos de identificação entre os sujeitos para que se efetive o consenso sobre algo.

Com efeito, as diferenças que fazem problema entre os sujeitos são consideradas como distâncias, porquanto se apresentam como uma grandeza perfeitamente móvel em um *continuum* sociopsicológico em que se vai desde uma pequena distância entre os indivíduos (seja psicológica ou social, como veremos) até uma grande distância que frequentemente dificulta o acordo. Mas o que se negocia pela retórica? Segundo Meyer (2007a, p. 26), “a identidade e a diferença, a própria, a dos outros; o social que as enrijece, o político que as legitima e por vezes as sacode, o psicológico e o moral em que elas flutuam”.

A propósito, o conceito *distância*, para Meyer (2008), não poderia ser mais adequado, já que essa noção traduz o que há de mais material e palpável em nós e, ao mesmo tempo, próximo a nós mesmos: o corpo. Temos o nosso espaço próprio, da nossa intimidade, inviolável sem a nossa permissão, direito garantido juridicamente. O acesso legítimo e pacífico a esse corpo, não apenas sexual mas também afetivo, parte da nossa aceitação e convite. Frequentemente, nossos gestos, postura, mímica, entonação colocam-se como alguns marcadores de aceitação da proximidade ou, pelo contrário, do distanciamento. Sendo assim, tal noção de distância poderia se estender para muito além das relações físicas — visto que essas ainda compreendem muito pouco das relações humanas — para um alcance mais geral e holístico de tal conceito. Distância seria, assim, para a teoria retórica de Meyer, a tradução da diferença entre os indivíduos, entre aquele que enuncia e o objeto dessa enunciação, *ethos* e *pathos*, respectivamente.

As diferenças entre o *ethos* e o *pathos*, razões das distâncias entre os sujeitos, foram, em certa medida, já preconizadas desde Bakhtin. Obviamente, o filósofo russo não faz menção à teoria retórica especificamente (embora dela percebamos certa influência), mas a sua afirmação se aproxima bastante do que aqui queremos dissertar:

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal

interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos “a cidade e o mundo” através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo *horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito (Bakhtin, 2004, p. 112).

Percebemos, aqui, que toda enunciação depende da disposição do interlocutor, ou seja, do auditório, pois ainda que não haja um interlocutor real, faz-se uma projeção de um representante médio do grupo social (algo próximo do auditório universal<sup>82</sup>) que contemplará, em maior escala, o consenso. A referência às distinções do grupo social, à inferioridade ou superioridade na hierarquia social, às questões referentes aos laços sociais de parentesco e convivialidade são fatores que influenciam na quantidade e na qualidade da distância que se opera entre os sujeitos da interação.

“A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, 2004, p. 113). Esse território é comum na medida em que, para Bakhtin (2004, p. 113), a palavra constitui o “produto da interação do locutor e do ouvinte”, pois, se de um lado o locutor (orador) faz uma projeção do interlocutor (auditório), supondo e pressupondo suas características, emoções, valores etc., o mesmo acontece com o interlocutor, que faz uma imagem do locutor para si. Nesse sentido, a enunciação é uma via de mão dupla, constituindo-se no próprio momento do dizer. Para o filósofo russo, “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor” (BAKHTIN, 2004, p. 113). O que, inevitavelmente, define o acordo é o tamanho da ponte que os separa, a distância que os impede de achar suas identidades e congruências.

De outro modo, retoricamente falando, poderíamos afirmar que a distância social que separa orador e auditório, ou seja, *ethos* e *pathos*, é a diferença entre a distinção e a identidade. Se temos, após tal subtração, mais identidade que diferença, podemos considerar que essa interação está mais próxima a um acordo ou consenso do que se obtivéssemos, da subtração, mais diferença que identidade. Meyer (2008), quanto a isso, apresenta a lei da distância intersubjetiva como obviamente a diferença entre *ethos* e

---

<sup>82</sup> Cf. PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005.

*pathos*, logo:  $\Delta$  (E-P). Ainda mais interessante é que toda essa diferença apenas pode ser negociada através da linguagem, território das distâncias e das identidades, lugar de negociação dos afetos e das razões. Por assim dizer, é perfeitamente possível observar, através do *logos*, a tradução da relação de distância entre os sujeitos. Destarte, chegamos a tal fórmula:  $\Delta L = \Delta$  (E-P) (MEYER, 2008).

A partir dessa fórmula, podemos inferir diversas implicações. Analisaremos quatro delas. A primeira delas e a mais óbvia é que a distância intersubjetiva é a própria distância entre as dimensões retóricas e, por essa razão, nada mais adequado do que referir-se a tais distâncias como genuinamente retóricas. Ora, vimos anteriormente que tanto o *ethos* como o *pathos* dividem-se em *projetivo* e *efetivo*. *Ethos* projetivo, na medida em que o orador projeta a imagem de si de acordo ao que entende ser mais adequado para a identificação com determinado auditório. Para tanto, relaciona-se diretamente com o *pathos projetivo*, como veremos dentro de instantes, visto que o orador projeta uma imagem de si em função da imagem que faz do auditório. Aqui, remetemo-nos novamente a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 21), “é sempre em função de um auditório que se faz uma argumentação”. Sabemos bem que o *ethos* não deixa de ser um argumento, é mesmo uma prova retórica, tal como Aristóteles preconizou. O *ethos* efetivo, por sua vez, lembremos: trata-se da efetiva constatação que o auditório faz desse orador no momento de sua enunciação.

Vale ressaltar que o *ethos*, excetuando-se a possibilidade do *ethos prévio*<sup>83</sup>, é uma dimensão genuinamente da enunciação e não do enunciado (FIORIN, 2015). Isso quer dizer que o orador não pode dizer “sou aquilo e não sou isso” e, dessa forma, ser automaticamente constatado como sendo aquilo que de fato diz ser, mas sobretudo constrói a sua qualidade a partir do modo como enuncia, dos argumentos que enuncia e da forma como argumenta, das estratégias dóxicas que usa – tudo isso sendo fruto da enunciação, no momento do dizer, e não propriamente de um enunciado que o orador tente fazer credível.

O *pathos*, igualmente, admite ambas as constituições retóricas. Tanto é projetivo, na medida em que é uma representação média que orador faz dos valores que constituem

---

<sup>83</sup> Cf. AMOSSY, 2008.

esse auditório, das paixões que podem o atravessar, das opiniões que fundamentam suas posições. Gostamos particularmente desse termo bakhtiniano, *representação média*, justamente por traduzir a qualidade da projeção que o orador precisa fazer de seu auditório, visto que não se pode ter certeza de tudo o que o atravessa, não se pode igualmente estar seguro sobre tudo o que o constitui. A projeção é, dessa forma, apenas uma representação média, uma idealização do auditório de acordo ao olhar que o orador faz dele.

É preciso que lembremos que um auditório é sempre heterogêneo, ainda que formado por pessoas de mesma identidade social, orientação sexual e profissão, tendo em vista que a dimensão psicológica é igualmente importante no processo de constituição e, desse modo, é quase impossível considerarmos que um grupo de pessoas abrigará sujeitos padronizados socialmente, psicologicamente e afetivamente. Se, por exemplo, um orador fala em um congresso de médicos que possuem boa condição financeira e, portanto, fazem parte de uma elite econômica, ainda assim não se pode assegurar de que as suas visões de mundo são similares pelo simples fato de as pessoas serem diferentes. A forma como somos criados por nossos pais, as experiências que temos no decorrer da vida, as relações afetivas que mantemos, a cultura que nos foi passada por nossa família são fatores que podem diferenciar os indivíduos, ainda que próximos socialmente.

O *pathos* efetivo, diferentemente, é a forma real do auditório com a qual o orador se depara no curso de sua argumentação. É o auditório real, com suas heterogeneidades não apenas latentes como presentes e vivas. É por esse motivo que a argumentação não é um processo pronto, antes se constitui como uma invenção e reinvenção no decorrer do processo de enunciação. O objetivo do orador consiste em projetar um *pathos* que seja o mais próximo possível do *efetivo*, possibilitando-o, assim, lograr o consenso, dirimir as distâncias entre si e o auditório. Por outro lado, quando as diferenças entre o *pathos* projetivo e o *pathos* efetivo são grandes, obviamente, o consenso torna-se cada vez mais difícil, dando lugar ao dissenso advindo das distâncias marcadas entre a realidade efetivada e a projeção feita pelo orador em relação ao auditório.

Semelhantemente, a diferença entre o *ethos* projetivo, aquele que o orador constrói de si frente ao auditório, e o *ethos* efetivo, aquele que o auditório constata deste durante o processo de enunciação, vai definir o sucesso da empresa argumentativa. Ora, a

constatação é simples: se o orador projeta ser alguém ou algo que não se efetiva na enunciação, o auditório desacreditará de sua argumentação.

Vendo por esse prisma, fica possível afirmar que todo o processo retórico é questão de distanciamento entre as dimensões retóricas. Bakhtin (2004) assim também parece ter compreendido, quando afirma que “a situação mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 2004, p. 113). É a situação social, em seus diferentes níveis, bem como a condição psicoafetiva do auditório que estruturam o acordo — e tudo isso se materializa na própria enunciação. Isso nos permite dizer que é o *logos* o responsável por negociar tais distâncias sociais e psicológicas. É na linguagem e pela linguagem, no processo de enunciação, que a qualidade da argumentação é construída.

Podemos, nesse sentido, afirmar que a retórica, como teoria argumentativa do discurso, pautada em uma filiação enunciativa, é também a capacidade de negociar as distâncias entre os indivíduos. Assim Meyer (2008, p. 21) conceitou a sua concepção de retórica: “la rhétorique est la négociation de la distance entre des individus à propos d’une question donnée<sup>84</sup>”. Essa distância, já vimos, é também retórica, pois é fruto do “décalage”, da diferença entre as dimensões no interior delas mesmas e também umas em relação às outras. Entretanto, o que são efetivamente tais distâncias? Como elas se constituem?

### 3.6.1. As distâncias sociais e psicológicas

Vimos que as distâncias são a diferença entre *ethos* e *pathos*, distância esta traduzida e passível de ser negociada pelo *logos*. Entendendo todo o processo argumentativo como em função do *pathos*, obteremos, assim, distinções importantes em relação ao nível de distanciamento entre os sujeitos. Ou seja, a distância pode tanto ser fruto de uma indiferença acentuada, como também de um excesso de *pathos*. Ora, se por um lado existe um aspecto social das relações humanas que faz com que sejamos mais próximos daqueles com quem temos maior vínculo social, por outro lado, podemos ter

---

<sup>84</sup> A retórica é a negociação da distância entre os indivíduos acerca de determinada questão. [Tradução Nossa]

também conflitos exclusivamente de ordem psicológica, tendo pouco, ou mesmo nada, a ver com a proximidade ou distância social. Obviamente, essas duas ordens de distância (social e psicológica) frequentemente se atravessam e nem sempre é fácil distingui-las num todo conflituoso.

Ademais, podemos identificar, a partir das distâncias sociais e psicológicas, duas tendências de relação patêmica. A primeira prevê que um *pathos* forte condiciona geralmente uma distância fraca; a segunda prevê justamente o oposto: um *pathos* fraco tende a criar uma distância forte (MEYER, 2008). No tocante à ordem das distâncias sociais, podemos dizer que temos, pelo menos convencionalmente, uma relação patêmica mais forte com nossos pais e filhos do que com o nosso chefe, pois os papéis sociais que assumem pais e filhos são dotados de menor distanciamento social. Entretanto, a distância entre pais e filhos pode também se tornar forte a depender da disposição psicoafetiva dos sujeitos, variando de acordo às emoções em jogo e aos diferentes modos de ver o mundo, característicos de cada sujeito.

Com efeito, os afetos podem sofrer alterações psicológicas fortes ainda que partindo de sujeitos socialmente próximos como dois irmãos, por exemplo. Percebemos isso, de forma frequente, nos casos de divisão de herança, em que a definição do inventário pós-morte de um dos pais (ou de ambos) tende a causar dissensões familiares seríssimas (às vezes até intermináveis). Na política, ambas as distâncias se interseccionam ainda mais acentuadamente, de modo que o dissenso e a dificuldade do acordo nesse tipo de campo são ainda mais comuns. É claro que não é tarefa fácil para um orador político identificar todas as distâncias, principalmente as psicológicas. Fato é que ele precisa saber, ao menos em presunção, a constituição média de seu auditório: o que pensam, quem são, de que grupo fazem parte, o nível social etc. É por essa razão que, voltando ao conceito de Bakhtin (2004), precisamos entender o auditório como uma *representação média* do orador, na qual estarão inclusas todas as considerações acerca das diferenças sociais e psicológicas que forem cabíveis ao orador depreender previamente.

Meyer (2008) afirma que quanto mais o *ethos* se aproxima do *pathos* mais as relações se fortalecem, seja para o acordo, seja para o total desacordo. Isso porque o *ethos* pode conseguir identificar-se com o *pathos*, e nisso reside a função negociadora da retórica, mas também pode aproximar-se em termos de paixões negativas, como quando

temos ódio de alguém ou de alguma classe. O ódio seria justamente o *pathos* exacerbado advindo do excesso de distância psicológica e não da aproximação por uma identificação.

Por outro lado, os bons oradores políticos conseguem usar as paixões do auditório para aproximar o seu *ethos* do *pathos* do auditório, na medida em que procura identificar-se com tudo o que afeta aquele determinado auditório. As figuras de linguagem, por exemplo, tal como preconizou Amossy (2010), são a inscrição do *pathos* no *logos*, uma vez que a utilização das figuras de retórica configura-se como uma utilização estratégica da linguagem para aproximar as disposições patêmicas do orador e do auditório. Meyer (2008), semelhantemente, afirma que “l’effet argumentatif des figures est de créer de la proximité, de mettre en évidence la force vive des valeurs qui unissent l’orateur et l’auditoire, de renforcer le sentiment de communauté qui peut exister entre eux<sup>85</sup>” (MEYER, 2008, p. 126).

Efetivamente, podemos considerar que, no jogo da linguagem, as distâncias que se estabelecem entre os sujeitos interactantes da comunicação podem ser aumentadas ou dirimidas a depender das estratégias que o *ethos*, através do *logos*, pode tomar em função do *pathos*. O funcionamento retórico se daria, assim, sempre em função da inter-relação dessas três dimensões, não havendo, pois, nenhuma hierarquia entre elas. Há, na verdade, uma total interdependência, o que torna a empresa retórica ainda mais interessante. Não obstante, existe ainda outra dimensão retórica (sendo que esta não pode ser chamada de prova retórica) — essa que se constitui como o fundamento de qualquer argumentação, sem a qual *ethos*, *pathos* e *logos* não admitiriam nenhum sentido: a *doxa*.

Tal macrodimensão retórica<sup>86</sup> — muito estudada, mas ainda pouco esclarecida — pode ser entendida, ainda bem vagamente, como o conjunto de valores, crenças, saberes, conhecimentos, que constituem uma sociedade e sua cultura. De fato, é uma tarefa árdua precisar acerca da definição dessa dimensão, mesmo porque diversos autores a entendem por nomes distintos, existindo diversos conceitos que se aproximam em maior ou menor grau do conceito de *doxa*, sem, no entanto, compreendê-lo inteiramente. É o caso da

---

<sup>85</sup> O efeito argumentativo das figuras é de criar a proximidade, de colocar em evidência a força viva dos valores que unem o orador ao auditório, de reforçar o sentimento de comunidade que pode existir entre eles [Tradução nossa].

<sup>86</sup> Optamos por entender a *doxa* como uma macrodimensão retórica que engloba todas as outras (*ethos*, *pathos* e *logos*), sendo que estas dimensões apenas admitem sentido em função daquela.

noção sociológica de *representação social*, termo inicialmente tributado ao sociólogo francês Émile Durkheim e posteriormente resgatado por Serge Moscovici. Esse termo vem figurando atualmente mais nos domínios da psicologia social do que nos da sociologia propriamente dita. Podemos nos referir, igualmente, às semelhanças entre a noção de *doxa* e a de *imaginários* sociais, noção cara ao filósofo Cornelius Castoriadis. A propósito, esta última noção vai influenciar a noção do linguista Patrick Charaudeau de *imaginários sociodiscursivos*, entendendo que tais imaginários apenas são apreendidos através da relação *linguagem*  $\Leftrightarrow$  *sociedade* e, portanto, do discurso. O que podemos perceber é que, em todos esses conceitos, a ideia fulcral é a de que tais imaginários e representações sociais são formas de ler a realidade social de determinado grupo, em determinado espaço e tempo. Por essa razão, entendemos que esse conceito percebe a existência de uma rede social de saberes, valores, ideias, comuns ao grupo social, e que constituem as razões e as formas de determinado grupo se expressar, de pensar o mundo em que vive e de problematizar o mundo alhures. Essa rede, a *doxa*, formada por símbolos que emergem através do ato de linguagem, é fundamental ao acordo e, portanto, a sua problematização torna-se essencial para o entendimento do trabalho retórico.

É esse conjunto de disposições que fundamentam as distâncias, bem como também as estratégias para dirimi-las, para extingui-las. A *doxa* seria, assim, um espírito que vaga pelo tempo, atravessando e constituindo todos os que fazem parte de determinado grupo social, seja ele grande ou pequeno, e que formata as razões em um padrão específico de pensamento e frequentemente de forma inconsciente.

Pois bem, a *doxa*, na política, ganha papel ainda mais crucial, visto que os diversos discursos que existem no campo político não apenas fazem sentido por meio dela, de maneira frequentemente inconsciente, mas fazem dela também estratégia importante para a constituição do acordo. Os saberes, conhecimentos e valores evocados nos pronunciamentos que serão aqui analisados são peça-chave para a apreensão de todo o funcionamento da argumentação. O que queremos dizer é que entendemos que a presidente Dilma Rousseff encontrou dificuldades em lograr o consenso e o acordo do auditório não unicamente pela falta de perspicácia retórica ou por falta de perícia política, mas por uma lógica dóxica que se estabelece à sua revelia. Veremos nos próximos capítulos que os enunciados produzidos pela presidente Dilma Rousseff acionam uma

determinada memória discursiva no auditório, inscrita na *doxa*, que ao invés de produzir os efeitos desejados por ela, produzem justamente o efeito inverso. Por outro lado, o ex-presidente Lula — discernindo de forma mais adequada as disposições do *ethos*, do *pathos* e do *logos* frente àquela lógica dóxica que se estabelecia por meio do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff — construiu o seu pronunciamento de maneira possivelmente mais eficaz, atrelando-se a uma *doxa* presente na constituição do auditório e que lhe assegurou, talvez, certa perícia na negociação das distâncias retóricas ali interpostas.

Entretanto, precisamos salientar que tal noção de *doxa* não é consenso na academia. Talvez seja esse, inclusive, o motivo de não se ter grandes desenvolvimentos teóricos sobre a dimensão dóxica dentro dos estudos de retórica e de AD, se comparados aos estudos desenvolvidos das demais dimensões (*ethos*, *pathos* e *logos*). Faz-se necessário, dessa forma, filiar o nosso entendimento ao da linguista Ruth Amossy, quando tenta abordar a *doxa* dentro dos estudos da análise do discurso, buscando tecer convergências com outras noções similares já existentes (mas não iguais) nesta disciplina. Veremos este ponto mais adiante.

Em suma, vimos neste capítulo que a retórica pode ser compreendida como a negociação das distâncias entre os indivíduos acerca de uma questão. Tais distâncias intersubjetivas traduzem-se nos domínios retóricos, *ethos*, *pathos* e *logos*, de maneira que é frequentemente pelo *logos* que negociamos tais distâncias. A *doxa*, por sua vez, coloca-se como o fundamento de qualquer argumentação, o sustentáculo dos sentidos, o alicerce da empresa argumentativa. Além disso, segundo Amossy (2010, p. 85), “c’est toujours dans un espace d’opinions et de croyances collectives qu’il [l’orateur] tente de résoudre un différend ou de consolider un point de vue<sup>87</sup>”. Não há sentido enunciativo que não passe antes por uma significação dóxica. Veremos, nos dois próximos capítulos, como a *doxa* contribui para a determinação dos sentidos de uma enunciação e para a formação do processo argumentativo. Além disso, veremos como esse conjunto de saberes, conhecimentos e opiniões comuns a um determinado grupo ou a determinadas culturas e sociedades contribuem para a formação de uma memória discursiva que, frequentemente,

---

<sup>87</sup> É sempre em um espaço de opiniões e de crenças coletivas que ele [o orador] tenta resolver uma diferença ou consolidar um ponto de vista [Tradução nossa].

é acionada e atualizada no espírito de cada sujeito da interação discursiva. Aqui reside, em maior escala, as implicações discursivas na disciplina retórica. Compreendemos que tais memórias discursivas inscritas na *doxa* constituem o eixo principal da argumentação dos oradores em questão. Para tanto, colocaremos em diálogo, mais uma vez, retórica, análise do discurso e outras teorias do discurso, a fim de esclarecer, com maior acurácia, o complexo funcionamento do processo argumentativo.

#### 4. O FUNDAMENTO DA ARGUMENTAÇÃO: ELEMENTOS DE MEMÓRIA DISCURSIVA PARA UMA ANÁLISE DÓXICA.

Como discutimos anteriormente, as provas retóricas *ethos*, *pathos* e *logos* são unidades capazes de promover a adesão de certo auditório a uma determinada tese, estando todas elas atreladas à *doxa*, visto que esta, por sua vez, coloca-se como fundamento e pilar para qualquer edifício argumentativo (AMOSSY, 2010). Partimos da noção de *doxa* como uma rede de conhecimentos partilhados de uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Vimos que a noção de *doxa* se assemelha em muito a outras noções da sociologia, da psicologia social e mesmo da filosofia social, como as de *representação social* e a de *imaginário social*. Nessa perspectiva, percebemos também que a noção de *doxa* se assemelha, sem sinonímia, com algumas noções da análise do discurso, como a noção de memória discursiva e de interdiscurso. A propósito, Amossy (2010) afirma que a AD e os estudos literários privilegiaram, sob os nomes de interdiscurso, intertexto e discurso social, “l’espace discursif global dans lequel s’articulent les opinions dominantes et les représentations collectives<sup>88</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 85).

Segundo Amossy (2010), a *doxa* se opunha à *episteme*, ou seja, ao conhecimento autêntico, à verdade provada por meios científicos, empíricos e prováveis. A *doxa*, em contrapartida, na medida em que possui apenas valor de probabilidade, situa-se no fundamento da verossimilhança sobre a qual se apoia o discurso persuasivo. Para a linguista, “elle [a *doxa*] fournit les points d’accord susceptibles de s’établir sur un sujet donné dans une assemblée composée d’hommes de bons sens<sup>89</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 86). Isso permite dizer que a *doxa* pressupõe que se possa admitir, para um conjunto de seres razoáveis, certas coisas como prováveis e válidas, ainda que não se possa demonstrar a apodicticidade e a validade epistemológica destas coisas. Sendo assim, a *doxa* seria “l’espace du plausible tel que l’appréhende le sens commun<sup>90</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 86). Posto isso, podemos ainda afirmar que a *doxa*, ou os *endoxa* (caso preferamos seguir a

<sup>88</sup> O espaço discursivo global no qual se articulam as opiniões dominantes e as representações coletivas [Tradução nossa].

<sup>89</sup> Ela [a *doxa*] fornece os pontos de acordo suscetíveis de se estabelecer sobre um dado sujeito em uma assembleia composta de homens de bom-senso [Tradução nossa].

<sup>90</sup> O espaço do plausível tal como o apreende o senso-comum [Tradução nossa].

percepção aristotélica), são as opiniões suficientemente aceitáveis que repousam sobre um consenso geral ou, ao menos, representativo.

Ouvimos e falamos, com bastante frequência, que quando algo dá errado e nos frustra, nós precisamos levantar a cabeça e tentar de novo, pois *nós somos brasileiros e não desistimos nunca*. Essa afirmação está inscrita na *doxa* brasileira<sup>91</sup> de maneira bastante forte, entretanto, não se sabe a origem de tal dito, ou de tal enunciado. Não se trata de um provérbio tampouco. Diz-se ter-se originado em uma propaganda institucional com o músico Herbert Vianna logo após a superação do acidente que o deixou paraplégico, e tal enunciado assumiu-se simbolicamente como marca da perseverança do brasileiro em não se abater pelas dificuldades<sup>92</sup>. Retoma também a noção presente em nosso imaginário de que o brasileiro é um povo sofredor, que não consegue nenhum direito ou benefício sem antes se ter lutado por ele. Não se tem certeza dessa origem, nem de nenhuma outra que possa ser levantada, mas o mais interessante nisso tudo é que, apesar de não se saber a origem e o contexto da enunciação, tal enunciado ganhou caráter de suficiente aceitabilidade de todos os brasileiros ao ponto de, sempre que buscamos arrazoar sobre a necessidade de persistirmos em algo ou suportarmos algo, poderemos levantar o argumento: “porque sou brasileiro e não desisto nunca”.

Podemos perceber, com este exemplo, que nem sempre as ideias e saberes compartilhados pelo povo e inscritos na *doxa* são facilmente depreendidos ou resgatados em sua origem, de forma que não seria simples buscar a gênese de tais enunciados. São antes frequentemente interiorizados em nossa mente à nossa revelia, fazendo parte da nossa formação discursiva mais geral enquanto brasileiros, visto que esse enunciado *sou brasileiro e não desisto nunca* é usado em diversos campos discursivos distintos<sup>93</sup>.

É ainda interessante destacar que, para Aristóteles, o que se apresenta como aceitável não se funda apenas naquilo que é válido para todos ou para uma maioria, mas também naquilo que é validade para uma autoridade, o que nos permite entender o porquê de alguns enunciados de grandes personagens históricas permanecerem vivos e presentes

---

<sup>91</sup> Ratificamos, a noção de *doxa* aqui também se assemelha à noção de imaginários sociais, tal como os definem Monneyron *et al.* (2014, p. 111) como o que “[...] estrutura, no fundo, o entendimento humano”. Amossy (2010) aproxima, igualmente, a noção de *doxa* com a de representações sociais, pois considera que o saber partilhado e as representações sociais constituem o fundamento de toda argumentação.

<sup>92</sup> Contudo, não se tem total segurança dessa informação de origem.

<sup>93</sup> Inscrevemo-nos aqui nos conceitos discursivos de Maingueneau (2008) tal como veremos no decorrer desse capítulo.

em nossa memória discursiva, como uma tradição linguística que permanecerá viva até que não mais seja utilizada no discurso popular.

Tais opiniões comuns, ideias e saberes partilhados e validados por uma coletividade apresentam-se, na verdade, sob diversas formas. Por essa razão, Amossy (2010) prefere considerar que existam dentro de uma *doxa* geral — enquanto instituição mais englobante das ideias e saberes que são compartilhados pelo povo no decorrer do tempo e através da linguagem — certos *elementos dóxicos*, já que a *doxa* não se trata de um conjunto homogêneo em que sejam inscritas todas as evidências partilhadas de uma dada época, mas sim de diferentes formas de apresentação, assumindo cada forma *dóxica* uma estrutura de funcionamento particular. Nessa perspectiva, faz sentido adotarmos aqui, tal como Amossy (2010), a utilização do termo *elementos dóxicos*, que diz respeito a “l’inscription ponctuelle dans le discours oral ou écrit des évidences partagées ou des plausibilités d’une collectivité datée<sup>94</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 94), quando se tratar de discernir alguma apresentação específica dessa *doxa*, tal como o *clichê*, os *estereótipos*, as *ideias recebidas* etc. Por outro lado, a linguista prefere usar a noção de *interdiscurso* quando se tratar da “[...]dissémination et à la circulation des éléments doxiques dans des discours de tous types<sup>95,96</sup>”.

Apesar dessas explicações, consideramos que a noção de *doxa*, numa concepção geral (apesar de não-homogênea e de difícil sistematização), pode coabitar com as noções de interdiscurso e elementos dóxicos tal como aqui já foi apresentado. Primeiramente, porque são noções com implicações distintas. Ao falarmos de interdiscurso estamos falando das relações de discursos com outros discursos dentro do *universo discursivo* (veremos mais adiante), enquanto que a *doxa* é o conjunto de saberes e evidências partilhadas por uma coletividade em determinada época e espaço. Esses saberes se apresentam, de fato, interdiscursivamente, pois os discursos sempre estão em relação com outros discursos, assim como são retomados historicamente em um processo complexo de resignificação, como no caso da memória discursiva. Nesse sentido, julgamos ser possível afirmar que a *doxa*, apenas em sua abordagem mais ampla enquanto conceito e não enquanto categoria de análise estrita, compreende tanto o interdiscurso, quanto a

---

<sup>94</sup> “A inscrição pontual no discurso oral ou escrito das evidências partilhadas ou das plausibilidades de uma coletividade datada marcada no tempo” (Tradução nossa).

<sup>95</sup> “[...] Disseminação e à circulação de de elementos dóxicos nos discursos de todo tipo” (Tradução nossa).

<sup>96</sup> AMOSSY, *loc.cit.*

memória discursiva, apresentando-se nestes espaços sob a forma de elementos dóxicos (esses, sim, passíveis de serem analisados mais objetivamente). Destarte, quando utilizarmos o termo mais geral *doxa* não estamos nos referindo a ela em sua divisão, mas antes em sua completude, como uma instituição das ideias e saberes partilhados geralmente aceitos por um povo em determinada época, e quando estivermos analisando as apresentações dessa *doxa* discursivamente, optaremos, assim como Amossy (2010), por utilizar a noção de *elementos dóxicos*<sup>97</sup>.

A *doxa* e os raciocínios dóxicos são marcadamente da ordem do razoável, do provável. Ora, como antes já dito, não se pode utilizar um raciocínio dóxico e encará-lo como portador de natureza apodíctica. O raciocínio dóxico é naturalmente proveniente da ordem do *eikos*, do verossímil, tratando-se de

opiniões "geralmente aceitas" aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os filósofos em outras palavras: todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes, na medida em que ela [a *doxa*] não seja contrária às opiniões geralmente aceitas (ARISTÓTELES, I, p. 33, 1987).

O território político é povoado por argumentos baseados no raciocínio dóxico, no provável, no verossímil. Não há, como bem apontou Aristóteles no livro I da sua *Retórica*, possibilidade de aplicar a demonstração nas coisas do cotidiano ou nas coisas públicas da gestão civil. Decorre daí que o silogismo lógico não consegue dar conta de todas as implicações subjetivas e contextuais do domínio político e, sendo assim, o raciocínio nesse tipo de discurso é frequentemente dóxico, construído através de entimemas e que, no mais das vezes, possuem premissas ocultas ou subentendidas que se baseiam na *doxa*, no *eikos* (da ordem do provável ou do verossímil), e não em uma *episteme*.

Meyer (2005) considera a *doxa* como tecido argumentativo que possibilita a aferição de uma lógica dos valores, em que *ethos*, *pathos* e *logos* vão sempre estar presentes em integração. Já para Angenot (2008), a *doxa* não pode ser vista como um valor, pois ela é um fato e, por isso mesmo, torna-se um argumento.

Ademais, Angenot (2008) afirma ser a *doxa* o material da retórica e da dialética, o ponto de partida dos raciocínios, a fonte de suas premissas, algo irredutivelmente social, histórico, variável, contraditório e heterogêneo. Ainda segundo ele, a *doxa*, além de ser o

---

<sup>97</sup> Entendemos, pois, que não nos afastamos aqui em nada do que foi apresentado pela linguista, apenas nos valeremos do termo mais geral (*doxa*) nos momentos nos quais nos referirmos ao seu conceito mais amplo.

que permite a invenção de certas premissas acerca de algo, mais que isso ela se apresenta como a instituição responsável até por nomear e classificar certas coisas do mundo, reconhecer certas coisas como objetos de debate.

Outrossim, consoante Angenot (2008), é justamente pela natureza de verossimilhança da *doxa* que esta não pode ser considerada homogênea ou coerente:

Ce qui paraît hautement vraisemblable à une époque sera tenu pour absurde un peu plus tard. Les différents « familles » politiques et idéologiques entretiennent des vraisemblables *ad hoc* : et ce qui paraît éminemment probable au communiste fait sourire de pitié le libéral, et vice-versa<sup>98</sup> (ANGENOT, 2008, p. 67).

Nesse sentido, entender adequadamente as implicações da *doxa* no espírito do auditório é fundamental para qualquer empreitada persuasiva que se pretenda fazer. É justamente devido a esse caráter *ad hoc* e, por conseguinte, variável e heterogêneo, que uma ação comunicativa pode ser depreendida de maneiras distintas. Consequentemente, é possível que uma ação que vise a atingir um consenso por meio do imaginário de determinado auditório possa ocasionar efeitos distintos do que se esperava, pois o ato de linguagem é uma aventura, uma aposta (CHARAUDEAU, 2008).

Em outra perspectiva, a *doxa* seria também o lugar da *Illusio*, ou seja, o que tomamos como convicções pessoais, pela expressão de nosso eu autêntico, e que nos dispomos a sustentar através de raciocínios que partilhamos frequentemente com a maioria dos nossos contemporâneos (ANGENOT, 2008). Aqui o autor aproxima a *doxa* da ideologia, pois trata de certa cosmovisão que, não sendo totalmente cognitiva, admite-se profundamente social e coletiva, fruto da intensa participação do sujeito no meio interacional. Amossy (2010) também dissertou sobre a percepção da *doxa* como compreendendo a instituição ideológica, visto que a própria ideologia configura-se igualmente como uma rede de saberes e crenças frequentemente cristalizados, que constituem o universo nocional do sujeito que a essa ideologia se assujeita. Aqui, percebemos uma maior aproximação com a noção de *formação ideológica* em Althusser (1970) e apropriada por Pêcheux (2009) na sua definição de *formação discursiva*. A

---

<sup>98</sup> O que parece verossímil em uma época será tido por absurdo um pouco mais tarde. As diferentes “famílias” políticas e ideológicas empreendem verossimilhanças *ad hoc*: o que parece eminentemente provável ao comunista faz sorrir de piedade o liberal, e vice-versa [Tradução nossa].

ideologia seria, nesse ponto, ao mesmo tempo o mascaramento do real, fruto de uma percepção de mundo equivocada decorrente da ideologização do pensamento, como também a mera posição do sujeito perante a sociedade, o lugar de onde se fala, a cultura que o atravessa desde a sua constituição e que condiciona a maneira que se forma, nesse sujeito, uma cosmovisão específica, uma percepção de mundo peculiar e uma formação discursiva particular àquela ideologia.

É justamente nesse sentido que Angenot (2008) afirma ser possível reconhecer a *doxa* como

le commun dénominateur de l'opinion sociale dominante, le répertoire topique ordinaire d'un état de société. Mais on peut aussi aborder la *doxa* comme stratifiée, selon les savoirs et les implicites propres à telle ou telle quantité et composition de capital culturel<sup>99</sup> (ANGENOT, 2008, p. 73).

Pierre Bourdieu (2001), quanto a isso, afirmou existir uma *doxa* específica para cada campo: “Como o campo artístico, cada universo erudito possui sua *doxa* específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação é inerente à própria pertinência” (BOURDIEU, 2001, p. 122). Angenot (2008) também lembra Kuhn, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, que fala a respeito de uma “matriz disciplinar” (disciplinary matrix), cuja apresentação se daria como uma constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhada por uma comunidade. Assemelha-se assim, em grande dimensão, ao que entendemos por *doxa*, em seu sentido mais holístico e geral.

Se buscarmos aprofundar o sentido de *doxa* em busca de uma perspectiva discursiva do conceito, podemos considerar, por exemplo, que ela pode ser compreendida também como um jogo de oposições discursivas, em que diversas *formações discursivas* se opõem dentro de um mesmo *campo discursivo*. Ora, Maingueneau (2008), ao definir *campo discursivo* como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência<sup>100</sup>, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34) aproxima-se também da noção de *doxa*,

---

<sup>99</sup> O comum denominador da opinião social dominante, o repertório tópico ordinário de um estado de sociedade. Mas podemos também abordar a *doxa* como estratificada, segundo os saberes e os implícitos próprios a tal ou tal quantidade e composição de capital cultural [Tradução nossa].

<sup>100</sup> No sentido mais amplo que lhe dá Maingueneau (2008). Ver Maingueneau, 2008, p. 34.

como o local de encontro de crenças e valores, lugar de luta simbólica pela dominância. De fato, é possível lermos, em alguns trabalhos científicos, a identificação, por exemplo, de uma *doxa* capitalista de mercado, como no *best-seller* de Steven Johnson “De onde veem as boas ideias<sup>101</sup>”, em que o autor identifica que existem condições propícias (provenientes de uma *doxa*) que fundamentam algumas ideias aparecerem mais em alguns lugares e menos em outros.

No que tange ao campo político, assim podemos dizer, encontramos diversas *formações discursivas* que se digladiam, posicionam-se em contínua luta simbólica, visando a buscar a hegemonia do sentido, ou seja, buscando aniquilar outras *formações discursivas* que refletem, por sua vez, cosmovisões particulares, em benefício de sua própria<sup>102</sup>.

Não se quer dizer, contudo, que *doxa* e *campo discursivo* sejam sinônimos, mesmo porque são, na verdade, de natureza distinta. A *doxa* é feita de discursos tantos que ali residem, cristalizados, constituindo os sujeitos, e, portanto, admite uma noção, por assim dizer, mais englobante e mais extensa que a noção de *campo discursivo*. Amossy (2010), no entanto, recorda que, nos estudos atuais do discurso, as opiniões comuns dominantes são frequentemente estudadas dentro de noções como a de “discurso social”, “interdiscurso”, “intertexto” e “espaço discursivo global”. A linguista aproxima, como anteriormente já apresentado, a noção de *doxa* aos conjuntos discursivos (*ensembles discursifs*), a saber, ao discurso social e ao interdiscurso, por entender que são nestes ambientes que os elementos dóxicos (*estereótipo, clichê, ideias recebidas, lugares comuns* etc.) emergem.

Se percebemos a *doxa* a partir desse viés, veremos que a noção de *campo discursivo* de Maingueneau (2008) lhe é igualmente relacional, uma vez que a *doxa* também se apresenta de forma heterogênea e admite, em si, o conflito de discursos. O *campo discursivo*, ratificamos, é o conjunto de *formações discursivas* em concorrência, que podem ocorrer evidentemente dentro de uma *doxa*, mas podem também ocorrer em

---

<sup>101</sup> Cf. JOHNSON, 2011.

<sup>102</sup> Aqui está presente o próprio sentido de identidade do signo (SAUSSURE, 1999), visto que o mesmo se apresenta sempre em oposição a um outro signo para significar. Assim também parece acontecer com as *formações discursivas* dentro de um *campo discursivo*: por estarem em concorrência, põem-se em um jogo simbólico de poder significativo.

ambiente epistêmico. A aproximação cabível, e que nos interessa marcar aqui neste trabalho, é que tanto a *doxa* como o campo discursivo admitem, em sua estrutura, o conflito de cosmovisões e formações discursivas, o jogo simbólico dos signos que se põem em concorrência uns com os outros.

Segundo Mainguenu (2008), um *campo discursivo* como um todo é demasiado extenso para ser objeto de uma análise eficaz e minuciosa. Não se procura neste trabalho, tampouco, apresentar de maneira resoluta como a *doxa* age nos espíritos dos interlocutores no que diz respeito a uma argumentação política, visto que o campo político é deveras grande e complexo para uma determinação tão acentuada e, para isso, teríamos de fazer uma análise da recepção. É mais fácil separar e isolar, como também o faz Maingueneau (2008), o campo em *espaços discursivos*, a saber, “conjuntos de *formações discursivas* que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Nesse sentido, poderíamos comparar os espaços discursivos na análise do discurso com as tópicos da retórica, bem trabalhadas na *análise argumentativa do discurso* de Amossy (2010). Segundo Amossy (2008), a tópica é “un ensemble de lieux communs que l’orateur tente de faire adhérer ses interlocuteurs aux thèses qu’ils présentent à leur assentiment<sup>103</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 85) e diz respeito a determinados discursos específicos sobre conhecimentos também específicos, temas consagrados, estereótipos, lugares argumentativos quase que obrigatórios de serem usados ao debater determinado assunto, à luz de análise, como importantes em uma determinada argumentação. Destarte, assim como a tópica, os *espaços discursivos* se colocam como categorias discursivas que se inscrevem em um saber histórico e, por isso mesmo, estão fundamentadas na *doxa*. Ao falarmos, por exemplo, da tópica da família em um discurso político, estamos nos referindo a um grupo específico de *formações discursivas*, bastante frequente nesse *campo discursivo*, que funciona como um saber consagrado e cristalizado na memória social. Tal tópica agregaria em si, pois, um conjunto determinado de *formações discursivas* com finalidade argumentativa e que passeia no cenário do tempo como

---

<sup>103</sup> Um conjunto de lugares comuns com o qual o orador tenta fazer aderir os seus interlocutores às teses que se lhes apresentam ao assentimento [Tradução nossa].

conhecimentos já aceitos pela maioria, ou pelos mais sábios, e ganham *status* hegemônico de validade dentro de um *campo discursivo*.

Não estamos aproximando os conceitos discursivos em Maingueneau (2008) de maneira aleatória e sem finalidade. O nosso objetivo aqui com esse percurso não foi o de afirmar que a *doxa* condensa as mesmas ideias que constituem as noções de *campo discursivo*, *formação discursiva*, e *espaço discursivo*. O que queremos, na verdade, é ratificar a já anteriormente definida condição fundacional da *doxa* — aproximando-a de conceitos discursivos que serão fundamentais neste trabalho — apresentando-a como uma rede social de opiniões e saberes partilhados que, na análise do discurso, é desmembrada em uma série de estratificações do conjunto discursivo. Isto é, se entendemos, tal como Maingueneau (2008), que o conjunto discursivo é dividido em diversas instâncias (ou apresentações) diferentes e que formam, em sua completude, o universo discursivo (tal como o interdiscurso, a formação discursiva, a memória discursiva, o espaço discursivo), podemos considerar que a *doxa* seria igualmente uma espécie de conjunto discursivo, no qual estão condensadas as representações sociais, os saberes sedimentados e cristalizados, as opiniões comuns etc., que se desmembram em diferentes *elementos dóxicos*. Assim, a *doxa*, como uma dimensão mais englobante do discurso social, abarca tais estratificações discursivas preconizadas por Maingueneau (2008) sem, no entanto, formatar necessariamente categorias específicas para análise (o que, por certo, contribui para o confuso estatuto da noção de *doxa* e que nos deixa a impressão de que a *doxa* seria mesmo um “espírito” presente em todos os atos discursivos.

Uma vez que entendemos a *doxa* como proveniente de um espaço de discurso social mais amplo, aproximamo-nos, cada vez mais, da afirmação da existência, na *doxa*, de um saber histórico e, por conseguinte, de uma memória que avança de geração em geração, constituindo os mais diversos saberes discursivos de uma comunidade. Partindo do pressuposto de que a *doxa*, na sua generalidade, resiste ao tempo e difunde-se por vezes durante décadas e décadas, quiçá séculos, é possível formularmos dois questionamentos fundamentais aos nossos propósitos com essa pesquisa: Existiria, na *doxa*, uma espécie de memória? Seria a *doxa* uma dimensão interdiscursiva?

Pois bem, a *doxa* pode ser vista, com efeito, como comportando uma espécie de *memória discursiva*, visto que admite, em si, *elementos dóxicos* que frequentemente

sobrevivem à força do tempo. Estes, ainda quando lançados ao esquecimento, tão somente estariam ocultos enquanto enunciados físicos, produzidos e proferidos no presente, mas persistiriam, no mais das vezes, velados na constituição dos mais variados discursos. Aqui, estamos entrando também no terreno do *interdiscurso*, visto que um discurso frequentemente serve como base para a formação de outros, interpenetrando-se em uma rede discursiva de difícil sistematicidade. Filósofo e analista do discurso que despendeu bastante tempo de sua trajetória acadêmica analisando as gêneses dos discursos, Maingueneau considera que,

se consideramos um discurso particular também podemos chamar o *interdiscurso* o conjunto de unidades discursivas com as quais ele entra em relação. Segundo o tipo de relação interdiscursiva que privilegiamos, poder-se-á tratar dos discursos anteriores do mesmo gênero, dos discursos contemporâneos de outros gêneros etc (MAINGUENEAU, 2008, p. 86).

Maingueneau (2008) responde, apesar de não estar se referindo à *doxa* propriamente dita, que o *interdiscurso* é tanto a relação dos discursos entre si, mas também com os discursos anteriores do mesmo gênero, o que nos direciona também para uma noção de *memória discursiva*. Uma vez que assumimos que há uma certa memória no discurso que faz com que certas tópicos sejam retomadas em outra condição de produção, percebemos que há, de fato, um processo de ressignificação e de retomada de discursos no decorrer da história.

Maingueneau (2014) afirma existirem duas memórias no processo interdiscursivo: 1- uma *externa*, que trata da filiação de enunciados em *formações discursivas* anteriores e 2- uma *interna*, com “os enunciados produzidos anteriormente no interior da mesma formação discursiva” (MAINGUENEAU, 2014, p. 325). Este último caso se referiria ao processo anafórico, por exemplo, em que há uma retomada intra-textual dos enunciados. O primeiro, por sua vez, aproxima-se da nossa ideia de memória, visto que se vincula a uma historicidade enunciativa, que ao invés de se restringir a enunciados físicos, diz respeito aos discursos retomados de uma forma mais geral.

Amossy (2010) também une a noção de *interdiscurso* descrita anteriormente à de *elementos dóxicos*, na medida em que ambos remetem à disseminação e à circulação de saberes constituídos em discursos de diversos tipos. Para a linguista, as noções de *elementos dóxicos* e de *interdiscurso* permitem discernir a que ponto uma troca

argumentativa é tributária de um saber partilhado e de um *espaço discursivo*. Por essa razão, Amossy (2010), em seu livro “L’argumentation dans le discours”, apresenta a narrativa contemporânea *L’Acacia* de Claude Simon, para evidenciar como se pode resgatar uma visão de mundo de uma época através de um texto narrativo, por exemplo. O conhecimento enciclopédico acerca dos ocorridos na Segunda Guerra mundial e do envio de pacotes de comida para os detidos pobremente alimentados nos campos de concentração podem convergir ao que o texto procura acionar sobre a condição dos soldados detidos pelos nazistas. Tal descrição de um pequeno excerto desta obra de Simon já foi suficiente para que a linguista apoiasse a sua constatação de que a *doxa* guarda em si, além de saberes cristalizados sobre algo — como acontece com o *clichê* e o *estereótipo* —, além das ideias recebidas e das opiniões comuns como aquelas passadas por gerações pela tradição familiar e popular, uma memória discursiva que, ao ser acionada, ativa, nos leitores dos anos 1980, saberes familiares. É também de ordem dóxica e interdiscursiva a competência daqueles que, por conhecimento enciclopédico, conseguem resgatar a informação do paradoxo alemão em ser ao mesmo tempo fiel à vil conduta de soldado, e desrespeitoso à condição e à dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, segundo Amossy (2010), é possível depreender que o conhecimento de uma *doxa* — que toma a forma de uma ideologia consagrada como no caso de textos com forte cunho machista e que, apesar de não aparecerem claras, tais marcas estão ali veladas e presentes — seja necessário para uma análise pertinente da argumentação no discurso.

Diante de toda a complexidade de definição dos termos já aqui apresentados (*doxa*, *elementos dóxicos*, *interdiscurso*, *memória discursiva*, *formação discursiva*), precisamos ter em mente que esses conceitos dizem respeito a escolas distintas, mas que, por possuírem certas similaridades, estão sendo aqui postos em diálogo, como o fez Amossy (2010). Como já dissemos, não há uma exclusiva aplicabilidade do conceito de *doxa* a cada um dos conceitos discursivos acima mencionados, mas sim relações de similaridade e que permitiriam o diálogo entre as disciplinas (retórica e AD). Consideramos, em um juízo compilador e talvez problemático, que a *doxa* se assemelharia, sobretudo, às noções de *interdiscurso* e de *formação discursiva* (estando a *formação ideológica* aí inserida), visto que tais problemáticas já foram discutidas por Michel Pêcheux e “resolvidas” com tais conceitos. Entretanto, ratificamos, não há

consenso nem tranquilidade nessas relações. Como já dito há pouco, de tudo isso, o que parece sobressair é condição de “relacionamento” entre os conceitos. Por mais que a retórica não possa ser considerada, em sua abordagem clássica, uma teoria do discurso, é bem verdade que as estruturas dessa disciplina permitiram, e ainda permitem, verificar e comprovar certas similitudes teóricas e analíticas acerca desse objeto. Na verdade, a relação entre retórica e AD se faz presente desde a origem desta última.

Enxergamos, por essa razão, a proeminência de uma *doxa* na construção de uma argumentação retórica. Sendo assim, ao tratarmos de discurso político, ainda que no seu viés especificamente argumentativo, as contribuições da análise do discurso ao escopo teórico da retórica são bem-vindas e se mostrarão eficazes para o que se propõe analisar neste trabalho. Por esse motivo, a linguista Ruth Amossy, ao desenvolver uma *análise argumentativa do discurso*, como vimos, trabalha com a interseção de tais conceitos, visando a lançar mais luz ao processo argumentativo. Pretendemos seguir, pois, o mesmo direcionamento, buscando entrecruzar, em um mesmo trabalho intelectual, diferentes abordagens dos estudos do discurso, e, uma vez que aplicadas ao discurso argumentativo, faremos as cabíveis e possíveis inferências.

Nesse sentido, para entendermos como a *doxa* se mostra como fundamental para uma argumentação, buscaremos aprofundar a pesquisa neste terreno, visando a descobrir as implicações discursivas que existem no referido domínio. Ora, como já dissemos, a *doxa* apresenta-se como sendo relacionada à ordem do *interdiscurso* e como possuidora de uma *memória discursiva*. Mas que memória discursiva seria esta e como ela se desenvolve? Para responder tais questionamentos, faremos uso dos contributos de teóricos importantes para o desenvolvimento de uma noção de memória, seja no seu recorte social, discursivo, coletivo, seja numa percepção dialógica do discurso, como Halbwachs (1990), Paveau (2005), Moirand (2007), Maingueneau (2008) e Bakhtin (1997, 2002).

#### **4.1 O terreno da memória: uma gama de distinções**

A noção de memória é fruto de um intenso debate nas diversas áreas da psicologia, psiquiatria, sociologia, linguística e filosofia. A abordagem dada a este objeto

obedece cada uma, é claro, ao seu próprio alcance metodológico e, por isso mesmo, precisamos de bastante cautela ao falarmos de memória na retórica e na AD pela grande polissemia aí presente.

A memória a que aqui nos referimos não é aquela memória definida pelos retóricos latinos clássicos como a parte integrante de um discurso, referente à lembrança daquilo que se vai falar em público (memoria, integrando as partes do discurso retórico segundo os latinos: inventio, dispositio, elocutio, **memoria** e actio). Nesse caso, seria uma memória oratória, em função de uma performance retórica, técnica de memorização dos argumentos, mas não forçadamente uma memória discursiva<sup>104</sup>. O que aqui queremos integrar com os estudos retóricos é a noção de memória segundo alguns teóricos do discurso, por enxergar ser possível e necessária a conjugação de certas noções de uma disciplina na outra, para que haja uma análise argumentativa mais abrangente.

Segundo Maingueneau (2008), existe uma memória dos discursos na medida em que, a cada momento, o discurso pode enviar a um enunciado precedente. Isso não se refere apenas aos enunciados de um mesmo campo discursivo. “O discurso é também recoberto pela memória de outros discursos (MAINGUENEAU, 2008, p. 96)”. É justamente nesse ponto que perceberemos mais interseções com a retórica, com a ideia de um *doxa* como rede de saberes e representações sociais que se dispõem como discursos. Precisamos levar em conta que a memória discursiva não é só uma memória dos enunciados dentro de um universo discursivo, mas também da ordem do interdiscurso, da relação de enunciados com outros enunciados precedentes não necessariamente do mesmo campo.

Pois bem, se todo enunciado responde a outro enunciado, como nos afirmou Meyer (2008) em sua teoria da *Problematologia* retórica, logo, podemos aferir que todo enunciado é *responsivo* a outro. Aqui, obviamente, estamos nos referindo ao filósofo russo Mikhail Bakhtin, que afirmou ser todo enunciado responsivo a outros enunciados (discursos). Estamos na presença, possivelmente, de uma percepção de Bakhtin do que

---

<sup>104</sup> Apesar de Paveau (2005) ter lembrado bem a distinção entre *memoria verborum*, que trata da memória das palavras e a *memoria rerum*, referindo-se, por sua vez, a uma memória das coisas, não há aplicação real, ao nosso ver, dos contributos da noção clássica de memória retórica à noção de memória tal como ela é apreendida pelos estudos discursivos.

vinha a ser uma memória discursiva mais tarde na AD. Como se sabe, a contribuição do autor para a formação da AD é inegável.

Tal concepção de Bakhtin acerca da linguagem e dos enunciados (e podemos, de certa forma, aplicar ao discurso) seria batizada pelo próprio filósofo como *dialogismo* e se tornaria, assim, noção capital para o desenvolvimento de uma teoria do discurso, tal como se encontraria na AD, posteriormente. Segundo Maingueneau (2008), o dialogismo refere-se à dimensão profundamente interativa da linguagem, assim como Bakhtin assegurou:

O locutor não é um Adão e, por isso, o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos (numa conversação ou numa discussão sobre qualquer acontecimento da vida corrente) ou ainda as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da troca cultural)” (BAKHTIN, 1997, p. 392).

Por assim dizer, todo sujeito que enuncia promove o encontro de várias visões de mundo, ou seja, de cosmovisões, devido ao caráter intrinsecamente social do sujeito. Poderíamos aqui nos remeter ao conceito de polifonia em Bakhtin (1997), como a marca da plurivocidade do sujeito, da condição de ator social e ponto de fluxo de diversas outras vozes sociais que o atravessam. Sendo assim, podemos afirmar que

toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Ela é apenas um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, estabelece uma polêmica para com elas, aguarda reações ativas de compreensão, antecipa-se sobre estas etc. (BAKHTIN, 2004, p. 98)

Essa percepção da enunciação irá desdobrar-se, em Bakhtin (2002), em um conceito que vale a pena inserir nesta pesquisa: a *heteroglossia dialogizada*, ou como trazem algumas outras traduções, o *plurilinguismo dialogizado*. Optaremos por esse último termo, visto que assim se encontra na tradução aqui usada.

Segundo Faraco (2009), o *plurilinguismo dialogizado* nada mais é do que a “dialogização das vozes sociais, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece” (FARACO, 2009, p. 58). Elas se apoiam, parodiam-se, contrapõem-se total ou parcialmente, diluem-se umas nas outras etc..

Por essa razão, a metáfora do diálogo se mostra bastante interessante e adequada, desde que compreendamos, no entanto, que a noção de diálogo em Bakhtin vai muito além de consenso, apaziguamento ou conversa amigável entre interlocutores, entendendo-o, na verdade, como as relações que as diversas vozes sociais estabelecem entre si e que se materializam em enunciados responsivos. Quanto a isso, Faraco completa:

Tal metáfora parece bem adequada para representar a dinamicidade do universo da cultura (para fundar uma filosofia da cultura), se considerarmos que o Círculo vê as vozes sociais como estando numa intricada cadeia de responsividade: os enunciados, ao mesmo tempo que respondem ao já dito ('não há uma palavra que seja a primeira ou a última'), provocam continuamente as mais diversas respostas (adesões, recusas, aplausos incondicionais, críticas, ironias, concordâncias, dissonâncias, revalorizações etc. — 'não há limites para o contexto dialógico'). O universo da cultura é intrinsecamente responsivo, ele se move **como se** fosse um grande diálogo (FARACO, 2009, p. 58-59, grifos do autor).

Esse universo da cultura — noção bastante próxima ao que estamos entendendo aqui como *doxa* — ao qual Faraco se refere nos interessa bastante, na medida em que se aproxima de uma percepção retórica da própria dimensão cultural. Ao vermos o universo cultural como um grande diálogo — em que enunciados dialogam entre si, discursos dialogam entre si, vozes sociais dialogam entre si —, entendemos que nada é por acaso, mas sempre em função de algo que lhe rompa a inércia. Estamos igualmente, nesse ponto, frente a uma problemática retórica também muito próxima da ideia de *problematologia* de Michel Meyer (2008). Ao entender o universo cultural passível de ser apreendido por uma lógica retórica (lógica da cultura), o filósofo belga afirma que tanto a negociação dos valores quanto a negociação das paixões no seio de um universo cultural são da ordem da identidade e da diferença, inscritas e dispostas na linearidade do tempo e da história das ideias. Por assim dizer, uma sociedade apenas compartilha valores determinados e rejeita outros pela mesma lógica retórica que afeta as dimensões (*ethos*, *pathos* e *logos*) aqui já discutidas, ou seja, por uma lógica das distâncias, que diz respeito sempre a uma tentativa de ocultar qualquer distinção ou diferença entre os indivíduos e com o intuito de sedimentar uma identidade, ainda que forjada, entre os interactantes.

Embora seja possível inter-relacionar tais conceitos, e aqui o fazemos, é importante salientar que a teoria *problematológica* não corresponde, em profundidade,

com a complexidade da realidade discursiva, sobretudo no que tange aos domínios do interdiscurso e da memória discursiva. Além disso, o conceito de *doxa* também é preterido pelo autor, que prefere entender o universo da cultura através das instâncias do valor e das paixões, pois, para Meyer (2008), os valores e as paixões constituem eixo essencial para sua teoria. Ora, como exposto acima, há determinados pontos em comum com a nossa percepção que podem ser apreendidos. Entretanto, por não responderem de maneira suficiente à problemática da *doxa* e da memória discursiva, enxergamos a necessidade de se desenvolver tal problemática através da ótica discursiva propriamente dita, dos contributos já apresentados da linguista Ruth Amossy, do filósofo da linguagem e teórico da cultura, M. Bakhtin, do filósofo e analista do discurso D. Maingueneau e de demais teóricos do discurso que já foram apontados e que, eventualmente, serão aqui trabalhados. Dessa forma, voltemos a Bakhtin.

Percebemos que o conceito de *dialogismo* e o de *plurilinguismo dialogado* correspondem a questionamentos acerca da natureza dos conflitos e acordos retóricos. Em primeiro ponto, porque indicam a existência de um universo discursivo pré-construído, assim como de um universo cultural, em que ambos admitem dentro de si enunciados que se respondem e respondem continuamente a outros, podendo gerar o acordo ou o desacordo, a depender dos afetos e do espírito do auditório. Em segundo ponto, porque admite, de certa forma, existir uma lógica da cultura, ou da *doxa*, que, ainda que não totalmente determinante e objetiva, explica o porquê de alguns enunciados levarem a outros ou, ao contrário, apagarem outros. Falamos aqui, certamente, da margem de manobra que um sujeito argumentante tem em escolher, dentro de uma competência discursiva que lhe é particular e das *formações discursivas* que restringem e legitimam o seu dizer, o conjunto de possibilidades argumentativas que considera ser cabível para a persuasão, em convergência a determinada *doxa* em situação e sem perder de vista a historicidade do discurso e os sentidos e efeitos já normalmente causados ao se enunciar certos argumentos, de um determinado modo, em um determinado momento, para um determinado auditório etc..

De maneira bem resumida, apropriar-nos-emos das palavras de Faraco (2009, p. 59-60), quando condensa o pensamento dialógico do filósofo russo em três dimensões diferentes: 1- “todo dizer não pode deixar de se orientar para o já dito”, para um pré-construído que existe à nossa revelia e nos constitui de maneira frequentemente

inconsciente. Todo enunciado seria uma réplica, visto que “não se constitui fora daquilo que chamamos hoje de memória discursiva”; 2- “todo dizer é orientado para a resposta”, como já dissemos, todo enunciado é uma resposta a outro enunciado precedente ou mesmo a uma projeção de enunciado futuro, uma resposta antecipada; 3- “todo dizer é internamente dialogizado”, porquanto é heterogêneo, uma articulação de múltiplas vozes sociais e, por isso mesmo, podendo apresentar “graus diferentes de alteridade ou assimilação da palavra alheia” (FARACO, 2009, 59-60).

É bem verdade que Bakhtin (2002), no *Discurso no Romance*, refere-se, sobretudo, a uma heteroglossia que reflete no tipo de linguagem utilizada nas obras romanescas. Contudo, é possível depreender em outros momentos deste mesmo ensaio, e também em conjunção a outras obras do filósofo russo, que o seu pensamento dialógico transcende a mera noção estética da linguagem, mas parte de um entendimento do sujeito enquanto constituído por diversas vozes sociais e ideológicas que se transfiguram em relação ao tempo e ao espaço da enunciação. Por essa razão, o filósofo afirma que os enunciados são dialógicos e sempre responsivos mediante outros enunciados quer diretamente precedentes e, assim, inserindo-se como a causa de uma possível resposta, quer de enunciados indiretamente e mesmo inconscientemente ligados a um enunciado produzido no presente, na medida em que o pré-construído constitui o indivíduo. Neste último ponto, sobretudo, reside a ideia, ainda incipiente, mas que viria a se desenvolver mais tarde na AD, de uma memória discursiva.

Paveau (2005) afirma que a memória discursiva, com este nome, tenha surgido com o filósofo e historiador das ideias Jean Jacques Courtine, em 1981, apesar de essa noção ter decorrido dos “lugares de memória” de NORA (1993)<sup>105</sup>. Contudo, os estudos em AD, por destacarem muito mais os contributos de M. Pêcheux e de M. Foucault, acabam por vincular o conceito de memória discursiva ao de interdiscurso e esquecem, por vezes, de tributar adequadamente a origem do termo “memória discursiva” ao seu devido autor. Para Courtine (1981), a noção de memória discursiva não se confunde com a noção da psicologia e da psicolinguística de natureza cognitiva, mas antes como uma noção que concerne à existência histórica de um enunciado no seio das práticas discursivas regulamentadas por aparelhos ideológicos. Nessa perspectiva, a memória

---

<sup>105</sup> Cf. NORA, 2003.

discursiva seria a memória do enunciado, pressupondo a reincidência dos mesmos enunciados em diversos momentos enunciativos distintos.

Ademais, a ideia de a memória discursiva ter a mesma natureza do interdiscurso pressupõe que aquela é tão sócio-historicamente constituída como esta. O imbróglio em torno do conceito de memória e o cuidado com a utilização desse termo explica-se pelo caráter cognitivo que outros estudos de memória da época assumiam e assumem ainda hoje. Ao contrapor-se à ideia de uma extrema objetividade das estruturas sociais, que frequentemente assujeita os indivíduos, a concepção de memória como obtendo uma face cognitiva foi deliberadamente preterida, preferindo-se, assim, aproximar a memória sempre ao interdiscurso, ao heterogêneo que se mescla e se reproduz.

Tal necessidade de distinção se dá pela influência do pensamento do sociólogo Halbwachs (1990) nos estudos de memória, na França. De fato, os contributos de Halbwachs aos estudos de memória permitiam compreender a existência de sua face cognitiva. Em contrapartida, o sociólogo não enxergava a memória como sendo apenas individual. Em sua obra de nome bastante sugestivo, *A memória coletiva*, Halbwachs (1990) busca compreender em que medida a memória pode ser entendida como individual e em que medida ela deve ser encarada como ontologicamente social. Os pensadores estruturalistas de linha marxista não consideravam válidas as considerações do homem enquanto ser consciente de suas ações no mundo e de seus pensamentos em relação ao mundo e, por conseguinte, o homem como alheio às estruturas. Ora, o que podemos perceber, talvez, nessa perspectiva pretensamente isolada das outras escolas, é que os estruturalistas marxistas mais herméticos não se permitiam pensar na possibilidade de existir, ainda que pequena, uma parcela de subjetividade no processo cognitivo do pensamento<sup>106</sup>.

Halbwachs (1990), contudo, tampouco afirma ser o sujeito portador de uma memória exclusivamente individual, o que nos permite aferir que as distinções entre a percepção dos teóricos de orientação cognitivista e as dos teóricos do discurso aparentam-

---

<sup>106</sup> Vale ressaltar, contudo, que M. Pêcheux, segundo alguns de seus estudiosos, teria admitido mais tarde haver certa margem de manobra de origem cognitiva no sujeito. Por essa razão, nos pareceu melhor usar o verbo no passado “não se permitiam”, por entender que, atualmente, os autores que seguem tais teorias não mais pensam de forma tão hermética.

se mais por uma questão ideológica do que epistemológica propriamente dita, ou melhor, mais por uma exclusividade teórica do que por razões práticas mais evidentes. Não há possibilidade, evidentemente, de se perceber o homem como inteiramente consciente, entretanto, defini-lo como inteiramente assujeitado às estruturas e inconsciente frente ao mundo objetivo sempre já existente elimina uma possível participação do indivíduo na determinação dos sentidos pretendidos por ele mesmo, ainda que de forma induzida pelo esquecimento. Seria, assim, a distinção entre consciência e vontade, sendo o sujeito apenas parcialmente consciente, mas portador de possível e eventual vontade. Isto é, ainda que concordemos com uma argumentação, por mais plausível que seja aceitá-la conscientemente, há sempre uma rede social de saberes que nos atravessa frequentemente de forma inconsciente e nos induz a uma certa vontade e a uma determinada compreensão específica da realidade.

Para Paveau (2005), a *memória no discurso*, terminologia própria escolhida por distinção à *memória discursiva* — abrangendo, assim, tanto a forma discursiva e interdiscursiva —, é, com efeito,

étroitement liée aux conditions socio-historiques et cognitives de production des discours, aux données extradiscursives et surtout prédiscursives qui participent à l'élaboration et à la circulation des productions verbales de sujets socialement et culturellement situés<sup>107</sup> (PAVEAU, 2005, p. 2).

Paveau (2005) acredita haver a possibilidade de aproximação entre a abordagem historicista e social com a abordagem cognitivista, buscando, em certa medida, preencher as lacunas que ambas as abordagens separadamente possuem. Para tanto, mostra-se também influenciada pelo pensamento sociológico de Halbwachs (1990) ao enunciar através das palavras do sociólogo:

Si, comme nous le croyons, la mémoire collective est essentiellement une reconstruction du passé, si elle adapte l'image des faits anciens aux croyances et aux besoins spirituels du présent, la connaissance de ce qui était à l'origine est secondaire, sinon tout à fait inutile, puisque la réalité du passé n'est plus là, comme un modèle immuable auquel il faudrait se conformer<sup>108</sup> (HALBWACHS 1971 [1941] apud PAVEAU, 2005, p. 2).

---

<sup>107</sup> Estreitamente ligada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos, aos dados extra-discursivos e, sobretudo, pré-discursivos, que participam na elaboração e na circulação das produções verbais de sujeitos socialmente e culturalmente situados [Tradução nossa].

<sup>108</sup> Se, como nós acreditamos, a memória coletiva é essencialmente uma reconstrução do passado, se ela adapta a imagem dos fatos antigos às crenças e às necessidades do presente, o conhecimento do que estava

Nesta ideia reside o maior interesse da linguista Marie-Anne Paveau, visto que perceber a origem de uma memória como secundária frente à realidade que se transmuta pelas intervenções do presente permite depreender que os discursos são tanto imagens da realidade como reconstruções dessa mesma realidade. Isso nos permite dizer que a *memória no discurso*, apesar de ser uma estrutura sócio-historicamente definida, permite certas reconstruções discursivas devido à re-atualização dos discursos às novas demandas sociais e contextuais. A noção retórica de *doxa*, nesse ponto, consegue abranger tal percepção, tendo em vista que os usos argumentativos de vários saberes inscritos em determinada *tópica* dóxica podem ser reconstruções de uma outra realidade precedente, anterior historicamente, mas que volta no decorrer do tempo constituindo e desenvolvendo outros sentidos e repercussões.

Os teóricos da AD de origem estruturalista que seguem as trilhas da linha marxista admitem uma explicação parecida sem, no entanto, admitir a coexistência de uma face cognitiva na memória discursiva. Eles afirmam que os novos e diferentes sentidos depreendidos pelas mesmas formações discursivas que atravessam os tempos devem-se aos deslocamentos de sentido do real e não forçadamente a uma intervenção cognitiva do sujeito. Não entraremos neste debate, mas o que nos parece possível de afirmar, ainda superficialmente, é que essa afirmação em nada se contrapõe ao fato de que exista um deslocamento da realidade operada pelas intervenções do indivíduo e, em um espectro maior, da coletividade.

Moirand (2007), de forma análoga, percebe a possibilidade de uma abordagem cognitiva integrada à abordagem histórica nos estudos de memória discursiva e interdiscursiva. Para tanto, reflete sobre a necessidade de se desenvolver uma abordagem cognitivo-discursiva, tal como Paveau (2005), atualizando alguns conceitos e aplicações da análise do discurso de orientação francesa<sup>109</sup> (ADF), na qual não se tinha espaço para um estudo cognitivo do processo de memória dos discursos. Sendo assim, a linguista

---

na origem é secundário senão completamente inútil, já que a realidade do passado não está mais aqui, como um modelo imutável ao qual seria preciso conformar-se [Tradução nossa].

<sup>109</sup> Referimo-nos aqui à primeira escola francesa da análise do discurso, a saber, a escola pècheutiana e suas correlatas. Tendo em vista que a análise do discurso francesa atual é bastante forte (encabeçada por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau) e admite distintas características em relação à AD pècheutiana, é necessário que discriminemos ambas as escolas. Dessa forma, para efeitos de distinção, achamos mais adequado neste trecho utilizar a sigla ADF, ou o complemento “análise do discurso de linha marxista”, para nos remeter a Pêcheux e seus seguidores.

revisita Bakhtin para comprovar que as ideias de *plurilinguismo dialogado* (ou *heteroglossia dialogizada*) e de polifonia abriram espaço para uma compreensão de uma memória discursiva, dos enunciados, que compreende o já-dito sem, no entanto, negar a possibilidade de existência de uma face cognitiva em todo esse processo. Moirand (2007) referia-se ao que Bakhtin (1997) preconizava quando afirmou que o enunciado não poderia deixar de ser uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto:

A resposta transparecerá nas tonalidades de sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição [...]. Pois nosso próprio pensamento — nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes — nasce e forma-se em interação e luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento (Bakhtin, 1997, p. 317).

Em razão disto, Moirand (2007) enxerga que, apesar de não terem sido empregados os termos cognição e memória, tais ideias estariam inscritas em seus pensamentos de maneira velada, “en creux” (MOIRAND, 2007, p. 4), pois ao dizer que a resposta transparecerá nas tonalidades de sentido, o autor russo refere-se automaticamente ao conceito de polifonia e de dialogismo, indicando que existem reformulações de sentido, ou seja, que o sentido de um enunciado proveniente de uma memória do dizer (e do dito) já existente e estruturada é passível de ser modificado pelas intervenções individuais de cada sujeito cognoscente e interactante da comunicação.

Ora, após essas e tantas outras diferentes abordagens do objeto da memória, de um extremo “deshistoricizante” ao outro extremo totalmente “historicizante”, Paveau (2005) propõe algo distinto, visando ao equilíbrio das teorias, tendo percebido eventuais convergências entre elas. Propõe, então, uma abordagem *cognitivo-discursiva*, proposta esta que nos parece interessante e bastante próxima à natureza da retórica, visto que a mesma também possui entre as grandes diferenças com a AD tradicional, de linha marxista, justamente a sua parcela cognitiva de percepção da realidade languageira.

Não obstante, apesar de importantes, não aprofundaremos nas teorias cognitivo-discursivas de Marie-Anne Paveau (2005), nem nas de Sophie Moirand (2007) por razões claras de espaço e de propósito metodológico. Tais teorias nos foram interessantes, em primeiro ponto, na medida em que apresentam as diferentes possibilidades de percepção da memória discursiva fora da abordagem “historicizante” dominante nos estudos da AD; e, em segundo ponto, foi-nos importante por nos ajudar a perceber como essa abordagem poderia ser próxima de uma teoria retórica do discurso, indicando convergências entre a

noção de *doxa* e uma possível noção de memória discursiva aplicadas ao discurso argumentativo, tal como veremos adiante.

#### 4.2 *Memória discursiva e doxa*: aproximações possíveis

Como dissemos, as noções de *doxa* e de *memória discursiva* possuem convergências e algumas congruências que nos possibilitarão analisar o processo argumentativo em sua maior profundidade. Fato é que a argumentação vem sendo assunto de bastante disputa epistemológica por ainda não se ter uma definição unânime sobre sua natureza ou sobre seu alcance. Entendemos, ao contrário de alguns filósofos de orientação exclusivamente pragmática, que a argumentação precisa ser entendida como uma teoria do discurso e, por isso mesmo, reanalisada a partir de uma abordagem metodológica discursiva. A linguista Amossy (2010), como já exposto, trata de realinhar os propósitos e os conceitos de ambas as disciplinas, enxergando que a argumentação no discurso é ainda mais profunda do que puramente uma argumentação linguística ou um encadeamento lógico de enunciados e premissas, ainda que desses métodos não se possa de forma alguma prescindir.

Com efeito, entender a argumentação pelo viés discursivo responde com maior fidedignidade à realidade da natureza persuasiva. Um dos argumentos que aqui lançamos para a defesa desse posicionamento é justamente a adoção ao mesmo tempo de um resgate e de uma re-atualização das bases retóricas que tanto influenciaram a AD, na medida em que o desenvolvimento de uma análise das estruturas da *doxa* e do universo discursivo em suas diferentes instâncias (*memória discursiva, interdiscurso, campo discursivo, espaço discursivo, formação discursiva*<sup>110</sup>) nos ajudará a melhor entender os efeitos e as causas de uma persuasão (ou a falta dela).

Contudo, mesmo dentro dos estudos retóricos contemporâneos, a noção de *doxa* nem sempre foi objeto de afã dos pesquisadores, estando mesmo, para eles, imbuída da velha e negativa avaliação da *doxa* como opinião sem compromisso com a verdade ou mesmo como o mascaramento do real. Para Amossy (2010), mesmo Barthes, grande teórico da retórica no século XX, encarou a *doxa* puramente como da ordem ideológica

---

<sup>110</sup> Cf. MAINGUENEAU, 2008.

e, por essa razão, o filósofo a entendia como mascaramento do real, subversão da verdade, arma persuasiva de dominação e manipulação. Segundo Amossy,

Au XXème siècle, cette conception antirhétorique de la doxa est au fondement d'une critique idéologique qui se présente généralement sous le jour de la démystification. Elle ne cherche pas à voir comment la communication intersubjective s'appuie sur la doxa, ni en quoi celle-ci peut offrir un terrain propice à la délibération et à l'action sociale. Elle s'exerce au contraire à montrer comment l'opinion commune aliène la conscience individuelle en entravant la réflexion véritable, et piège le sujet parlant dans une idéologie qui se voile sous les dehors du sens commun et du naturel<sup>111</sup> (AMOSSY, 2010, p. 87).

É importante salientar que a *doxa* seria menos um lugar comum de manipulação pelo discurso do que o lugar onde se fundamentam evidências sócio-históricas que atravessam o sujeito e o constituem. Sendo assim, os casos de manipulação através de uma estratégia dóxica são de fato possíveis, no entanto, tal possibilidade só existe por razão de ser a *doxa* uma rede de saberes que constitui o sujeito à sua revelia.

Amossy (2010), no tocante a isso, afirma que a análise ideológica, da qual a abordagem dóxica acima descrita faz parte, apresenta, em certa medida, congruências com a AAD, por razão de serem também as ideologias inscritas na *doxa*. Por outro lado, dissocia-se na medida em que ela se vê essencialmente como uma denúncia de uma visão de mundo alienada. Assim também parecem ser as abordagens das representações sociais da análise crítica do discurso de Van Dijk (2008), por enxergarem essas representações unicamente como o mascaramento do real. A análise argumentativa do discurso, por sua vez, com o objetivo de ser metodologicamente crítica, busca apenas compreender como os elementos de um saber partilhado autorizam a empresa da persuasão (AMOSSY, 2010), e, nesse ponto, a *doxa* acentua suas convergências com a AD e com os conceitos discursivos.

O objetivo maior de uma análise argumentativa do discurso, que leve em conta a instância da *doxa*, consiste

à décrire de façon aussi précise que possible un fonctionnement discursif, et à étudier les modalités selon lesquelles le discours cherche à construire un

---

<sup>111</sup> No séc. XX, tal concepção antirretórica da *doxa* está no fundamento de uma crítica ideológica que se apresenta geralmente como uma desmitificação. Ela não procura ver como a comunicação intersubjetiva se apoia sobre a *doxa*, nem em como ela pode oferecer um terreno propício para a deliberação e para a ação social. Ela existe, ao contrário, para mostrar como as opiniões comuns alienam a consciência individual, impossibilitando a reflexão verdadeira, e prende o sujeito falante em uma ideologia que se esconde sob o disfarce do senso comum e do natural [Tradução nossa].

consensus, à polémiquer contre un adversaire, à s'assurer un impact dans une situation de communication donnée<sup>112</sup> (AMOSSY, 2010, p. 89).

Por essa razão, durante algum tempo, a união do conceito de *doxa* dentro dos estudos do discurso foi impossibilitada por um olhar ainda redutor dessa macrodimensão retórica. Todavia, como vimos, Amossy (2010) resgata o conceito de *doxa*, ressaltando nele o seu viés discursivo, e devolvendo a ele o caráter argumentativo mais amplo.

Assim como na análise do discurso, Amossy (2010) entende o sujeito falante como em parte assujeitado às estruturas sociais, históricas e institucionalizadas, que irão dar forma às condições de produção de um discurso. Destarte, salienta que “définir la *doxa* comme le savoir partagé d'une communauté à une époque donnée, c'est concevoir les interactants comme tributaires des représentations collectives et des évidences qui sous-tendent leur discours<sup>113</sup>” (AMOSSY, 2010, p. 89). Contrapõe-se, dessa forma, à crítica que Maingueneau (1991) faz da retórica quando afirma que não há possibilidades de uma concepção retórica da AD por entender que a retórica pressupõe um sujeito soberano, utilizando procedimentos em serviço de uma finalidade explícita, ao contrário da AD, em que as formas de subjetividade estão implicadas nas condições de possibilidade das formações discursivas.

Ora, o argumento apresentado pelo filósofo não se adequa ao que entendemos como uma concepção retórica da AD, visto que a AAD de Amossy (2010) concebe o sujeito como atravessado pela *doxa* (frequentemente à sua revelia) e toda argumentação se fundamenta nessa mesma macrodimensão, pois nela está imersa e dela *praticamente*<sup>114</sup> não pode prescindir para que os efeitos argumentativos e os resultados da argumentação (consenso, dissenso, indiferença) sejam estabelecidos<sup>115</sup>. Dessa forma, assim como a AD entende que os sentidos possíveis advindos do sujeito, do enunciado e da enunciação só

---

<sup>112</sup> Em descrever de maneira tão precisa quanto possível um funcionamento discursivo, e em estudar as modalidades segundo as quais o discurso procura construir um consenso, em polemizar contra um adversário, em assegurar um impacto em uma situação de comunicação dada [Tradução nossa].

<sup>113</sup> Definir a *doxa* como o saber partilhado de uma comunidade a uma época dada, é conceber os interactants como tributários das representações coletivas e das evidências que sustentam seus discursos [Tradução nossa].

<sup>114</sup> É bem verdade que os sujeitos interactantes de uma argumentação podem simular adesões e consensos, bem como simular pertencer a determinado grupo e compartilhar de determinada *doxa*, sem que, no entanto, esse vínculo seja verdadeiro.

<sup>115</sup> Por mais curioso que seja, apesar da crítica de Maingueneau, consideramos que os seus contributos são fundamentais para a AAD e para uma abordagem retórica do discurso e, por essa razão, fizemos e ainda faremos uso, em larga escala, de suas noções.

são possíveis através do jogo simbólico de identidade e diferença presente nas formações discursivas, igualmente entendemos que na AAD, ou na abordagem retórica do discurso, os mesmos sentidos dependem do jogo discursivo que se estabelece dentro da *doxa* em que os interactantes se inserem. Utilizemos, curiosamente, o próprio Maingueneau (2008) para tratar dessas possíveis aproximações e vejamos como a AD, de natureza interacionista, dialoga de maneira efetiva com a retórica.

O *universo discursivo*, na abordagem de Maingueneau (2008), estaria, assim, dividido em instâncias supostamente hierárquicas (*universo discursivo* → *memória discursiva* → *interdiscurso* → *campo discursivo* → *espaço discursivo* → *formação discursiva*) que, se observadas a partir de um viés argumentativo, podem ser, sem prejuízo algum de sentido, depreendidas, igualmente, como parte do funcionamento discursivo da *doxa*.

Em suma, a *doxa* se assemelharia ao *universo discursivo*, o terreno do discurso mais englobante, onde se pode enxergar a estrutura discursiva dóxica em forma de *memória discursiva*, tal como já apresentamos anteriormente, por existir nela uma repetição e reatualização dos sentidos dos argumentos e dos enunciados históricos; na forma de *interdiscurso*, por percebermos frequentemente a interseção de discursos dentro de uma mesma *doxa*, fenômeno esse bastante estudado atualmente dentro dos estudos retóricos (a integração dos gêneros retóricos, por exemplo) e que é fundamental para a empresa persuasiva; em sua forma de *campo discursivo*, visto que dentro de uma *doxa* encontramos discursos antagônicos e que, por essa razão, digladiam entre si em busca de uma hegemonia simbólica e em busca do acordo com o auditório; em sua forma de *espaço discursivo*, por existir, dentro da *doxa*, a possibilidade de se recortar o *campo discursivo* em tópicos que facilitem a análise argumentativa do discurso; e por último, em forma de *formações discursivas*, porquanto a argumentação, como qualquer outro tipo de modalidade discursiva, é construída sob a restrição do que é e do que não é dizível para uma determinada sociedade, uma determinada posição, ideologia e momento definido. Podemos dizer, assim, que entender a *doxa* como também contendo em si o que entendemos na AD como *formação discursiva* é conceber a *doxa* como portadora de um sistema de regras discursivas que legitimam o dizer, e por consequência, também a argumentação.

Não pretendemos, contudo, fazer uma vulgata do conceito retórico de *doxa*. É sabido, como já anteriormente apresentado, que a *doxa* diz respeito ao terreno das

opiniões. Entretanto, apesar de entendermos que existem, de fato, argumentações que se apresentam como não-doxais, compreendemos que a *doxa* deveria ser apreendida, ainda assim, de maneira mais ampla. O que vale ressaltar é que há um domínio dos valores, da cultura, dos imaginários e das representações que fundamentam qualquer argumentação e que determinam (ao menos em parte) os possíveis sentidos dela decorrentes. Argumentamos (consciente ou inconscientemente) a partir de um lugar que nos assujeita. A discussão sobre a abrangência da *doxa* é ainda muito conflituosa, merecendo uma maior problematização. Não obstante, não podemos deixar de reconhecer o mérito da discussão já intensamente problematizada por Michel Pêcheux, que afirma existir o primado do interdiscurso, em que os sujeitos dizem a partir de formações discursivas que regulam o dizer. Tais formações discursivas poderiam, dessa forma, ser entendidas com a ideia de *doxa* enquanto “formatações culturais” que determinam as razões, as formas de pensar e também de sentir de cada grupo ou sujeito. Percebemos, ainda, que a discussão é sobremaneira mais complexa, e que a *doxa* ainda apresenta similaridades com outros conceitos da AD. Sabemos que tal investigação poderá trazer ainda maior confusão para o entendimento do conceito, mas entendemos, igualmente, que é justamente pelo caráter *problematológico* dessa dimensão (uma macrodimensão, por certo) que vale a pena mergulhar um pouco mais nas implicações discursivas de tal conceito retórico.

Nesse sentido, percebemos que os contributos da AD, sobretudo a partir da abordagem acima descrita em Maingueneau (2008) junto com a abordagem da AAD de Amossy (2010) e de sua relação com a retórica, são importantes para a apreensão de uma face argumentativa nos estudos discursivos. Diante disso, partiremos dessa abordagem discursiva da argumentação, visando a verificar a existência de uma *memória discursiva* (em sua face ao mesmo tempo cognitivo e histórica) existente no domínio da *doxa* para os estudos retóricos, assim como a existência do interdiscurso e de demais instâncias discursivas que, quando vistas por um olhar argumentativo, contribuem para o entendimento dos efeitos persuasivos que um determinado ato de argumentação pode vir a ocasionar, na busca, por parte dos oradores, de uma negociação das distâncias entre si e o auditório.

### 4.3 A negociação de distâncias retóricas no terreno da *doxa* e da memória discursiva

A *doxa* é o fundamento de qualquer argumentação e, se entendemos que as distâncias são negociadas pelo discurso, sobretudo em sua forma argumentativa, podemos afirmar que ela é, logicamente, preponderantemente importante nesse processo. É válido salientar que as dimensões retóricas do *ethos*, do *pathos* e do *logos* submetem-se à *doxa* para significar, formando assim um conjunto discursivo interdependente entre todas as dimensões retóricas e que são fundamentais para o acordo (ou para a explicação da falta dele).

Michel Meyer (2008), ao dissertar sobre a lógica dos valores, afirma que o valor é um conceito retórico que diz respeito àquilo que entendemos como parte de nossa identidade e, automaticamente, aquilo que pomos como mais correto ao que rejeitamos, às diferenças que se estabelecem no instante do processo identitário. Por assim dizer, esse mesmo funcionamento *identidade x diferença* que perpassa todo o território sógnico vai também contribuir para a determinação dos sentidos dentro do universo do discurso argumentativo.

Dissemos anteriormente que o desenvolvimento teórico acerca desse universo mais englobante e que fundamenta as argumentações, em Meyer (2008), não se coloca como uma *doxa*, nem como imaginários sociais<sup>116</sup>, ou *imaginários sociodiscursivos*<sup>117</sup>. Decorrente disto, explicamos no início do capítulo que, para entender o funcionamento da *doxa* e de suas similitudes com algumas instâncias discursivas, precisaríamos abandonar, por ora, a teoria retórica de Michel Meyer. No entanto, a escolha foi precisamente metodológica, por razões de insuficiência teórica no que tange ao desenvolvimento de uma noção de *doxa* nos estudos retóricos desse filósofo. De que forma, pois, entendemos que a *doxa* é também uma dimensão responsável pela negociação das distâncias? Para responder a isso precisamos voltar a entender a lógica dos valores a que Meyer (2008) se refere, buscando evidenciar quais os pontos de contato entre a *doxa*, tal como a entendemos aqui, e sua ideia de cultura e valor.

---

<sup>116</sup> Assim é entendido o conjunto de saberes compartilhados que constituem a identidade de um povo para a sociologia. Para mais saber sobre isso: Cf. Monneyron *et al.*, 2014.

<sup>117</sup> Charaudeau (2005a) considera que as representações sociais materializam-se na linguagem e, portanto, apresentam-se como discursos, na medida em que esses imaginários são resgatados por enunciados linguageiros produzidos sob diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis (CHARAUDEAU, 2005a, p. 161. Tradução nossa).

Meyer (2008) entende que o valor serviria para fixar os comportamentos e a “congelar” os modos de pensamento. Nesse sentido, o valor, para o filósofo, seria uma certa restrição cultural que determina os sentidos das coisas, as formas de pensar dos sujeitos em determinada sociedade e época. Prova disso é a referência que o mesmo faz ao sociólogo Émile Durkheim, quando afirma que essa mesma percepção do valor fez com que o sociólogo enxergasse uma consciência coletiva que oferece valores comuns, dentre os quais a religião, por exemplo, faz parte. Segundo o filósofo belga, esses valores agem para melhor exprimir simbolicamente a coesão social. Ora, estaria aqui sendo abordado justamente o domínio da *doxa*, como representação social dos saberes compartilhados por um grupo, mas que o filósofo prefere chamar de *cultura*. A *cultura* em Meyer (2008) seriam as crenças partilhadas que determinam a valorização de certos seres e não outros, certos saberes e não outros, certos comportamentos e não outros, por fim, certos valores e não outros. O *valor* para Meyer (2008) recobriria, assim, “les identités et les différences qui sont *valorisées* dans la société, celles dont on se réclame et qui, souvent, font bouger ou bloquent inconsciemment, sans que ce soit d’ailleurs forcément négatif<sup>118</sup>” (MEYER, 2008, p. 190, grifo do autor).

Os *valores*, nesse sentido, são os pontos de interrogação de nossa socialização, as bases e as condições do debate e, paradoxalmente, é também aquilo pelo que recusamos um debate, considerando que certos valores que incitam debate configuram blasfêmia, injúria, desrespeito, impiedade (MEYER, 2008). É por essa razão que os *valores* tanto podem aproximar distâncias como aumentá-las e nisso reside toda a sua *problematologia*.

O filósofo ainda aproxima as noções de *valor* e *paixão*, afirmando que “la passion, c’est la valeur réduite à une simple réaction subjective. Et inversement, la valeur, c’est la passion moins la réponse subjective et émotionnelle<sup>119</sup>” (MEYER, 2008, p. 194). Entendemos que tanto os *valores* como as *paixões* estão compreendidos no que conceituamos como *doxa*, pois os saberes partilhados não se limitam ao *logos*, ao que constitui os pensamentos na medida do raciocínio, mas também no que tange ao *pathos* e ao *ethos*, por constituir também as *paixões* sentidas (e não outras) e os valores assumidos (e não outros) por determinado grupo social. Quando, por exemplo, valemo-nos de um

---

<sup>118</sup> “As identidades e as diferenças que são *valorizadas* na sociedade, sobre as quais nos dispomos e que, frequentemente, fazem-nos mover ou nos bloquear inconscientemente, sem que isto seja, a propósito, forçadamente negativo”. [Tradução nossa, grifo do autor].

<sup>119</sup> “A paixão é o valor reduzido a uma simples reação subjetiva e, inversamente, o valor é a paixão menos a resposta subjetiva e emocional” [Tradução nossa].

*estereótipo*<sup>120</sup>, um dos *elementos dóxicos*, para dizer que toda baiano é preguiçoso, isso não só mobiliza a dimensão do *logos*, mas também as dimensões do *pathos* e do *ethos*, na medida em que temos *paixões* em voga e tratamos sobre a imagem de um determinado povo. Esta percepção aparece quando o filósofo trata da cultura enquanto lugar de batalha entre a identidade e a diferença, que marca a alteridade constitutiva de todo ato enunciativo e que revela a natureza fortemente discursiva dos atos de argumentação.

Persuader quelqu'un consistera alors à trouver l'argument qui fera en sorte qu'on pourra mettre en avant une identité avec ses valeurs qu'il rejette. Par contre, plus la distance est faible avec l'auditoire, et plus on s'adressera directement à ce qui l'émeut et le passionne, à sa subjectivité, à ce qu'il est intimement, voire à ce qui l'anime ponctuellement. Le *pathos* y est directement mis en scène et mis en oeuvre, sans passer par des valeurs qui objectivent et rationalisent ces inclinations<sup>121</sup> (MEYER, 2008, p. 196-197).

Vemos aqui que o filósofo coloca a identidade de um grupo em relação aos valores e às paixões como crucial para o encurtamento das distâncias. É eminentemente retórico o uso de *valores* comuns de uma determinada *cultura* para que os sentidos gerados sejam adequados a certo projeto persuasivo que se pretenda executar. A existência de uma *memória discursiva* e o recurso a ela, por parte do orador, em nada se contrapõe às afirmações de Meyer (2008) aqui explicitadas. É justamente nesse espaço dialógico por natureza, em que identidade e alteridade dialogam incessantemente, que um projeto persuasivo ganha espaço. Ora, não seria necessário argumentar se não houvesse um problema, algo que distancia orador e auditório. Dessa forma, o consenso ou, ao menos, a diminuição das distâncias, apenas acontece quando a identidade prevalece em relação à alteridade, à diferença. O recurso a uma possível memória que os aproxime, que reivindique um passado comum e que mobiliza valores e paixões compartilhadas é a clara manifestação de que a noção de *doxa* não só é problematológica como também crucial para que entendamos o processo de negociação das distâncias dentro de um heterogêneo *universo discursivo* (para Maingueneau, 2008), *universo da cultura* (para Bakhtin, 2002) ou *cultura* (para Meyer, 2008), que permite a apreensão da multiplicidade de sentidos

<sup>120</sup> Veremos os conceitos desses *elementos dóxicos* no próximo capítulo, na ocasião da análise. Consideramos que, por ora, eles não nos são interessantes de aprofundar.

<sup>121</sup> Persuadir alguém consistirá, então, em encontrar o argumento que garantirá, *a priori*, que consigamos apresentar uma identidade em face dos valores que rejeitamos. Entretanto, quanto mais a distância em relação ao auditório é fraca, mais nos endereçaremos diretamente ao que os move e ao que os apaixona, à sua subjetividade, ao que lhes é íntimo [Tradução nossa].

possíveis em função de determinado projeto persuasivo e em função de uma determinada *doxa* que se apresenta como pano de fundo de uma argumentação.

Com efeito, a multiplicidade de sentidos que pode existir dentro de um mesmo *espaço discursivo* refere-se, sobretudo, à intensa dialogização do processo discursivo, à alteridade constituinte de qualquer enunciado, visto que, por mais que construamos nossos argumentos de acordo com nossos valores e visando a conquistar o assentimento do auditório ao que queremos, a intensa e constitutiva alteridade do discurso terá sempre a possibilidade de rearranjar os sentidos, de refazer o desenvolvimento da argumentação, causando, assim, os eventuais dissensos.

Destarte, o *universo da cultura*, no sentido bakhtiniano, contendo em sua materialização discursiva a inscrição dos diversos valores, paixões, argumentos, teses, opiniões, ideologias, assumindo-se, como já dito, na forma de uma grande rede responsiva, dispõe-se como o espaço da negociação das distâncias por natureza. A *doxa*, como assim a entendemos, é justamente a macrodimensão, a instância que vai dar consistência a todas essas possibilidades de sentido dentro de um *universo discursivo*.

Apressemo-nos, então, à análise, que será efetuada neste próximo capítulo e verifiquemos, enfim, possíveis esclarecimentos sobre o funcionamento argumentativo dos pronunciamentos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. Para fim específico deste trabalho, optamos por selecionar uma análise do discurso focada na instância da memória discursiva — sabendo que tal memória é construída na relação interdiscursiva — e buscaremos apresentar até que ponto os sentidos históricos de certas tópicas, inscritas na *doxa* brasileira, podem ser conduzidos estrategicamente pelos oradores como procedimentos persuasivos. Por outro lado, buscaremos também elucidar até que ponto esses sentidos são determinados por uma estrutura dóxica que atravessa os sujeitos, moldando sua enunciação e construindo sentidos outros, de acordo com uma reatualização desses sentidos que só é possível mediante a ação da *doxa* nos sujeitos, ainda que à sua revelia, influenciando igualmente na disposição das demais dimensões retóricas (*ethos, pathos e logos*).

## 5. O JOGO DE NEGOCIAÇÃO: Análise retórico-discursiva dos pronunciamentos

Dissemos anteriormente que optaríamos por analisar os discursos através da intrincada relação *ethos*, *pathos* e *logos*, sobretudo, em sua abordagem *problematológica*, através da inscrição desses domínios na *doxa*. Faremos isso, em um plano mais *discursivo*, analisando determinadas *tópicas* e *elementos dóxicos* (AMOSSY, 2010) que surgem quando certas *memórias discursivas* são acionadas pelos oradores. A noção de *memória discursiva*, tal como a entendemos, assemelha-se à noção de *imaginários sociodiscursivos* em Charaudeau (2005a), uma vez que são ambos decorrentes da materialização linguageira das representações sociais de uma determinada época e de um determinado povo. Esses imaginários, ainda segundo ele, são possíveis de serem resgatados por enunciados linguageiros (CHARAUDEAU, 2005a). A *memória discursiva*, de igual forma, pode ser depreendida na materialidade linguageira e nos possibilita, ademais, verificar o caráter argumentativo que esses resgates admitem quando oradores evocam certa memória, fazem uso de certas *tópicas* que mexem com os sentidos de um determinado evento discursivo. Ademais, em um plano mais *linguístico*, analisaremos os possíveis efeitos de sentido decorrentes das lógicas argumentativas empreendidas pelos oradores, bem como através de *modalizadores* (KOCH, 2011; NEVES, 2010), tropos e figuras retóricas (FIORIN, 2014), lugares argumentativos (PERELMAN E OLBRESCHTS-TYTECA, 2005), elementos semânticos, sintáticos etc.

O Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), como dito no segundo capítulo desta dissertação, teve por tema o “Direito à memória, verdade e justiça”, e aqui já nos deparamos com uma implicação linguístico-discursiva que, por mais que bastante óbvia, não deixa de ser interessante. Ao afirmar o direito à **memória, verdade e justiça**, levanta-se, automaticamente, o sentido de que não se tem efetivamente, até agora, direito a essas três garantias fundamentais. Se enunciamos que teremos direito à memória, pragmaticamente dizemos que esse direito ainda nos é cerceado, o que já remeteria a uma memória de um acontecimento em que esses direitos não tenham sido respeitados. Se dizemos que temos direito à verdade, isso significa dizer, igualmente, que as verdades vinham sendo ocultas, esquecidas, evitadas por um processo de silenciamento<sup>122</sup>. Se dissemos, por fim, que temos direito à justiça, isso nos reenvia automaticamente para o

---

<sup>122</sup> Cf. ORLANDI, 2012.

fato de que essa justiça não nos vinha sendo garantida, que mesmo com o passar do tempo as chagas dessa dura memória ainda não obtiveram cura ou remédio.

Há, ainda, um efeito bastante interessante que é a conjugação das três palavras em negrito, “Direito à **memória, verdade, e justiça**”, que admite efeito distinto, por exemplo, do que admitiria se tivéssemos “Direito **à** memória, **à** verdade e **à** justiça”. Por mais sutil que seja, a elipse dessas preposições causa um efeito de composição, dependência de termos, ou contiguidade, pelo fato de que, ao não usarmos as preposições antecedendo **verdade** e **justiça**, contingenciamos as três noções como que se existissem juntas. Uma vez que tenho direito à memória, teria automaticamente direito à verdade e à justiça. Isso não estaria claro se aqui fosse usado o desdobramento preposicional nos dois últimos elementos do enunciado, pois possivelmente admitiria um sentido de que as três noções poderiam ser separadas em direitos distintos. Repetir a preposição dá destaque aos diferentes elementos do enunciado, enquanto que usar a preposição apenas no primeiro elemento enfatiza o conjunto.

A preocupação com a memória, a verdade e a justiça foi, de fato, o eixo principal de todo o evento. Contando com mais de dez mil pessoas inscritas de mais de oitenta países e mais de setecentas instituições envolvidas, o FMDH abriu seus trabalhos na data em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completava sessenta e cinco anos. O evento abrigou também a 19ª edição da entrega do Prêmio de Direitos Humanos, homenageando e condecorando diferentes personalidades e instituições de distintas categorias pela relevância social no que se refere a esse domínio. Dentre os premiados, por exemplo, estavam Zilda Palma Xavier Pereira, vítima torturada e que teve dois filhos assassinados por agentes do regime militar, e Maria da Penha, símbolo que deu o nome à lei que combate a violência contra a mulher. A premiação dessas personalidades diz muito, tendo em vista que o fórum se propôs a tratar de inquietações acerca das marcas que ainda persistem em nossa sociedade como uma espécie de fantasma assombrador e difícil de ser esquecido: a tortura, a violência e o silenciamento frente aos descabros do regime militar.

Ademais, certas reivindicações ganhavam coro por parte do auditório. Repleto de jovens militantes e de grupos organizados da sociedade civil, o auditório comportava grande heterogeneidade de formação, mas que tinha um sentimento em comum: a

indignação com a falta de medidas mais efetivas do governo mediante suas demandas. Como já explicado no *capítulo 2* desta dissertação, havia representantes de comunidades indígenas que protestavam pela revogação da PEC 215/2000<sup>123</sup> de autoria do ex-deputado Almir Sá, que tinha como proposta a mudança da competência responsável pela demarcação de terras indígenas para o Legislativo (atualmente compete à União a demarcação dessas terras).

Vale lembrar que, além desses, o FMDH ainda recebeu manifestantes em prol da desmilitarização da polícia militar, e ativistas do movimento LGBT, que lutam pelos direitos de igualdade de gênero e a favor da criminalização da homofobia. Ora, mediante esse misto de manifestações e premiações, os pronunciamentos assumem caráter interessante na medida em que os oradores lançam mão de estratégias persuasivas astutas para tentar resolver tais intempéries. Entretanto, como veremos, verificamos aspectos distintos nas duas argumentações que justificam uma possível distinção de eficácia entre ambos os projetos persuasivos em prol da negociação das distâncias ali existentes.

Uma das principais estratégias que nos foi possível perceber, como já dissemos, foi a exploração da *doxa*, através de acionamentos de determinadas *memórias discursivas*. Nada mais adequado e interessante do que se valer das memórias em um evento intitulado “Direito à memória, verdade e justiça”. A partir das *memórias discursivas*, podemos perceber determinadas *tópicas*, tal como as apreende Amossy (2010), ao citar Barthes: “La Topique est devenue une réserve de stéréotypes, de thèmes consacrés, de « morceaux » pleins que l’on place presque obligatoirement dans le traitement de tout sujet<sup>124</sup>” (BARTHES 1994, p. 308 apud AMOSSY, 2005, p. 96).

Dessa forma, foi possível perceber, em ambos os pronunciamentos, acionamentos de *memórias discursivas* comuns, *a priori*, mas que foram inscritas na materialidade linguageira de maneiras bastante distintas por cada orador e, portanto, buscaremos verificar em que imaginários as construções argumentativas de ambos se apoiam. Faremos interposições de excertos de ambos os presidentes, por entender que dessa forma

<sup>123</sup> Podemos verificar maiores informações acerca desta Proposta de Emenda Constitucional através do site: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsessionid=1F41D20B357C01652268D267388DC093.proposicoesWeb1?idProposicao=14562&ord=1&tp=reduzida](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsessionid=1F41D20B357C01652268D267388DC093.proposicoesWeb1?idProposicao=14562&ord=1&tp=reduzida).

<sup>124</sup> “A Tópica se tornou uma reserva de estereótipos, de temas consagrados, de “pedaços” cheios que colocamos, quase que obrigatoriamente, no tratamento de qualquer assunto” [Tradução nossa].

a análise fica mais fluida, e também porque o contraste das enunciações servirá para nos apresentar com maior clareza as distintas estratégias retórico-discursivas utilizadas.

Dessa forma, empreenderemos a nossa análise através de eixos temáticos, de memórias, de tópicos, por julgar ser um tanto desconexo analisar os pronunciamentos na ordem crescente de ocorrência, visto que aparecem diferentes elementos de análise que dialogam entre si ao longo dos proferimentos e, portanto, precisariam ser revisitados a todo instante. Por essa razão, consideramos ser mais produtivo analisar os eixos, passeando pelos pronunciamentos, não de forma incoerente, metodologicamente desconexa ou irresponsável, mas no intuito justamente contrário de trazer coerência e profundidade à análise.

Analisaremos, para tanto, não só os excertos em uma abordagem geral, mas também, quando necessário, deter-nos-emos na análise de trechos desses excertos. Por essa razão, escolhemos desenvolver a seguinte notação: Para designar o excerto, *Excerto nº X-nome do orador* (Dilma ou Lula) e para os trechos de excerto usaremos **(X.Y-inicial do nome do orador)**, tal como o usamos) seguido do *trecho* em questão, em que X refere-se ao número do próprio excerto, e Y ao número do trecho em sequência de desenvolvimento para cada excerto. Nesse sentido, a análise de um segundo trecho do *excerto nº 1* receberá a notação **(1.2L)**, para excerto do orador Lula e **(1.2DR)** caso se trate de excerto da oradora Dilma Rousseff. Passemos, pois, à análise.

Exatos cinco dias após a morte do líder político e pacifista Nelson Mandela, o FMDH inicia seus trabalhos respeitando um minuto de silêncio em homenagem ao líder sul-africano tão venerado em todo globo. Um dia depois, a presidente Dilma Rousseff igualmente inicia o seu pronunciamento remetendo-se a esse líder tão importante para a política e para os direitos humanos. Assim como Nelson Mandela, perseguido e preso por seus ideais de libertação de um povo oprimido pela maioria branca do *apartheid*, tornando-se presidente daquele país décadas mais tarde, a presidente Dilma Rousseff, como vítima de uma das mais sombrias histórias de cerceamento dos direitos humanos no Brasil, a ditadura militar, também se coloca como uma pessoa que lutou e sofreu pelos direitos humanos e tem, no desenvolvimento dessa pasta, uma das principais metas de seu governo.

Nessa perspectiva, a presidente profere seu pronunciamento acionando certas memórias e que, posteriormente, foram retomadas pelo ex-presidente Lula na ocasião de seu pronunciamento. Dentre elas se destaca a **memória da ditadura**, que reenvia automaticamente para o seu *outro*<sup>125</sup>, a **memória da democracia**. Evidentemente, essas memórias estão interligadas por estarem constituídas interdiscursivamente, contudo, entendemos que seria possível separá-las nesses dois grandes eixos por motivos metodológicos, pois, ratificamos, os discursos existentes nessas “distintas” memórias se entrecruzarão a todo instante.

Veremos, dessa forma, como ambos os oradores mobilizaram tais memórias e como as dimensões retóricas de *ethos*, *pathos* e *logos* foram dispostas em decorrência disso. Ademais, analisaremos quais as tópicas e os argumentos existentes nelas que aparecem em cada pronunciamento, a fim de evidenciar a diferença de trato discursivo de cada um dos oradores, assim como perceber como isso influenciou o caráter persuasivo de seus discursos e a negociação das distâncias entre eles (oradores) e o auditório.

### 5.1. As *memórias discursivas* em análise.

Dissemos anteriormente que conseguimos enxergar o acionamento de duas memórias discursivas principais por parte dos oradores, uma, *a priori*, a *memória da ditadura*, e o seu *outro*, a *memória da democracia*. O conceito de democracia é deveras amplo e complexo e não é um de nossos objetivos neste trabalho tratar sobre seu desenvolvimento. Basta-nos, na verdade, entender que democracia e liberdade política não se dissociam, uma vez que esta última está imbricada na própria origem da democracia moderna. Segundo Norberto Bobbio (2000), a democracia possui condições mínimas de existência, as quais ele nomeia de “procedimentos universais”, ou “universais processuais”. Destarte, para o cientista político, apenas pode-se considerar democracia os regimes que obedecerem, pelo menos, às seguintes regras.

1 – Todos os cidadãos que alcançaram a maioria, sem distinção de raça, religião, condição econômica e sexo, devem desfrutar dos direitos políticos, ou seja, todos têm o direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a exprima por eles;

2 – O voto de todos os cidadãos deve ter o mesmo peso;

---

<sup>125</sup> Desenvolveremos o conceito desse *outro* na sequência.

- 3 – Todas as pessoas que desfrutam de direitos políticos devem ser livres para poder votar de acordo com sua própria opinião, formada com a maior liberdade possível por meio de uma concorrência livre entre grupos políticos organizados competindo entre si;
- 4 – Devem ser livres também no sentido de ter condição de escolher entre soluções diferentes, ou seja, entre partidos que têm programas diferentes e alternativos;
- 5 – Seja por eleições, seja por decisão coletiva, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de considerar eleito o candidato ou considerar válida a decisão obtida pelo maior número de votos;
- 6 – Nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 2000, p. 427).

Sendo assim, qualquer regime que fuja a esses quesitos não pode, e nem deve, ser considerado democrático. O regime militar que governou o Brasil durante vinte anos tinha como uma das razões do regime a ordenação transitória do país para que se houvesse boas condições para a efetivação democrática. Ora, estamos cientes de que tamanha propaganda apenas mascarou as reais e cruéis intenções dos ditadores. Reside nessa questão, inclusive, a complexidade do conceito de ditadura. Antigamente, sobretudo na República Romana, um ditador era aquele designado pelos cônsules para assumir o poder até que uma determinada situação de perigo voltasse à normalidade. Dessa forma, a ditadura no contexto da antiguidade romana era uma medida em caráter de excepcionalidade e não poderia durar mais de seis meses. Esse foi, com efeito, o discurso explicativo do regime perante a tomada do poder. Seria, assim, instituído o regime militar apenas como transição de ordem, em caráter de excepcionalidade, contra os perigos comunistas de usurpação democrática.

No entanto, as ditaduras modernas quase nada têm de parecido com as ditaduras da antiguidade. O ditador moderno é um detrator dos direitos humanos. O regime ditatorial no Brasil revelou-se como cerceador de todo e qualquer tipo de liberdade, governando o país sem a mínima preocupação com as normas democráticas preconizadas por Norberto Bobbio (2000), conforme apresentamos. O regime militar, como sabemos, foi um período ditatorial em seu sentido mais moderno e sombrio, assemelhando-se mesmo aos regimes fascistas, distanciando-se destes apenas na motivação, que não era determinadamente étnica, mas político-ideológica.

Ainda restaram, de tal período, algumas práticas políticas, institucionais, culturais e a memória desses eventos ainda permanecem vivas e pujantes na consciência e na inconsciência do pensamento coletivo. A *doxa* brasileira, como dissemos, ainda é bastante

carregada por essas memórias e conseguimos perceber, nos pronunciamentos aqui analisados, não apenas as suas existências (o que seria óbvio vide a natureza do evento), mas também a sua evocação estratégica. Se por um lado parece-nos evidente o acionamento da memória da ditadura em um fórum sobre os direitos humanos, por outro, as implicações de sentido que o uso dessa memória ocasionou no auditório presente nos pareceu intrigante e curiosa. Mas antes que entremos nesse detalhe, cabe-nos delimitar o que vem a ser a *memória da ditadura* e a *memória da democracia*.

A partir de 1964, a implantação de uma nova ordem político-institucional no Brasil teve como característica básica o gerenciamento do Estado por sucessivos governos militares até 1985 (CARDOSO, 2012). Ainda segundo Cardoso (2012), o movimento civil-militar<sup>126</sup> que depôs João Goulart

deflagrou uma intensa repressão em todos os setores da sociedade, procurando eliminar qualquer tipo de contestação ao regime por meio da tortura, das prisões, das cassações, da triagem ideológica, da intervenção nos sindicatos, entre outras (CARDOSO, 2012, p. 15).

A democracia apenas voltaria a ver a luz do dia em 1985, depois de vinte anos de sucessivos governos militares. Nesse ínterim, o Brasil viveu os anos mais sombrios de sua história, em que qualquer manifestação contra o regime militar (ainda que apenas ideológica) era respondida com o rigor da repressão e da represália, com tortura, exílio, ou mesmo com morte. Segundo Cardoso (2012, p. 15), tal repressão “alcançou ainda outro nível, que foi o emprego da censura, tentando ocultar da sociedade a natureza do regime, bem como os focos de oposição ao estado de coisas implantadas no país”. Se por um lado vigorava a censura de tudo o que fosse contrário ao regime, por outro lado, o próprio regime bombardearia a sociedade com um arsenal de propagandas positivas de si, autoproclamando-se a verdadeira e adequada leitura da realidade. Fato é que, mesmo após o seu término, o desejo de se entender os mecanismos da ditadura, bem como de desconstruir as falsas imagens positivas construídas pelo regime, fez com que a sociedade não se satisfizesse apenas pelo fato de ter-se findado o regime militar, mas fez com que

---

<sup>126</sup> A pesquisadora considera que o movimento deva ser nomeado e identificado como *civil-militar*, na medida em que não apenas militares mas também alguns civis participaram do regime. A obra produzida pela Comissão Nacional da Verdade, vinculada a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, trata-se de um dossiê lastrado pelo próprio Governo Federal, em que considera, igualmente, que não apenas civis participaram do regime tão conhecido como regime militar (e assim continuaremos chamando devido à maior propagação do termo) como também, em contrapartida, militares recusaram a participar de tamanha barbárie.

ela também se preocupasse com a reconstituição da realidade, reconstruindo a memória dos acontecimentos. Com efeito, o trabalho de reconstrução da história de uma sociedade através da memória não é apenas função de historiadores e de seus livros, mas também das vítimas do regime, que cada vez mais levantam as suas vozes, uma vez que tais vozes eram apagadas durante o período militar, e as memórias desses acontecimentos, em sua grande maioria, estavam fadadas ao esquecimento.

Com esse intuito, tanto o Governo Federal na gestão da presidente Dilma Rousseff como o Instituto Lula, que leva o nome do seu criador e mandatário, produziram memoriais para reconstruir os fatos de acordo com o que consideram como a verdadeira releitura dos acontecimentos. A pedido da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ligado à Comissão Nacional da Verdade e em nome da presidente Dilma Rousseff, o Instituto Vladimir Herzog desenvolveu um projeto intitulado *Memórias da Ditadura*, em que disponibiliza um portal *online* com função de divulgar a História do Brasil no período de 1964 a 1985 junto ao grande público, em especial à população jovem. Segundo palavras da própria instituição:

A construção de um portal para difundir em larga escala conteúdos sobre esse período é um compromisso para com as novas gerações, reunindo informações de relevância para uma aproximação inicial, porém abrangente e consistente, a partir de conteúdos apresentados em várias mídias, que possam comunicar a complexidade e a intensidade dos fatos ocorridos durante a ditadura militar no Brasil do ponto de vista político, social e cultural, na perspectiva dos direitos humanos e da memória e verdade<sup>127</sup>.

Outrossim, se por um lado Dilma Rousseff, um dos símbolos de resistência à ditadura militar demanda a criação de um portal de memórias desse período, por outro, o ex-presidente Lula, tendo lutado e participado de todo o processo de redemocratização do país, cria, através de seu Instituto, o *memorial da democracia*. Segundo o próprio Instituto Lula, o *memorial da democracia* é um “museu virtual produzido pelo Instituto Lula com o objetivo de contribuir para o resgate da memória das lutas de nosso povo pela democracia, pela igualdade e pela justiça social<sup>128</sup>”. Esse museu virtual reúne matérias preciosas, fotos e manchetes de jornais da época, que ajudam a construir uma linearidade

---

<sup>127</sup> Instituto Vladimir Herzog. *Portal Memórias da Ditadura*. “Sobre o Projeto”. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/>>. Acesso em 30 de set. 2015.

<sup>128</sup> Instituto Lula. *Memorial da Democracia*. “Museu”. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/museu>>. Acesso em 30 de set. 2015.

dos fatos desde os tempos remotos da ditadura e ainda de sua elaboração até os primeiros anos de democracia. Ainda segundo o Instituto Lula,

ao longo da nossa história, o povo aprendeu a duras penas que a democracia não cai do céu. Tampouco é uma oferenda dos poderosos. Ao contrário, ela é uma conquista das brasileiras e dos brasileiros que precisa ser permanentemente defendida, respeitada e aprofundada por todos nós. Ela é essencial para que a voz de todos se faça ouvir e os interesses das grandes maiorias sejam levados em conta na sociedade.

Destarte, há uma grande necessidade de “resgatar as memórias” esquecidas, as vozes silenciadas, contribuindo para o recrudescimento dos valores democráticos e da democratização de tais valores. Quando falamos de memória, por certo, falamos de passado. Entretanto, evocar a memória não se trata somente de resgatar elementos e lembranças do passado, como apenas um processo de revisitação histórica. Como defendemos no capítulo anterior, a memória também possui sua face cognitiva, a partir da qual os sujeitos processam o mundo, releem os acontecimentos e reconfiguram os sentidos da história. *Golpe de 64* para os críticos e vítimas, *Revolução de 64* para os afeitos. A história nunca é a mesma, pois o que temos são discursos distintos dos “mesmos acontecimentos”, diferentes valores, princípios, paixões, razões que lhes fundamentam, atravessam ou são gerados por eles. Tais condições são mais que propícias para que um acontecimento seja apreendido de maneira distinta entre os dois lados.

Entretanto, dirão alguns: “a história não se reescreve”. Os acontecimentos não se apagarão, mas a forma de contá-los, a maneira como os percebemos, isso sim muda. O papel da memória está justamente em não apenas reconstituir o passado, mas reconstruí-lo. Aqui reside ao mesmo tempo o perigo e a esperança. No processo de reconstrução, elementos cognitivos, e mesmo retóricos, podem aparecer. A memória, como dissemos, é um dos mais importantes instrumentos de persuasão, na medida em que, quando se opera no nível da memória, não apenas se reconstrói os sentidos, as concepções e os juízos dos acontecimentos, mas também os valores, as paixões e os princípios que aí se inserem nesse complexo jogo discursivo.

Segundo Cardoso (2012), o que marca o fenômeno da reconstrução da memória dos acontecimentos é a necessidade de resistência ao esquecimento. Após vinte anos de ditadura militar, o Brasil passou por um lento processo de redemocratização, no qual ainda hoje se pode perceber resquícios dos anos ditatoriais.

O recurso à memória, nesse sentido, ainda guarda seu estatuto de redenção e aproxima vítimas e pesquisadores a se debruçarem sobre tal período e suas implicações a fim de não permitir o esquecimento daqueles que resistiram. A resistência não seria mais apenas a armada, mas também a resistência à história do jeito que ela é contada, a resistência ao esquecimento, a resistência a qualquer forma de atraso em um país que se preza por ser uma democracia em ascensão. Vivemos sob o espírito da democracia e da ditadura, um implicando o outro.

Com efeito, *memórias da ditadura e da democracia* andam juntas, como irmãs siamesas que, ao se evocar uma, a outra cabalmente estará presente, porquanto se constituem na interdiscursividade. Não poderia ser diferente, já que esses discursos são construídos em oposição ao *Outro* e, uma vez que se aciona um desses discursos, automaticamente se aciona o seu *Outro*<sup>129</sup>. Maingueneau (2008) afirma que esse fenômeno existe por conta do dialogismo inerente de todo enunciado do discurso. O *Outro* e o *Mesmo* se implicam automaticamente, ainda que à sua revelia. O *Outro* seria “aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir sua própria identidade” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37). Sendo assim, o discurso da *ditadura* e o da *democracia* se implicam automaticamente, ainda que na tentativa de apagamento do *Outro*, visto que, ainda assim, o discurso do *Outro* lhe seria constitutivo. Por essa razão, entendemos que a *memória discursiva* da **ditadura** e da **democracia** existem juntas e estão implicadas dialogicamente nos mesmos enunciados quando acionadas.

Ademais, entendemos que as *memórias da ditadura e da democracia* estão presentes em ambos os pronunciamentos, sob diferentes aspectos de apresentação. Enxergamos ser possível analisar os pronunciamentos a partir de algumas *tópicas* distintas, como vimos, lugares comuns e temas consagrados de argumentação que costumam existir em determinado *campo discursivo*. Certas *tópicas* nos revelarão o funcionamento de ambas as memórias acima descritas como peças-chave na construção da persuasão (ou na falta dela), visto que elas se inserem na *doxa* e, dessa forma, tornam-se um dos fundamentos da argumentação.

---

<sup>129</sup> Cf. MAINGUENEAU, 2008.

## 5.2 A *tópica da resistência*

*Excerto nº1- Dilma Rousseff:*

Nesta semana, a humanidade se despede de Nelson Mandela, cujo exemplo de vida e de lutas continuará guiando todos aqueles que defendem a justiça social, a paz e os direitos humanos em todo o mundo. Falar de Mandela **nos remete à resistência** contra todo tipo de opressão. Falar de Mandela **nos remete à capacidade** de união de um povo. Falar de Mandela **nos remete à capacidade** de um líder construir, **através do seu exemplo**, um país livre do racismo e da opressão; nos lembra valores como tolerância e pluralismo; nos compromete com a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e **cada vez mais justa e solidária** (grifo nosso).

Já nesse primeiro excerto nos é possível enxergar uma *memória discursiva* que começa a ser acionada da *doxa* brasileira. **(1.1DR):** “Falar de Mandela **nos remete à resistência** contra todo tipo de opressão”. Nesse enunciado, a presidente utiliza o verbo reflexivo *remeter-se*, revelando um sentido de resgate à memória, como algo que nos vem à mente automaticamente quando pensamos em algo ou alguém. Nesse caso, o líder Nelson Mandela nos remeteria “à **resistência** contra todo tipo de opressão”, “à capacidade de união de um povo”, pois o seu exemplo nos indicaria um caminho a seguir. A *tópica da resistência* está sendo acionada pela oradora, o que nos possibilita perceber que, de certa forma, ao utilizar a *tópica da resistência*, certas memórias surgem automaticamente, como se a própria ideia de resistência já estivesse cristalizada na memória social brasileira.

O dicionário online *Houaiss*<sup>130</sup> dá ao vocábulo *resistência* alguns significados interessantes para nossa análise, dentre os quais citaremos alguns mais importantes para o nosso propósito (mantivemos os tópicos tal como estão no dicionário): “1- ato ou efeito de resistir; 4- capacidade de suportar a fadiga, a fome, o esforço; 5- recusa de submissão à vontade de outrem; oposição, reação; 6- luta que se mantém como ação de defender-se; defesa contra um ataque; 7- (fig.) reação a uma força opressora; 8- qualidade de quem demonstra firmeza, persistência”. Vemos, portanto, que tais significados vão ao encontro

---

<sup>130</sup> Vocábulo disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=resist%25C3%25Ancia>, no site: [www.houaiss.uol.com.br](http://www.houaiss.uol.com.br). Infelizmente o acesso completo é para assinantes do portal UOL, contudo consideramos que tais significações irão se repetir em outros dicionários consagrados da língua portuguesa.

dos sentidos que a presidente Dilma Rousseff pretende estabelecer com o uso do termo *resistência*, como luta contra todo tipo de opressão, valendo-se, assim, de qualidade firme, corajosa, para lutar contra os ataques daqueles que feriram os direitos humanos e mais fundamentais.

O termo *resistência* quase sempre remete, na *doxa* brasileira, à ditadura militar. O termo é também bastante significativo em outros países. Segundo a enciclopédia *Larousse Online*<sup>131</sup>, na França, em 1944, os *partisans* (os partidários, em francês) lutaram pela *Liberção* contra os nazistas e os franceses colaboracionistas, insatisfeitos com a política de Pétain, marechal e líder do governo fantoche nazista na França. Tal levante ficou conhecido como *La Résistance* (A Resistência). Outros movimentos de resistência se estabeleceram nesse período na Europa, todos em luta contra os domínios nazistas e fascistas, como os movimentos de resistência alemão e italiano, respectivamente. Sendo assim, o que podemos notar é uma interdiscursividade muito forte no uso, durante a ditadura militar, do termo *resistência*, e a sua apropriação até os dias de hoje por parte de todos os críticos do regime como resistência às forças opressoras e detritoras dos direitos humanos, opressão esta de caráter igualmente fascista.

O lexema *resistência*, nesse sentido, não precisa ser referenciado a quê, visto que os sujeitos brasileiros carregam uma *memória discursiva* da ditadura bastante tácita e que dispensa maiores explicações de sentido: ou porque viveram, ou porque estudaram o acontecimento nos livros de História e/ou reconstruíram esse acontecimento através das abordagens midiáticas. Se enunciarmos a palavra *resistência* na França, por exemplo, haverá grandes chances de ser acionada, na memória individual e coletiva do povo francês, imagens do próprio movimento de *Resistência* ao nazismo bem como o seu resultado (a *Liberção*). De igual maneira, ao falarmos de *resistência* no Brasil em um contexto político, frequentemente será acionada a *memória da ditadura* e suas implicações. Em se tratando de um momento obscuro que suscita forte apelo patêmico e popular, ao menos em tese, é comum que uma presidente que já foi vítima de tortura nesse período use a memória da ditadura como recurso persuasivo.

Quanto a Nelson Mandela, sabemos que resistiu, sobretudo, ao movimento segregacionista na África do Sul, o *Apartheid*. Apesar de serem resistências de ordens distintas, ao evocar o símbolo de resistência *Nelson Mandela*, a presidente Dilma

---

<sup>131</sup> Para maiores informações, conferir a enciclopédia francesa *Larousse Online* no endereço: [http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/la\\_R%C3%A9sistance/138691](http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/la_R%C3%A9sistance/138691).

Rousseff automaticamente invoca para si o mesmo estatuto de resistente. Isso se dá por algumas implicações argumentativas. A primeira delas é o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) chamaram de *argumentação pelo modelo*. Esse tipo de argumentação se dá pela utilização de um modelo, entendendo-o como “pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 414). Ora, o *ethos* de Nelson Mandela é utilizado nesse *excerto nº1* justamente como um modelo de resistência e de luta pelos direitos humanos. O modelo é um ser dotado de prestígio, “[...] cuja prova pode ser atestada por esse próprio fato<sup>132</sup>”. Isso nos remeteria à ideia de *ethos*, aplicado ao texto escrito, como um fiador<sup>133</sup>, construído subjetivamente no texto dando um tom de autoridade ao que é dito. Esse fiador poderia ser entendido, em um ato comunicativo, como um *ethos de apoio*<sup>134</sup> do qual o orador se serve para credibilizar o seu próprio *ethos*.

Lembremos que o *ethos*, para Meyer (2008), é o ponto final dos questionamentos e, por essa razão, a inserção de um modelo na argumentação seria uma forma de dirimir eventuais questionamentos acerca do valor *resistência*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que quanto mais importante é uma autoridade, mais importante é a sua palavra ou mesmo a sua imagem. Ninguém duvida da resistência do líder Nelson Mandela à opressão racial e social que lhe foi imposta. Nesse sentido, o *ethos* de resistente deste líder é o modelo perfeito para persuadir alguém sobre o que significa ser resistente. O *argumento do modelo* é bastante comum em argumentações políticas, desde as argumentações dos menores líderes até as dos mais notórios e importantes. Mesmo o presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, fez um patêmico e marcante pronunciamento em homenagem a Nelson Mandela, nesse mesmo ano de 2013, enaltecendo-o como “o último grande libertador do século XX”<sup>135</sup>, que veio para liderar um movimento de resistência.

---

<sup>132</sup> PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, *loc.cit.*

<sup>133</sup> A ideia de *fiador* em Maingueneau (2005) refere-se a uma instância subjetiva, construída na materialidade textual, que dá tom de autoridade ao que é dito. Faria parte, assim, da dimensão do *ethos* sem que, no entanto, haja a presença física daquele que se coloca como autoridade.

<sup>134</sup> Cf. PEIXOTO, Thiago F. *A argumentação no contrato político-eleitoral: o caso dos “apoiadores”*. Belo Horizonte, 2014, 180 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística – PosLin, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

<sup>135</sup> Pronunciamento disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/leia-integra-do-discurso-de-obama-sobre-nelson-mandela/>.

Destarte, podemos afirmar que o *argumento do modelo* é também um *argumento de autoridade*, visto que, assim como o *argumento do modelo*, o *argumento de autoridade* funda-se no prestígio de alguém ou de algum grupo. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348), o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o *argumento de autoridade*, “o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”.

Disso tudo, uma pergunta se levanta: como a invocação de um *ethos* alheio (Nelson Mandela) ajudaria na construção do *ethos discursivo* da oradora em questão (Dilma Rousseff)? Ora, quanto a isso, podemos utilizar as próprias palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 415), que preconizam que “o fato de seguir um modelo reconhecido, de restringir-se a ele, garante o valor da conduta; portanto, o agente que essa atitude valoriza pode, por seu turno, servir de modelo”. Duas implicações aqui nos ajudarão a entender as razões do uso do *ethos* de Nelson Mandela. A primeira delas diz respeito ao fato de que Nelson Mandela é um líder suficientemente reconhecido e que já figura como um mito na memória de quase todos os sujeitos do globo. A segunda é que a ex-presidente Dilma Rousseff, ao concordar com esse líder e exaltar sua grandeza, valoriza-se, igualmente, como uma pessoa de grandeza e como uma líder viril e resistente.

Nesse sentido, a presidente invoca o *ethos* de Nelson Mandela para o seu discurso, lançando mão de uma figura de retórica chamada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) de *figura de presença*, a fim de tornar presente na consciência do auditório o objeto do discurso. Por assim dizer, a *figura de presença* busca aumentar o sentimento de presença de algo, como acontece com a *anáfora* que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) seria a repetição das primeiras palavras: “**Falar de Mandela nos remete ...**”. Essa repetição fortalece a presença do *argumento de autoridade e modelo* Nelson Mandela no espírito do auditório. Destarte, entendemos aqui existir a intenção da oradora em assumir-se resistente tal como Nelson Mandela, forjando (ou reforçando) para si e em si um *ethos de resistência*.

A *tópica* acima mencionada aciona, automaticamente, a *memória da ditadura*, uma vez que a *resistência* da presidente Dilma Rousseff diz respeito às torturas e descabros sofridos nesse período sombrio de nossa história. Isso se torna evidente no próximo excerto.

*Excerto nº2- Dilma Rousseff*

O respeito e o fortalecimento ao direito dos humanos são diretrizes do meu governo, diretrizes que temos **perseguido** com **empenho** e **entusiasmo**. *Não podia ser diferente. A trajetória de luta e resistência contra a ditadura, a trajetória de defesa de todos aqueles que lutaram pela democratização do nosso país exige que trabalhem para a afirmação dos direitos humanos, compreendendo sua universalidade e interdependência* (grifo nosso).

Percebemos, no trecho em itálico, que a presidente Dilma Rousseff alude à sua própria história de vida como resistente, indicando a luta e a resistência contra a ditadura, e a trajetória de defesa de todos aqueles que lutaram pela redemocratização do Brasil como razões mais que suficientes para que se continue a lutar pelos direitos humanos no país. Mais uma vez, o *logos* é aqui *problematológico*, visto que as implicações do enunciado no período em itálico vão além daquilo que é diretamente apreendido. No momento em que a presidente Dilma Rousseff enuncia (2.1DR): “[...] a trajetória de defesa de **todos aqueles que lutaram pela democratização do nosso país** [...]” (grifo nosso), inclui a si mesma em “**todos aqueles**”, uma vez que está implícito o sentido de que a presidente foi uma das resistentes que lutaram contra a ditadura. Isto ocasiona, a nosso ver, e em certa medida, a elevação de si mesma a um estatuto de mártir dos direitos humanos no Brasil. A pergunta que “responde” a isso seria justamente a seguinte: quem são *todos aqueles*? Quais sujeitos estariam implicados na indeterminação desse complemento nominal? Segundo Meyer (2008), o *logos* é *problematológico* justamente na medida em que um enunciado não responde a tudo, implicando nele uma gama de outras indagações. Para Amossy (2010), o subentendido reside aí, na possibilidade de, pelo contexto, depreender-se um sentido não aparente.

Ademais, o período acima analisado é precedido por um fenômeno de modalização bastante interessante e que corrobora com o que aqui se defende. A necessidade de a presidente Dilma Rousseff “colar” a sua imagem (*ethos*) de resistente à ditadura e como um dos mártires dos direitos humanos no Brasil, junto com as personalidades premiadas, fica evidente na utilização da *modalização alética* quando diz: “**Não podia ser diferente**”. Koch (2009) indica que os *modalizadores aléticos* “são aqueles que se referem à necessidade ou possibilidade da própria existência dos estados de coisa no mundo” (KOCH, 2009, p. 135). Para Neves (2010), a modalidade alética está exclusivamente relacionada com a verdade necessário ou contingente das proposições.

Ora, a presidente Dilma Rousseff quando afirma “O respeito e o fortalecimento ao direito dos humanos são diretrizes do meu governo, diretrizes que temos perseguido com empenho e entusiasmo” não contingencia tal empenho e entusiasmo ao dever de um chefe de governo preocupado com a igualdade social, mas condiciona essas atitudes à sua própria condição de vítima da ditadura, como vemos em (2.2DR): “Não podia ser diferente. **A trajetória de luta e resistência contra a ditadura, a trajetória de defesa** de todos aqueles que lutaram pela democratização do nosso país **exige** que trabalhem para a afirmação dos direitos humanos, compreendendo sua universalidade e interdependência” (grifo nosso). O trecho em negrito nos permite entender que a modalização alética precedente diz respeito diretamente ao ato de que apenas a trajetória de luta e resistência da própria presidente e dos que lutaram contra o regime ditatorial é responsável por tamanho caráter de **exigência** a determinada posição irrevogável contra possíveis novas opressões. Nesse momento, não fala apenas a *Dilma presidente*, mas sobretudo a *Dilma vítima da ditadura*. Nesse sentido, não haveria alternativa para a presidente, visto que a mesma sofreu na pele as dores e carrega consigo as chagas da ditadura e, sendo assim, vê como de ordem puramente natural tal atitude por parte de “**todos aqueles que lutaram pela democratização do nosso país**”— grupo este no qual ela se inclui — de exigir que se continue trabalhando para a afirmação dos direitos humanos.

Ademais, consideramos que os lexemas em negrito “**perseguido**”, “**empenho**” e “**entusiasmo**” configuram, segundo Plantin (2011), “termos de emoção”, que carregam em si mais do que apenas o significado em si. O uso do termo de emoção **perseguido**, por exemplo, uma vez que inserido em tal contexto de *resistência* não se mostra aleatório. O termo **perseguido** junto aos termos **empenho** e **entusiasmo** possuem o objetivo de intensificar o compromisso que a presidente tem perante os direitos humanos. “Perseguir” um objetivo, nesse caso, carrega em si o valor de “persistência”, ou seja, não se tratam de diretrizes a serem seguidas, mas a serem “perseguidas”, com empenho e entusiasmo. A propósito, o próprio sentido de perseguição a um objetivo remete ao fato de que ele será seguido em quaisquer circunstâncias, ainda que contrárias às execuções de tais diretrizes. Dessa forma, a *tópica da resistência* também aí está presente na disposição do termo **perseguido**, fortalecendo a imagem de que, como uma verdadeira resistente, a presidente fará tudo o que for possível para melhorar as questões de direitos humanos no Brasil.

Entretanto, apesar de a *memória da ditadura*, através da *tópica da resistência*, ter sido fortemente acionada nestes primeiros trechos, o que configuraria normalmente um apelo patêmico considerável, podemos verificar que, até agora, a construção persuasiva da presidente é feita, sobretudo, nas dimensões do *logos* e do *ethos*, sendo o *pathos* ainda por ela pouco explorado.

No entanto, em momento ulterior de seu pronunciamento, a presidente Dilma Rousseff parece tentar uma maior patemização de seu discurso para reforçar, conseqüentemente, o seu *ethos de resistente*:

*Excerto nº3-Dilma Rousseff:*

Estamos, senhoras e senhores, preocupados com o fato de que devemos criar todas as condições para que a nossa constituição, que proíbe que qualquer cidadão seja submetido à tortura ou a tratamento desumano ou degradante, seja respeitada. Apesar de termos ratificado a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e seu protocolo adicional, é necessário reconhecer que a tortura continua existindo em nosso país. *Eu, que experimentei a tortura, sei o que ela significa de desrespeito a mais elementar condição de humanidade de uma pessoa.* Estamos **determinados** a mudar este quadro. Esta é a razão para celebrarmos a regulamentação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Estado brasileiro não aceita, nem aceitará, práticas de tortura contra qualquer cidadão (grifo nosso).

Os trechos grifados apontam para uma tentativa de patemização pela inserção do próprio *eu* na enunciação. O *ethos* aqui não está mais apenas *encarnado*, tal como preconiza Maingueneau (2002), mas também *enunciado*, quando a presidente afirma “*eu, que experimentei a tortura*”. Nesse momento, o *ethos* como ponto final dos questionamentos aparece, pois a presidente coloca-se explicitamente como autoridade, porquanto sofreu a tortura e, portanto, tem melhores condições para combatê-la. Isso se confirma quando a presidente afirma o *saber*, a condição sublime do respondente, da autoridade resolutória de qualquer intempérie porque *sabe*, porque a conhece de perto: (3.1DR) “*Eu, que experimentei a tortura, sei o que ela significa de desrespeito a mais elementar condição de humanidade de uma pessoa*”. Aqui nos deparamos com a *modalidade epistêmica do saber*. Segundo Koch (2011), quando o enunciador diz **eu sei que...** (ou mesmo, **eu sei o que**), ele se responsabiliza com o que diz, garantindo ao enunciado maior confiabilidade. O fato de a presidente ter sido torturada, nesse sentido, seria uma garantia mais que suficiente para legitimar tal uso modal.

Além da condição de *sapiente* que a presidente atribui a si mesma nesse enunciado, enxergamos que ela ainda recorre a mais um procedimento patêmico de persuasão, quando aponta “o desrespeito **a mais elementar** condição de humanidade de uma pessoa”. Ao afirmar isso, a presidente provoca imediatamente no *pathos* um efeito potencialmente patêmico, pois o uso da sequência *elementar condição de humanidade de uma pessoa* carrega forte potencial emotivo. Os termos “**a mais elementar** condição” são fortemente patêmicos, pois elevam o patamar de tal condição para a primeira que deveria ser respeitada, a mais importante de todas. O desrespeito a essa condição, a qual a presidente nomeia de a própria “condição de humanidade de uma pessoa”, desrespeitaria a própria condição existencial do ser humano. Entretanto, consideramos, ainda assim, que a presidente pouco explorou a sua condição de *resistente* à ditadura, tendo em vista que tal condição, como veremos, figurará como a própria simbolização de si (*ethos*).

O ex-presidente Lula, por sua vez, faz uso da *tópica da resistência* de maneira bastante distinta. Ao invés de construir o seu *ethos de resistente* em relação aos terrores da ditadura (apesar de ter sido preso pelos líderes desse regime), o mesmo escolhe priorizar outro tipo de construção etótica. Evoca igualmente para o seu discurso o *ethos* de Nelson Mandela, entretanto, faz isso distintamente. Percebendo as insatisfações de grande parte do movimento LGBT, do movimento negro e, sobretudo, do movimento dos índios, o ex-presidente Lula explora o *ethos* de Nelson Mandela de maneira relativamente curiosa. Ao contrário da presidente Dilma Rousseff, não se põe a encará-lo como um *modelo* superior, mas procura igualar-se, colocar-se em patamar de igualdade ao líder africano, uma vez que o ex-presidente Lula, de igual forma, considera a si mesmo um transformador social, em que pese os avanços sociais que, em seu governo, as classes mais pobres e as minorias experimentaram. Analisemos:

*Excerto nº1- Lula*

Eu lembro, eu lembro da primeira vez que eu fui visitar o Mandela em Pretória. Eu lembro quando eu fui em Pretória, o povo, o povo tava contente. Não é porque o Mandela tinha conseguido resolver os problemas da pobreza. É porque o Mandela tinha recuperado uma coisa mais sagrada do que dinheiro. Ele tinha recuperado a dignidade da maioria negra, que era explorada e torturada naquele país.

No excerto acima, a expressão “Eu lembro que” carrega consigo um certo valor modal epistêmico (KOCH, 2008; NEVES, 2010), visto que gera um engajamento maior do enunciador perante o enunciado que profere. Uma vez que a lembrança é um resgate cognitivo de algo que supostamente aconteceu, Lula coloca como realidade tudo o que enuncia a partir da expressão “eu lembro que”. Dessa forma, as supostas lembranças que orador enuncia são postas ao auditório como verídicas e o seu *ethos* deve, assim, garantir a sua veracidade.

Além disso, no trecho (1.1L): “Não é porque o Mandela tinha conseguido resolver os problemas da pobreza” o ex-presidente Lula está se referindo a si mesmo que, um pouco antes em seu pronunciamento, havia enaltecido suas próprias ações no governo para combater a pobreza de seu povo<sup>136</sup>. Uma vez que tanto Nelson Mandela quanto o ex-presidente Lula combateram a fome em seu país, Lula coloca-se como no mesmo patamar que o líder africano. A diferença parece sutil, mas é clara. Quando a presidente Dilma Rousseff começa a construir o seu *ethos de resistente* valendo-se do *ethos de resistente* do próprio Nelson Mandela, ela deixa claro que “falar de Mandela remete-nos automaticamente à resistência contra todo tipo de opressão”. É o *ethos* de Mandela que representa, nesse enunciado, a ideia primeira do *ser resistente*. Diferentemente, quando o ex-presidente Lula fala de Nelson Mandela, o mesmo relembra um encontro que teve com o líder sulafricano em que percebeu que a alegria do povo não se dava por terem sido resolvidos os problemas da pobreza, mas, sobretudo, por ter sido devolvida a *dignidade da pessoa humana* para aquele povo. A comparação direta que o ex-presidente Lula faz de suas ações às de Nelson Mandela fica evidente pela continuação de sua argumentação, a qual se segue no excerto seguinte:

*Excerto nº 2- Lula*

Eu lembro de como o povo... Eu lembro da primeira vez que eu recebi os catadores de material reciclado dentro do Palácio da Alvorada. Eu lembro quando nós demos a palavra pro representante dos catadores, e ele falou: “Presidente Lula, presidente não, **companheiro** Lula, permita-me chamá-lo de companheiro. Eu não tenho uma reivindicação pra fazer, porque nada que o senhor me atender é mais importante do que eu estar aqui, dentro desse Palácio, que só entrava ‘grã-fino’”. Só entrava príncipe, rei, presidente, empresário. O

<sup>136</sup> Conferiremos esses excertos quando falarmos da *tópica da competência de governo*. Visto que dividimos a nossa análise por eixos temáticos (eixos por *tópicas*), logo não podemos seguir à risca uma linearidade estrita. Se assim fizessemos, poderíamos ter, por consequência, uma análise bastante pesada e repetitiva, já que diversos elementos e *tópicas* estão espalhados e se repetem com frequência ao longo dos pronunciamentos.

pobre não entrava. Eu lembro quando nós fizemos a primeira reunião com os hansenianos dentro do Palácio. Eu lembro quantos hansenianos não acreditavam que fosse possível alguém recebê-los dentro do Palácio, e beijar um por um, sem nenhum preconceito. *Isso se chama “conquista de dignidade”, e “conquista de cidadania”*. Eu não tenho nenhum problema. Aceito. E é por isso que fizemos as conferências nacionais. O maior legado que eu deixei pra esse país não foi o Bolsa Família, não foi o aumento de salário mínimo. *O maior legado que eu deixei para esse país foi criar uma outra relação entre o Estado e a Sociedade* (grifo nosso).

Pelo que podemos perceber neste excerto, o ex-presidente Lula coloca-se no mesmo patamar que ele mesmo construiu para o líder Nelson Mandela. Uma vez que havia afirmado que Nelson Mandela fazia o seu povo contente não pela extinção da pobreza, mas por lhes ter devolvido a dignidade, passa então a construir, de igual maneira, o seu *ethos*, como aquele que foi capaz de devolver a dignidade a seu povo. Ademais, o uso do lexema em negrito “**companheiro**” também foi claramente estratégico. Lula, ao apresentar um encontro com um hanseniano que prefere chamá-lo não como “presidente” mas como “companheiro”, causa um efeito de sentido de aproximação com os mais pobres e necessitados. Abdica, dessa forma, de sua posição legítima de presidente para se reconhecer, na sua própria construção narrativa do caso em questão, como um companheiro. Isso, se aplicado analogamente, busca atingir também o auditório para que ele entenda que ali não está mais alguém que foi presidente, mas um “companheiro”, aliado das causas minoritárias e referentes aos direitos humanos.

O auditório estava insatisfeito com o pronunciamento feito pela presidente Dilma Rousseff por ter considerado que ela não respondeu aos seus questionamentos. O *ethos projetivo* que a presidente Dilma Rousseff construiu não se efetivou como *ethos efetivo*, uma vez que não conseguiu colocar um ponto final nos questionamentos ou, ao menos, dirimi-los. O ex-presidente Lula, por sua vez, viu-se na necessidade de apaziguar os protestos, as vaias, ignorou o *script* do seu pronunciamento e passou a improvisar outro provavelmente mais patêmico, a fim de resolver as intempéries ali interpostas. Lula tenta, frequentemente, devolver o crédito ao *ethos* da presidente Dilma Rousseff, objetivando mesmo reconstruí-lo, e fortalece o seu próprio *ethos* para que esse consiga ser o ponto final de tais questionamentos. O ex-presidente vê a si mesmo, logo, na necessidade de “ressignificar” (e, conseqüentemente, ressemantizar) algumas questões.

Ora, o ex-presidente Lula não tem, em sua história de vida, o fato de ter sido torturado, humilhado e massacrado perante a ditadura militar no Brasil. Apesar de ter lutado contra o regime, o ex-presidente já afirmou diversas vezes que não sofreu tortura. Em se tratando de um fórum em favor dos direitos humanos, Lula busca ressignificar o conceito de direitos humanos, para além da concepção usual acerca do cerceamento de liberdade, da tortura ou de quaisquer maus-tratos, mas também inclui a fome, a falta de direitos básicos e fundamentais, algo que ele mesmo considera ser parte de sua história de vida e, enquanto ex-presidente do Brasil, considera-se o propiciador, para o povo brasileiro, da resolução desses problemas.

Uma vez ressignificado o que para ele são os direitos humanos, como veremos, o ex-presidente Lula passa a entender como *resistência* o ato de sobreviver e resistir às más condições de vida e à falta de oportunidades, pondo-se, inclusive, como exemplo de resistente. Teremos agora alguns excertos nesse sentido, para que verifiquemos a construção discursiva que o ex-presidente Lula faz em torno do que vem a ser *resistência*, e a fim de construir um *ethos resolutivo*, apresentando tudo o que já fez para um auditório desacreditado.

### *Excerto nº3- Lula*

Porque o que nós queremos é que o povo brasileiro seja tratado com respeito, com decência e com dignidade. Por isso companheiros, Paulinho Vanuca ficou uma vez nervoso comigo, porque eu fui visitar o pai do companheiro Genoíno em Quixeramobim, e cheguei lá, um velhinho de mais de oitenta anos, trabalhando de sol a sol, sem ter o que comer. E eu falava pra o Paulinho Vanuca: “ô Paulinho, pelo amor de Deus, não dá pra gente colocar a fome nos direitos humanos? Não dá pra gente colocar o direito de comer, o direito de estudar, o direito de sonhar, o direito de ter acesso à cultura, o direito de ter acesso à educação”. Tudo isso é direitos humanos, gente! (grifo nosso).

Podemos perceber neste excerto que o ex-presidente Lula evoca um acontecimento de sua experiência enquanto Presidente da República, em ocasião de uma visita ao pai do seu colega de partido, José Genoíno, em que retrata a imagem de um idoso trabalhando de sol a sol e sem ter o que comer. É inegável o apelo patêmico que essa imagem potencialmente provoca, pela própria condição do “ser idoso”, o qual deveria, a essa idade, regozijar o descanso, mas ainda trabalha arduamente para fugir das mazelas da fome. Na sequência, o ex-presidente Lula, ao fazer uma pergunta ao seu então Secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vanuca, expressa o seu imenso incômodo pela

condição desse velho homem e, analogamente, pela condição do pobre brasileiro em geral.

No enunciado (3.1L): “ô Paulinho, **pelo amor de Deus**, não dá pra a gente colocar a fome nos Direitos Humanos?” (grifo nosso), o ex-presidente Lula utiliza a expressão popular “pelo amor de Deus” como forma de expressão da sua própria indignação e do seu incômodo com a situação daquele idoso. As expressões populares também são argumentativas, porquanto produz um efeito de pertencimento, ou seja, produz o efeito de que o locutor que desta expressão faz uso é parte do povo ou, ao menos, considera-se parte dele. Trabalha, pois, tanto no domínio da *doxa* como do *pathos* propriamente dito, uma vez que esse enunciado não obedece sempre às regras de seu funcionamento enquanto um enunciado religioso, mas se transforma antes em um enunciado social mais amplo, que opera tanto como uma expressão popular de súplica, como uma expressão de insatisfação ou ironia, mesmo uma interjeição (Ah, pelo amor de Deus, você não quis dizer isso?!).

Destarte, o ex-presidente Lula faz uso de tal expressão para fortalecer tanto o seu pertencimento ao povo (questão de identidade e *ethos*) como o aspecto patêmico de sua enunciação, interrogando retoricamente (pois a resposta está implicada na própria pergunta) o seu Secretário sobre a possibilidade de se considerar a fome como direitos humanos. Nesse ponto, o ex-presidente começa o processo de resignificação do conceito *direitos humanos*, tal como já havíamos nos referido. Percebemos tal manobra neste último trecho do *excerto n°3* acima (3.2L): “‘Não dá pra gente colocar o direito de comer, o direito de estudar, o direito de sonhar, o direito de ter acesso à cultura, o direito de ter acesso à educação’. Tudo isso é direitos humanos, gente!”. Ora, aqui parece claro que o ex-presidente Lula amplia o conceito de direitos humanos para além de unicamente o direito de liberdade de expressão, culto, locomoção, pensamento, do direito à paz, segurança — concepção mais usual quando se pensa em direitos humanos —, mas também ao direito de não ter fome, ao direito à cultura, à educação.

Com efeito, o conceito de direitos humanos é bastante amplo e admite como parte de si todas essas questões levantadas pelo ex-presidente. Segundo Henkin (1978), os direitos humanos são concebidos de forma a incluir reivindicações morais e políticas que, no consenso contemporâneo, todo ser humano tem ou deve ter perante sua sociedade ou

governo, reivindicações estas reconhecidas como de direito e não apenas por amor, graça ou caridade. Esse conceito, bastante amplo, dialoga com a própria *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que, em seus artigos 25 e 26, positiva como direitos humanos o “direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]” (art. 25) e o “[...] direito à instrução” (art. 26). Dessa forma, o ex-presidente Lula não lança mão de uma argumentação arbitrária quando amplia o significado de *direitos humanos*, visto que, de fato, essa concepção mais ampla já existe. Não obstante, tal recurso nos parece estratégico, uma vez que o evento em questão priorizava a face mais restrita e convencional dos direitos humanos, enquanto direito aos diversos tipos de liberdade e contra qualquer tipo de opressão.

Dessa forma, a tópica da *resistência* ganha outros contornos no discurso do ex-presidente Lula. Ser resistente não é mais o ato ou efeito de resistir à opressão física, simbólica, ideológica, política, mas também à fome, à falta de dignidade humana, de melhores condições de vida. O ex-presidente coloca-se, assim, como um ícone de resistência às próprias adversidades da vida e que atingem, hoje, milhares de brasileiros. Entendemos que se trata, aqui, de uma estratégia de identificação, aproximando seu *ethos* não só ao *pathos* (enquanto emoção) mas também ao *ethos* (imagem) do auditório, ou seja, ao *ethos* do *pathos*, tal como se segue:

*Excerto nº4- Lula:*

Eu quero agradecer a compreensão de vocês *porque eu sei* como o pobre é tratado nesse país. *Se alguém já passou necessidade aqui...* Vocês querem discutir como é que vive alguém que foi vítima de enchente? *Pergunte pra mim*. Porque não foram poucas as vezes que eu levantei uma hora da manhã com merda passando na minha cama, com rato, com barata. (grifo nosso).

No trecho (4.1L): “Eu quero agradecer a compreensão *porque eu sei* como o pobre é tratado nesse país”, o ex-presidente Lula coloca-se como genuinamente experiente em relação à condição da pobreza, na medida em que ele mesmo a viveu em sua infância. Faz uso, para tanto, da modalidade epistêmica do saber, colocando-se como conhecedor, construindo para si um *ethos de resistente* que se assemelha, em muito, a um *ethos de experiente*. O *ethos de experiente*, a propósito, apresenta-se de diversas maneiras, mesmo sob a forma que Charaudeau (2005a) descreveu como *ethos de compétence* (*ethos de*

*competência*), uma vez que ele não apenas revela a construção de um ser com suficiente *savoir-faire* técnico para governar, mas também aquele que, por ter sido experimentado na vida pelas mais adversas situações, mostra-se como competente para governar e combater as mesmas adversidades pelas quais passou e deseja fazer com que seu povo não passe.

Em sequência, o ex-presidente Lula profere este enunciado interrompido: **(4.2L)**: “Se alguém já passou necessidade aqui... [...]”. Apesar de o enunciado ter sido interrompido, poderíamos resgatar a sua complementariedade da seguinte forma: “Se alguém já passou necessidade aqui **fui eu**”. Obviamente, trata-se de uma inferência que não pode dar conta de uma veracidade completa. Entretanto, pragmaticamente, podemos inferir que o ex-presidente, em vista do que pronunciava anteriormente, conjecturou o provável enunciado acima. O efeito que causaria a enunciação explícita do complemento “**fui eu**” não foi prejudicado, visto que a continuação de sua enunciação ratifica a estratégia de criação de um *ethos de resistente* que o ex-presidente almejava construir para si mesmo.

Dessa forma, ele se coloca como o *sapiente*, experimentado na vida e que pode responder para todos do auditório o que significa passar fome, sofrer a opressão da própria vida e, ainda assim, vencer todas essas adversidades. Isso fica evidente nos trechos que se seguem do excerto nº4 acima, **(4.3L)**: “Vocês querem discutir como é que vive alguém que foi vítima de enchente? *Pergunte pra mim*”. O ex-presidente deixa claro neste trecho que ele se coloca como *resistente* e como aquele que pode responder aos questionamentos do auditório acerca de assuntos como estes. Coloca-se, igualmente, como uma espécie de oráculo, pois ao ser mais experiente e por ter vivido na pele às agressões das más condições de vida, pode ele mesmo responder com credibilidade e mesmo legitimidade aos questionamentos acerca dos direitos humanos mais essenciais.

Em tempo, vale lembrar que Meyer (2008) considera a dimensão do *ethos* como aquela em que o orador se coloca como ponto final dos questionamentos, pois entende que o mesmo deve dispor de todas as características necessárias para que tenha a autoridade do responder, de negociar as distâncias existentes entre o auditório e si. Nesse sentido, ao dizer “pergunte para mim”, o ex-presidente Lula pretende se colocar como o ponto final dos questionamentos, como *experiente* o suficiente para que a sua vida sirva

como o próprio e maior exemplo de *resistência*. (4.4L): “Porque não foram poucas as vezes que eu levantei uma hora da manhã com merda passando em minha cama, com rato, com barata”. Ora, neste trecho, podemos perceber que o ex-presidente introduz, supostamente, um episódio de sua vida para legitimar a sua posição de experimentado e, portanto, como portador de maior entendimento sobre o que é sofrer na vida e passar necessidades. Essa mesma estratégia se prolonga:

*Excerto nº5- Lula:*

Querem perguntar pra mim como é que vive sem comer? *Pergunte que eu sei* o que é a lombriga maior comer a menor. *Eu sei* como é que é, sabe? Ter como mistura apenas Tanajura quando chovia ou quando fazia tempo de Tanajura. Querem falar como é que bebia água não potável? Fale comigo, que ia no açude buscar água no pote e que tinha mais lama, mais merda de animal do que qualquer outra coisa. E eu quando vim de Pernambuco pra cá só tinha barriga. A perna era mais fina que o dedo de vocês. A barriga era maior do que a que eu tenho hoje, de verme, de doença (grifo nosso).

Mais uma vez o ex-presidente Lula coloca-se como *aquele-que-sabe*, experiente e experimentado pela vida. Evoca elementos de um imaginário popular das classes mais pobres, como o ato de comer a formiga chamada de Tanajura, por não haver comida suficiente na mesa para todos da família, revelando, assim, a condição de fome por que passou. Do mesmo modo, fala sobre o ato de buscar água no açude, água esta não potável e com detritos. O apelo patêmico é indiscutível, uma vez que essas *narrativas de vida* (ou *narrativas de si*<sup>137</sup>) produzidas pelo ex-presidente têm o poder de construir imagens na mente do alocutário (auditório) para comovê-lo e, conseqüentemente, persuadi-lo. A propósito, para Machado (2013), a narrativa de vida é comum no campo político, na medida em que um orador político coloca a si mesmo como personagem de sua narração, podendo ser usado, inclusive, para enaltecer os próprios atos e feitos. Nesse sentido,

o ato de contar uma história, seja em ocasiões informais (roda de amigos, festas familiares, etc.), seja em ocasiões mais formais (reuniões de trabalho, discursos em campanhas políticas, entrevistas, etc.) exige do narrador uma dose de estratégias de captação bem como a habilidade para a criação de estratégias de cumplicidade que serão dirigidas ao seu eventual auditório (MACHADO, 2013, p. 2/3).

---

<sup>137</sup> Cf. MACHADO, Ida Lucia. A ‘narrativa de si’ e a ironia: um estudo de caso à Luz da Análise do Discurso. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n. 1, p. 01-16, ago./dez. 2013.

Com efeito, a narrativa de si mesmo possui grande poder persuasivo, visto que persuade o auditório sem a clara e às vezes incômoda ciência, por parte do interlocutor, de que se está sendo persuadido. Esta estratégia pode ser encaixada, em certa medida, como tendo uma *dimensão persuasiva* — tal como entende Amossy (2010), por aparentemente, em termos de gênero, não ser um gênero argumentativo por excelência, como também uma *visée*<sup>138</sup> *argumentativa*, porquanto se apresenta como claramente voltada à persuasão. Dessa forma, a persuasão, nesses casos, é sutil e, tal como nas narrativas literárias, persuade-se quase que de maneira subliminar. Quando menos se espera, o interlocutor (leitor/ouvinte) já se vê simpático àquela história ou acreditando nela tal como lhe foi contada. Segundo Machado (2011), em um artigo específico chamado “le rôle du récit de vie dans le discours politique de Lula”, publicado na revista *Argumentation et Analyse du Discours*<sup>139</sup>, “le récit de vie comprend une dimension argumentative qui permet de construire un ethos présidentiel par le jeu qu’il instaure entre l’individuel et le collectif, créant ainsi un effet de pathos qui appelle à l’identification<sup>140</sup>” (MACHADO, 2011, p. 2). A narrativa de vida é especialmente comum em líderes políticos, sobretudo os carismáticos, pois a vida particular e familiar não se separa da vida política, a *bios politikos*, para bem e para mal. O político pode tanto se beneficiar de sua história de vida como também se prejudicar pela narração da mesma. Por essa razão, a narrativa de vida é ela própria uma reconstrução estratégica de uma história de vida pelo próprio orador, cuidando para que seja narrado apenas o que lhe interessa para a persuasão e para a construção de um *ethos* eficiente.

A linguagem que o ex-presidente Lula utiliza nestes últimos excertos em que passa a produzir narrativas de vida é especialmente coloquial e isso também pode não ser aleatório. Não devemos nos esquecer da composição do auditório, formado em sua maioria por jovens militantes, estudantes e pesquisadores. A linguagem com a qual o ex-presidente narra os seus exemplos de vida parece ser estrategicamente construída para

---

<sup>138</sup> Devido ao fato de esse vocábulo do francês ser de difícil tradução para o português, preferimos mantê-lo em francês. No entanto, entendemos *visée argumentative* como uma espécie de *orientação argumentativa, visada argumentativa*.

<sup>139</sup> MACHADO, Ida Lúcia. « Le rôle du récit de vie dans le discours politique de Lula », *Argumentation et Analyse du Discours* [Online], 7 | 201. Disponível em << <file:///C:/Users/Work/Downloads/aad-1166-7-le-role-du-recit-de-vie-dans-le-discours-politique-de-lula.pdf>>>. Acesso em 26 set, 2015.

<sup>140</sup> A narrativa de vida compreende uma dimensão argumentativa que permite construir um ethos presidencial pelo jogo que se instaura entre o individual e o coletivo, criando assim um efeito de pathos que apela à identificação. [Tradução nossa].

que haja identificação entre si mesmo e o auditório jovem que o contemplava e o ouvia. Ademais, também não devemos nos esquecer de que toda (ou quase toda) a argumentação do ex-presidente Lula voltava-se para a função de dirimir as intempéries existentes no espírito do auditório após o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff. Ademais, podemos considerar que o ex-presidente escolheu, ao menos pelo que se pode interpretar se sua argumentação, não apenas construir o seu *ethos* como ponto final dos questionamentos, mas também reconstruir o *ethos* da presidente Dilma Rousseff, que ao invés de ser respondente, tornou-se questionado.

*Excerto nº 6- Lula:*

E é por isso que *nós* resolvemos priorizar os pobres desse país. *É por isso que nós fizemos a maior ascensão social da história desse país.* E é por isso que eu sei que falta muita coisa, companheiros. Mas estejam certo de uma coisa: *nós, nós* vamos fazer muito mais. Pode-se fazer muito mais. Quem quiser torcer contra, que torça. Eu conheço a Dilma há apenas dez anos, ela foi minha ministra. *A mulher.* A mulher que passou pelo que a Dilma passou, e faz o que ela faz, com o bom-senso que ela tem, *meus filhos*, podem ficar certos, que esse país tem que ter *motivo de orgulho. Motivo de orgulho pela presidenta que elegemos.* Portanto companheiros e companheiras, Maria do Rosário, eu quero dizer pra vocês, *que nós temos que continuar avançando na questão dos direitos humanos.* (grifo nosso).

Esse excerto é especialmente importante para a confirmação do que aqui defendemos. Primeiramente, podemos apontar para o uso do pronome pessoal *nós*, que tanto poderia abranger todos aqueles que formam/formaram a equipe que governa o Brasil desde o seu primeiro governo como presidente, como o *eu* (Lula) + *ela* (Dilma Rousseff) enquanto governantes de um mesmo projeto de gestão continuado. No trecho (6.1L): “É por isso que nós fizemos a maior ascensão social da história desse país”, o ex-presidente repete tal afirmação que se tornou característica e bastante corriqueira em seus pronunciamentos, pois considera esse fato como emblema e bandeira de todo o seu governo e o de Dilma Rousseff até o momento.

É possível perceber, a partir desse último trecho, um dos principais objetivos do ex-presidente Lula em toda a sua argumentação. Sabemos que uma argumentação caminha naturalmente em direção a uma conclusão e que, uma vez no terreno da conclusão, identificamos com mais clareza a natureza das intenções argumentativas dos oradores. O ex-presidente Lula argumenta que o Brasil teve, em seu governo e no de

Dilma Rousseff, a maior ascensão social da história do país, e logo depois afirma (6.2L): “quem quiser torcer contra, que torça”. Neste ponto fica bastante claro o desejo de o ex-presidente defender o *ethos* de sua sucessora, associando assim o governo da presidente como continuação do projeto começado pelo ex-presidente de promover a ascensão social. Ele continua afirmando que o país tem que ter “motivo de orgulho” pela presidente que a maioria do povo brasileiro elegeu. Ora, se enunciamos que precisamos ter “motivo de orgulho” por ter elegido Dilma Rousseff, automaticamente evocamos a ideia de que este motivo está em xeque ou não mais existe. Dessa forma, o ex-presidente Lula, ao entender que a credibilidade da presidente estava em xeque e que as manifestações podiam ser um retrato das insatisfações que os jovens militantes dos direitos humanos vinham tendo em relação à presidente, coloca-se mais uma vez a reconstruir o *ethos* de sua sucessora. Para tanto, a tópica da *resistência* é novamente utilizada, quando o ex-presidente enuncia que (6.3L): “A mulher. *A mulher que passou pelo que a Dilma passou* e faz o que ela faz, com o bom senso que ela tem, *meus filhos*, podem ficar certo, que esse país tem que ter motivo de orgulho” (grifo nosso). Podemos perceber, no trecho em itálico, que Lula evoca novamente a memória da ditadura ao dizer que Dilma Rousseff *passou pelo que passou*. Podemos depreender, sem maiores dificuldades, o conteúdo dessa afirmação. A *doxa* brasileira nos permite entender que se quer afirmar aqui que a presidente passou por torturas na época da ditadura militar. Nesse caso, podemos dizer que temos uma pressuposição, acionada por um verbo factivo, mas que apenas é possível de ser depreendida porque o auditório se inscreve como participantes de uma mesma *doxa*.

Ademais, é possível perceber, neste trecho, um fator que veremos um tanto mais adiante e que diz respeito ao estatuto e à imagem de *pai do povo* e de *mãe do povo* que o ex-presidente Lula almeja construir de si mesmo e da presidente Dilma Rousseff, respectivamente. O vocativo *meus filhos* já nos desvela certo jogo de sentido, mas que apenas aprofundaremos na análise posteriormente. Por ora, cabe-nos apenas enxergar que a *tópica da resistência* é amplamente utilizada nestes excertos apresentados e, aliados à própria redefinição dos sentidos do *ser resistente* e do *ser resistente a quê*, compõem, ao menos em tese, interessante estratégia persuasiva.

Não obstante, em certo momento do pronunciamento, algumas reivindicações começaram a ser direcionadas também ao ex-presidente Lula, sobretudo acusando-o de

tergiversar em demasiado e de estar apenas “fazendo política”. Em resposta, o ex-presidente enuncia

*Excerto nº7- Lula:*

A comissão da verdade...é que eu não quero falar o que já foi falado, meu filho. Se eu for falar tudo o que já falaram aqui, vai ser um “repeteco”. *Mas as pessoas de bom senso, as pessoas de bom senso sabem o que já foi feito neste país.* E as pessoas sabem que podem continuar reivindicando. Não tem problema. Podem continuar reivindicando. Porque quanto mais o povo reivindica, mais a gente sabe que tem que atender o clamor do povo. Nenhum presidente do mundo teve a coragem que a Dilma teve com as manifestações de Julho. Nenhum presidente. Ela teve coragem de encarar as manifestações. (grifo nosso).

O ex-presidente Lula, ao abandonar o *script* de pronunciamento, pode ter-se afastado das pautas específicas que trataria acerca dos direitos humanos. Mas o papel do ex-presidente Lula não é mais institucional. Cabia a ele, naquele momento, recuperar o controle do auditório, diminuir as distâncias entre ele e si mesmo, transformar a disposição dos espíritos que o compunha. Por esta razão, explica que não seguiu o *script* porque, caso o fizesse, falaria o mesmo que as pessoas vinham falando desde o início do evento (acerca da comissão da verdade, do direito à memória, contra a ditadura etc.).

Contudo, tudo isto está marcado no excerto, de maneira que não fugimos aqui muito de uma análise de conteúdo. Na sequência da argumentação, ele afirma que (7.1L): “[...] as pessoas de *bom senso* sabem o que já foi feito neste país [...]” (grifo nosso). Pois bem, ao afirmar que as pessoas de *bom senso* sabem o que já foi feito neste país, automaticamente o sentido do enunciado reenvia à ideia exatamente contrária, de que quem não reconhece os avanços que o Brasil teve, não é uma pessoa de bom senso, uma pessoa sensata. Destarte, Lula coloca certa imperatividade em se reconhecer os avanços que o Brasil teve no governo de Dilma Rousseff, o que fica ainda mais claro pelo fato de, logo depois, o ex-presidente afirmar que não teve nenhum presidente mais corajoso do que ela, vide a forma como enfrentou as manifestações.

Em seguida, a *memória da democracia* aparece inevitavelmente pela própria presença constante do seu *outro*, a *memória da ditadura*. Vale ressaltar que a ditadura no Brasil, inicialmente, tinha como pretexto pré-golpe a necessidade de uma ordem temporária, regime de transição, para dar estabilidade democrática em vista de um pleito

vindouro. Todos nós sabemos o resultado e a verdadeira intenção dos militares. Nesse período de ditadura, fazer política de oposição, obviamente, era passível das punições mais severas e mesmo de morte. Dessa forma, o regime ditatorial no Brasil é comparado, por muitos, aos regimes fascistas da Europa. Essa memória também é resgatada no pronunciamento do ex-presidente, que denuncia o perigo de não se gostar de política.

*Excerto nº 8- Lula:*

[...] quando vocês encontrarem um jovem rebelde dizendo que ninguém presta, ainda assim, convença esse jovem que ele não pode negar a política. Porque se ele nega a política, ele vai apenas cumprir uma profecia: *a desgraça de quem não gosta de política é que é governado por quem gosta* [...] *A negação da política é o fascismo* [...]. (grifo nosso).

Aqui nos deparamos com algumas implicações. Ao se defender dos ataques acerca de seu modo de responder aos questionamentos, às acusações de só estar “fazendo política”, o ex-presidente Lula implica uma personagem em sua enunciação (o jovem rebelde) em vista de responder a tais questionamentos sem precisar ser direto ou ríspido. Entretanto, o mais relevante neste excerto é que a visão de política de Lula casa-se totalmente com o conceito que defendemos aqui (especialmente no primeiro capítulo, mas também em todo decorrer do trabalho), a saber, o conceito de política para Hannah Arendt. A filósofa entende que apenas há política onde não há a coerção, e que o medo da política, o preconceito com a política apenas aumenta a fragilidade dessas pessoas frente a um totalitarismo ou a um fascismo que possa surgir. Para Arendt (2009), a negação da política é o fascismo, tal como afirmou o ex-presidente Lula no excerto acima. Sendo assim, neste excerto, Lula procura defender a sua face<sup>141</sup>, mostrar que a política é o caminho para que a coerção não volte e ele, reconhecido por sua capacidade extremamente política, coloca-se, talvez, como um líder capaz de salvar o país de qualquer intervenção fascista que se possa surgir no horizonte político brasileiro.

Em suma, nos excertos apresentados até aqui, o ex-presidente Lula buscou ressignificar os conceitos de *resistência* e de *direitos humanos*, colocando-se como um *resistente* às más condições de vida e, por essa razão, o líder mais capaz de governar o

---

<sup>141</sup> “Face” seria o “valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico” (GOFFMAN apud WILSON, 2013, p. 97).

povo pobre, pois viveu na pele as mazelas da pobreza. Entretanto, essa não foi a única estratégia do ex-presidente, apesar de se ter debruçado nela durante quase todo o seu pronunciamento. Enquanto a presidente Dilma Rousseff mobilizou a *doxa* do auditório evocando memórias acerca da ditadura e da resistência a ela, o ex-presidente Lula, por sua vez, opta por evocar o *outro* dessa memória, automaticamente implicado na própria *memória da ditadura: a memória da democracia e da redemocratização*. Não se quer dizer, todavia, que a democracia é uma memória de um fato passado — uma vez que vivemos em democracia até os dias de hoje — mas que todo saber, institucionalizado ou não, deixa rastros em sua evolução que constituem a memória desse acontecimento discursivo<sup>142</sup>. Vejamos, pois, como a *memória da democracia* é evocada e como ela é transformada em argumentos pelo ex-presidente Lula.

*Excerto nº 9- Lula.*

E eu digo sempre o seguinte: nós governantes precisamos ter consciência de que a democracia exige de nós muita compreensão, de que, por mais que você faça as coisas, sempre haverá algo a ser feito. E por mais que você faça, sempre haverá alguém querendo conquistar mais. E isso é próprio da democracia. *E somente a democracia* permitiu que um metalúrgico chegasse à presidência do Brasil. *Somente a democracia* permitiu que um índio chegasse à Presidência da Bolívia. *Somente a democracia* permitiu que um negro chegasse à Presidência da República dos Estados Unidos e *somente a democracia* permitiu que uma *ex-guerrilheira* chegasse também à Presidência do Brasil. Permitiu que uma *ex-guerrilheira, condenada a muitos anos de cadeia, torturada, Dilma Rousseff, chegasse a Presidência da República desse país* (grifo nosso).

Lula aqui se refere aos protestos e demandas do auditório. O ex-presidente argumenta como sendo natural da democracia as cobranças, as reclamações por mais benefícios e mudanças, ainda que algumas já estivessem sendo feitas pelo governo. Em seguida, o ex-presidente enaltece a democracia e, automaticamente, reevoca a *memória da ditadura* já antes acionada pela presidente Dilma Rousseff em seu pronunciamento. Nos grifos acima, percebemos mais uma vez o recurso à *figura de presença* já aqui descrita, através do processo anafórico de repetição dos termos “Somente a democracia”. O efeito de presença desse argumento consiste em reforçar no espírito do auditório que **somente a democracia** possui condições de permitir a ascensão ao poder de pessoas e

---

<sup>142</sup> Acontecimento discursivo, segundo Pêcheux, decorre da discursivização de um acontecimento histórico que ocorre no “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

grupos étnico-sociais antes reprimidos e oprimidos. Dessa forma, tudo o que não for democracia ou democrático deve ser rejeitado.

Ainda nesse trecho temos outros dignos de análise. Primeiramente, o próprio efeito de interdiscursividade que ocorre ao se remeter, nos enunciados, a outros líderes da América Latina e do Norte e que se colocam como símbolos da democracia. O ex-presidente inicia sua série anafórica com seu próprio exemplo: “Somente a democracia permitiu que um metalúrgico chegasse à Presidência do Brasil”, e logo em seguida refere-se a Evo Morales afirmando que “somente a democracia permitiu que um índio<sup>143</sup> chegasse à Presidência da Bolívia. Continua afirmando que “somente a democracia permitiu que um negro chegasse à Presidência dos Estados Unidos” (referindo-se a Obama), até que finalizou afirmando que “somente a democracia permitiu que uma ex-guerrilheira, condenada há muitos anos de cadeia, torturada, Dilma Rousseff, chegasse à Presidência da República desse país”. Aqui figura um segundo ponto. Consideramos que o ex-presidente diferencia o tratamento a Dilma Rousseff daquele que deu a si mesmo e aos outros líderes mencionados neste trecho. Enquanto o ex-presidente Lula limitou-se à referência à característica peculiar simbolizadora do estatuto de minoria de cada um (metalúrgico, índio, negro), diferentemente fez à presidente Dilma Rousseff, acrescentando a ela mais detalhes sobre sua simbolização como representante da vitória democrática no Brasil. Se a lógica fosse obedecida, teríamos o seguinte enunciado: “Somente a democracia permitiu que uma ex-guerrilheira chegasse à Presidência da República desse país”. Isso nos revela, talvez, uma possível compreensão do ex-presidente Lula a respeito da falta de total compatibilidade entre a *memória da ditadura* enquanto movimento de resistência armada (alusão ao fato de a presidente Dilma Rousseff ter sido guerrilheira da VAR-Palmares) com a noção de que a presidente foi vítima do cerceamento dos direitos humanos e hoje simboliza a vitória da democracia. Destarte, o ex-presidente detalha, com mais precisão e com aspecto fortemente patêmico, características que identificam a presidente Dilma Rousseff com a ideia e a imagem de vítima, uma vez que a imagem de “ex-guerrilheira” não coaduna de imediato, na *doxa*

---

<sup>143</sup> Apesar de não figurar aqui como o elemento mais importante, não podemos negligenciar o fato de que um grupo de índios e representantes indígenas estavam manifestando seu descontentamento com a PEC 215/2000 e endereçavam reclamações a presidente Dilma Rousseff questionando seu próprio estatuto de defensora dos direitos humanos. Não vemos como aleatória a inserção de Evo Morales, um índio, na descrição de que somente a democracia dava poder a estas classes étnicas. O intuito persuasivo direcionado a esse grupo parece-nos claro, e referências aos índios, sem que sejam diretas, serão feitas posteriormente.

brasileira, com a ideia de “ser vítima de cerceamento dos direitos humanos e dos terrores da ditadura”. O detalhamento “condenada a muitos anos de cadeia, torturada...” parece-nos uma tentativa de o ex-presidente Lula conceder certo estatuto patêmico ao *ethos de resistente* criado pela própria presidente Dilma Rousseff em seu pronunciamento.

Nesse sentido, podemos recapturar duas noções caras ao nosso trabalho, a noção de *ethos projetivo e efetivo*, e a noção de *pathos projetivo e efetivo*. Ora, vimos que a problematidade das dimensões retóricas opera um possível *décalage* dentro de si próprias e que configura a pluralidade de sentidos possíveis decorrentes de uma argumentação. Por assim dizer, a presidente Dilma Rousseff, aparentemente, visa a evocar a *memória da ditadura* de maneira a tocar emotivamente o auditório, na medida em que entende que, na *doxa* brasileira, os efeitos de *pathos* que o uso estratégico dessa memória podem causar são benéficos para a persuasão. Entretanto, vimos no terceiro capítulo que uma das causas dos desentendimentos e das intempéries, argumentativamente falando, é a diferença entre o *ethos projetivo e efetivo*, e entre *pathos projetivo e efetivo*. As reivindicações do auditório e as sucessivas manobras do ex-presidente Lula em resgatar a *face* positiva da presidente Lula parecem indicar (apesar de não podermos afirmar com segurança, pois não se trata aqui de uma pesquisa de recepção) que o *ethos* que a presidente construiu para si mesma não se efetivou como desejado, talvez por um equívoco na percepção do auditório presente, talvez por outras variáveis que impossibilitaram à presidente responder os questionamentos, variáveis que fogem à nossa alçada, enquanto analistas de possíveis interpretativos, deslindá-las de maneira precisa.

O *pathos projetivo* é, destarte, o *a priori* da argumentação, a projeção que o orador faz do auditório, ou seja, é a percepção que aquele faz deste antes mesmo de iniciar a sua argumentação. Por essa razão, o orador sempre imagina um auditório e, a partir dessa projeção, constrói sua argumentação adequadamente. O *pathos efetivo*, por sua vez, é o auditório real, o *a posteriori* da argumentação, o auditório do efeito real causado. O que ocasionou a distância entre a presidente Dilma Rousseff e o auditório foi justamente um *décalage* sobremaneira exacerbado entre o seu *ethos projetivo e o pathos projetivo*, e o *ethos efetivo e o pathos efetivo*.

Recuperando a *memória da democracia*, consideramos que ela está igualmente presente, tanto quanto a *memória da ditadura*, em ambos os pronunciamentos. Entretanto, mais uma vez percebemos e buscaremos analisar o fato de que a maneira como a presidente Dilma Rousseff tratou da democratização e da democracia, evocando, dessa forma, tais memórias, não se muniu do mesmo apelo patêmico o qual o ex-presidente Lula se valeu. No caso do ex-presidente, em ambos os pronunciamentos, a *memória da democracia* é evocada através da apresentação de medidas governamentais em prol da democratização do país, em seus vários aspectos, desde a própria valorização dos direitos humanos aos programas governamentais de desenvolvimento social. Não apenas o conceito de *resistência* havia sido reconstruído para além dos sentidos do contexto ditatorial, mas também, automaticamente, diversas implicações emergiram desse processo. A resignificação do conceito de democracia e de democratização passa a ter igualmente papel fundamental na empreitada persuasiva. Democracia agora passaria a ser não mais apenas o *outro* da ditadura, mas também um conjunto de atitudes governamentais em prol do desenvolvimento social e que se configurariam como pilares fundamentais para a sedimentação do respeito aos direitos humanos. Vejamos alguns excertos de ambos os pronunciamentos no tocante a esta questão:

*Excerto nº4- Dilma Rousseff:*

Com o Brasil sem Miséria, nós vencemos o desafio da superação da extrema pobreza, condição necessária para garantir o acesso de uma enorme parcela de nossa população às riquezas do país. Temos um **imenso orgulho** em dizer que retiramos 22 milhões de brasileiras e brasileiros da miséria. Abrimos para eles as portas dos serviços públicos e estamos dando apoio para que eles sejam sujeitos de sua própria vida (grifo nosso).

Antes de qualquer outra coisa, chamamos a atenção para o termo de emoção em negrito “**imenso orgulho**”. A suposta retirada de 22 milhões de brasileiros da miséria sempre foi a maior bandeira dos governos do PT. Os termos referidos, nesse sentido, colocam os líderes Dilma Rousseff e Lula como diretamente responsáveis por tal empreitada, uma vez que indicam que geralmente o sentimento de **imenso orgulho** acompanha aquele que fez algo mui digno de valor.

Ademais, é possível considerar que, uma vez que o excerto acima tenha sido pronunciado logo após a introdução de seu pronunciamento (*excerto nº1-Dilma Rousseff*)

— em que a presidente evocava para si o estatuto de resistente à ditadura e, portanto, símbolo dos direitos humanos no Brasil —, o sentido possível de ser depreendido neste trecho estaria atrelado à condição em que a presidente se coloca e, assim, o seu governo, como promotores dos direitos humanos. Passa então a afirmar que os desafios vencidos por ela e seu governo, vitória essa que a presidente encara como sendo condição necessária e garantidora do acesso das parcelas mais pobres às riquezas do país. Mas o que chama a atenção da AD nesse excerto, é que no enunciado (**4.1DR**): “Abrimos para eles as portas dos serviços públicos e estamos dando o apoio para que eles sejam *sujeitos de sua própria vida*” (grifo nosso), o trecho grifado produz alguns efeitos discursivos. O pronome *eles*, neste excerto, está se referindo aos termos *brasileiras e brasileiros* enunciados na oração exatamente anterior. Dizer, assim, que os brasileiros e brasileiras que saíram da miséria se tornaram *sujeitos de suas próprias vidas* poderia significar, no contexto de um fórum sobre as memórias da ditadura, que os sujeitos, antes silenciados, censurados, torturados, tinham seus direitos humanos cerceados e, portanto, não eram sujeitos de suas próprias vidas.

Entretanto, o contexto imediato de enunciação deste excerto, em relação ao próprio co-texto, permite-nos entender outro sentido, a saber, o de que a presidente afirma que antes do governo do PT (Lula + Dilma) os sujeitos emergentes da condição de miséria não tinham vontade própria, não podiam fazer o que queriam, pois eram, possivelmente, manipulados e oprimidos pela elite. Isso fica claro na continuação de seu pronunciamento, em que a presidente passa a fazer propaganda dos seus programas de governo, sempre opondo o governo do PT (Lula + Dilma) aos governos anteriores (não necessariamente do regime militar), o que produz o sentido de que apenas o governo do PT verdadeiramente proporcionou a democratização do país. Tais sentidos podem ser depreendidos em outros momentos subsequentes do pronunciamento da presidente em que ela se refere às ações que vêm sendo feitas, por seu governo, para resolver as demandas das minorias. Destarte, propomos apresentar tais trechos, sobretudo por entender que os sentidos decorrentes em outros momentos do pronunciamento podem depender dos sentidos existentes nestes trechos. Consideramos, igualmente, que possivelmente tenha sido este o momento iniciador do distanciamento entre a oradora, presidente Dilma Rousseff, e o seu auditório. Marcaremos, portanto, os temas que foram abordados pela presidente neste momento de seu pronunciamento.

*Excerto nº5- Dilma Rousseff:*

- 1- O Viver sem Limite está nos ajudando a garantir aos brasileiros e brasileiras com deficiência o direito de viver com autonomia e independência, e desenvolver todas as suas potencialidades: inclusão escolar, acesso a serviços adequados de saúde, direitos a moradias adaptáveis do Minha Casa Minha Vida, crédito, direito de retornar ao BPC em caso de perda de emprego, esses são alguns dos exemplos de ações para eliminar barreiras e ampliar o acesso das pessoas com deficiência a serviços e direitos [...]
- 2- [...] Concedemos também atenção especial às crianças e adolescentes nas políticas de proteção social. A redução do contingente de crianças submetidas ao trabalho infantil, a frequência crescente à escola e o ativo enfrentamento à exploração sexual de nossas crianças e adolescentes são ações fundamentais em favor do direito da pessoa a uma vida plena [...]
- 3- [...] Com o Mais Médicos, estamos levando atenção à saúde para as populações antes desassistidas nas periferias das grandes cidades. As Casas da Mulher Brasileira vão nos permitir fortalecer muito o combate a esse crime covarde que ainda envergonha nossa sociedade, que é a violência contra a mulher [...]
- 4- [...] Nosso compromisso com o enfrentamento da violência que atinge a população LGBT é *firme e inquestionável*. Com o compromisso nacional para o envelhecimento ativo, vamos ampliar o acesso dos idosos às políticas sociais plenas do governo. Adotamos a Lei de Cotas nas universidades públicas e enviamos ao Congresso Nacional proposta de implementação de cotas raciais em concursos públicos federais. O Brasil exige e necessita de políticas afirmativas para superar de vez o preconceito e a discriminação racial, e as desigualdades sociais que ainda marcam nossa sociedade [...]
- 5- [...] Implantamos, em agosto, o Estatuto da Juventude, um pacto pela juventude brasileira, por mais igualdade, mais oportunidade e mais participação. Com o Juventude Viva estamos enfrentando uma das maiores chagas de nossa sociedade: a violência contra jovens, – em especial negros e pobres –, das periferias de nossas grandes cidades. Nós vamos juntos superar esse cenário de mortalidade da juventude. Porque a história de um grande país não se faz com uma juventude sendo objeto de violência, se faz com uma juventude viva. (grifo nosso).

A presidente começa, em **1**, tratando sobre os indivíduos portadores de deficiência e os benefícios que o seu governo lhes está proporcionando. Em seguida, em **2**, a presidente trata sobre a exploração infantil em suas diversas formas (trabalho infantil, exploração sexual) alegando que, em consequência de seu programa de governo, essas crianças aumentaram a frequência nas escolas e já usufruem de melhores condições de uma vida plena. Em **3**, a presidente trata de uma das maiores bandeiras de seu governo, o *Mais Médicos*, programa este que contrata médicos estrangeiros para atenderem em regiões remotas do Brasil, em sua maioria interioranas, mas também nas periferias das

grandes cidades, em que as condições dos serviços de saúde são mais precárias. Neste mesmo trecho, a presidente fala da *Casa da Mulher Brasileira*, programa voltado ao combate à violência contra a mulher. No trecho 4, podemos perceber que a presidente começa falando sobre a causa LGBT, mas não desenvolve o assunto, o que pode ter sido uma das causas de indignação dos manifestantes. Vejamos que a presidente evoca o assunto (5.1DR): “Nosso compromisso com o enfrentamento da violência que atinge a população LGBT é *firme e inquestionável*”, mas logo depois o abandona (5.2DR): “Com o compromisso nacional para o envelhecimento ativo, vamos ampliar o acesso dos idosos às políticas sociais plenas do governo. Adotamos a Lei de Cotas nas universidades públicas e enviamos ao Congresso Nacional proposta de implementação de cotas raciais em concursos públicos federais”. A presidente se desvia do assunto, atendo-se apenas a dizer que o engajamento para com a causa LGBT era *firme e inquestionável*. Contudo, não pareceu ao auditório tão inquestionável assim. Enquanto muitos esperavam posições mais assertivas a respeito da criminalização da homofobia, equiparação ao estatuto de família da união civil homossexual entre outras demandas, houve, pelo contrário, não só a falta de clareza acerca do que seria o compromisso *firme e inquestionável*, mas, sobretudo, a falta, propriamente dita, de propostas para este setor.

A problematologia entende o *logos* como tudo aquilo que é questão. O orador, enquanto sujeito constituidor e constituído pela dimensão do *ethos*, deve se colocar como uma resposta aos questionamentos. Teríamos, na verdade, efeitos de resposta, uma vez que consideramos, tal como Meyer (2008), que toda resposta só é uma resposta na medida em que é questão e, portanto, não se pretende a asserções. Contudo, o *ethos* é a dimensão responsável por produzir o efeito do *poder* e *saber* responder aos questionamentos do *pathos*. Dilma Rousseff, não respondendo aos questionamentos, apenas opera informações no domínio do *vago*<sup>144</sup>. A presidente parece divagar, no final deste trecho “O Brasil exige e necessita de políticas afirmativas para superar de vez o preconceito e a discriminação racial, e as desigualdades sociais que ainda marcam nossa sociedade” sem responder, no entanto, quais políticas afirmativas acerca da causa LGBT seriam essas que o Brasil exige e necessita. Segundo o texto, a presidente Dilma Rousseff apenas aborda a

---

<sup>144</sup> Cf. BARBOSA, 2014.

questão das cotas raciais para concursos públicos, em nada aprofundando acerca da causa LGBT.

No fim deste excerto, outra demanda é tangenciada sem ser respondida. Ao falar do programa Juventude Viva, a presidente afirma sobre o enfrentamento da violência contra os jovens, especialmente negros e pobres, mas nada disserta sobre o papel da Polícia Militar em tal contexto de violência. Nesse período, as demandas por desmilitarização da Polícia Militar estavam em pauta na sociedade. As manifestações de Junho de 2013 ainda produziam seus efeitos. Não obstante, a presidente pareceu mais uma vez operar no domínio do *vago*. Este último trecho do excerto, talvez, visasse a produzir efeitos sobre a militância: **(5.3DR)** “Porque a história de um grande país não se faz com uma juventude sendo objeto de violência, se faz com uma juventude viva”, efeito este possivelmente não concretizado, devido às intensas insatisfações dos jovens militantes para com a presidente.

O ex-presidente Lula, por sua vez, após ter ressignificado os conceitos de direitos humanos e de *resistência*, inicia uma longa série de provas em que tenta comprovar o seu *ethos de competência*, fruto de sua vontade de democratizar o país.

*Excerto nº 10-Lula:*

E eu me orgulho de ter sido eleito Presidente da República desse país, depois de três derrotas, *quando muitos teriam desistido, eu teimei, porque eu queria provar* que um operário metalúrgico tinha mais competência para governar este país que a elite brasileira que governou este país tanto tempo. *Eu queria provar* que seria um torneiro mecânico sem diploma universitário, que passaria para a história como o Presidente da República que mais fez universidades públicas neste país. *Eu queria provar* que era possível um metalúrgico desse país fazer em oito anos mais dois da Dilma duas vezes e meia a quantidade de escolas técnicas que a elite brasileira fez em um século. (grifo nosso).

O *ethos de resistente* de Lula é novamente construído. Todavia, dessa vez o *ethos* não está mais pautado na resistência à fome ou às más condições de vida, mas sim na perseverança por ter sido eleito presidente depois de três derrotas. A anáfora existente neste excerto (*eu queria provar*) produz não só o efeito de presença do objeto argumentado, mas, sobretudo, a segurança do ex-presidente em saber que seria melhor do que os seus antecessores.

Destarte, Lula, ao repetir que *queria provar* ser possível um torneiro mecânico, sem diploma universitário, ter mais competência do que a elite que governou o Brasil por tanto tempo, apresenta-se como o próprio símbolo da democratização no Brasil. O único capaz, o escolhido para tal tarefa. O ex-presidente, um metalúrgico sem formação universitária, enaltece os feitos de seu governo justamente na área de educação. Parece-nos, aqui, uma estratégia de desconstrução do adversário, utilizando um argumento *ad hominem*, tendo em vista que poderíamos entender tal afirmação como: *eles, que são parte da elite desse país, não melhoraram a educação; eu, sem formação educacional ampla, fiz muito mais do que eles em tanto tempo fizeram*. Essa estratégia aparece no último trecho do excerto, em que o ex-presidente enuncia (10.1L) “*Eu queria provar que era possível um metalúrgico desse país fazer em oito anos mais dois da Dilma duas vezes e meia a quantidade de escolas técnicas que a elite brasileira fez em um século*” (grifo nosso). Aqui, outro efeito ainda é possível de ser identificado. Quando o ex-presidente afirma que ele e a presidente Dilma Rousseff fizeram mais escolas técnicas do que a elite brasileira fez em um século, o ex-presidente coloca tanto o governo precedente ao seu (governo de Fernando Henrique Cardoso) como outros governos democráticos anteriores no mesmo grupo dos governos militares, todos eles componentes da elite brasileira que nunca, de fato, democratizaram o Brasil da forma como ele considera que o fez.

O *lugar da quantidade* se faz presente no excerto acima para reforçar o valor dos fatos enunciados. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 97), entendemos como *lugares da quantidade* “os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas”. Dessa forma, ao dizer que criou mais universidades e escolas técnicas do que toda a elite brasileira que governou o Brasil por um século, o ex-presidente arrazoa através de provas quantitativas do seu argumento. É, inclusive, *lugares* desse tipo que fundamentam a própria noção de democracia: a maioria é superior à minoria; O povo é superior à elite; Quem fez mais é melhor do que quem fez pouco.

O *lugar da quantidade* continua a ser utilizado em sequência.

*Excerto nº11-Lula:*

Mas é necessário compreender que nós nunca tivemos tanta gente da periferia estudando pra “doutor” neste país. (GRITOS E APLAUSOS). *É importante lembrar, é importante lembrar, que nós nunca tivemos tantos meninos e meninas negras estudando nas universidades desse país. É importante lembrar, que nós nunca tivemos tantos índios fazendo universidade como nós*

*temos hoje.* Eu acabei de voltar, de receber um título de Doutor *honoris causa* na Universidade Federal do ABC. Na Universidade Federal do ABC, 50% dos alunos são jovens da periferia. Possivelmente, seja a universidade que *mais tenha operário e filho de operário estudante* (grifo nosso).

No excerto acima, o ex-presidente Lula lança um arsenal de argumentos pautados *no lugar da quantidade*. Expressões como “nós nunca tivemos tanto”, e “que mais tenha” são marcadores de quantidade. Eles intensificam o valor maior de um argumento, não apenas por apresentar mais elementos quantitativos, mas também porque perpassam a ordem comparativa, até anteriormente bastante usada, para assumirem uma ordem quase superlativa: “nunca tivemos tanto”, “a que mais tenha”, ou seja, são as melhores medidas do que qualquer outra de seus predecessores no governo.

Ademais, o *ethos de competente* e o *ethos de sapiente* de Lula voltam a ser postos em cena nessa enunciação, quando o presidente afirma ter acabado de receber um título de *Doutor Honoris Causa*<sup>145</sup>, o que reforça ainda mais a ideia de que, se antes o pobre não tinha acesso sequer aos níveis de graduação nas universidades, hoje eles têm a chance de se tornarem doutor, tal como ocorrido com o presidente Lula.

Outro recurso importante é a anaforização dos termos “*é importante lembrar*”. Os termos se repetem três vezes, sendo duas em sequência. Em se tratando do teor das informações (negros estudando nas melhores universidades, índios, pobres), podemos inferir que o ex-presidente lança mão da anáfora “*é importante lembrar*” visando a tentar convencer o auditório de que tanto ele como sua sucessora Dilma Rousseff têm propiciado avanços no que tange aos direitos humanos. Fica implícito, portanto, que o ex-presidente considera não ser plausível a manifestação dos estudantes, pedindo para que o auditório se lembre de tudo o que já foi feito pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento social no país, em seu governo. Isto fica ainda mais claro no excerto seguinte:

*Excerto nº 12-Lula:*

E isso não é uma conquista social. Isto, Maria do Rosário, chama-se *direitos humanos: dar ao pobre o direito de ser doutor; Dar ao pobre o direito de ser engenheiro; dar ao pobre o direito de ser médico, dar ao pobre o direito de ser*

---

<sup>145</sup> *Honoris Causa* é uma locução latina usada em títulos honoríficos concedidos por universidades a pessoas eminentes que, não necessariamente sejam portadores de um diploma universitária, mas que se tenham destacado em determinada área. Para mais informações, acessar: << [https://pt.wikipedia.org/wiki/Honoris\\_causa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Honoris_causa)>>.

diplomata, *dar ao pobre o direito* de discutir o mercado de trabalho em igualdade de condições (grifo nosso).

O ex-presidente esclarece a sua estratégia de resignificação, já bastante trabalhada nesta dissertação, do conceito de direitos humanos. Quando ele enuncia (12.1L): “E isso não é uma conquista social. Isto, Maria do Rosário, chama-se *direitos humanos*[...]” (grifo nosso), ele desloca o significado de *conquista social* (todos os avanços que o seu governo proporcionou no domínio social), causando uma identidade entre a conquista social e os direitos humanos. Apesar de dizer que não se trata de conquista social, sabemos que não há como deixar de sê-la e, portanto, a estratégia não perpassa a negação do estatuto de desenvolvimento social dessas medidas (estatuto este, inclusive, do qual ele se orgulha), mas visa, sobretudo, a deslocar o significado de direitos humanos. Tais conquistas sociais seriam, na verdade, direitos humanos e não mais apenas conquistas sociais propriamente ditas.

Em seguida, o ex-presidente, mais uma vez, utiliza o recurso anafórico “*dar ao pobre o direito*” para explicar porque entende conquista social como direitos humanos. Ele enuncia que essas medidas [as conquistas sociais] têm como propósito (12.2L): “[...] dar ao pobre o *direito* de ser doutor; dar ao pobre o *direito* de ser médico; dar ao pobre o *direito* de ser diplomata; dar ao pobre o *direito* de discutir o mercado de trabalho em igualdade de condições”. Uma vez que todas essas medidas dão ao pobre o *direito* de todo esse acesso, logo, não se poderia negar que as conquistas sociais seriam, na verdade, direitos humanos, na medida em que dão *direitos* para que os sujeitos consigam seus objetivos, antes inatingíveis. Tal lógica de resignificação continua a ser explorada pelo orador. Vejamos:

*Excerto nº13-Lula:*

Eu sei o quanto uma parte da elite brasileira me odeia. Eu sei, é só ler a imprensa que a gente vê. Eles não toleram o pobre estar andando de carro. Eles não toleram a mulher do pobre estar usando perfume, que a madame coloca na sexta-feira pra ir num jantar, e a empregada doméstica coloca na segunda-feira para ir trabalhar. Eu sei quanta gente fica incomodada com as conquistas sociais, afinal de contas tem pobre andando a pé fazendo caminhada no Parque do Ibirapuera. Tem gente comendo em restaurante que só os ricos comiam. Tem gente comendo carne que só os ricos (sic) comia. Ah, como incomoda nesse país pobre viajar de avião! Como incomoda nesse país! E andar de avião, minha cara, não é luxo não. Chame isso de *conquista dos direitos humanos*, significa *direitos humanos*.

A estratégia de ressignificação torna-se, aqui, ainda mais evidente, através de um jogo de oposições que já se tornou de praxe em discursos políticos, jogo esse bastante comum nos pronunciamentos do ex-presidente Lula: o jogo de elite vs. povo, rico vs. pobre, oposição vs. governo. Lula começa, assim, a concatenar oposições evidenciando acontecimentos supostamente apenas existentes em seu governo, como empregadas domésticas usando o mesmo perfume da patroa, pobres andando de carro e viajando de avião. **(13.1L)**: “E andar de avião, minha cara, não é luxo não. *Chame isso de conquista dos direitos humanos, significa direitos humanos*” (grifo nosso). Segundo o ex-presidente, o que antes era impossível para a camada mais pobre da sociedade, como viajar de avião, agora, com ele, era realidade. E isso, para ele, não é luxo, mas sim, direitos humanos, pois garante o direito ao cidadão mais pobre de usufruir benefícios que antes só os ricos possuíam.

A propósito, é próprio do discurso político, sobretudo em discursos populistas ou carismáticos, a ocorrência de argumentos *ad populum*. Segundo Walton (2006), esse tipo de argumento (em sua ótica, *falácia*) é “tradicionalmente definido como o apelo ao entusiasmo coletivo ou a sentimentos populares com o intuito de ganhar aceitação para uma conclusão que não se sustenta em boas provas”. Ora, o apelo às emoções do auditório é notório na argumentação do ex-presidente Lula, com referência frequente aos pobres e a como esses pobres tiveram melhores oportunidades em seu governo. Veremos esse tipo de argumento em todo o decorrer da argumentação, o que nos permite aferir que é próprio dos discursos populistas (tal como se assemelha o discurso do ex-presidente Lula) a utilização de argumentos *ad populum*, pois visa a mexer com sentimentos coletivos, por possível insuficiência de argumentos mais sólidos para a persuasão.

Essa posição se segue, igualmente, no seguinte excerto:

*Excerto nº14-Lula:*

Eu queria dizer, ou seja, nós ainda precisamos *universalizar* o ensino básico nesse país. Nós precisamos universalizar, da creche à universidade. Nós já avançamos no ensino fundamental, mas nós precisamos *universalizar*. Por isso, é importante a gente lembrar que a gente tinha 33 bilhões para a educação e já estamos com mais de 100 bilhões para a educação, e é importante lembrar que 75% do dinheiro dos *Royalties* do Pré-Sal será pra recuperar o prejuízo histórico desse país com a educação. Mas não é só a educação! Não é só a educação! A Presidenta Dilma teve um ato de coragem extraordinário criando mais médicos. Mais médicos. E *é importante a gente ter consciência* que um

país como Cuba, que vive há 60 anos com bloqueio, que é um país que passa necessidade, tenha a coragem de exportar médicos, não apenas para o Brasil, pra dezenas de países que são economias grandes e que não tem médicos. Porque neste país aqui, neste país aqui, a elite brasileira achava que pobre não precisava ser tratado. Pobre não precisava de médicos. Pobre pode morrer, porque tem demais. E a Dilma deu uma demonstração. Nós vamos trazer médicos de onde tiver. Porque o que nós queremos é que o povo brasileiro seja tratado com respeito, com decência e com dignidade (grifo nosso).

A estratégia, no excerto acima, continua sendo a de usar o *lugar da quantidade* para mostrar como o governo Lula e o governo Dilma Rousseff foram importantes para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, para o crescimento da democracia e *argumentos ad populum*. Com o argumento de quantidade, Lula defende não só o aumento dos recursos para a educação, mas também defende a criação do programa “Mais Médicos”, vítima de intenso questionamento pela sociedade, alegando que esse programa foi crucial para a universalização do atendimento médico para os mais pobres e necessitados. O uso do termo *universalização* também não nos parece ter sido usado de maneira aleatória, à medida que remete, automaticamente, à ideia de democratização, de expandir para todos um direito legítimo que antes apenas os mais abastados possuíam. Ademais, quando Lula enuncia “[...] é importante a gente ter consciência[...]”, o *logos problematológico* indica na própria estrutura da frase, sob a forma de um subentendido, que o ex-presidente considera que os manifestantes estão descontentes por uma certa falta de consciência do que já se vem fazendo, por não lembrarem como era antes e como agora as coisas estão após a entrada do governo PT no poder. Isto é, se dissemos que é preciso tomar consciência de algo, é que essa consciência, até este momento de enunciação, inexistente.

A argumentação do ex-presidente direciona-se, a partir daí, à tentativa, já exposta aqui, de reconstruir o *ethos* da presidente Dilma Rousseff. Com efeito, esse parece ser seu maior objetivo. Para tanto, ele primeiro opta por construir e sedimentar o seu *ethos*, primeiramente como o *democrático*, em seguida como o *competente*, também como o *sapiente*. Constrói igualmente para si a imagem de *experimentado* (ou *experiente*), até chegar à encenação do *ethos daquele-que-faz*, sendo este último trabalhado, sobretudo, em cima de um jogo de oposições bem característico da política. Veremos mais adiante que um último *ethos*, e talvez mais importante, é construído (o *ethos de pai* e suas

implicações) e acreditamos que há uma lógica na sequência de construção dessas imagens de si (*ethos*).

Antes, entretanto, outros elementos apresentam-se à análise. Nesse patamar que estamos, após a construção do *ethos daquele-que-faz*, o presidente considera que seu *ethos projetivo* já está sedimentado o suficiente no espírito do *pathos*, ou seja, considera que todos os *ethé* construídos por ele se tornaram *efetivos* e passa, então, mais uma vez, a tentar reconstruir o *ethos* de sua sucessora Dilma Rousseff. Vale-se, para tanto, da enunciação de suas próprias conquistas sociais (ou de direitos humanos), as quais considera *inquestionáveis* e, portanto, argumentos-veículo para o acordo.

*Excerto nº15-Lula:*

E é por isso que nós fizemos o que nós fizemos. E é por isso que nós podemos nos orgulhar, que não tem nenhum país do mundo que tenha feito a quantidade de transferência de renda que nós fizemos nesse país. É por isso que o salário mínimo aumentou o tanto que aumentou. É por isso que em dez anos, nós desapropriamos, pra efeito de reforma agrária, 56% de toda a terra desapropriada em 500 anos desse país. Ainda falta fazer? Falta! Falta fazer! *É possível cuidar melhor dos índios? É! É possível cuidar melhor dos negros? É! É possível cuidar melhor e acabar com a violência? É!* Nós temos muito o que fazer. Então nós vamos fazer. Se a gente tiver consciência de que isso é uma caminhada. É uma caminhada em que todos nós temos que (sic) tá juntos. É uma caminhada que nós temos que aprender (grifo nosso).

A referência às medidas de seu governo e as do governo de Dilma Rousseff deixa claro que esse é o principal argumento para combater as indignações dos militantes e dos jovens estudantes presentes no fórum. Parece-nos que a ideia perpassa a anulação do potencial conflitivo dos manifestantes pela redução de suas razões para manifestar. Sem querer induzir em uma interpretação nossa em particular, acreditamos que a lógica, em simples palavras, poderia ser essa: *Por que reclamam tanto, se fizemos x, y, z, w em prol de vocês? Não veem que seria muito pior se a elite governasse?!.* Veremos que essa lógica preenche todo o excerto acima. *O lugar da quantidade* é mais uma vez utilizado para elevar o governo do PT ao estatuto de *aquela que mais fez, aquela que operou medidas nunca antes operadas no país*. Vale ressaltar que a ideia superlativa de eficiência apenas é considerada *lugar de quantidade* na medida em que, obviamente, vale-se de valores quantitativos para tal apreensão. Diferente seria se o estatuto de *melhor* fosse

pautado em critérios qualitativos, os quais incidem a partir dos *lugares da qualidade* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Além disso, o ex-presidente Lula faz referência em sua argumentação, além de aos pobres e negros, também aos índios. Lembremos que um dos principais motivos de toda manifestação contra a presidente Dilma Rousseff partiu de insatisfações dos grupos indígenas e militantes, tendo em vista a iminente aprovação da PEC 215/2000. O ex-presidente os insere, assim, em sua enunciação (15.1L): “Ainda falta fazer? Falta! Falta fazer! *É possível cuidar melhor dos índios?[...]*” (grifo nosso), reconhecendo que ainda falta fazer medidas benéficas para os índios, mas procura conscientizá-los de que os avanços são frutos de uma caminhada. (15.2L): “Nós temos muito o que fazer. Então nós vamos fazer. *Se a gente tiver consciência de que isso é uma caminhada. É uma caminhada em que todos nós temos que (sic) tá juntos. É uma caminhada que nós temos que aprender*” (grifo nosso). Destarte, o ex-presidente reconhece que há ainda muito a fazer e convida os manifestantes a não se indignarem com o governo, mas antes a caminharem juntos. Tal ato enunciativo simboliza, notoriamente, a característica de negociação das distâncias que Lula procura conceder ao seu pronunciamento. Essa postura se evidencia novamente no próximo excerto.

*Excerto nº16-Lula:*

*O maior legado que eu deixei para esse país foi criar uma outra relação entre o Estado e a Sociedade. Foi fazer 74 conferências, e eu participei de quase todas. Eu lembro quando eu vim na reunião do LGTB (sic). Eu lembro quando eu vim, diziam pra mim: “Ô Lula, você não pode ir. Você não pode ir, porque pode um travesti te abraçar. Cuidado com a fotografia. Eles vão te criar problema. Eu vim. Eu vim. Tratei eles com respeito, e fui tratado com respeito e dignidade, porque neste país, neste país, eu sei do preconceito quando a gente tenta resolver os problemas dos quilombolas. Vocês acham que é fácil? Tá cheio de empresário que fala pra mim: “Primeiro era índio, depois Sem-Terra, agora é quilombola. Quando é que vai sobrar terra pro (sic) fazendeiro?”. Vai sobrar, quando os pobres um dia tiverem as terras que um dia foram deles, porque eles tomaram (grifo nosso).*

Outrossim, o ex-presidente Lula inclui os grupos manifestantes em seu pronunciamento. Em relação ao grupo LGBT, Lula, assim como a presidente Dilma Rousseff, não responde diretamente aos questionamentos do grupo. O ex-presidente não diz nada acerca dos quesitos questionados (criminalização da homofobia, estatuto da família), entretanto, diferentemente da presidente Dilma Rousseff, Lula tenta outra forma

de respondê-los. Coloca-se como apoiador do movimento LGBT, do qual participou de reuniões e mesmo a contragosto de aliados e assessores, mostrando-se como diferente, respeitador, envolvido com o grupo e interessado na problemática. Semelhantemente, simula um diálogo com um eventual empresário contrário aos benefícios de posse de terra dados pelo governo aos indígenas, quilombolas e sem-terra, em que ele se coloca, mais uma vez, inequivocamente do lado dessas minorias. O processo retórico de negociação das distâncias configura-se, justamente, em (re)construir identidades a partir dos conflitos, das diferenças.

Antes que passemos à análise do excerto seguinte, outro elemento deste último excerto nos parece passível de ser analisado. Ao afirmar que **(16.1L)**: “O *maior legado* que eu deixei para esse país foi criar uma outra relação entre o Estado e a Sociedade” (grifo nosso), podemos depreender um efeito discursivo que aproxima Lula de um ser heroico ou mítico<sup>146</sup>. Isso não quer dizer que consideramos como sendo autopromoção mítica o ato de todo sujeito afirmar ter deixado um legado. Entendemos, na verdade, que apenas foi possível depreender tal *ethos* devido à larga série de atributos carismáticos que podemos a ele designar. Legado, nesse sentido, poderia ser entendido como os grandes feitos de um herói, as grandes medidas de um chefe carismático (no sentido weberiano do termo, como já tratamos nesta dissertação anteriormente). Entretanto, voltaremos a este aspecto, com um pouco mais de profundidade, mais adiante.

O ex-presidente Lula, mais uma vez, apresenta traços discursivos de que o seu verdadeiro objetivo com toda sua argumentação não se restringiu em tão somente apresentar à sociedade o que tem sido feito pelo governo de Dilma Rousseff e pelo seu governo, mas sim em negociar as distâncias entre o auditório e si, sobretudo em relação a Dilma Rousseff. Essa parece ser a grande chave hermenêutica que nos capacitará a depreender e interpretar os sentidos argumentativos destes pronunciamentos. Uma vez que partimos de tal ponto interpretativo, todos os jogos de sentidos velados, subentendidos, analogias, entre outros recursos, tornam-se mais claros e possíveis de serem compreendidos. No excerto seguinte, por exemplo, o ex-presidente Lula mais uma vez resgata o discurso da democracia, com o intuito de reconhecer os equívocos do

---

<sup>146</sup> Desenvolveremos essa hipótese, em momento posterior, ainda nesta análise.

governo, redimensionar o tamanho e a natureza do problema e negociar tais distâncias existentes e decorrentes deste processo.

*Excerto nº17-Lula:*

Quantas pessoas falavam mal do governo? [...] Não me chamavam de *Excelência*, me chamavam de “Companheiro” e “Paulo Companheiro”. E eu nunca me ofendi por isso. Nunca. *Eu achava que democracia era isso. É as pessoas falarem o que querem. É as pessoas dizerem aquilo que querem, porque, nós governantes, vamos aprendendo com as críticas.* E *nós* governantes, muitas vezes somos cercados de um monte de companheiros que só falam coisas boas pra gente. E nós temos que ouvir, de vez em quando, as coisas que não falam pra gente. E muitas vezes é o povo que está descontente, e nós não perguntamos: “*Por que é que está descontente?*” Muitas vezes as pessoas falaram, muitas vezes as pessoas votaram na gente, e uma semana depois tão (sic) contra, porque, quem sabe, nós não tenhamos feito o que as pessoas queriam que fosse feito (grifo nosso).

Lula se coloca como um democrata, aquele que respeita a opinião e crítica dos outros, não só dos opositores, mas também daqueles que o elegeram. A definição de democracia para ele aparece no trecho seguinte (17.1L): “*Eu achava que democracia era isso. É as pessoas falarem o que querem. É as pessoas dizerem aquilo que querem, porque, nós governantes, vamos aprendendo com as críticas*” (grifo nosso). O ex-presidente exalta, dessa forma, a possibilidade da controvérsia, da insatisfação, da manifestação e a própria liberdade de opinião e expressão. Elemento também interessante para análise é o pronome *nós* em “*nós governantes*”. Uma vez que, neste excerto, o ex-presidente havia usado anteriormente a primeira pessoa do singular “eu”, “*Eu achava que a democracia*” e passa para o uso do “*nós*” logo em seguida, entendemos haver aí uma possível estratégia de implicar a presidente Dilma Rousseff em seu discurso. O pronome “*nós*”, neste trecho, referir-se-ia a ele mesmo (Lula) e a Dilma Rousseff como governantes que entendem o que é democracia e a praticam, respeitam-na, aprendem com as críticas que surgem devido a essa condição democrática.

Logo após, o ex-presidente reconhece o erro, explicando que muitas vezes os governantes apenas ouvem os elogios e não se preocupam em ouvir as críticas do povo, o seu descontentamento. Reconhece, assim, que se há descontentamento por parte do povo, pode significar que eles [governantes] não tenham feito tudo aquilo que era deles esperado. Ao dizer isso, o ex-presidente redimensiona o tamanho do problema, sugerindo que o descontentamento é fruto da falha do governo em ouvir aqueles manifestantes e não

por incompetência, negligência, imperícia do governo, tampouco por mentira deliberada acerca da execução real de tais medidas.

Acerca da *memória da democracia*, Lula finaliza seu pronunciamento enaltecendo o regime democrático em contraposição ao regime ditatorial. Evoca o exemplo da *Primavera Árabe*<sup>147</sup> para alertar aos militantes e estudantes do fórum os perigos e os limites das críticas e das manifestações.

*Excerto nº18- Lula:*

Nós vimos agora a Primavera Árabe. Primeiro derrubaram o Mubarak. Maravilhoso, derrubaram o Mubarak. Depois elegeram o Morsi. Ótimo, elegeram o Morsi! Depois derrubaram o Morsi. Ótimo, derrubaram o Morsi. Quem é que tá (sic) no governo? Uma junta militar! Então, queridos companheiros, só tem um jeito: é a gente acreditar e fortalecer a democracia. E eu acho o seguinte: só é possível estabelecer a democracia se a gente tiver a coragem de mostrar a nossa cara<sup>148</sup>. Se a gente não tiver coragem de mostrar a cara, não tem democracia. Não tem! Eu não tenho aptidão pra Zorro, pra mascarado. Minha posição é a seguinte: falar o que tem de falar, à luz do dia, para as pessoas aprenderem a respeitar a gente. Quando eu era dirigente sindical, eu ia na porta da fábrica uma hora da manhã às sete horas da manhã, falar coisas que muita gente não tinha coragem de falar. E é assim que nós temos que funcionar. Avançar na conquista dos direitos humanos! *Significa exercer mais democracia, significa exercer mais conquista social, significa valorizar os pobres desse país*. Por isso companheiros, *viva a presidenta Dilma Rousseff! Viva a conquista dos direitos humanos!* E viva a nossa querida ministra Maria do Rosário! Um abraço e até outro dia, *se Deus quiser* (grifo nosso).

A *Primavera Árabe* é considerada a primeira grande manifestação democrática no Oriente Médio e Norte da África no século XXI contra o regime ditatorial e também contra a corrupção e os problemas sociais que assolam essa região já há bastante tempo. O conjunto de revoluções e a pressão social que elas produziram fizeram com que alguns ditadores deixassem o governo. Regimes de transição se estabeleceram para que se organizassem, depois de bastante tempo, a redemocratização desses países e a abertura de eleições democráticas. Lula se refere a Morsi, presidente escolhido democraticamente após a queda do presidente Mubarak. Não obstante, após algumas medidas arbitrárias que geraram igual insatisfação de grande parte dos civis egípcios e também de parte dos militares, Morsi foi deposto, assumindo, em seu lugar, uma junta militar. O ex-presidente

<sup>147</sup> Para maiores informações, acessar: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera\\_%C3%81rabe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe)>.

<sup>148</sup> O ex-presidente Lula se refere, nesse momento, ao movimento *Black Bloc*, uma vez que os integrantes de tal movimento (bastante presente nas manifestações de Junho de 2013) usam máscaras para protestar. Para maiores informações, ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Black\\_bloc](https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc).

Lula refere-se a esse episódio como tentativa de explicar a sua opinião de que, em democracias fracas, o poder militar volta a amedrontar e, às vezes, volta ao poder. Destarte, a única solução contra o regime militar e a ditadura é o fortalecimento da democracia. Lula considera, analogamente, que o fim do regime militar no Brasil foi possível não apenas pelas lutas de resistência em favor da democracia, mas, sobretudo, pelas medidas para o seu fortalecimento feitas pelo seu governo, uma vez que o *espírito da ditadura* nunca deixa de pairar em democracias ainda não consolidadas.

Ademais, Lula, considerando-se como *símbolo da democracia* no Brasil, afirma, no excerto acima, que apenas se é possível estabelecer uma democracia com coragem de mostrar a cara, tal como ele fez quando ainda era sindicalista. Ora, podemos considerar que a construção que Lula faz de si como *símbolo da democracia* brasileira — ressignificando conceitos importantes (como o de resistência, direitos humanos) referentes nesse fórum, inicialmente, ao contexto da ditadura, fazendo com que esses significados aproximassem ou mesmo se identificassem com o significado de desenvolvimento social e conquista social — parece possuir considerável potencial persuasivo. Tal estratégia foi bastante usada em toda a argumentação do ex-presidente Lula, direcionando o seu pronunciamento para um desfecho que não podia ser diferente: **(18.1L)** “Avançar na conquista dos direitos humanos *significa exercer mais democracia, significa exercer mais conquista social, significa valorizar os pobres desse país*. Por isso companheiros, viva a presidenta Dilma Rousseff! Viva a conquista dos direitos humanos! E viva a nossa querida ministra Maria do Rosário! Um abraço e até outro dia, se Deus quiser” (grifo nosso). Nos trechos grifados, tal estratégia de ressignificação parece evidente. O ex-presidente direciona a argumentação, logo após, a defender a presidente Dilma Rousseff, na tentativa de reconstruir o seu *ethos* e negociar as distâncias criadas por ela no momento de seu pronunciamento. Os enunciados “Viva a presidenta Dilma Rousseff” e “Viva a conquista dos direitos humanos” comprovam tal estratégia, reaproximando Dilma Rousseff ao *pathos*, ao auditório.

Os direitos humanos, já que *conquistados*, revelam-se como algo que não existia antes dos sucessivos governos petistas, o que coloca a oposição que lhe antecedeu mais uma vez, ainda que veladamente, no mesmo patamar que o regime militar. Em suma, o desfecho “Um abraço e até outro dia, *se Deus quiser*” (grifo nosso) não apenas revela um Lula compartilhador da *doxa* popular, da crença do povo, como também revela a

utilização de um termo bastante jovem e corriqueiro nas conversações cotidianas. A nosso ver, foi justamente pelo uso estratégico da *doxa* que o principal efeito discursivo se produziu neste pronunciamento. Escolhemos este como o nosso último eixo de análise, apesar de não terem sido os últimos trechos do pronunciamento, porquanto enxergamos constituírem tais efeitos, sobretudo, a mais eficaz estratégia do ex-presidente Lula em sua empreitada de resgate ao *ethos* de Dilma Rousseff e à negociação das distâncias.

## 5.2 A tópica da família e o tom carismático.

Tema bastante consagrado nos mais diversos gêneros de discurso político, a *tópica da família* é um dos eixos principais de atenção dos políticos ou dos profissionais que preparam seus pronunciamentos no ato de escolha do que será dito e argumentado. O brasileiro é considerado um povo conservador, segundo grande parte dos cientistas sociais, e temas acerca *da família* são sempre elementos fundamentais, quiçá sagrados, do “conservadorismo” do povo brasileiro. O recurso a essa tópica aqui, logo, não seria surpresa. O que nos chamou a atenção, entretanto, foi, de uma parte, a adequação da utilização estratégica dessa tópica aos jovens e, de outra parte, foram os efeitos causados pelo ex-presidente Lula devido à sua utilização, com o intuito de reconstruir o *ethos* da presidente Dilma Rousseff e construir o seu próprio *ethos*.

*Excerto nº19-Lula:*

Eu digo estas coisas, porque a gente vai ficando velho, e a gente vai ficando mais “compreendedor” das coisas. Quando a gente é jovem, a gente chega em casa, e pede um prato de comida, e a mãe coloca comida, e a gente fica reclamando que falta. A gente não reconhece o que tá na mesa. Sequer a gente se lembra que a mãe da gente não tinha todos os condimentos para fazer a comida. Sequer a gente se lembra que faltava o dinheiro para comprar a carne que a gente queria. Sequer a gente se lembra da quantidade de queimadura, da quantidade de óleo que espirrou na cara dela, e ela fazer a comida pra colocar pra gente, e a gente senta na mesa e fala: “eu não gostei”, “eu não gosto disso”, “falta isso”, “eu preciso daquilo”, como se a mãe fosse culpada das coisas.

O ex-presidente inicia sua enunciação fortalecendo o *ethos de experiente*, cujo processo de construção e desenvolvimento nós vimos anteriormente. A forma oratória e de estilo escolhida para isso não poderia ser diferente. Tendo em vista que o auditório era, em sua grande maioria, formado por jovens militantes e jovens estudantes, nada seria

mais preciso e adequado do que utilizar uma linguagem mais acessível e jovial. Além disso, o próprio teor dos exemplos revela uma escolha de experiências comuns aos mais jovens, o que é fundamental para a empreitada persuasiva, na medida em que opera sobre o processo de identificação do auditório a si mesmo através de abordagens de experiências comuns.

Destarte, o ex-presidente faz uso da figura de analogia de maneira bastante interessante em todo excerto nº10, o qual decompostos para uma análise minuciosa. No trecho (19.1L) “Quando a gente é jovem, a gente chega em casa, e pede um prato de comida, e a mãe coloca comida, e a gente fica reclamando que falta. A gente não reconhece o que tá na mesa[...]”. Lula narra uma experiência comum no mundo jovem que é a ingratidão dos filhos em relação à mãe, mediante o esforço desmedido que toda mãe faz para bem alimentar seus filhos. A falta de reconhecimento do esforço materno parece dialogar diretamente com a própria falta de reconhecimento do auditório do esforço da presidente Dilma Rousseff enquanto uma “mãe” (a presidente) que se preocupa com os seus “filhos” (o povo). O ex-presidente prossegue no trecho (19.2L) “Sequer a gente se lembra que a mãe da gente não tinha todos os condimentos para fazer a comida. Sequer a gente se lembra que faltava o dinheiro para comprar a carne que a gente queria [...]”. Neste trecho fica mais clara a estratégia do ex-presidente Lula em operar uma analogia entre a *figura da mãe* e a *figura do filho*. Desenrolemos tal ponto.

Quando o ex-presidente diz “sequer a gente se lembra...”, o advérbio *sequer* nos revela bastante. A primeira delas é que os filhos seriam ingratos. É comum, na relação pai/mãe ⇔ filho, o sentimento de que o filho é ingrato, por frequentemente não reconhecer tudo o que o pai e a mãe fazem por ele. Essa relação mãe ⇔ filho, pai ⇔ filho, entretanto, é característica, sobretudo, da adolescência, ou da juventude adulta, o que corresponde, majoritariamente, à faixa etária (18 a 23 anos) dos estudantes e militantes que compunham o auditório do FMDH. O advérbio *sequer* é quase sempre usado em contexto negativo, tendo como sinônimo *nem ao menos* (Nem ao menos se lembram que...) e majora, neste caso, a potencialização de efeito patêmico negativo vinculado a este advérbio (Se sequer reconhecem algo tão óbvio, não reconhecerão outros fatores mais complexos).

O uso de tal advérbio abre uma sequência analógica que consideramos ser, talvez, a estratégia de maior apelo persuasivo operada pelo ex-presidente. O pensamento ou raciocínio por analogia age sobre a identidade e a semelhança de relações comparadas e, por isso, ela é metafórica. Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005) abordam um exemplo de analogia em Aristóteles, em sua *Metafísica*, que nos servirá para entender o caso de analogia aqui sendo demonstrado. “*Assim como os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia, a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas mais naturalmente evidentes (ARISTÓTELES apud PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424, grifo nosso)*”. Percebemos que a própria locução *assim como* garante o aspecto analógico do enunciado, comparando, nesse caso, os olhos dos morcegos ofuscados pela luz do dia com a inteligência da alma ofuscada pelas coisas naturalmente mais evidentes. A relação de semelhança entre os enunciados exige um conector que opere tal ideia de comparação e semelhança. Aplicando ao nosso caso, podemos perceber que a analogia igualmente existe, obedecendo a todos os requisitos que são necessários para que ela se constitua, como veremos logo adiante. Sendo assim, poderíamos entender o sentido do trecho pronunciado pelo ex-presidente Lula da seguinte forma: *Assim como os filhos nem sequer lembram que nem sempre se tem dinheiro suficiente para comprar a carne que querem, vocês também não se dão conta de que a presidente Dilma não dispõe de todo recurso necessário para sanar todas as demandas acerca dos direitos humanos de uma só vez.* Vemos que, dessa forma, podemos capturar certas implicações deste enunciado, sem, no entanto, transgredirmos o seu sentido.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que o funcionamento da analogia opera a partir da existência de dois elementos: o *tema* e o *foro*. Podemos chamar de *tema* “o conjunto de termos A e B sobre os quais repousa a conclusão” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424), no caso, o par *insatisfação do auditório / falta de recursos ou condições suficientes para a execução de todas as medidas pela Presidência*; e de *foro*, “o conjunto de termos C e D, que servem para estribar o raciocínio<sup>149</sup>”, portanto, o par *filho que não reconhece o esforço da mãe / mãe que não dispõe de dinheiro para comprar a boa carne*. Essa disposição poderia ser apresentada da seguinte forma:  $A/B = C/D$ , devendo ser lida: B está para A, *assim como* D está para

---

<sup>149</sup> Op.cit.

C. Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o *foro* é normalmente mais bem conhecido do que o *tema* cuja estrutura ele deve esclarecer ou estabelecer o valor. O *foro* e o *tema* devem, ainda, ser assimétricos em relação à origem do raciocínio, na medida em que se operarmos semelhante relação de comparação de termos dentro de uma mesma área, teremos, propriamente, uma ilustração ou raciocínio pelo exemplo e não uma analogia.

Sendo assim, o enunciado do ex-presidente Lula obedece aos dois pré-requisitos, uma vez que tanto o *foro* é mais conhecido do que o *tema*, sendo, por essa razão, um simulacro de uma experiência comum na vida dos jovens na relação *mãe-filho*, como também fazem parte de áreas distintas, sendo uma do contexto familiar e a outra do contexto político-civil.

A analogia prossegue o seu percurso no trecho subsequente **(19.3L)** “Sequer a gente se lembra da quantidade de queimadura, da quantidade de óleo que espirrou na cara dela, e ela fazer a comida pra colocar pra gente, e a gente senta na mesa e fala: ‘eu não gostei’, ‘eu não gosto disso’, ‘falta isso’, ‘eu preciso daquilo’, como se a mãe fosse culpada das coisas”. Mais uma vez o ex-presidente lança mão de um simulacro com finalidade patêmica, visando a apelar para a emotividade do auditório ao criar uma imagem da mãe sofrendo, no ato de cozinhar, pequenas queimaduras pela ação do óleo ao respingar em sua pele e, ainda assim, o filho desmerece a comida que a mãe fez com tanto esforço. A construção aparenta ter como estratégia a mesma lógica da analogia acima descrita. **Foro:** *o esforço da mãe no ato de cozinhar para o filho/ a falta de reconhecimento dos filhos* e **Tema:** *o esforço da presidente em melhorar as condições dos brasileiros/ a falta de reconhecimento daqueles que ali estavam*. Dessa forma, o ex-presidente Lula procura produzir um efeito patêmico de piedade, devido à construção da presidente Dilma Rousseff como uma mãe que tem os seus esforços para com os filhos ignorados e não reconhecidos. Lula termina o raciocínio analógico isentando a presidente Dilma Rousseff de qualquer culpa (*como se a mãe fosse culpada das coisas*), indicando, portanto, que todas as manifestações levantadas contra ela eram injustas, fruto da falta de bom senso em reconhecer o que já se vem sendo feito no seu governo e, dessa forma, tais indignações não deveriam sequer existir.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a natureza da relação entre os termos (*tema e foro*) nunca é indiferente. Ela se estabelece em virtude da própria vontade do orador, objetivando valorizar os termos. Alguns dos efeitos da analogia são, nesse sentido, “a estruturação e a transferência de valor que dela derivam” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 434). Por assim dizer, há transferência de valor patêmico do *foro* para o *tema*, na medida em que o *tema*, em si mesmo, não obtém forte apelo de *pathos*.

Vale ressaltar que a analogia pode ser facilmente refutada (e mesmo rejeitada em seu estatuto de analogia) se o auditório ou interlocutor não entender ou considerar como coerentes e verossímeis as relações de semelhança entre os termos analogamente empreendidos. Destarte, ainda mais fundamental que a construção do *foro* e do *tema* em termos formais é a identificação da *doxa* que atravessa e coordena os modos de pensar e sentir do auditório. A identificação de que um auditório jovem seria potencialmente afetado por uma analogia em que se fizesse o uso da figura da mãe e, ainda mais, em que ela estivesse em estado de sofrimento ou de injustiça, é mostra de que o orador possui capacidade inquestionável de domínio do valor simbólico de sua enunciação.

Após ter construído, em seu discurso, um *ethos* de mãe para a presidente Dilma Rousseff, Lula busca agora construir para si mesmo um *ethos* de pai. Ora, não é novidade que o ex-presidente, desde o seu período enquanto mandatário supremo do país, foi (e ainda é) considerado por muitos como “pai do povo brasileiro”, apenas distinguindo-se do jargão “pai dos pobres” pelo fato de esse ter sido já alcunhado ao ex-presidente Getúlio Vargas. Vejamos em que medida tal *ethos* pode ser depreendido:

*Excerto nº20-Lula:*

Eu não esqueço nunca, quando um filho da gente pede cinco reais pra ir pra um lugar, e a gente fala que não tem, e ele sai dizendo: “porra, coroa atrasado, não lhe compreendo”. Ele nunca pergunta: “Você tem dinheiro?”. Ele pede o dinheiro.

Podemos perceber que, mais uma vez, o ex-presidente recorre à analogia. Essa é, na verdade, uma de suas estratégias mais comuns, podendo ser vistas também em uma ampla gama de outros discursos do ex-presidente. Não obstante, a analogia agora visa a pôr em relação outros dois termos. **Foro:** *um filho que pede dinheiro ao pai sem perguntar*

*se o pai tem ou não / o pai é desrespeitado por não ter o dinheiro. Tema: os jovens que reivindicam sem se preocuparem se o governo tem condições ou não de cumprir as reivindicações / por não ser atendido da forma que queria, o jovem passa a desrespeitar o governo.* Vale salientar ainda que, ao implicar os termos “porra, coroa atrasado, não lhe compreendo”, o ex-presidente deixa claro, pelo próprio linguajar escolhido, que a sua intenção é direcionar-se aos jovens rebeldes, desconhecedores da profundidade dos fatos e da complexidade dos processos governamentais de um país e que, por essa razão, reivindicam de maneira infundada, em contraposição a um gestor experiente como ele, que ao se considerar como “mais compreendedor” (excerto nº19) das coisas porque é mais velho, coloca-se como um pai, maduro e com autoridade suficiente para saber o que faz e saber o que pode fazer frente aos problemas sociais brasileiros.

A insatisfação do ex-presidente Lula com as reivindicações de parte do auditório direcionadas a Dilma Rousseff continua a figurar na sequência.

*Excerto nº21-Lula:*

Então, é por isso que eu gosto de falar com vocês, porque eu vou dizer pra vocês um negócio: Se eu tivesse medo de cara feia, eu nem teria nascido. Porque, certamente, certamente, se eu tivesse medo de cara feia, quando eu olhasse no espelho, eu morria. Então, meus companheiros, eu estou aqui para dizer o seguinte: a gente tem o direito de reivindicar tudo o que falta pra gente. Mas a gente não pode negar os avanços que esse Brasil teve.

Como já dissemos aqui anteriormente, muitos elementos, em se tratando de uma argumentação política, são cuidadosamente engendrados para repercutir determinados efeitos. A argumentação poderia se colocar, nesse prisma, como o uso estratégico dos signos. Destarte, o excerto acima desvela o fundamento do que argumentamos até aqui, a saber, a necessidade em se reconstruir o *ethos* da presidente Dilma Rousseff e de diminuir as distâncias que foram criadas entre o auditório e ela devido à falta de resposta aos questionamentos levantados expressamente (em forma de manifestação, cartazes etc) e de forma velada e latente (pela própria expectativa de um evento dessa magnitude acerca dos direitos humanos). Quando Lula enuncia, por exemplo, que não tem medo de cara feia (fazendo, inclusive, uma brincadeira com isso), ele está se referindo às insatisfações do auditório. Ao fim desse excerto, o ex-presidente consolida tal posição, afirmando que “a gente tem o direito de reivindicar tudo o que falta pra gente. Mas a gente não pode

negar os avanços que esse Brasil teve.”. Conforme explicitado, aqui podemos depreender a inquietude do ex-presidente pelas manifestações, sobretudo as que tinham como conteúdo a acusação de Dilma Rousseff ter mentido na campanha de 2009, pois não cumpriu o que prometeu em favor dos direitos humanos.

A estratégia de construção do *ethos* de mãe e de pai para a presidente Dilma Rousseff e para si mesmo, respectivamente, é característica de governos carismáticos, populistas ou populares<sup>150</sup>. Isto se dá devido ao caráter das relações, marcadamente patêmicas, que se constroem por parte desses líderes. O líder procura se confundir com o povo, por essa razão, arquiteta estratégias simbólicas de construções de imagens e de sentidos em todas as suas enunciações e manifestações, para que a distância entre o povo e si mesmo seja cada vez menor. Não se preocupa, nesse sentido, em ser demasiadamente explicativo e técnico em seus pronunciamentos, mas, sobretudo, patêmico, visando a lograr a adesão não apenas pela persuasão racional, mas pela persuasão patêmica dos espíritos, acionando e mobilizando as paixões e valores mais propícios para a consecução do acordo.

### 5.3 A estratégia carismática: elementos religiosos no discurso de Lula

A característica carismática que constitui o *ethos* do ex-presidente Lula, conforme assinalamos no capítulo I e II dessa dissertação, aparece novamente como estratégia argumentativa.

*Excerto nº22-Lula:*

Portanto, companheiros e companheiras, eu digo do coração: *feliz o país* que tem uma presidenta do caráter da companheira Dilma Rousseff, da história da Dilma Rousseff, e do compromisso da Dilma Rousseff. *Feliz o país!* Vocês sabem o que essa companheira sofreu pra ser eleita presidente? Vocês sabem que o preconceito que ela sofreu na campanha, vocês sofrem diariamente? Porque esse país avançou. (grifo nosso).

É comum em discursos de líderes carismáticos a verificação de interdiscursos com o campo religioso, por duas razões, sobretudo. A primeira, porque o uso estratégico de

---

<sup>150</sup> Charaudeau (2013) diferencia o líder populista do líder popular, uma vez que entende haver certas diferenciações entre o demagogo e o líder genuinamente credível popularmente. Entretanto, o linguista francês afirma que a linha entre esses dois tipos de liderança é bastante tênue e, portanto, podemos ainda acrescentar que a diferença entre o líder populista e o popular configura-se apenas em visões ideológicas distintas do mesmo fenômeno.

elementos de religião no discurso majora a possibilidade de adesão, visto que os valores religiosos estão sedimentados na *doxa* e, por essa razão, tornam-se veículos de adesão. O segundo ponto diz respeito ao fato de que o discurso político encontra sua gênese no discurso religioso, o que explica a intensa interdiscursividade e similaridade entre os dois campos. Com efeito, percebemos no excerto acima uma interdiscursividade bastante forte em que o ex-presidente Lula, mais uma vez, lança seus argumentos com o objetivo de resgatar a credibilidade ao *ethos* da presidente Dilma Rousseff. Quando ele diz (22.1L) “*Feliz o país* que tem uma presidenta do caráter da companheira Dilma Rousseff, da história da Dilma Rousseff e do compromisso de Dilma Rousseff. *Feliz o país!*” (grifo nosso), são acionados automaticamente sentidos que se constituem no processo de interdiscursividade entre o discurso político e o religioso. A anáfora *feliz o país* é a mesma constituidora das “bem-aventuranças<sup>151</sup>” no livro de Mateus, quando Jesus Cristo profere o célebre “Sermão do Monte”. Diz a Bíblia que Jesus, no início de seu ministério, percorreu toda a Galileia, “ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do Reino e curando todas as enfermidades e males entre o povo” (Mateus - 4:23, versão KJA<sup>152</sup>). A Bíblia relata, em seguida, que Jesus, vendo tamanha multidão que o seguia, devido aos seus ensinamentos e milagres, subiu a um monte e começou a ensinar os seus discípulos dizendo: “Felizes<sup>153</sup> os pobres em espírito, pois deles é o Reino dos Céus. Felizes os que choram, porque serão consolados. Felizes os humildes, porque herdarão a terra. Felizes os que têm fome de justiça, porque serão fartos. Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Felizes os limpos de coração, porque verão a Deus. Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus. Felizes sois vós quando vos insultarem, e perseguirem, e mentindo, disserem todo o mal contra vós, por minha causa” (Mateus 5:3-12. Versão KJA).

As semelhanças não param por aí. Podemos ver também esse tipo de construção em Lucas 11:28, “[...] Antes disso, mais felizes são aqueles que ouvem a Palavra de Deus e lhe obedecem”. Assim também figura em um dos Salmos mais conhecidos, “Feliz é o homem que não segue o conselho dos ímpios [...]” (Salmos 1:1). Ainda no livro de Salmos

<sup>151</sup> O termo “Bem-aventurados” é traduzido, em algumas versões da Bíblia, como “felizes”.

<sup>152</sup> King James Atualizada. Originais de 1611. Tradução dos originais empreendida pelo Comitê Internacional de Tradução da Bíblia KJA para o português, coordenada pela Sociedade Bíblica Ibero-Americana e Abba Press Brasil. São Paulo: Abba Press, 2012.

<sup>153</sup> Bem-aventurados.

podemos verificar uma célebre passagem que traz também esse elemento: “Feliz a nação<sup>154</sup> cujo Deus é o SENHOR, o povo que Ele escolheu para lhe pertencer” (Salmos 33:12. Versao KJA).

Destarte, as aproximações interdiscursivas são muitas e deslindá-las nos ajuda a compreender os possíveis sentidos da construção argumentativa dos oradores. Ora, não queremos dizer, no entanto, que o ex-presidente conscientemente elabora tais aproximações, visto que a interdiscursividade é tão constitutiva da própria gênese dos discursos que por vezes se torna difícil reconhecer com segurança se o que isto ocorre em uma apropriação semântica e discursiva consciente de outro campo e gênero. O que podemos afirmar é que essa construção reenvia automaticamente ao discurso bíblico e, por assim ser, as chances de que haja transferência de valores por um possível processo analógico é considerável. Vimos anteriormente que o uso da analogia é bastante comum na construção argumentativa do ex-presidente Lula e vimos também que sua eficácia é bastante notória em que pese à transferência dos valores entre os termos (*foro e tema*). Podemos, igualmente entender que há uma possível intenção de transferir valores do discurso bíblico, discurso este que incita valores como a compaixão, benevolência, podendo aproximar os espíritos à crença de que aqueles líderes (Lula e Dilma) são os melhores para o país e que, por essa razão, feliz é o país que tem Dilma Rousseff como presidente. Isto volta a figurar no seguinte excerto:

*Excerto nº23- Lula:*

Então gente, nós evoluímos. E vou dizer pra vocês algumas coisas que falta fazer nesse país, e que eu tenho certeza que a Dilma vai fazer, e se ela não fizer tudo, nós vamos ter que fazer pra frente, e se nós não fizermos, ninguém vai fazer.

A posição do ex-presidente Lula aparenta estar construída em função de resgatar o *ethos* da presidente. A propósito, segundo defendemos no capítulo II desta dissertação, o gênero do pronunciamento do ex-presidente Lula apresenta-se como híbrido, contendo elementos tanto do discurso político, quanto do discurso epidítico (nos desdobramentos que fizemos, em Marcurschi (2008), das modalidades “políticas, instrucional e

---

<sup>154</sup> Vale ressaltar que Dilma Rousseff fez uso deste trecho no início de seu pronunciamento no congresso de mulheres da Assembleia de Deus de Brasília. Para conferir a íntegra do pronunciamento, acesse << <https://www.youtube.com/watch?v=fqQ4iOz9CRQ>>>.

interpessoal”). Ao colocar-se em função de educar o auditório para que mudasse a concepção em relação à presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente vai além das prerrogativas de um orador político que o contrato comunicativo de um pronunciamento político lhe confere, assumindo também características de um educador, um ancião conselheiro.

Entretanto, essa não é a única inferência que podemos fazer deste trecho. Podemos entender, igualmente, que o ex-presidente Lula atribui a Dilma Rousseff e também a si mesmo a única e exclusiva capacidade de operar avanços no que tange aos direitos humanos no Brasil. Este enunciado do ex-presidente Lula carrega um certo valor *salvífico*, *soteriológico*, ou seja, produzem o sentido, ainda que veladamente, de que o ex-presidente Lula, sua sucessora e o governo do PT são os únicos capazes de *salvar* o país de uma tragédia contra os direitos humanos. Seriam eles, dessa forma, os únicos capazes de operar mudanças e avanços neste domínio, os únicos capazes de universalizar os direitos humanos e sociais, os únicos capazes de democratizar o país.

O tom *salvífico* das enunciações do ex-presidente Lula são marcas de seu *carisma* já anteriormente explicitado. Entretanto, vale mais uma vez ressaltar que o carisma não diz respeito à simpatia que uma pessoa possui (sendo isto apenas uma pequena parcela do feito carismático), mas, sobretudo, à capacidade extraordinária de um líder, qualidade pessoal extracotidiana que confere poderes ou qualidades sobrenaturais a quem o detém. Inicialmente pertencente ao domínio religioso, o carisma referia-se aos dons espirituais de acesso a Deus, como uma espécie de *graça* que possuía os sacerdotes e também os devotos de se relacionarem com Deus. Na sociologia, a partir de Max Weber (2011), o carisma não só faz parte do léxico de conceitos da sociologia da religião, como também figura como um dos importantes conceitos em ciência política. Não podemos nos esquecer de que religião e política são campos que frequentemente se interseccionam e, dessa forma, elementos frequentemente se confundem nessa complexa rede interdiscursiva.

A *tópica da família* e o *carisma* se atravessam e se constituem juntos. O populismo no Brasil tem como um de suas características justamente a adoção, por parte do político, da figura de pai, declarando-se como um verdadeiro patriarca da sociedade a qual ele representa. Por essa razão, tal política é conhecida como *paternalismo*, tendo sido

bastante comum, sobretudo, no nordeste do país, região onde ainda se pode perceber resquícios deste movimento. O que queremos aqui marcar é a característica comum entre esses líderes, no que se refere à utilização de recursos extremamente patêmicos e carismáticos a fim de se construir, no espírito do auditório, a percepção do líder como um pai, como o protetor, aquele que está ali para salvar o filho de qualquer problema. No limite, podemos dizer que esse líder busca apresentar-se como um herói.

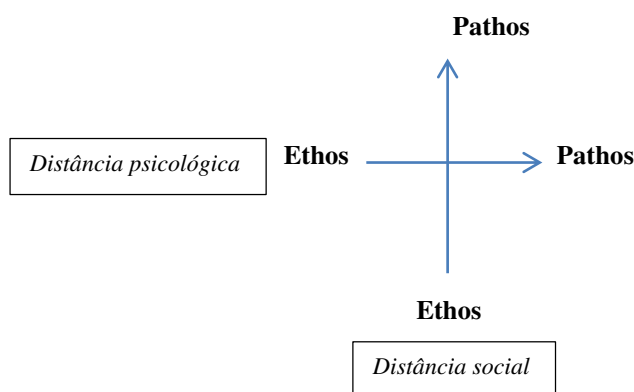
Quanto a isso, o próprio auditório pode responder com propriedade. Podemos ouvir, no material de DVD em que consta o *corpus* desta dissertação, que o ex-presidente Lula, ao final de seu pronunciamento, é ovacionado pelo auditório, seguido de gritos pelo seu nome e um coro em que podemos, ao menos teoricamente, retirar certa conclusão acerca da eficácia de sua argumentação. “Lula guerreiro do povo brasileiro!”. Esse foi o coro repetido inúmeras vezes até o ex-presidente deixar o palco do evento, munido de um sorriso que resplandecia, se não o heroísmo de um líder nato, a certeza de ser um excelente orador.

#### 5.4 A negociação das distâncias: o saldo

Para avaliar a negociação das distâncias retóricas neste evento discursivo, é preciso que recapitulemos alguns quesitos. Ao aplicarmos a fórmula da distância  $\Delta L = \Delta (E-P)$  para essa análise de *corpus*, retiramos algumas importantes considerações. A primeira delas é sobre o *ethos*, a dimensão do orador. Tivemos, em nosso quadro de análise, o pronunciamento de dois oradores, Dilma Rousseff e Lula, respectivamente. A presidente Dilma Rousseff construiu o seu *ethos projetivo* de maneira a persuadir o auditório evocando elementos da *memória da ditadura*, visto que a presidente considerase como símbolo de resistência a esse lastimável período de nossa história. Destarte, arquiteta uma argumentação plausível em termos de construção argumentativa *stricto sensu*, isto é, utiliza recursos argumentativos interessantes no plano da construção dos argumentos em si. Todavia, no plano discursivo mais amplo, a presidente parece não ter identificado quais respostas o auditório necessitava ouvir. De acordo com nossa análise, verificamos ter faltado maior estatuto patêmico aos seus argumentos em vista de reduzir as distâncias entre o auditório e si.

Para uma melhor visualização desse processo, podemos esboçar graficamente o *ethos* de Dilma Rousseff em relação ao *pathos* (auditório) da seguinte maneira:

Gráfico 01:

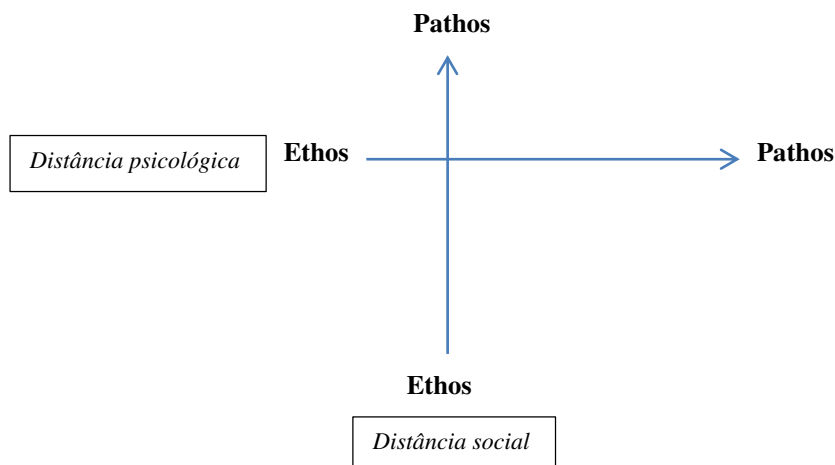


Fonte: MEYER, 2008, p. 289.

O gráfico acima criado por Meyer (2008, p. 289) apresenta a disposição retórica antes do pronunciamento da presidente. Podemos, logo, verificar uma distância psicológica (em que se encontra também a dimensão afetiva da relação) normal para pequena, e uma distância social normal tendendo para o aumento. Isso se deu pelo próprio fato de que, mesmo antes do início do pronunciamento da presidente, algumas manifestações já vinham sendo feitas, em pequena escala, por alguns manifestantes indígenas. A distância psicológica mostrou-se ainda como pequena pelo fato de a aceitação prévia de Dilma Rousseff ser consideravelmente grande, uma vez que as razões dos distanciamentos ainda não haviam ganhado corpo e se desenvolvido.

O descontentamento do auditório começou a aumentar a partir da falta de respostas por parte da presidente aos questionamentos “levantados” pelo auditório. Uma vez que o *ethos projetivo* de Dilma Rousseff não conseguiu ser *ethos efetivo*, as distâncias aumentaram consideravelmente, formatando o seguinte gráfico:

Gráfico 02:

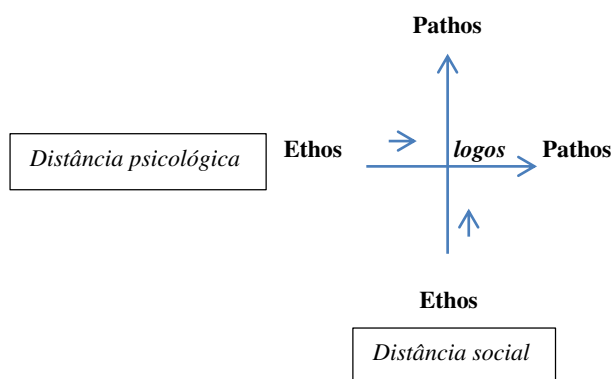


Fonte: MEYER, 2008, p. 290.

Este gráfico apresenta a disposição da relação orador-auditório após o início do pronunciamento, em que o auditório iniciou as manifestações vide a falta de resposta aos questionamentos. Vemos, dessa forma, um *ethos* distante socialmente do *pathos* e, igualmente distante psicologicamente, pois os espíritos não mais estavam em sintonia. A falta de identidade entre as dimensões é fruto da baixa afetividade que o *ethos* apresentou em relação ao *pathos* e, conseqüentemente, o *pathos* apresentou forte distância afetiva em relação ao *ethos*. Meyer (2008) afirma que, quando a distância é socialmente forte, mas há pouco afeto, a indiferença é grande. Esse gráfico representa, de igual forma, a disposição da relação retórica ao final do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff e no início do pronunciamento do ex-presidente Lula.

A partir de então, o ex-presidente Lula trabalha na diminuição das distâncias sociais a partir da diminuição das distâncias psicológicas e afetivas, lançando mão de estratégias patêmicas de persuasão. Vale lembrar que esse processo não é imediato, o que está sendo indicado, no gráfico, pela seta em direção à diminuição da distância. Por assim dizer, a argumentação do ex-presidente Lula é construída pelo orador através da projeção de um *ethos* (*ethos projetivo*) que se aproxima em muito do *ethos* que se efetivaria (*ethos efetivo*) ao final de seu pronunciamento. Vejamos como seria a disposição gráfica da relação retórica orador-auditório no pronunciamento do ex-presidente Lula:

Gráfico 03:



Fonte: MEYER, 2008, p. 291.

Vemos acima que o *logos* é a dimensão responsável pela passagem do *ethos*, a construção psicológico-afetiva do orador para o *pathos*, diminuindo, através de estratégias argumentativas do *logos*, as distâncias afetivas. Paralelamente, uma vez que orador e auditório estariam mais próximos pelas intensas estratégias de identificação do *ethos* com o *pathos*, a distância social também diminui, tornando o auditório mais homogêneo. Meyer (2008) considera, dessa forma, que há uma característica particular de cada relação de negociação retórica, o que fez o autor entender as instituições oratórias (epídítica, deliberativa e judiciária) a partir da relação de distância (social e psicológica) entre as dimensões retóricas. Destarte, para ele, seriam as características das relações retóricas que formatariam os gêneros retóricos, isto é, quanto mais se configura a relação em um encurtamento das distâncias na direção *ethos* → *pathos*, tanto socialmente como psicologicamente, mais estaríamos no domínio da política. Se, ao contrário, as distâncias mantêm-se estáticas, pois já foram negociadas em outro momento, cabendo agora, pelo *logos*, mantê-las e direcioná-las, estaríamos no gênero epídítico. Por fim, se a relação obedece ao direcionamento *pathos* → *ethos*, tanto socialmente como psicologicamente, estaríamos na dimensão jurídica.

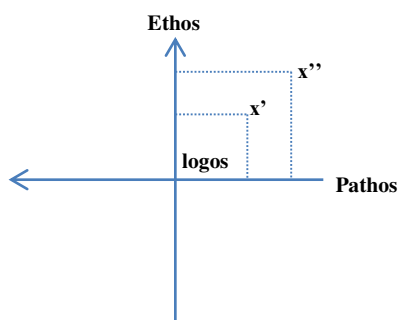
Quanto a isto, consideramos que o ex-presidente Lula tanto soube direcionar o seu *ethos* em direção ao *pathos*, o que garantiu ao seu discurso, obviamente, características políticas, como também soube educar os espíritos, tentando dirimir as insatisfações do auditório. Por essa razão, o gênero discursivo do pronunciamento do ex-presidente Lula apresenta-se como híbrido, justamente pelo fato de tanto ser político-deliberativo, mas

também educacional (epídítico) e mesmo interpessoal, mais próximo a uma conversação de um *pai* com os seus *filhos*.

Em relação aos gráficos desenvolvidos pelo autor, consideramos que, por mais esclarecedores que sejam, mostram-se, todavia, complexos. Tentaremos, dessa forma, simplificar o gráfico, considerando a distância *ethos* → *pathos* social e psicológica como integrando uma só distância intersubjetiva, e buscaremos aplicar o gráfico a uma outra disposição matemática. Ao invés de deslizarmos sobre a reta que simboliza a distância entre as dimensões, entendemos que nos bastará desenvolver pontos no gráfico pelo deslocamento das posições nessa reta.

#### Gráfico 04:

Tabela da relação retórica intersubjetiva (*ethos* ↔ *pathos*)



Fonte: Formulação própria.

No gráfico acima podemos perceber, de maneira mais simplificada, que à medida que a relação se aproxima mais do *ethos*, conseqüentemente distancia-se mais do *pathos*, como ocorrido na passagem de  $x'$  para  $x''$ . O ideal da relação retórica, na política, é a maior aproximação possível ao eixo O de origem, em que os eixos *ethos* e *pathos* se cruzam. Estar nesse eixo significaria um momento ótimo da relação retórica, em que *ethos* e *pathos* estão em relação de equilíbrio e se identificam. Isto é, uma boa argumentação retórica é aquela em que orador sabe negociar o seu *ethos* em direção ao *pathos*, mas sabe também quando reduzir o *pathos* em direção ao seu *ethos*. Tal disposição pode significar, em outras palavras, que se o orador não for digno de fé, de nada valerão argumentos passionais, por mais fortes que sejam. A presidente Dilma Rousseff, ao evocar a *memória da ditadura* e se colocar como *símbolo da resistência*, constrói, em tese, uma

argumentação patêmica. Entretanto, a forma como constrói o seu *ethos* e a forma como negocia tal relação *ethos* ↔ *pathos* parece ter feito com que sua empreitada persuasiva não tenha se efetivado como o pretendido.

Dessa forma, redirecionar a argumentação do nível do *pathos* para o nível do *ethos* mostrou-se ser (em certos momentos) uma estratégia bastante persuasiva. Isso aconteceu nos momentos em que Lula procurou mostrar que o auditório estava enganado, que faltava maturidade para aqueles manifestantes em entender que não se pode fazer tudo. Isso poderia ser um potencial distanciador de *ethos* e *pathos*, entretanto, o *ethos* do ex-presidente Lula foi estrategicamente construído para que, quando fosse necessário aumentar o seu *ethos* por uma exigência de asserção de uma maior autoridade, não provocaria um efeito de intransigência perante os questionamentos, tal como parece ter acontecido com a presidente Dilma Rousseff.

Consideramos que a evocação da *memória da democracia* pelo ex-presidente Lula mostrou-se mais adequada do que a evocação da *memória da ditadura* pela presidente Dilma Rousseff em função da *doxa* do auditório ali presente. Ainda que, como vimos, uma memória evoque a outra, pois constitui o seu *outro* discursivo, a abordagem dada por cada um dos oradores a essas memórias fez toda a diferença. Vimos que a construção da oradora Dilma Rousseff do seu próprio *ethos* enquanto *símbolo da resistência contra a ditadura* não provocou os efeitos pretendidos. Um dos motivos dessa falha, a nosso ver, foi a falta de argumentos mais patêmicos acerca desse capítulo de sua história de vida. Se a presidente tivesse explorado o fato de que foi torturada com mais apelo emocional, as chances de sensibilizar o auditório seriam possivelmente maiores. O simples fato de mencionar tais episódios parece não ter surtido o efeito desejado, pela simples razão de que a maioria do auditório era formada por sujeitos que ou eram muito novos ou nem sequer tinham nascido no período do regime militar. Além disso, a relação do povo brasileiro com a ditadura militar parece ainda ser de esquecimento, posição que insiste em ser passada para as gerações que se sucedem.

A estratégia de evocação da *memória da democracia*, por sua vez, mostrou-se aparentemente mais adequada. O ex-presidente colocou-se como *símbolo da democracia*, escolhendo como estratégia a resignificação dos conceitos de direitos humanos, de resistência e de democratização. Construiu para si, dessa forma, um *ethos* de

*democratizador* do país, negando qualquer avanço democrático antes de seu governo. Construiu, igualmente, um *ethos* de pai, visando a causar um efeito de líder que cuida do povo brasileiro de maneira tal que nenhum outro governante irá cuidar. Consideramos que o ex-presidente conseguiu sedimentar os seus *ethé*, na medida em que o auditório os recebeu muito bem, ao final de seu pronunciamento, com salva de aplausos, gritos e com o coro: “Lula, guerreiro do povo brasileiro!”.

Em suma, entendemos que o ex-presidente conseguiu negociar as distâncias entre si mesmo e o auditório. A fórmula  $\Delta L = \Delta (E-P)$  pode, por fim, ser explicada e aplicada da seguinte forma: A partir de uma projeção do *ethos* e de uma projeção do *pathos*, o ex-presidente construiu o seu *logos*, adequando seus argumentos às necessidades do auditório e de suas demandas. Dessa forma, pela adequabilidade da argumentação, o *ethos* efetivou-se, uma vez que o *pathos* acertadamente foi reconhecido (*pathos efetivo*). Faz-necessário entender que a notação  $\Delta$  indica um *décalage* entre duas dimensões, isto é, a diferença/distância entre a dimensão final e a dimensão inicial. Sendo assim, a fórmula pode ser desmembrada em  $\Delta L = (E_{ef} - E_{pr}) - (P_{ef} - P_{pr})$  em que, se aplicamos valores, precisaríamos, ao final, ter um valor nulo ou próximo a ele, tal como explicitado no gráfico anterior. Se o *ethos efetivo* for igual ao *ethos projetivo* e assim também acontecer com as duas extensões do *pathos*, teremos  $\Delta L = 0$ , para o qual podemos afirmar que o valor 0 significa justamente uma identificação do *ethos* para com o *pathos* e *vice-versa*, de maneira que nenhuma das dimensões foi prejudicada.

Por fim, apesar de não podermos assegurar que a reconstrução do *ethos* de Dilma Rousseff pelo ex-presidente Lula tenha obtido êxito, consideramos que a sua argumentação foi cuidadosamente construída. Destarte, se o *ethos* da presidente não foi “recredibilizado”, ao menos os questionamentos foram minados e, portanto, entendemos que a argumentação do ex-presidente Lula foi, ao menos em tese, eficaz em seus efeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política não é uma ciência exata, mas uma arte.

*Otto Von Bismarck*

A afirmação de Bismarck, o grande “chanceler de ferro” alemão, resume, de forma simples, a natureza da política. Entendê-la como uma arte, entretanto, não a reduz a uma simples técnica fechada em seus métodos, nem tampouco a flexibiliza totalmente. Remeter-se à política como uma arte é o mesmo que dizer que, para bem entendê-la e domá-la, é preciso saber dominar com maestria os seus elementos. Analogamente, a retórica não pode ser apreendida apenas como uma técnica, um instrumento de persuasão, visto que tal concepção não corresponderia à complexa realidade da arte e nem tampouco se deve flexibilizá-la ao ponto de afirmar que tudo é retórica. A política, nesse sentido, serve à retórica para melhor esclarecer sua própria natureza, mediante o fato de que tanto uma arte como a outra apenas são apreendidas com profundidade a partir das intrincadas relações com o campo social.

Destarte, tivemos como um dos nossos objetivos apresentar como a política, vista em seu *lato sensu*, pode ser entendida como uma arte de negociar conflitos sociais e psicológicos, em prol do bem-estar social ou mesmo particular. Consequentemente, entendemos que tais conflitos, ao menos em regime democrático, são negociados através do discurso. O discurso, nesse sentido, coloca-se como uma complexa negociação através da linguagem, mobilizando sentidos que apenas podem ser apreensíveis através de uma complexa interpretação das relações intersubjetivas e sociais.

Sendo assim, interessou-nos, sobretudo, verificar o funcionamento do discurso político enquanto um processo de negociação, utilizando a teoria retórica do filósofo Michel Meyer (2008), de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e a Análise Argumentativa do Discurso da linguista Amossy (2010) como bases para a análise dos pronunciamentos que escolhemos como *corpus*. A propósito, a escolha do *corpus* também não fugiu à

condição conflituosa. A disposição dos papéis dos sujeitos interactantes, tanto oradores como auditório, a forma como o ex-presidente Lula proferiu seu pronunciamento, intrigando-nos quanto às suas características, incomodaram-nos o suficiente para que esta pesquisa se desenvolvesse.

Com efeito, no terreno do discurso, não podemos cair no equívoco de apagar o princípio da contingência, que preconiza a possibilidade de algo poder ser sempre outro, assim como a possibilidade de os sentidos poderem ser sempre outros. O princípio da contingência é, nesse sentido, o princípio retórico por excelência. O ex-presidente Lula poderia proferir um pronunciamento acerca da importância dos direitos humanos e atentar para os programas executados em seu governo e no governo da presidente Dilma Rousseff. O pronunciamento poderia se encaixar, dessa forma, como um ordinário discurso político de palanque, ou como uma propaganda governamental. A razão pela qual o ex-presidente constrói a sua argumentação ancorada mais no enquadramento de um discurso epidítico do que político propriamente dito constituiu um dos conflitos que moveram este trabalho e que nos fez voltar os nossos olhos para a natureza conflituosa e contingente do próprio processo político.

Por essa razão, perceber o pronunciamento do ex-presidente Lula como um discurso híbrido, em que elementos do gênero deliberativo e elementos do gênero epidítico se atravessam, ajudou-nos a compreender que o discurso político é mesmo uma arte, em que a criatividade é um dos seus principais fatores constitutivos. Da mesma maneira, o discurso político constitui-se pela possibilidade de dizer algo não dizendo, ou, na verdade, dizer algo dizendo outra coisa. Significa, pois, poder ser diferente do que se espera, uma vez que as condições sociais (e suas implicações histórico-culturais) são o que regulam todo o dizer, não apenas pela face ideológica da linguagem e pelas restrições de gênero, que explicam a existência de uma determinada formação discursiva e não outra, mas [as condições sociais] também elucidam as decisões estratégicas de escolha argumentativa em função de uma vontade de persuasão.

Escolhemos, por essa razão, analisar o discurso político a partir de sua natureza *problematológica* (MEYER, 2008), em que pese a condição de conflito do próprio dizer político. O que responde pode virar questão. O que é questão pode ser resposta. O processo retórico seria, assim, pautado no questionamento. A retórica, enquanto

negociação das distâncias entre os sujeitos acerca de determinada questão, desvela, dessa forma, o processo argumentativo a partir do problema e não da resolução. O fato de a presidente Dilma Rousseff não ter conseguido construir o seu *ethos* como o ponto final dos questionamentos exigiu que o ex-presidente Lula, sucedendo-lhe no ato oratório, resolvesse as intempéries suscitadas no auditório e que impediram a resolução dos conflitos e, conseqüentemente, a consecução do acordo. A maneira pela qual o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff construíram suas argumentações desnudou, a nosso ver, todo o funcionamento do processo retórico-discursivo em questão e nos concedeu, assim, duas das grandes perguntas que tentamos responder nesta dissertação: 1-O que o ex-presidente fez, em seu pronunciamento, para que a sua argumentação obtivesse uma possível eficácia na negociação das distâncias intersubjetivas, ao contrário do ocorrido com o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff ? 2- Quais foram os elementos imaginários (ou representações sociais) advindas da *doxa* do auditório em questão que contribuíram a determinar os sentidos das enunciações?

Consideramos que conseguimos responder a tais questões, embora reconheçamos que muita se possa ainda desenvolver neste aspecto. Vimos que a característica pouco patêmica da argumentação da presidente Dilma Rousseff contribuiu para que o auditório se distanciasse afetivamente dela. Percebemos que a estratégia escolhida pela presidente foi a de se mostrar como um símbolo dos direitos humanos no Brasil, uma vez que foi uma das *resistentes* ao regime de ditadura militar no país. Em se tratando de um Fórum Mundial dos Direitos Humanos, nada mais propício do que evocar, na *doxa* do auditório presente, a *memória da ditadura* e com ela todos os descabros ocorridos nesse período, que feriram os direitos humanos mais fundamentais e deixaram marcas que ainda assustam a nossa sociedade nos tempos atuais. Apesar de, em tese suficientemente eficaz, a estratégia não conseguiu causar, as repercussões patêmicas aparentemente esperadas. A transformação da disposição dos espíritos, tal como preconizaram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), não é decorrente apenas de um processo racional de persuasão, mas também da correta e adequada mobilização das emoções do auditório e das possíveis emoções a serem suscitadas a partir de um acontecimento tão potencialmente patêmico como o de uma mulher, torturada pela ditadura militar, ter se tornado Presidente da República.

Destarte, a *problematologia* retórica ajudou-nos a desmembrar o processo persuasivo. Se por um lado a presidente Dilma Rousseff pareceu não identificar com exatidão as necessidades do auditório (*pathos projetivo*) e, dessa forma, construiu o seu *ethos projetivo* de maneira equivocada, não se firmando como ponto final dos questionamentos, o presidente Lula, por outro lado, conseguiu projetar o seu *ethos* em coerência ao *pathos projetivo*. Sendo assim, na argumentação do ex-presidente Lula, ao menos em tese, o *ethos projetivo* efetivou-se, enquanto que na argumentação da presidente Dilma Rousseff identificamos um *décalage*, ou seja, uma diferenciação entre o *ethos projetivo* e o *ethos efetivo*, assim como na sua apreensão do auditório (*pathos projetivo*) e na real disposição do mesmo (*pathos efetivo*).

Optamos por analisar o *corpus* em alguns eixos: o eixo das *memórias* (da ditadura e da democracia) que revelaram, em si, certas *tópicas* (da resistência e da família), contendo, por sua vez, diversos elementos de análise (*lugares da quantidade, por exemplo; modalidades*). Ademais, tivemos uma última análise em relação ao *tom* carismático que o pronunciamento do ex-presidente assumiu, contribuindo para a compreensão de sua construção simbólica enquanto um *pai* do povo e *símbolo da democracia*.

Por fim, entendemos que tivemos elementos suficientes para a apreensão de que o ex-presidente Lula conseguiu, em tese, negociar as distâncias entre o auditório e si. Para tanto, ressignificou conceitos como o de *resistência, direitos humanos*, pautando-se em apresentar a si mesmo e ao seu partido como os grandes *democratizadores* do Brasil. Destarte, as argumentações da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula pareceram ter como resultados a criação de “simbolizações de si” (*ethos*) enquanto representantes de momentos distintos da história política brasileira. Se por um lado, Dilma Rousseff construiu-se discursivamente como *símbolo da ditadura*, representante da força feminina e da *resistência*, Lula construiu-se como *símbolo da democracia*, como o líder que democratizou de fato o país após vários anos de governos de elite (inserindo aí não só os regimes ditatoriais, mas também os da oposição [PSDB]). A propósito, a presidente Dilma Rousseff delegou ao Instituto Vladimir Herzog, ligado ao seu governo, a criação do portal *Memórias da Ditadura*, com função de reviver uma memória durante tanto tempo esquecida ou silenciada. O ex-presidente, de igual maneira, desenvolveu um portal, através do seu Instituto Lula, chamado *Memorial da Democracia*, em que retrata

não apenas a memória do período militar, mas, sobretudo, do período de redemocratização, período este que o ex-presidente considera a si mesmo como símbolo e líder maior do movimento.

Reconhecemos que esse trabalho apenas dá conta de uma pequena parte das vastas e complexas preocupações acerca do discurso político. O fenômeno político é bastante complexo e possui diversas implicações. Entretanto, por entender que a linguagem é a primeira instituição política que se pode conceber na relação social e que os acordos ou desacordos são produzidos através da linguagem, optamos por considerar a política em sua face mais ampla (*lato sensu*), enquanto uma arte (no seu mais complexo sentido) das relações intersubjetivas no seio social e, devido a isso, assemelha-se em muito à retórica, e se serve dela. Apesar de nosso recorte, consideramos que a importância de nosso trabalho não pode ser negligenciada, uma vez que, em um cenário político cada vez mais conflituoso, onde os debates e as argumentações mais parecem “diálogos de surdos”, a retórica enquanto negociação das distâncias mostra-se como uma das abordagens mais adequadas para a análise contemporânea dos discursos políticos. Nesse sentido, podemos com certa audácia considerar: “Feliz é aquele” que bem souber negociar as distâncias sociais e psicológicas. Desse será o reino da política.

## 6. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État (notes pour une recherche). *La Pensée*, Paris, n.151, julho-1970.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Orgs). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008<sup>a</sup>, p.231-254.

\_\_\_\_\_. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do logos nas ciências da Linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (Org.) *Análise do discurso hoje*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p.11-28.

\_\_\_\_\_. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2008b.

\_\_\_\_\_. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2008c.

\_\_\_\_\_. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

ANGENOT, Marc. *Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique*. Paris : Mille et une nuits, 2008.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Promessa da Política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. 5<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

\_\_\_\_\_. *O que é a política?* Tradução de Reinaldo Guarani. 8<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Pedro Constantin Tolens. 6<sup>a</sup>ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Tópicos: dos argumentos sofísticos*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução (do francês) por PEREIRA, M.E.G, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. 278-326.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance*. 5ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARBOSA, R.S.P. A fuga da contradição e a estratégia do vago: análise de trechos de uma entrevista política. *Revista EIDEA*. Ilhéus, n. 7, p. 215-233, dez.2014.

BARONAS, Roberto. Da espetacularização à sloganização do político. *Revista ANPOLL*, n. 14, p.189-203, jan./jun., 2003.

BARTHES, Roland. A antiga Retórica. In: \_\_\_\_\_. *A Aventura Semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BÍBLIA SAGRADA. N. T. *Mateus*. King James Atualizada. São Paulo: ABBA Press, 2012, cap. 4, v. 23.

\_\_\_\_\_. N. T. *Mateus*. King James Atualizada. São Paulo: ABBA Press, 2012, cap. 5, v. 03-12.

\_\_\_\_\_. N. T. *Lucas*. King James Atualizada. São Paulo: ABBA Press, 2012, cap. 11, v. 28.

\_\_\_\_\_. N. T. *Salmos*. King James Atualizada. São Paulo: ABBA Press, 2012, cap. 1, v. 01.

\_\_\_\_\_. N. T. *Salmos*. King James Atualizada. São Paulo: ABBA Press, 2012, cap. 33, v. 12.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Meditações Pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. PEC 215 de 23 de Março de 2000. Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

Disponível

em:

<<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsessionid=1F41D20B357C01652268D267388DC093.proposicoesWeb1?idProposicao=14562&ord=1&tp=reduzida](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsessionid=1F41D20B357C01652268D267388DC093.proposicoesWeb1?idProposicao=14562&ord=1&tp=reduzida)>

>. Acesso em: 17 nov. 2015.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Charisme quand tu nous tiens: Les paradoxes du charisme en politique (notes de campagne)*". NOTES DE CAMPAGNE (un regard sémiologique), 2012. Acesso em 12 de nov. 2015. Disponível em :<<http://www.patrick-charaudeau.com/Charisme-quand-tu-nous-tiens-Les.html>>.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim*. Rio de Janeiro, v. 10, Dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *La conquête du pouvoir: Opinion, Persuasion, Valeurs*. Les discours d'une nouvelle donne politique. Paris: L'Harmattan, 2013.

\_\_\_\_\_. *Le discours politique : les masques du pouvoir*. Paris : Vuibert, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. Tradução de Ângela M.S. Côrrea e Ida Lúcia Machado (cords.) São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005b. Acesso em 11 de novembro de 2015. Disponível em:<<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>.

\_\_\_\_\_. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In STAFUZZA G; DE PAULA, L (orgs.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*, Edufu, Uberlândia, 2010. Acesso: 10 de novembro de 2015. Disponível em:<<: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>>>.

\_\_\_\_\_. Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle. *Analyse des discours. Types et genres*, Éd. Universitaires du Sud, Toulouse, 2001. Disponível em : <http://www.patrick-charaudeau.com/Visees-discursives-genres.83.html>. Acesso em 6 fev. 2015.

CHAUÍ, M. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, A (Org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. Le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n.62, 1981.

\_\_\_\_\_. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. V (Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

DILMA ROUSSEFF. *Biografia*. In: E-Biografias. Disponível em: << [http://www.e-biografias.net/dilma\\_rousseff/](http://www.e-biografias.net/dilma_rousseff/)>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

DORNA, Alexandre. *Le leader charismatique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

\_\_\_\_\_. *Le populisme*. Coleção *Qui sais-je?*. Paris: PUF, 1999.

DUCROT, Oswald. Argumentação Retórica e Argumentação Linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009

FARACO, Carlos A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FIORIN, José L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *Figuras de Retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANÇA, Júnia Lessa, VASCONCELLOS, Ana Cristina & Colaboradoras. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 263 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. V (Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003

HABERMAS, Jürgen. O Conceito de poder de Hannah Arendt. In: FREITAG, Bárbara; ROUANET, S.P. (org.) *Habermas-Sociologia*. São Paulo, Ática, 1990. p. 100-118.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social*. Tomo 1. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista*. Tomo 2. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice – Revista dos Tribunais, 1990.

HANSEN, João A. Instituição Retórica, Técnica Retórica, Discurso. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.20, n.33, p.11-46, jul/dez, 2013.

KOCH, Ingedore V. *A inter-ação pela linguagem*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 13.ed. São Paulo: Contexto, 2008b.

KUHN, Thomas, S. *A estrutura das revoluções científicas*. 10ªed. Tradução de Nelson Boeira e Beatriz Vianna Boeira. São Paulo: Cortez, 2011.

JOHNSON, Steven. *De onde veem as boas ideias*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Zahar, 2011

LARÍA, Aleardo. *La religión populista: una crítica al populismo posmarxista*. 1 ed. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2011.

LAUFER, Romain. Rhétorique et Politique. In: MEYER, M. (org.) *De la méthaphysique à la rhétorique*. Bruxelas: ULB, 1986.

LESSA, Cláudio H. *Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens*. Junho de 2009. 254 ps. Tese (Doutorado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LIMA, Helcira M. R. de. *Na tessitura do processo penal: a argumentação no Tribunal do Júri*. 2006. 259 ps. Tese (Doutorado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LUÍS INÁCIO DA SILVA (LULA). *Abertura da fala de LULA no Fórum Mundial de Direitos Humanos*. In: EBC Portal Online (Canal no Youtube). Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=rhN2nrzbdpw>>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

LUÍS INÁCIO DA SILVA (LULA). *Biografia*. In: E-Biografias. Disponível em: <<[http://www.e-biografias.net/luiz\\_inacio\\_lula\\_silva/](http://www.e-biografias.net/luiz_inacio_lula_silva/)>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MACHADO, Ida Lucia. A ‘narrativa de si’ e a ironia: um estudo de caso à Luz da Análise do Discurso. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n. 1, p. 01-16, ago./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Le rôle du récit de vie dans le discours politique de Lula. *Argumentation et Analyse du Discours* [Online], 7 | 201. Disponível em :<<<file:///C:/Users/Work/Downloads/aad-1166-7-le-role-du-recit-de-vie-dans-le-discours-politique-de-lula.pdf>>>. Acesso em 26 set, 2015

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

\_\_\_\_\_. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Unicamp & Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MANELI, Mieczyslaw. *A nova retórica de Perelman: filosofia e metodologia para o século XXI*. Tradução de Mauro Raposo de Mello. Barueri: Manole, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle. *La rhétorique des passions*. Paris: PUF, 2000.

MEMÓRIA DISCURSIVA. Verbetes definidos por MAINGUENEAU, Dominique. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MENEZES, William. *Argumentação e discurso político e eleitoral no Brasil (1994-1998): Mudança, conservação, tradição e utopia*. Janeiro de 2000. 191 ps. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

\_\_\_\_\_. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a Presidência do Brasil — 1994 e 1998*. Março de 2004. 484 ps. Tese (Doutorado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MEYER, Michel. *A retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007a.

\_\_\_\_\_. *A problematologia: filosofia, ciência e linguagem*. Tradução de Sandra Fitas. Lisboa: Dom Quixote, 1991

\_\_\_\_\_. *Questões de Retórica: Linguagem, razão e sedução*. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 2007b.

MEYER, Michel ; CARRILHO, Manuel, M. *Histoire de la rhétorique: des grecs à nos jours*. Bruxelas : Le livre do Poche Biblio, 1999.

MEYER, Michel. *Principia Rhetorica : une théorie générale de l'argumentation*. Paris: PUF, 2008.

MICHELI, Raphaël. *Les théories modernes de l'argumentation*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2010.

MOIRAND, Sophie. Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *Numéros spéciaux, Cognition, discours, contextes*. Corela, 2007. Disponível em <http://edel.univ-poitiers.fr/corela/document.php?id=1636>. Acesso em 16. jun. de 2014.

MONNEYRON, F et al. *Sociologia do imaginário*. 2.ed. Tradução de Eduardo Portanova Barros. Porto alegre: Sulina, 2014.

“Museu”. *Memorial da Democracia*. Instituto Lula. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/museu>>. Acesso em 30 de set. 2015.

NEVES, Maria, H, M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, P. L. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In *Les Lieux de Memoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tradução de Yara Aun Houry. Projeto História 10. São Paulo: PUC, 1993.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAVEAU, Marie-Anne. 2005. *Retrouver la mémoire: parcours épistémologique et historique* (conferência). SEAD, 2., Porto Alegre, 2005.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al-4ªed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

PEIXOTO, Thiago F. *A argumentação no contrato político-eleitoral: o caso dos “apoiadores”*. Belo Horizonte, 2014, 180 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística – PosLin, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

PLANTIN, Christian. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.

\_\_\_\_\_. *Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne : Peter Lang, 2011.

PIOVEZANNI FILHO, Carlos Félix, Política Midiatizada e Mídia Politizada: fronteiras mitigadas na Pós-Modernidade. In: GREGOLIN, M. R. V (Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RESISTÊNCIA. In: DICIONÁRIO, Houaiss Online. Disponível em:<<<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=resist%25C3%25Ancia>>>. Acesso em 15 nov. 2015.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2013 (19ª Edição)* - Brasília/DF, 12 de dezembro 2013. Disponível em:<<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-do-premio-direitos-humanos-2013-19a-edicao>>>. Acesso em 18 de nov. 2015.

SILVA, Luís Inácio Lula. *Pronunciamento no Fórum Mundial de Direitos Humanos*. 12/12/13. Brasília. Disponível em <<<http://politicaemdiscurso.blogspot.com.br/2014/04/transcricao-do-discurso-do-presidente.html>>> Acesso em 24/04/2014.

“Sobre o Fórum”. Site da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2013. Disponível em: <<http://fmdh.sdh.gov.br/index.php/sobre-evento>>. Acesso em 16 de Jul. de 2015.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e Poder*. Hoffnagel, J; Falconi, K. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

WALTON, Douglas, N. *Lógica Informal: manual de argumentação crítica*. Tradução de Ana Lúcia R. Franco e Carlos A. L. Salum. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 12ªed. São Paulo: Cultrix, 2004

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Vl. 1 e 2. Brasília: UNB, 2011.

## APÊNDICES E ANEXOS

**APÊNDICE A** — *Transcrição*<sup>155</sup> *do discurso do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva na ocasião do Fórum Mundial de Direitos Humanos em Brasília, no dia 12 de dezembro de 2013.*<sup>156</sup>

### ESPAÇO SEM ÁUDIO DO DISCURSO <sup>157</sup>

“O que está escrito pra falar aqui, já vem sendo dito pelas pessoas desde o dia 10, e eu não vou ficar repetindo o que já falaram. E dizer aos companheiros: se tem uma coisa que não me assusta, é protesto. (GRITOS E APLAUSOS) Porque eu nasci assim. Não teve ninguém na década de 80, de 90, que protestou mais do que eu. Que enfrentou a polícia mais do que os trabalhadores, e foi isso o que nos permitiu chegar até aqui, e chegar à Presidência da República. E eu digo sempre o seguinte: nós governantes precisamos ter consciência de que a democracia exige de nós muita compreensão, de que, por mais que você faça as coisas, sempre haverá algo a ser feito. E por mais que você faça, sempre haverá alguém querendo conquistar mais. E isso é próprio da democracia. E somente a democracia permitiu que um metalúrgico chegasse à presidência do Brasil. Somente a democracia permitiu que um índio chegasse à Presidência da Bolívia. Somente a democracia permitiu que um negro chegasse à presidência da República dos Estados Unidos e somente a democracia permitiu que uma ex-guerrilheira chegasse também à presidência do Brasil. Permitiu que uma ex-guerrilheira, condenada a muitos anos de cadeia, torturada, Dilma Rousseff, chegasse a presidência da República desse país. Eu digo estas coisas, porque a gente vai ficando velho, e a gente vai ficando mais “compreendedor” das coisas. Quando a gente é jovem, a gente chega em casa, e pede um prato de comida, e a mãe coloca comida, e a gente fica reclamando que falta. A gente não reconhece o que tá na mesa. Sequer a gente se lembra que a mãe da gente não tinha todos os condimentos para fazer a comida. Sequer a gente se lembra que faltava o dinheiro para comprar a carne que a gente queria. Sequer a gente se lembra da quantidade de queimadura, da quantidade de óleo que espirrou na cara dela, e ela fazer a comida para

<sup>155</sup> Transcrição feita pelo mestrando em Estudos Linguísticos (Análise do Discurso) Rodrigo Seixas Pereira Barbosa (CNPq), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-POSLIN).

<sup>156</sup> Todos os créditos são da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a quem agradeço bastante pela possibilidade de usar esse pronunciamento em minhas pesquisas. Todos os créditos de direito são então reenviados a EBC.

<sup>157</sup> No material enviado pela EBC, os primeiros cinco minutos do pronunciamento vieram sem áudio.

colocar pra gente, e a gente senta na mesa e fala: “eu não gostei”, “eu não gosto disso”, “falta isso”, “eu preciso daquilo”, como se a mãe fosse culpada das coisas. Eu não esqueço nunca, quando um filho da gente pede cinco reais para ir pra um lugar, e a gente fala que não tem, e ele sai dizendo: “porra, coroa atrasado, não lhe compreendo”. Ele nunca pergunta: “Você tem dinheiro?”. Ele pede o dinheiro. Então, é por isso que eu gosto de falar com vocês, porque eu vou dizer pra vocês um negócio: Se eu tivesse medo de cara feia, eu nem teria nascido. (GRITOS E APLAUSOS). Porque, certamente, certamente, se eu tivesse medo de cara feia, quando eu me olhasse no espelho, eu morria. Então, meus companheiros, eu estou aqui para dizer o seguinte: a gente tem o direito de reivindicar tudo o que falta pra gente. Mas a gente não pode negar os avanços que esse Brasil teve. A gente não pode negar. E eu me orgulho, de ter sido eleito presidente da república desse país, depois de três derrotas, quando muitos teriam desistido, eu teimei, porque eu queria provar que um operário metalúrgico tinha mais competência para governar este país que a elite brasileira que governou este país tanto tempo. Eu queria provar que seria um torneiro mecânico sem diploma universitário, que passaria para a história como o presidente da república que mais fez universidades públicas neste país. Eu queria provar, que era possível um metalúrgico desse país fazer em oito anos mais dois da Dilma, duas vezes e meia a quantidade de escolas técnicas que a elite brasileira fez em um século. E é importante a gente compreender que este país não foi atrasado à toa. Eu digo sempre aqui, meu caro vice-presidente da Colômbia, que o Peru, que é um país menor do que o Brasil, que o Perú que é um país mais pobre que o Brasil, em 1550 o Peru já tinha a sua primeira universidade, e o Brasil só veio ter a sua primeira universidade em 1930, quase 400 anos depois. Isso explica o atraso do Brasil com relação a tantos outros países da América do Sul, países como Chile, Uruguai, Argentina, que tem a educação mais qualificada do que nós. Mas é necessário compreender que nós nunca tivemos tanta gente da periferia estudando pra “doutor” neste país. (GRITOS E APLAUSOS). É importante lembrar, é importante lembrar, que nós nunca tivemos tantos meninos e meninas negras estudando nas universidades desse país. É importante lembrar, que nós nunca tivemos tantos índios fazendo universidade como nós temos hoje. Eu acabei de voltar, de receber um título de Doutor *honoris causa* na Universidade Federal do ABC. Na Universidade Federal do ABC, 50% dos alunos são jovens da periferia. Possivelmente, seja a universidade que mais tenha operário e filho de operário estudante. E isso não é uma conquista social. Isto, Maria do Rosário, chama-se Direitos Humanos: dar ao pobre o direito de ser doutor

(GRITOS E APLAUSOS); Dar ao pobre o direito de ser engenheiro; dar ao pobre o direito de ser médico, dar ao pobre o direito de ser diplomata, dar ao pobre o direito de discutir o mercado de trabalho em igualdade de condições. Eu sei o quanto uma parte da elite brasileira me odeia. Eu sei, é só ler a imprensa que a gente vê. Eles não toleram o pobre estar andando de carro. Eles não toleram a mulher do pobre estar usando perfume, que a madame coloca na sexta-feira pra ir num jantar, e a empregada doméstica coloca na segunda-feira para ir trabalhar (GRITOS E APLAUSOS). Eu sei quanta gente fica incomodada com as conquistas sociais, afinal de contas tem pobre andando a pé, fazendo caminhada no Parque do Ibirapuera. Tem gente comendo em restaurante que só os ricos comiam. Tem gente comendo carne que só os ricos (sic) comia. Ah, como incomoda nesse país, pobre viajar de avião. Como incomoda nesse país. E andar de avião, minha cara, não é luxo não. Chame isso de conquista dos Direitos Humanos, significa Direitos Humanos. Era gostoso andar de avião quando o banco do meio ia vazio, porque não tinha passageiro. Hoje tá lá. Pode ver que muitas das pessoas que vieram aqui, muitas vieram de avião. Muitos vieram de avião. Eu lembro que os congressos que a gente fazia, que era tudo de ônibus. Eu sei dos congressos que a gente fazia que as pessoas iam de ônibus, e ainda, a gente dormia em hotel com colchão de capim. É por isso que nós chegamos até aqui. E é por isso que nós fizemos o que nós fizemos. E é por isso que nós podemos nos orgulhar, que não tem nenhum país do mundo que tenha feito a quantidade de transferência de renda, que nós fizemos nesse país. É por isso que o salário mínimo aumentou o tanto que aumentou. É por isso que em dez anos, nós desapropriamos, pra efeito de reforma agrária, 56% de toda a terra desapropriada em 500 anos desse país. Ainda falta fazer? Falta! Falta fazer! É possível cuidar melhor dos índios? É! É possível cuidar melhor dos negros? É! É possível cuidar melhor e acabar com a violência? É! Nós temos muito o que fazer. Então nós vamos fazer. Se a gente tiver consciência de que isso é uma caminhada. É uma caminhada em que todos nós temos que (sic) tá juntos. É uma caminhada que nós temos que aprender. Eu lembro, eu lembro da primeira vez que eu fui visitar o Mandela em Pretória. Eu lembro quando eu fui em Pretória, o povo, o povo tava contente. Não é porque o Mandela tinha conseguido resolver os problemas da pobreza. É porque o Mandela tinha recuperado uma coisa mais sagrada do que dinheiro. Ele tinha recuperado a dignidade da maioria negra, que era explorada e torturada naquele país. (APLAUSOS). Eu lembro de como o povo, eu lembro da primeira vez que eu recebi os catadores de material reciclado dentro do Palácio da Alvorada. Eu lembro quando nós demos a palavra

pro representante dos catadores, e ele falou: “Presidente Lula, presidente não, Companheiro Lula, permita-me chama-lo de companheiro. Eu não tenho uma reivindicação pra fazer, porque nada que o senhor me atender é mais importante do que eu estar aqui, dentro desse Palácio, que só entrava “grã-fino”. Só entrava Príncipe, Rei, Presidente, Empresário. O pobre não entrava. Eu lembro quando nós fizemos a primeira reunião com os hansenianos dentro do Palácio. Eu lembro quantos hansenianos não acreditavam que fosse possível alguém recebe-los dentro do Palácio, e beijar um por um, sem nenhum preconceito. Isso chama-se “Conquista de Dignidade”, e “Conquista de cidadania”. Eu não tenho nenhum problema. Aceito. E é por isso que fizemos as conferências nacionais. O maior legado que eu deixei pra esse país não foi o Bolsa Família, não foi o aumento de salário mínimo. O maior legado que eu deixei para esse país foi criar uma outra relação entre o Estado e a Sociedade. Foi fazer 74 conferências, e eu participei de quase todas. Eu lembro quando eu vim na reunião do LGTB. Eu lembro quando eu vim, diziam pra mim: “Ô Lula, você não pode ir. Você não pode ir, porque pode um travesti te abraçar. Cuidado com a fotografia. Eles vão te criar problema. Eu vim. Eu vim. Tratei eles com respeito, e fui tratado com respeito e dignidade, porque neste país, neste país, eu sei do preconceito quando a gente tenta resolver os problemas dos quilombolas. Vocês acham que é fácil? Tá cheio de empresário que fala pra mim: “Primeiro era índio, depois Sem-Terra, agora é quilombola. Quando é que vai sobrar terra pro fazendeiro?”. Vai sobrar, quando os pobres um dia tiverem as terras que um dia foram deles, porque eles tomaram (GRITOS E APLAUSOS). Agora, é importante a gente ter em conta que o país tem Constituição. É preciso medir a correlação de forças nesse partido. No Congresso Nacional (conserta). A gente não pode fazer o que quer. Quando o Paulinho era secretário, que nós aprovamos o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, vocês viram a quantidade de porrada que nós tomamos durante vários meses. E quando a gente não tem maioria, a gente tem que ter competência de negociar. E mesmo que a gente tiver maioria, a gente não pode massacrar a minoria. Nós temos que trata-la com respeito, e negociar, porque isso é exercer. Eu participava das conferências. Quantas pessoas falavam mal do governo? Quantas pessoas (INAUDÍVEL) do governo. Não me chamavam de *Excelência*, me chamavam de “Companheiro” e “Paulo Companheiro”. E eu nunca me ofendi por isso. Nunca. Eu achava que democracia era isso. É as pessoas falarem o que querem. É as pessoas dizerem aquilo que querem, porque, nós governantes, vamos aprendendo com as críticas. E nós governantes, muitas vezes somos cercados de

um monte de companheiros que só falam coisas boas pra gente. E nós temos que ouvir, de vez em quando, as coisas que não falam pra gente. E muitas vezes é o povo que está descontente, e nós não perguntamos: “Por que é que está descontente?” Muitas vezes as pessoas falaram, muitas vezes as pessoas votaram na gente, e uma semana depois (sic) tão contra, porque, quem sabe, nós não tenhamos feito o que as pessoas queriam que fosse feito. Portanto, companheiros e companheiras, eu digo do coração: “feliz o país que tem uma presidenta do caráter da companheira Dilma Rousseff, da história da Dilma Rousseff, e do compromisso da Dilma Rousseff. Feliz o país!”. Vocês sabem o que essa companheira sofreu pra ser eleita presidente? Vocês sabem que o preconceito que ela sofreu na campanha, vocês sofrem diariamente? Porque esse país avançou. As mulheres, Maria do Rosário, as mulheres já alcançaram 179% no mercado de trabalho. As mulheres evoluíram, mas não houve a mesma quantidade de homens indo pra cozinha. (APLAUSOS). Significa, que aumentou o trabalho das mulheres. Aumentou aquela história, aquele preconceito que a gente tinha, que perguntava pra mulher “Ô companheira, você trabalha? - Não- E o que é que ‘cê’ faz? – Sou doméstica!”, como se um trabalho doméstico -limpar casa, limpar banheiro, trocar fralda, colocar comida pra criança, mandar a criança pra escola, receber criança, preparar janta, fazer comida pra marido não fosse trabalho. É um trabalho mais escravo do que qualquer outro trabalho na história da humanidade (GRITOS E APLAUSOS). É por isso...eu não sei se a Maria da Penha está aqui, eu acho que eu nunca falei tanto da Lei Maria da Penha, como eu falei na campanha de 2006. Antigamente o cara maltratava a mulher, depois pagava uma “pensãozinha” e estava resolvido o problema, ou uma cesta básica. Agora não! Não queremos mais cesta básica. Agora o que queremos é que um cidadão que levanta a mão pra bater numa mulher, ele tenha vergonha, porque mulher não nasceu pra apanhar. Ele tenha vergonha, porque mulher...mulher...e por isso é que eu acho importante se a mulher trabalhar. Quando a gente fala que a gente não avançou, é importante a gente lembrar que a mulher não votava em 1934. É importante a gente lembrar, que o primeiro voto da mulher foi conquistado na Justiça, na cidade do Mossoró, no Rio Grande do Norte. Então gente, nós evoluímos. E vou dizer pra vocês algumas coisas que falta fazer nesse país, e que eu tenho certeza que a Dilma vai fazer, e se ela não fizer tudo, nós vamos ter que fazer pra frente, e se nós não fizermos, ninguém vai fazer. Eu queria dizer, ou seja, nós ainda precisamos universalizar o ensino básico nesse país. Nós precisamos universalizar, da creche à Universidade. Nós já avançamos no ensino fundamental, mas nós precisamos

universalizar...Por isso, é importante a gente lembrar, que a gente tinha 33 bilhões para a educação, e já estamos com mais de 100 bilhões para a educação, e é importante lembrar que 75% do dinheiro dos *Royalties* do Pré-Sal será pra recuperar o prejuízo histórico desse país com a educação. Mas não é só a educação! Não é só a educação! A Presidenta Dilma teve um ato de coragem extraordinário criando mais médicos. Mais médicos. E é importante a gente ter consciência que um país como Cuba, que vive há 60 anos com bloqueio, que é um país que passa necessidade, tenha a coragem de exportar médicos, não apenas para o Brasil, pra dezenas de países que são economias grandes e que não tem médicos. Porque neste país aqui, neste país aqui, a elite brasileira achava que pobre não precisava ser tratado. Pobre não precisava de médicos. Pobre pode morrer, porque tem demais. E a Dilma deu uma demonstração. Nós vamos trazer médicos de onde tiver. Porque o que nós queremos é que o povo brasileiro seja tratado com respeito, com decência e com dignidade. Por isso companheiros, Paulinho Vanuca ficou uma vez nervoso comigo, porque eu fui visitar o pai do companheiro Genoíno em Quixeramobim, e cheguei lá, um velhinho de mais de oitenta anos, trabalhando de sol a sol, sem ter o que comer. E eu falava pra o Paulinho Vanuca: “ô Paulinho, pelo amor de Deus, não dá pra gente colocar a fome nos direitos humanos? Não dá pra gente colocar o direito de comer, o direito de estudar, o direito de sonhar, o direito de ter acesso à cultura, o direito de ter acesso à educação. Tudo isso é Direitos Humanos, gente! Por isso, é que na questão da cultura, os pontos de cultura fossem importantes. É por isso que o Vale Cultura, que permite que o pobre possa ir num teatro hoje é importante. É pouco? É! Eu sei que é pouco. Eu fico pensando naquilo que nós não fizemos, e eu lembro da coitada da Marisa. Eu tô casado há 39 anos, tanta coisa que eu prometi pra ela, e ainda não consegui cumprir. E ela que não me reivindeque mais, porque agora é que eu não posso cumprir mesmo. Agora é que eu não vou conseguir atender. Mas ela sabe que o que eu fiz era aquilo que eu podia fazer. Portanto, eu agradeço a compreensão, e quero agradecer, companheiros, a compreensão de vocês por algumas coisas. Eu quero agradecer a compreensão de vocês porque eu sei como o pobre é tratado nesse país. Se alguém já passou necessidade aqui...Vocês querem discutir como é que vive alguém que foi vítima de enchente? Pergunte pra mim. Porque não foram poucas as vezes que eu levantei uma hora da manhã com merda passando na minha cama, com rato, com barata. Querem perguntar pra mim como é que vive sem comer? Pergunte que eu sei o que é a lombriga maior comer a menor. Eu sei como é que é, sabe? Ter como mistura apenas Tanajura quando chovia, ou quando

fazia tempo de Tanajura. Querem falar como é que bebia água não-potável? Fale comigo, que ia no açude buscar água no pote, e que tinha mais lama, mais merda de animal do que qualquer outra coisa. E eu quando vim de Pernambuco pra cá só tinha barriga. A perna era mais fina que o dedo de vocês. A barriga era maior do que a que eu tenho hoje, de verme, de doença. E é por isso que nós resolvemos priorizar os pobres desse país. É por isso que nós fizemos a maior ascensão social da história desse país. E é por isso que eu sei que falta muita coisa, companheiros. Mas estejam certo de uma coisa: nós, nós vamos fazer muito mais. Pode-se fazer muito mais. Quem quiser torcer contra, que torça. Eu conheço a Dilma há apenas dez anos, ela foi minha ministra. A mulher. A mulher, que passou pelo que a Dilma passou, e faz o que ela faz, com o bom-senso que ela tem, meus filhos, podem ficar certo, que esse país tem que ter motivo de orgulho. Motivo de orgulho pela presidenta que elegemos. Portanto companheiros e companheiras, Maria do Rosário, eu quero dizer pra vocês, que nós temos que continuar avançando na questão dos Direitos Humanos. Nós temos que começar. A comissão da verdade...é que eu não quero falar o que já foi falado, meu filho. Se eu for falar tudo o que já falaram aqui, vai ser um repeteco. Mas as pessoas de bom senso, as pessoas de bom senso sabem o que já foi feito neste país. E as pessoas sabem que podem continuar reivindicando. Não tem problema. Podem continuar reivindicando. Porque quanto mais o povo reivindica, mais a gente sabe que tem que atender o clamor do povo. Nenhum presidente do mundo teve a coragem que a Dilma teve com as manifestações de Julho. Nenhum presidente. Ela teve coragem de encarar as manifestações. E o que me preocupa não é a reivindicação- eu quero mais saúde, eu quero mais dentista, eu quero mais médicos, eu quero combater a corrupção- tudo isso nós já carregamos essa bandeira. Eu tenho bursite de carregar bandeira contra tudo isso. Eu tenho bursite de reivindicar o fim do FMI, agora veja, veja uma coisa interessante: o que a gente não pode aceitar é a negação da política. Quando vocês verem (sic) um jovem rebelde, bem rebelde, dizendo: “não gosto de política”, “ eu não acredito nos partidos políticos”, “eu não acredito no governador”, “eu não acredito no prefeito”, “eu não acredito no deputado”, quando vocês encontrarem um jovem rebelde dizendo que ninguém presta, ainda assim, convença esse jovem que ele não pode negar a política. Porque se ele nega a política, ele vai apenas cumprir uma profecia: a desgraça de quem não gosta de política é que é governado por quem gosta. (GRITOS E APLAUSOS). Ah, eu acho extraordinário como a imprensa tenta criar uma imagem negativa da política. Eu acho fantástico. O dia em que um jovem não gostar de política, o dia em que ele falar que

ninguém presta, como eu falava em 78...vocês são muito jovens, mas em 78 eu falava assim: “Eu não gosto de política, e não gosto de quem gosta de política”. Quando eu falava isso, eu era manchete de jornal. Eles diziam: “Agora sim nascia um operário puro, um operário puro, que não gosta de política. Esse sim é o nosso operário.” E dois anos depois eu inventei o PT e eles deixaram de gostar de mim. Então, eu queria terminar dizendo para aqueles que não gostam de política, aqueles que acham que todo mundo não presta, deveria pensar o seguinte: se você não acredita nos políticos, e você quer um político honesto, decente e combativo, entre na política. Porque o político que você quer está dentro de você, não está dentro de mim. A negação da política é o fascismo. A negação da política nós vimos no que deu no planeta Terra. Nós vimos agora a Primavera Árabe. Primeiro derrubaram o Mubarak. Maravilhoso, derrubaram o Mubarak. Depois elegeram o Morsi. Ótimo, elegeram o Morsi! Depois derrubaram o Morsi. Ótimo, derrubaram o Morsi. Quem é que tá no governo? Uma junta militar! Então queridos companheiros, só tem um jeito: é a gente acreditar e fortalecer a democracia. E eu acho o seguinte: só é possível estabelecer a democracia se a gente tiver a coragem de mostrar a nossa cara. Se a gente não tiver coragem de mostrar a cara, não tem democracia. Não tem! Eu não tenho aptidão pra Zorro, pra mascarado. Minha posição é a seguinte: falar o que tem de falar, à luz do dia, para as pessoas aprenderem a respeitar a gente. Quando eu era dirigente sindical, eu ia na porta da fábrica uma hora da manhã às sete horas da manhã, falar coisas que muita gente não tinha coragem de falar. E é assim que nós temos que funcionar. Avançar na conquista dos Direitos Humanos! Significa exercer mais democracia, significa exercer mais conquista social, significa valorizar os pobres desse país. Por isso companheiros, viva a presidenta Dilma Rousseff! Viva a conquista dos Direitos Humanos! E viva a nossa querida ministra Maria do Rosário! Um abraço e até outro dia, se Deus quiser. (GRITOS, APLAUSOS E CANTOS).

CANTO : “LULA, GUERREIRO DO POVO BRASILEIRO!” .

**Anexo A** — *Pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em ocasião da entrega do Prêmio Direitos Humanos (19ª edição) no Fórum Mundial de Direitos Humanos em Brasília, no dia 12 de dezembro de 2013*<sup>158</sup>.

Eu queria cumprimentar a Débora Maria da Silva. Por intermédio da Débora, eu cumprimento a todos os agraciados do Prêmio Direitos Humanos 2013.

Cumprimento o senhor Angelino Garzón, vice-presidente da República da Colômbia,

Cumprimento todos os ministros de Estado aqui presentes, ao saudar a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos,

Cumprimento o senhor Paulo Vannuchi e o deputado Nilmário Miranda, ex-ministros da Secretaria de Direitos Humanos,

Cumprimento os senadores Ana Rita, Eduardo Suplicy, Paulo Paim,

Cumprimento os deputados federais Fátima Bezerra e Paulão,

Cumprimento os representantes dos movimentos sociais e participantes do Fórum Mundial de Direitos Humanos,

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

Nesta semana, a humanidade se despede de Nelson Mandela, cujo exemplo de vida e de lutas continuará guiando todos aqueles que defendem a justiça social, a paz e os direitos humanos em todo o mundo. Falar de Mandela nos remete à resistência contra todo tipo de opressão. Falar de Mandela nos remete à capacidade de união de um povo. Falar de Mandela nos remete à capacidade de um líder construir, através do seu exemplo, um país livre do racismo e da opressão; nos lembra valores como tolerância e pluralismo; nos

---

<sup>158</sup> ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2013 (19ª Edição)* - Brasília/DF, 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-do-premio-direitos-humanos-2013-19a-edicao>>>.

compromete com a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e cada vez mais justa e solidária. Esta é a luta que cada um dos 25 agraciados com o Prêmio Direitos Humanos de 2013 trava em seu cotidiano. As pessoas e as instituições que homenageamos hoje se empenham em batalhas contra o preconceito, a violência, a tortura, os abusos de poder, a miséria, o abandono, a exploração sexual, o trabalho escravo e infantil.

Nossos homenageados são pessoas que decidiram fazer de suas vidas uma trincheira na defesa intransigente dos direitos humanos, pessoas comuns que, ao falar por aqueles que são negligenciados, excluídos e violentados, tornam-se especiais por sua dedicação e luta por uma sociedade comprometida com o respeito aos direitos humanos.

Senhoras e senhores,

Eu quero dirigir o maior e sincero reconhecimento a todos os premiados. Parabéns, obrigada por serem o que são.

Senhoras e senhores,

O respeito e o fortalecimento ao direito dos humanos são diretrizes do meu governo, diretrizes que temos perseguido com empenho e entusiasmo. Não podia ser diferente. A trajetória de luta e resistência contra a ditadura, a trajetória de defesa de todos aqueles que lutaram pela democratização do nosso país exige que trabalhem para a afirmação dos direitos humanos, compreendendo sua universalidade e interdependência. Assumimos compromissos claros para a inclusão social, para a inclusão econômica e para a inclusão da cidadania de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo aqueles mais pobres e vulneráveis.

Com o Brasil sem Miséria, nós vencemos o desafio da superação da extrema pobreza, condição necessária para garantir o acesso de uma enorme parcela de nossa população às riquezas do país. Temos um imenso orgulho em dizer que retiramos 22 milhões de brasileiras e brasileiros da miséria. Abrimos para eles as portas dos serviços públicos e estamos dando apoio para que eles sejam sujeitos de sua própria vida. O Viver sem Limite está nos ajudando a garantir aos brasileiros e brasileiras com deficiência o direito de viver

com autonomia e independência, e desenvolver todas as suas potencialidades: inclusão escolar, acesso a serviços adequados de saúde, direitos a moradias adaptáveis do Minha Casa Minha Vida, crédito, direito de retornar ao BPC em caso de perda de emprego, esses são alguns dos exemplos de ações para eliminar barreiras e ampliar o acesso das pessoas com deficiência a serviços e direitos.

Concedemos também atenção especial às crianças e adolescentes nas políticas de proteção social. A redução do contingente de crianças submetidas ao trabalho infantil, a frequência crescente à escola e o ativo enfrentamento à exploração sexual de nossas crianças e adolescentes são ações fundamentais a favor do direito da pessoa a uma vida plena.

Com o Mais Médicos, estamos levando atenção à saúde para as populações antes desassistidas nas periferias das grandes cidades. As Casas da Mulher Brasileira vão nos permitir fortalecer muito o combate a esse crime covarde que ainda envergonha nossa sociedade, que é a violência contra a mulher.

Nosso compromisso com o enfrentamento da violência que atinge a população LGBT é firme e inquestionável. Com o compromisso nacional para o envelhecimento ativo, vamos ampliar o acesso dos idosos às políticas sociais plenas do governo. Adotamos a Lei de Cotas nas universidades públicas e enviamos ao Congresso Nacional proposta de implementação de cotas raciais em concursos públicos federais. O Brasil exige e necessita de políticas afirmativas para superar de vez o preconceito e a discriminação racial, e as desigualdades sociais que ainda marcam nossa sociedade.

Implantamos, em agosto, o Estatuto da Juventude, um pacto pela juventude brasileira, por mais igualdade, mais oportunidade e mais participação. Com o Juventude Viva estamos enfrentando uma das maiores chagas de nossa sociedade: a violência contra jovens, – em especial negros e pobres –, das periferias de nossas grandes cidades.

Nós vamos juntos superar esse cenário de mortalidade da juventude. Porque a história de um grande país não se faz com uma juventude sendo objeto de violência, se faz com uma juventude viva. Muito me orgulha ter implantado a Comissão Nacional da Verdade, que

está nos permitindo resgatar o direito à memória e à verdade. Todos os povos precisam conhecer, sem nenhuma restrição, a sua própria história, até para não repetir os erros do passado.

Estamos, senhoras e senhores, preocupados com o fato de que devemos criar todas as condições para que a nossa constituição, que proíbe que qualquer cidadão seja submetido a tortura ou a tratamento desumano ou degradante, seja respeitada. Apesar de termos ratificado a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e seu protocolo adicional, é necessário reconhecer que a tortura continua existindo em nosso país. Eu, que experimentei a tortura, sei o que ela significa de desrespeito à mais elementar condição de humanidade de uma pessoa. Estamos determinados a mudar este quadro. Esta é a razão para celebrarmos a regulamentação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Estado brasileiro não aceita, nem aceitará, práticas de tortura contra qualquer cidadão.

Minhas amigas e meus amigos,

Estamos construindo um Brasil onde os direitos humanos são garantidos, onde a tolerância seja a regra, onde o respeito e a valorização da vida sejam o princípio básico e fundamental.

Mais uma vez, parabéns aos homenageados pelo Prêmio de Direitos Humanos 2013. Vocês representam o Brasil que faz a diferença, vocês representam o que nós queremos para o nosso país.

Muito obrigada.